



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT  
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E DINÂMICAS  
REGIONAIS - PPGDIRE

Mariana Coelho Lima

Planejamento urbano e desenvolvimento desigual para a primeira infância na região de  
influência imediata de Araguaína

Araguaína/TO

2025

Mariana Coelho Lima

Planejamento urbano e desenvolvimento desigual para a primeira infância na região de  
influência imediata de Araguaína

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Norte Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI), curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire). Foi avaliada para a obtenção do grau de Mestra em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela banca examinadora.

Orientadora: Profa. Dra. Thelma Pontes Borges.

Araguaína/TO

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- C672p Coelho Lima, Mariana.  
Planejamento urbano e desenvolvimento desigual para a primeira infância na região de influência imediata de Araguaína. / Mariana Coelho Lima. – Araguaína, TO, 2025.  
255 f.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 2025.  
Orientadora : Thelma Pontes Borges  
1. Primeira Infância. 2. Região de Influência Imediata de Araguaína. 3. Planejamento Urbano. 4. Amazônia Legal. I. Título

**CDD 711.4**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

Mariana Coelho Lima

Planejamento urbano e desenvolvimento desigual para a primeira infância na região de  
influência imediata de Araguaína

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Norte Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI), curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire). Foi avaliada para a obtenção do grau de Mestra em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela banca examinadora.

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Thelma Pontes Borges - Orientadora (PPGDire/UFNT)

---

Prof. Dr. Warton da Silva Souza - Membro interno (PPGDire/UFNT)

---

Prof. Dr. Ivo Marcos Theis - Membro externo (FURB)

---

Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia - Membro externo (UFPA)

*Dedico este trabalho aos meus avôs, Maria do Carmo Coelho da Silva, que já não está mais entre nós, e Mariano Pereira da Silva Neto. À minha avó, cuja memória vive em meu coração e em cada passo que dou. Ao meu avô, que, mesmo enfrentando desafios em sua saúde, continua a ser um exemplo de força e resiliência, inspirando-me a enfrentar as dificuldades da vida.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram ao meu lado e confiaram na minha capacidade de seguir por este caminho: professores, colegas, amigos e família.

Esse percurso não teria sido possível sem o apoio dos professores do curso de Letras da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Em especial, agradeço à Profa. Dra. Esmeralda Figueira Queiroz, que me ajudou a desenvolver um olhar crítico; ao Prof. Dr. Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira, que me orientou na escrita acadêmica; e à Profa. Dra. Miliane Moreira Cardoso Vieira, que me apresentou novas referências e incentivou a leitura de artigos estrangeiros. Essa ampliação de horizontes facilitou minha compreensão do inglês instrumental, que eu considerava o maior desafio do processo seletivo. Todos esses professores me proporcionaram tranquilidade e confiança antes de saber que seria aprovada no Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire).

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Thelma Pontes Borges, que me apresentou o PPGDire. Sem sua abordagem inicial sobre a existência desse programa, nada disso teria se concretizado. Sou grata pela oportunidade de trabalharmos juntas, por me guiar, por incentivar minha autonomia como pesquisadora, pela paciência, pela confiança e por sempre estar disponível.

Agradeço aos idealizadores e professores do PPGDire: ao Prof. Dr. João de Deus Leite, ao Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho, ao Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes, ao Prof. Dr. Mauro Torres Siqueira. Seus ensinamentos nas aulas foram fundamentais para a minha formação acadêmica e pessoal, pois como afirma Paulo Freire “Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo” (Freire, 1979, p.84). Sou grata pela oportunidade de aprender com vocês.

Agradeço pelo cuidado dos professores do programa que possibilitaram a vinda de docentes de universidades federais de outros estados como uma complementação ao ensino, especialmente os professores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Agradeço ao Prof. Dr. Lucir Reinaldo Alves; sem suas aulas, não teria sido possível elaborar os mapas de localização dos espaços visitados. Também sou grata pela vinda do Prof. Dr. Jandir Ferreira de Lima e do Dr. Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt, que me ajudaram a desenvolver habilidades para trabalhar com dados quali-quantitativos de uma forma simples.

Agradeço pelo convite para participar do Observatório da Região de Influência Imediata de Araguaína. As viagens acadêmicas ao lado da Profa. Dra. Lucélia Neves, da Profa. Dra. Misleine Andrade Ferreira Peel e da minha parceira de mestrado, a discente Paula Regis Dias

Borges, me proporcionaram uma nova perspectiva sobre o estado do Tocantins, tornando o processo de fazer ciência mais leve e divertido.

Agradeço à banca de qualificação, formada pelo Prof. Dr. Warton da Silva Souza (membro interno), pelo Prof. Dr. Ivo Marcos Theis e pela Profa. Mirleide Chaar Bahia (membros externos), pelas valiosas contribuições. Sou grata pelo empenho em revisar meu trabalho e pelos comentários que enriqueceram minha pesquisa.

Gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro recebido por meio da bolsa, que foi fundamental para a realização desta conquista.

Agradeço aos colegas das turmas sexta, sétima e oitava do PPGDire pelas dicas sobre documentos de referência e pelas enriquecedoras trocas de saberes.

Agradeço à minha amiga Vitória Pereira da Silva, que sempre me ouve e proporciona um espaço seguro para meus desabafos. Sou grata por sua empatia, amizade e apoio, que foram essenciais nesta jornada. Agradeço também por você ter se disponibilizado para cuidar da minha avó em seus últimos meses de vida, quando eu estava focada em finalizar minha dissertação.

Agradeço aos meus amigos, Alan Hernande Vilhena Silva, Amanda Barbosa de Oliveira Vilhena, Bruna Ribeiro Pereira, Maria Eduarda Cirqueira Lima, Flávia Barbosa, por me proporcionarem momentos de descanso, mesmo quando me sentia culpada por não estar produzindo. As pausas para a diversão foram necessárias para relaxar a mente e recarregar as energias.

Agradeço à minha família, à minha mãe, Luzinete Coelho da Silva, ela me ensinou a criar disciplina e nunca mediu custos quando o assunto era educação; além disso, sou grata também ao meu pai, Itaeres Barbosa Lima, que sempre me apoiou em todos os momentos da minha vida.

Agradeço à minha sogra, Flávia Maciel Lemes, e à minha avó, Maria José Maciel Lemes, pelos almoços nos meios e finais de semana, quando estávamos cansados demais para cozinhar. Agradeço ao meu sogro, Evando Alves de Fátima, pela gentileza de emprestar o carro no momento em que mais precisávamos.

Por fim, quero agradecer de coração ao meu companheiro, Evando Júnior Alves, que esteve ao meu lado, me apoiando nos momentos difíceis de estresse, tristeza e luto. Sua presença constante e seu carinho foram fundamentais para que eu pudesse enfrentar esses desafios. Agradeço por sua paciência, compreensão e por sempre acreditar em mim, mesmo quando eu duvidava de mim mesma.

*Frodo: “Eu não posso fazer isso, Sam.”*

*Sam: “[...] Tá tudo errado, nós nem deveríamos estar aqui, mas estamos... É como nas grandes histórias, senhor Frodo. As realmente importantes eram cheias de perigo e de escuridão, e às vezes nem queria saber o final, porque como o fim poderia ser feliz? Como o mundo poderia voltar a ser o que sempre foi quando tanta coisa ruim aconteceu? Mas no final, essa sombra vai passar, com certeza, até mesmo a escuridão acabará, um novo dia virá, e quando o sol nascer, ele brilhará ainda mais. Essas serão as histórias que ficam com a gente, que significam alguma coisa, mesmo quando eu era pequeno demais para entender o porquê. Mas eu acho, senhor Frodo, que eu entendo. Agora eu já sei: as pessoas daquelas histórias tiveram muitas chances para desistir, mas não desistiram. Elas foram em frente porque estavam se agarrando a alguma coisa.”*

*Frodo: “A que estamos nos agarrando, Sam?”*

*Sam: “Que há algo de bom neste mundo [...] e que vale a pena lutar!”*

*(O senhor dos anéis, 2002)*

## RESUMO

Este trabalho discute a importância do planejamento urbano voltado para a primeira infância, que abrange o período de 0 a 6 anos de idade, reconhecido como a "janela de oportunidades". Essa fase exige investimentos significativos para assegurar cuidados, atenção e proteção, aspectos fundamentais para o crescimento saudável da criança, além de promover seu desenvolvimento físico, cognitivo, psicoafetivo, social e cultural. O objetivo geral deste estudo foi analisar as condições e o planejamento urbano para a primeira infância na Região de Influência Imediata de Araguaína. Para isso, foram considerados indicadores sociais relacionados a aspectos como população, saúde, educação, saneamento básico, meio ambiente e espaços de socialização em praças e orlas. A pesquisa incluiu a coleta e análise de dados secundários por meio de informações de documentos oficiais de órgãos reconhecidos, como IBGE (2023), PROADESS (2020), RNPI (2020), Primeira Infância Primeiro (2020) e INFOSANBAS (2022). Também foi realizada uma análise de dados primários, utilizando um protocolo de observação baseado em URBAN95 (2023), ITDP (2020), Cruz (2022), NBR 10152 (2017), NBR 9050 (2015) e Brasil (2019), além da criação de um relatório fotográfico focado nas infraestruturas de lazer, equipamentos comunitários e espaços públicos urbanos. Nesse sentido, este estudo ressalta seu caráter interdisciplinar ao integrar conhecimentos de diversas disciplinas, incluindo sociologia, para compreender as dinâmicas sociais; psicologia, para compreender a importância do desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças na primeira infância; urbanismo, para analisar o planejamento e a configuração dos espaços urbanos; e engenharia, para garantir a viabilidade e a segurança das infraestruturas destinadas à infância. Portanto, a pesquisa utiliza a Teoria do Desenvolvimento Desigual Geográfico e Combinado de Trotsky (2017a; 2017b) e Harvey (2009), que explora as interações complexas entre fatores sociais, econômicos e políticos nos municípios estudados. Dessa forma, os resultados da pesquisa indicam uma precariedade nas condições de vida da primeira infância na Região de Influência Imediata de Araguaína, especialmente em relação ao acesso à saúde, educação, saneamento básico, preservação ambiental e espaços de socialização. A análise dos indicadores sociais revelou desigualdades geográficas e combinadas, evidenciando que Araguaína, sendo uma cidade média com mais recursos, apresenta melhores resultados em comparação com municípios de menor porte e recursos limitados. Além disso, a pesquisa destacou a necessidade de um planejamento urbano mais inclusivo e adequado, que considere as especificidades das crianças e suas famílias. A observação das infraestruturas de lazer e dos equipamentos comunitários revelou que os espaços visitados apesar de ter destaque (Darcinópolis e Nova Olinda) ainda não são em sua totalidade adequados ou acessíveis para a primeira infância, limitando as oportunidades de socialização e desenvolvimento. Esses achados sugerem a urgência de políticas públicas que priorizem o investimento em infraestrutura e serviços voltados para a primeira infância, promovendo um ambiente mais seguro, acolhedor e estimulante para o desenvolvimento das crianças na região.

**Palavras-chave:** Primeira Infância. Região de Influência Imediata de Araguaína. Planejamento Urbano. Amazônia Legal.

## **ABSTRACT**

*This study discusses the importance of urban planning focused on early childhood, covering the age range of 0 to 6 years, recognized as the "window of opportunity." This phase requires significant investments to ensure care, attention, and protection, which are essential for healthy growth and promote physical, cognitive, emotional, social, and cultural development. The main objective of this research was to analyze the conditions and urban planning for early childhood in the Immediate Influence Region of Araguaína. To achieve this, social indicators related to population, health, education, basic sanitation, the environment, and socialization spaces in parks and waterfronts were considered. The study included secondary data collection and analysis using official documents from recognized organizations, such as IBGE (2023), PROADESS (2020), RNPI (2020), Primeira Infância Primeiro (2020), and INFOSANBAS (2022). Primary data analysis was conducted using an observation protocol based on URBAN95 (2023), ITDP (2020), Cruz (2022), NBR 10152 (2017), NBR 9050 (2015), and Brazil (2019), along with a photographic report focused on leisure infrastructures, community equipment, and urban public spaces. This research highlights its interdisciplinary character by integrating knowledge from various fields, including sociology for understanding social dynamics; psychology for the significance of emotional and cognitive development during early childhood; urbanism for analyzing planning and spatial configuration; and engineering for ensuring the viability and safety of child-focused infrastructures. The study employs the Theory of Uneven and Combined Geographical Development by Trotsky (2017a; 2017b) and Harvey (2009), exploring the complex interactions among social, economic, and political factors in the studied municipalities. The findings indicate a precarious living condition for early childhood in the Immediate Influence Region of Araguaína, particularly concerning access to health, education, basic sanitation, environmental preservation, and socialization spaces. The analysis of social indicators revealed geographical and combined inequalities, showing that Araguaína, as a medium-sized city with more resources, performs better than smaller municipalities with limited funding. The research also highlighted the need for more inclusive and appropriate urban planning that considers the specific needs of children and their families. Observations of leisure infrastructures and community equipment revealed that, while some spaces (Darcinópolis and Nova Olinda) stand out, they are still not entirely suitable or accessible for early childhood, limiting opportunities for socialization and development. These findings suggest an urgent need for public policies prioritizing investments in infrastructure and services for early childhood, fostering a safer, welcoming, and stimulating environment for children's development in the region.*

**Keywords:** *Early Childhood. Immediate Influence Region of Araguaína. Urban Planning. Legal Amazon.*

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- BAPIs** - Guias para o desenvolvimento de Bairros Amigáveis à Primeira Infância
- BCC** - Bebês, Crianças nos primeiros anos de vida e Cuidadores
- BTDC** - Banco de Tese e Dissertações da Capes
- DD** - Desenvolvimento Desigual (DD)
- ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente
- FMCSV** - Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
- IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano
- IDH-M** - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- INC** - Índice de Necessidade por Creche
- ITDP** - Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento
- NPU1** - Necessidade de Planejamento Urbano para os Bebês, Crianças nos primeiros anos de vida e Cuidadores dos dados primários
- NPU2** - Necessidade de Planejamento Urbano para os Bebês, Crianças nos primeiros anos de vida e Cuidadores dos dados secundários
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PCB** - Partido Comunista Brasileiro
- PEC** - Proposta de Emenda Constitucional
- PI** - Primeira Infância
- PIB** - Produto Interno Bruto
- PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PPGDire** - Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais
- RIIA** - Região de Influência Imediata de Araguaína-TO
- TDDC** - Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado
- TDGD** - Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual
- UFNT** - Universidade Federal do Norte do Tocantins
- UHE-Estreito** - Usina hidrelétrica de Estreito
- UNICEF** - *United Nations International Children's Emergency Fund*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Esquema de organização da dissertação .....	20
<b>Figura 2</b> - Relação do UNICEF, do ODS, da Maria Cecília Souto Vidigal e da URBAN95 com o tema primeira infância .....	25
<b>Figura 3</b> - Agenda 2030 .....	26
<b>Figura 4</b> - Retorno por ano a cada um dólar investido .....	28
<b>Figura 5</b> - Cinco princípios para investir em educação na primeira infância.....	29
<b>Figura 6</b> - Proximidade a equipamentos públicos e o acesso por idade em um limite de 15 minutos .....	32
<b>Figura 7</b> - Tipos de planejamento urbano na área da saúde para a primeira infância .....	34
<b>Figura 8</b> - Tipos de planejamento urbano na área da educação para a primeira infância.....	35
<b>Figura 9</b> - Tipos de planejamento urbano na área do saneamento básico para a primeira infância .....	36
<b>Figura 10</b> - Tipo de planejamento urbano na área do meio ambiente para a primeira infância .....	37
<b>Figura 11</b> - Fases da leitura informativa.....	46
<b>Figura 12</b> - Fluxograma do número de publicações encontradas, excluídas e selecionadas durante a revisão da literatura.....	48
<b>Figura 13</b> - Evolução da origem teórica do desenvolvimento desigual.....	56
<b>Figura 14</b> - As relações sociais, econômicas e políticas do desenvolvimento desigual .....	58
<b>Figura 15</b> - Proposição das cidades pequenas e médias inseridos no processo de desenvolvimento desigual.....	86
<b>Figura 16</b> - Interação dos pesquisadores com a comunidade local e representantes legislativos e executivos de Darcinópolis e Piraquê.....	149
<b>Figura 17</b> - Relatório fotográfico da Praça São Domingos de Gusmão de Pau D'arco .....	154
<b>Figura 18</b> - Relatório fotográfico da Praça da Prefeitura de Santa Fé do Araguaia .....	156
<b>Figura 19</b> - Relatório fotográfico da Praça da Igreja Católica.....	159
<b>Figura 20</b> - Relatório fotográfico da Praça Bela Vista .....	161
<b>Figura 21</b> - Relatório fotográfico de parte da Orla de Xambioá.....	163
<b>Figura 22</b> - Relatório fotográfico da Praça do Município de Piraquê .....	166
<b>Figura 23</b> - Relatório fotográfico da Praça da Feira .....	168
<b>Figura 24</b> - Relatório fotográfico da Orla de Araguaia .....	171
<b>Figura 25</b> - Relatório fotográfico de Parte da Orla de Babaçulândia .....	173

**Figura 26** - Relatório fotográfico de Parte da Orla Via Lago de Araguaína ..... 176

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Equipamentos públicos urbanos e comunitários .....	39
<b>Tabela 2</b> - Teoria do desenvolvimento geográfico desigual.....	60
<b>Tabela 3</b> - Associação entre a abordagem do problema e as técnicas utilizadas na pesquisa .	95
<b>Tabela 4</b> - Espaços públicos visitados durante a pesquisa.....	96
<b>Tabela 5</b> - Métricas específicas utilizadas para os indicadores sociais .....	98
<b>Tabela 6</b> - Pontuação dos índices secundários.....	100
<b>Tabela 7</b> - Tipologias da rua consideradas .....	104
<b>Tabela 8</b> - Pontuação para a avaliação dos índices primários .....	105
<b>Tabela 9</b> - Resultados da coleta de dados secundários (continua).....	116
<b>Tabela 10</b> - Porcentagem populacionais e posições ocupadas com o PIB e IDH-M da RIIA .....	120
<b>Tabela 11</b> - Resultados da coleta de dados primários (continua) .....	151
<b>Tabela 12</b> - Aspectos Positivos e Negativos Relacionados à Segurança.....	179
<b>Tabela 13</b> - Aspectos Positivos e Negativos Relacionados ao Ambiente.....	180
<b>Tabela 14</b> - Aspectos Positivos e Negativos Relacionados à Acessibilidade.....	181

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Aferição para cada unidade.....	102
<b>Quadro 2</b> - Modelo dos resultados do protocolo de observação para cada município incluído na Região imediata de Araguaína.....	103

## SUMÁRIO DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> - RIIA na Amazônia Legal .....	71
<b>Mapa 2</b> - Localização da Região de Influência Imediata de Araguaína-Tocantins.....	73
<b>Mapa 3</b> - A distribuição da população total e de crianças na primeira infância na RIIA.....	77
<b>Mapa 4</b> - Mapa do crescimento populacional.....	79
<b>Mapa 5</b> - O índice de desenvolvimento humano na Região de Influência Imediata de Araguaína .....	82
<b>Mapa 6</b> - O Produto Interno Bruto <i>per capita</i> na Região de Influência Imediata de Araguaína .....	84
<b>Mapa 7</b> - Índice populacional geral e na PI .....	121
<b>Mapa 8</b> - Áreas degradadas da RIIA.....	143

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 PLANEJAMENTO URBANO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA.....</b>	<b>21</b>
1.1 Planejamento urbano e direito à cidade para a primeira infância .....	21
1.2 As pesquisas em planejamento urbano para a infância: o estado da arte.....	44
<b>2 DESENVOLVIMENTO DESIGUAL .....</b>	<b>54</b>
2.1 A teoria do desenvolvimento desigual.....	54
2.2 Desenvolvimento desigual geográfico e combinado na região de influência imediate de Araguaína .....	69
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>91</b>
3.1 Da primeira etapa da pesquisa: índice de necessidade de planejamento urbano para os BCCs.....	98
3.2 Da segunda etapa da pesquisa: observação não participante dos equipamentos comunitários e espaços públicos urbanos.....	100
3.2.1 O protocolo de observação em equipamentos comunitários e espaços públicos urbanos .....	105
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>114</b>
4.1 Índice de necessidade de planejamento urbano para os BCCs dados secundários .. .....	115
4.1.1 Índice de população geral e infantil, e hierarquia do IDH-M e PIB <i>percapita</i> em relação ao total da RIIA .....	119
4.1.2 Condições do planejamento urbano para a primeira infância na RIIA.....	137
4.1.3 O planejamento urbano para a primeira infância em Araguaína .....	144
4.2 Observação não participante dos equipamentos comunitários e espaços públicos urbanos .....	148
4.2.1 Pau D’arco .....	153
4.2.2 Santa Fé do Araguaia.....	156
4.2.3 Muricilândia.....	158
4.2.4 Darcinópolis.....	160
4.2.5 Xambioá.....	163
4.2.6 Piraquê .....	165
4.2.7 Nova Olinda.....	168

4.2.8	Araguanã.....	170
4.2.9	Babaçulândia.....	172
4.2.10	Araguaína.....	174
4.3	<b>Resumo dos pontos positivos e negativos da observação não participante dos equipamentos comunitários e espaços públicos urbanos .....</b>	<b>179</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>183</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>188</b>
	<b>APÊNDICE 1 - ESTUDOS SELECIONADOS NO ESTADO DA ARTE .....</b>	<b>205</b>
	<b>APÊNDICE 2 - A HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS PEQUENOS DA RIIA .....</b>	<b>214</b>
	<b>APÊNDICE 3 - PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO EM EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS PARA CADA MUNICÍPIO INCLUÍDO NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA IMEDIATA DE ARAGUAÍNA.....</b>	<b>218</b>
	<b>APÊNDICE 4 - TRATAMENTO DOS DADOS SECUNDÁRIOS.....</b>	<b>224</b>
	<b>APÊNDICE 5 - TRATAMENTO DOS DADOS PRIMÁRIOS .....</b>	<b>228</b>
	<b>APÊNDICE 6 - SÍNTESE DA MÉDIA DOS RESULTADOS DOS DADOS SECUNDÁRIOS POR CATEGORIAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SANEAMENTO BÁSICO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>229</b>
	<b>APÊNDICE 7 - GRÁFICO RADAR PARA A SÍNTESE DA MÉDIA DOS RESULTADOS DOS DADOS SECUNDÁRIOS POR CATEGORIAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SANEAMENTO BÁSICO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>230</b>
	<b>APÊNDICE 8 - NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO URBANO PARA OS BCCS DADOS SECUNDÁRIOS .....</b>	<b>234</b>
	<b>APÊNDICE 9 - MATÉRIA NA ÍNTEGRA DOS MUNICÍPIOS VISITADOS DA RIIA ..</b> <b>.....</b>	<b>235</b>
	<b>APÊNDICE 10 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO .....</b>	<b>236</b>
	<b>APÊNDICE 11 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA.....</b>	<b>237</b>
	<b>APÊNDICE 12 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE MURICILÂNDIA .....</b>	<b>238</b>
	<b>APÊNDICE 13 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE DARCIÓPOLIS .....</b>	<b>239</b>
	<b>APÊNDICE 14 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO</b>	

REFERENTE AO MUNICÍPIO DE XAMBIOÁ.....	240
APÊNDICE 15 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE PIRAQUÊ .....	241
APÊNDICE 16 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA.....	242
APÊNDICE 17 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE ARAGUANÃ .....	243
APÊNDICE 18 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA.....	244
APÊNDICE 19 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE BABAÇULÂNDIA.....	245
APÊNDICE 20 - PRAÇA VISITADA NO MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO .....	246
APÊNDICE 21 - PRAÇA VISITADA NO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA .....	247
APÊNDICE 22 - PRAÇA VISITADA NO MUNICÍPIO DE DARCIÓPOLIS .....	249
APÊNDICE 23 - PARTE DA ORLA VISITADA NO MUNICÍPIO DE XAMBIOÁ....	250
APÊNDICE 24 – PRAÇA VISITADA NO MUNICÍPIO DE PIRAQUÊ .....	251
APÊNDICE 25 - PRAÇA VISITADA NO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA .....	252
APÊNDICE 26 - ORLA VISITADA NO MUNICÍPIO DE ARAGUANÃ .....	253
APÊNDICE 27 - ORLA VISITADA NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA.....	254
APÊNDICE 28 - ORLA VISITADA NO MUNICÍPIO DE BABAÇULÂNDIA.....	255
APÊNDICE 29 - SÍNTESE DA MÉDIA DOS RESULTADOS DOS DADOS PRIMÁRIOS POR CATEGORIAS DE SEGURANÇA, AMBIENTE, ACESSIBILIDADE E LUDICIDADE .....	256
APÊNDICE 30 - GRÁFICO RADAR PARA A SÍNTESE DA MÉDIA DOS RESULTADOS DOS DADOS PRIMÁRIOS POR CATEGORIAS DE SEGURANÇA, LUDICIDADE, ACESSIBILIDADE E AMBIENTE DAS PRAÇAS OU ORLAS VISITADAS .....	257

## INTRODUÇÃO

A Primeira Infância (PI) determina o período que engloba os primeiros seis anos de vida de uma criança (Brasil, 2016), durante o qual ocorrem influências significativas no desenvolvimento das estruturas cerebrais. Essa fase desempenha um papel fundamental ao longo da vida, à medida que a criança aprimora suas habilidades de relacionamento, de aprendizado e de expressão, tornando-se uma etapa determinante para seu desenvolvimento integral. É nesse período que ocorre o desenvolvimento das habilidades nas áreas da linguagem, física, cognitiva, emocional, moral, motora, neurológica, psíquica e social (UNICEF, 2021a).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância “no Brasil promove e protege os direitos de todas as crianças e adolescentes que vivem na Amazônia Legal” (UNICEF, 2018, p. 5). A Amazônia Legal abrange aproximadamente 60% do território nacional, mas estima-se que apenas 12% da população do país resida nessa Região. O conceito de Amazônia Legal, criado na década de 50, é mais político do que geográfico, apesar de sua extensa área, apresenta uma baixa densidade populacional, sendo composta por nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. A Região abriga cerca de 3 milhões de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos em 2022, distribuídas em 772 municípios (UNICEF, 2018; Primeira Infância Primeiro, 2024; Almeida, 2020).

Nos últimos 50 anos, a Amazônia Legal enfrentou desafios de desenvolvimento desigual. O rápido crescimento sem um planejamento adequado resultou na devastação de parte dos biomas, a Amazônia, parte do cerrado e pantanal, e na degradação dos solos e das bacias hidrográficas. E tem gerado preocupações globais, pois os benefícios sociais e econômicos são considerados menores do que as perdas ambientais decorrentes da intensa urbanização e modernização da agricultura e agropecuária na Região. Como resultado, a população enfrenta altos índices de pobreza e baixa qualidade de vida em comparação com a média nacional (Pavão *et al.*, 2017; Diniz *et al.*, 2007).

Esses desafios são exacerbados pelos grandes projetos na Amazônia Legal, que têm gerado impactos no planejamento urbano. Primeiramente, a implementação desses projetos resulta em danos socioeconômicos e ambientais, afetando diretamente as comunidades locais e levantando questões sobre quem realmente se beneficia. Comumente, esses projetos não estão alinhados com as necessidades das populações, mas sim com interesses externos. Além disso, a desarticulação das demandas locais é uma preocupação, uma vez que os projetos são frequentemente planejados sem considerar as especificidades regionais, resultando em um desenvolvimento que não atende às necessidades básicas, como moradia, saneamento e infraestrutura. A falta de participação comunitária agrava a situação, pois a ausência de um

planejamento participativo ignora as vozes das comunidades vulneráveis, impedindo que as intervenções urbanas respeitem a realidade local. Por fim, a valorização de recursos naturais sem sustentabilidade prioriza a exploração econômica, desconsiderando os impactos ambientais e sociais, o que resulta em desenvolvimento insustentável e condições de vida inadequadas. Esses fatores indicam que os grandes projetos na Amazônia Legal falham em promover um desenvolvimento equitativo e exacerbam desigualdades sociais e conflitos socioambientais na região (Lima *et al.*, 2023; Sousa *et al.*, 2023).

Resumidamente, esses grandes projetos não apenas transformam fisicamente os espaços urbanos, mas também geram repercussões nas relações sociais, econômicas e ambientais. Essa realidade exige uma abordagem integrada e sensível no planejamento urbano. Ao alterar a dinâmica dos territórios, esses projetos criam conflitos entre as necessidades das comunidades locais e os objetivos dos empreendimentos, que são impulsionados por interesses hegemônicos. Como resultado, as realidades das populações vulneráveis são desconsideradas, levando a uma distribuição desigual dos danos ambientais e sociais.

Logo, a Região selecionada apresenta uma mistura de realidades, com áreas de agropecuária moderna integradas aos mercados nacional e internacional, ao mesmo tempo em que existem regiões com pobreza e florestas densas quase inabitadas. A população local tem uma renda média equivalente a cerca de 60% da média nacional, o que confirma uma disparidade econômica em relação ao restante do país. Essa disparidade socioeconômica contribui para um desenvolvimento desigual entre as diferentes áreas da Amazônia Legal, demandando condições de vida dignas (Martha Júnior, Contini, Navarro, 2011).

A Região da Amazônia Legal é uma das mais pobres do Brasil, com indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e a renda *per capita* abaixo da média nacional. Em 2019, cerca de 20,9% da população vivia abaixo da linha de pobreza e aproximadamente 9,7% em situação de extrema pobreza. O acesso precário ao saneamento básico é um fator que amplia a vulnerabilidade. Por exemplo, em 2021, quase 40% da população não tinha acesso à água potável e cerca de 80% não conseguia serviços de esgotamento sanitário. Estudos mostram que a saúde e o saneamento têm o maior impacto na pobreza multidimensional na Região, seguidos pela educação. Essa falta de saneamento básico perpetua ciclos de pobreza difíceis de serem quebrados, evidenciando a complexidade das interações entre desenvolvimento e pobreza. Esses desafios destacam a necessidade de políticas públicas integradas para o planejamento urbano, visando enfrentar as dimensões da pobreza e promover um desenvolvimento equitativo e sustentável na Região (Guimarães, 2019; Rodrigues; Silva, 2023).

Ao realizar uma análise específica do recorte espacial desse trabalho, a Região de Influência Imediata de Araguaína (RIIA) faz parte da Amazônia Legal e é composta por 21 municípios: Ananás, Angico, Aragominas, Araguaína, Araguanã, Arapoema, Babaçulândia, Barra do Ouro, Campos Lindos, Carmolândia, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Muricilândia, Nova Olinda, Pau-d'Arco, Piraquê, Riachinho, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia e Xambioá. Em 2022, a Região possuía um total estimado de 32.791 crianças na primeira infância (Primeira Infância Primeiro, 2024).

Segundo a Divisão Regional do Brasil elaborada pelo IBGE (2017), as Regiões geográficas imediatas são estruturas compostas por centros urbanos próximos que atendem às necessidades imediatas das populações, como compras, busca de trabalho, serviços de saúde, educação e prestação de serviços públicos. Para delimitar cada Região de Influência Imediata, foi estabelecido um mínimo de 5 e um máximo de 25 municípios, levando em consideração a hierarquização das cidades. Os nomes das regiões geográficas imediatas são determinados com base nos níveis hierárquicos, conforme a ligação das cidades de menor para as de maior hierarquia urbana, conforme o IBGE (2017). É por esse motivo que a Região de influência em estudo é denominada Araguaína.

No Brasil, a temática da Primeira Infância ganhou destaque na agenda pública a partir de 2016, culminando na promulgação do Marco Legal da Primeira Infância (MLPI) por meio da Lei 13.257, em 8 de março de 2016. Essa legislação estabelece em seu artigo primeiro: “princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano” (Brasil, 2016, n.p.).

Conforme destacado por Cruz (2022), as crianças precisam ter a oportunidade de conviver e participar ativamente de sua comunidade. Elas devem conhecer a rua onde moram, explorar os ambientes de seu bairro e frequentar os serviços e espaços públicos que promovem formação, socialização e lazer na cidade em que residem (Cruz, 2022, p. 81).

Dessa forma, o artigo 4º do MLPI, define diretrizes para a formulação de planos e propostas de atendimento às crianças na primeira infância:

Art. 4º As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a:

I - atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadã;

II - incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;

III - respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as

crianças em seus contextos sociais e culturais;

IV - reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança;

V - articular as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância;

VI - adotar abordagem participativa, envolvendo a sociedade, por meio de suas organizações representativas, os profissionais, os pais e as crianças, no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços;

VII - articular as ações setoriais com vistas ao atendimento integral e integrado;

VIII - descentralizar as ações entre os entes da Federação;

IX - promover a formação da cultura de proteção e promoção da criança, com apoio dos meios de comunicação social.

X - promover o desenvolvimento das potencialidades das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e dos bebês que nasceram em condição de risco, no que se refere aos aspectos físico, cognitivo, psicoafetivo, social e cultural, de forma a priorizar o processo de interação e comunicação mediante atividades significativas e lúdicas;

XI - garantir o conjunto de serviços, apoios e recursos necessários para atender às necessidades das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e às necessidades de suas famílias, com vistas à promoção do desenvolvimento infantil pleno e inclusivo, em colaboração interfederativa. (Brasil, 2016, n.p.).

Embora esta pesquisa não se concentre no desenvolvimento infantil, o MLPI está diretamente relacionado ao tema “planejamento urbano para a infância”. Nesse contexto, é essencial mencionar quais são os requisitos urbanísticos, conforme definido pela Lei nº 6.766/1979 em seu capítulo II, artigo 4º, inciso I e parágrafo 2º, que aborda: “I - As áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário<sup>1</sup>, bem como a espaços livres de uso público<sup>2</sup> [...] § 2º - Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares” (Brasil, 1979, n.p.).

A abordagem de apresentar informações sobre saúde, educação, saneamento básico e preservação ambiental é fundamental para compreender as condições de vida das crianças e suas famílias. No entanto, o tema do lazer também possui uma importância significativa e será devidamente circunscrito nesta pesquisa.

Assim sendo, é importante ressaltar que o planejamento urbano voltado para a primeira infância deve ir além da simples criação de parquinhos, integrando espaços de socialização<sup>3</sup> que reconheçam a importância de ambientes que promovam a interação social, a saúde e a educação. Embora os espaços educativos sejam necessários para o desenvolvimento infantil, é

<sup>1</sup> Cumpre destacar que as expressões: “equipamentos públicos”, “equipamentos urbanos”, “equipamentos comunitários e equipamentos públicos comunitários” vão ser tomados numa relação sinonímica nesta pesquisa.

<sup>2</sup> Os espaços públicos são fundamentais na primeira infância, pois permitem que as crianças vivenciem suas primeiras experiências fora do lar. Ruas, calçadas, parques e praças são locais de interação e formação de laços com a cidade e a comunidade (URBAN95, 2021k).

<sup>3</sup> Neste texto, os termos “espaços de socialização” e “espaços de lazer” são utilizados de forma sinonímica, referindo-se a ambientes que promovem a interação social e o entretenimento, essenciais para o desenvolvimento das crianças na primeira infância.

fundamental que eles façam parte de uma rede mais ampla de serviços urbanos. Para criar cidades amigáveis para crianças, é necessário garantir que os ambientes de lazer e socialização coexistam, contribuindo assim para um desenvolvimento integral (Oliveira; Santos; Silva, 2018; Lansky; Gouvea, 2023).

Nesse contexto, as praças e orlas, áreas selecionadas nesta pesquisa para um aprofundamento relacionado ao “lazer/espços de socialização”, emergem como espaços benéficos onde as crianças podem vivenciar experiências significativas na presença de familiares e na convivência em grupo, conforme relatado por Carreira (2016) e Conceição (2023). A diversidade de estruturas e atividades disponíveis nesses ambientes não apenas atrai crianças, mas também proporciona oportunidades que vão além do simples ato de brincar, estimulando a imaginação e a criatividade, ou seja, o lúdico. Além disso, a segurança e a acessibilidade percebidas nesses espaços são fundamentais. Ambientes considerados seguros e de fácil acesso tendem a ser mais utilizados, aumentando as oportunidades de interação social e contribuindo para um desenvolvimento ativo das crianças.

Portanto, é imprescindível que o planejamento urbano priorize a criação de praças e orlas que não apenas ofereçam áreas de jogo, mas que também promovam a socialização e o bem-estar das crianças e suas famílias. Essa abordagem contribui para a formação de vínculos sociais e o desenvolvimento de habilidades para a vida em sociedade.

Na abordagem do planejamento urbano, busca-se criar um ambiente inclusivo e favorável, o que é conhecido como "*Family Friendly*" (amigável para a família). Isso é alcançado por meio de uma variedade de serviços, de estratégias e de programas que visam a melhorar a qualidade de vida dos habitantes. Esses habitantes não se restringem apenas às crianças, sendo relevante considerar adolescentes, jovens, adultos e idosos, para obter os melhores resultados no planejamento urbano. Quando uma cidade é bem adaptada para atender às necessidades dos bebês, ela acaba beneficiando igualmente toda a sua população (URBAN95, 2021a). A Fundação Bernard Van Leer<sup>4</sup> enfatiza esse ponto na citação a seguir.

O planejamento urbano é composto por uma série de soluções e estratégias que melhoram a vida das pessoas na cidade. Para que ele seja realmente efetivo, é interessante ter um olhar intersetorial e amplo, para que todos os habitantes do espaço tenham segurança, conforto e acessibilidade. (URBAN95, 2021b, n.p.).

Vale destacar que, planejamento urbano é um campo interdisciplinar que requer o

---

<sup>4</sup> A URBAN95 é uma iniciativa da Fundação Bernard Van Leer e seu principal objetivo é integrar a perspectiva das crianças no planejamento urbano. A iniciativa convida gestores públicos, líderes, arquitetos e urbanistas a considerar as cidades a partir da perspectiva de quem mede 95 cm – a altura média de uma criança de 3 anos (URBAN95, 2021a).

conhecimento de diversas áreas, como engenharia, arquitetura, urbanismo, geografia, psicologia, economia e outras disciplinas. Portanto, o planejamento urbano não deve ser restrito apenas aos profissionais de arquitetura e urbanismo, mas deve envolver uma ampla gama de especialistas de áreas diversas para uma abordagem completa e eficaz (Kalil; Gelpi, 2019).

Graduada em Engenharia Civil, com especialização nas áreas da Engenharia de Segurança do Trabalho, e Engenharia Ambiental e Sanitária, durante minha formação, percebi que o curso de engenharia não se limita apenas à construção de infraestruturas, minha trajetória acadêmica reflete uma abordagem interdisciplinar, característica também no contexto do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), onde acredito que minha formação foi fundamental para compreender as reais necessidades dos bebês das crianças pequenas e seus cuidadores (BCCs) no contexto do planejamento urbano.

A elaboração desta dissertação não apenas reflete minha formação acadêmica, mas também parte de minhas experiências pessoais. Cresci em Araguaína-TO e, como moradora da Região, frequentemente visitava municípios próximos com minha família, como Araguaianã, Arapoema, Babaçulândia, Filadelfia, Pau-d'arco e Xambioá, onde passávamos temporadas nas praias locais ou visitávamos parentes. Durante essas visitas, sempre percebi a falta de ambientes adequados de socialização, como praças e orlas. Essa ausência de espaços durante minha infância despertou meu interesse em analisar como o planejamento urbano pode impactar a qualidade de vida das populações. Além disso, busco compreender como um olhar local pode reverberar em uma perspectiva mais ampla, e como o planejamento urbano para a infância não se restringe apenas a ambientes de socialização, mas também está relacionado ao acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, saneamento básico e meio ambiente.

Dessa forma, recorreremos às teorias embasadas no método marxista e que ajuda a estudar a sociedade capitalista (Löwy, 1998). A teoria do desenvolvimento desigual e combinado (TDDC), de Leon Trotsky, destaca que em um contexto de globalização capitalista, diferentes áreas podem ter níveis diversos de desenvolvimento, resultando em desigualdades de acesso a serviços (saúde, educação, saneamento básico, meio ambiente e espaços de socialização). Já a teoria do desenvolvimento geográfico desigual (TDGD), de David Harvey, analisa como regiões mais ricas se beneficiam em detrimento das áreas carentes, identificando municípios em desvantagem que precisam de intervenções para promover um desenvolvimento equitativo. Essas teorias ajudam a compreender as disparidades territoriais e sociais, sendo úteis no planejamento urbano para a primeira infância na Região estudada.

O planejamento urbano está intimamente relacionado às teorias selecionadas, onde os espaços públicos adequados para a infância refletem o cuidado da municipalidade com esse

grupo em específico. A análise de dados sociais, incluindo acesso à saúde, educação, saneamento básico e meio ambiente, permite compreender as necessidades específicas das crianças e orientar políticas públicas para criar uma cidade acolhedora para todos. A URBAN95 (2024) contribui para essa relação ao auxiliar os municípios em diagnósticos locais sobre a experiência das crianças nos espaços urbanos, embasando o desenvolvimento de políticas eficazes alinhadas com as prioridades locais.

Ao considerarmos como objeto de estudo o planejamento urbano, cabe ressaltar que o foco se dará em duas frentes produtivas: (i) a primeira abordará sobre indicadores que permitam analisar como as municipalidades lidam com esse público específico no que concerne à saúde, à educação, ao saneamento básico e ao meio ambiente. (ii) a segunda versará sobre uma análise da adequação das praças e as orlas<sup>5</sup> para a infância.

À luz da teoria do desenvolvimento desigual, as frentes produtivas mencionadas se conectam. A primeira, reflete a disparidade no acesso a esses serviços essenciais entre os municípios da Região, evidenciando as desigualdades existentes no atendimento às necessidades da população, especialmente da primeira infância. Por outro lado, a segunda, destaca como a infraestrutura de lazer, os ambientes de socialização disponível em diferentes áreas podem refletir as discrepâncias no desenvolvimento urbano e na qualidade de vida das crianças, revelando as assimetrias espaciais e a falta de equidade na oferta de espaços públicos, praças e orlas, adequadas para o desenvolvimento saudável e integral das crianças. Essa interligação entre as duas frentes produtivas ressalta a importância de considerar não apenas os indicadores sociais, mas também a infraestrutura urbana nos espaços de convivência na promoção de um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo para a primeira infância na Região estudada.

No âmbito do recorte espacial da Região de Influência Imediata de Araguaína/TO e do recorte etário de 0 a 6 anos de idade, realizamos buscas no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando as seguintes palavras-chave: "primeira infância", "Região de Influência Imediata de Araguaína", "planejamento urbano" e "desenvolvimento desigual". Identificamos apenas uma dissertação de mestrado, de Cruz (2022), que apresentou parcialmente dados sobre a infância na Região Norte e em Araguaína-TO, abordando também o planejamento urbano.

Partindo do pressuposto de um vazio temático decorrente da escassez de pesquisas científicas sobre o assunto no recorte espacial mencionado, este projeto será mobilizado,

---

<sup>5</sup> Praças são espaços urbanos no interior da cidade, enquanto as orlas estão relacionadas a áreas costeiras ou beirários.

considerando as seguintes justificativas: (i) conhecer a Região permite planejar a alocação de recursos e a elaboração de projetos direcionados às necessidades específicas de cada localidade e da Região em si; (ii) fornecer informações relevantes aos municípios envolvidos, auxiliando a constituição do Plano Municipal para a Primeira Infância; (iii) criar projetos de boas práticas para o desenvolvimento infantil, com enfoque na adequação de espaços comunitários de lazer.

Trabalhamos com a hipótese de que na Região de Influência Imediata de Araguaína há significativa precariedade na primeira infância quanto acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico, ao meio ambiente, espaços de socialização adequados e que os municípios maiores e com mais recursos apresentam resultados melhores, evidenciando um desenvolvimento desigual. Essa hipótese pode ser sustentada pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Araguaína ser alto em comparação com outras cidades vizinhas da RIIA, que possuem o IDH de médio a baixo. Desse modo, levantamos o seguinte questionamento: “Como é a condição e o planejamento urbano para a primeira infância na Região de Influência Imediata de Araguaína?”.

Esta pesquisa estrutura-se em uma abordagem quali-quantitativa, que se baseia nos métodos observacional e estatístico, segundo Lakatos e Marconi (2003) e Gil (2006, 2017). Isso porque o uso de fontes governamentais e da sociedade civil para a coleta dos dados secundários e a observação para a coleta de dados primários nos permitiram abordar as características da Região de Influência Imediata de Araguaína/TO.

A primeira etapa foi baseada nas relações entre as variáveis dos índices de desenvolvimento nos campos da saúde, da educação, do saneamento básico e do meio ambiente na Região em estudo. Na área da saúde, foram considerados indicadores como internações por diarreia, mortalidade infantil, gasto público em saúde por habitante, cobertura vacinal, além do percentual de peso baixo e peso elevado. Na educação, foram analisados o índice de necessidade por creche, o percentual de atendimento em creches e em pré-escolas, e o número de matrículas nessas instituições. Em relação ao saneamento básico, foram avaliados o abastecimento de água tratada, a coleta de lixo e o tratamento de esgoto. Já no contexto do meio ambiente, foi observado o indicador arborização.

A segunda etapa foi realizada por meio de uma pesquisa de campo não participante, utilizando o protocolo de observação de equipamentos comunitários e espaços públicos urbanos para cada município incluído na RIIA. Ressalta-se que as decisões das municipalidades referentes aos aspectos de saúde, educação, saneamento e meio ambiente se conectaram com os princípios da organização e do planejamento urbano por constituírem fundamentais para o desenvolvimento das comunidades.

Este estudo faz parte das atividades do Projeto “Observatório da Região de Influência Imediata de Araguaína – TO: cidade, discurso e infância”. E esta pesquisa tem como foco exclusivo a área da primeira infância.

Por fim, o objetivo geral deste estudo é analisar a condição e o planejamento urbano para a primeira infância na Região de Influência Imediata de Araguaína, considerando indicadores sociais que abrangem aspectos como população, saúde, educação, saneamento básico, meio ambiente e espaços de socialização em praças e orlas. Essa análise busca compreender de forma abrangente e detalhada as condições e necessidades das crianças e suas famílias na Região. Além disso, os objetivos específicos incluem: (i) a identificação e análise dos índices de desenvolvimento nas áreas da população, economia, saúde, educação, saneamento básico e meio ambiente voltados para a primeira infância nos municípios da Região de Influência Imediata de Araguaína; (ii) a análise da segurança, ambiente, acessibilidade e ludicidade dos equipamentos comunitários em praças e orlas; (iii) e a compreensão e o mapeamento do desenvolvimento desigual geográfico e combinado para a primeira infância na Região. Esses objetivos visam fornecer informações para a formulação de políticas e ações que promovam um desenvolvimento urbano adequado e inclusivo para os bebês as crianças pequenas e os seus cuidadores na Região de Influência Imediata de Araguaína.

De forma geral, a presente dissertação está estruturada em quatro capítulos, além da introdução, dos objetivos e das considerações finais.

Na primeira parte do capítulo 1, chamada de “planejamento urbano e direito à cidade para a primeira infância” definimos a primeira infância de acordo com o UNICEF (2021b), Ministério da Saúde (2024) e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) (2024a). Em seguida, exploramos o planejamento urbano com base em Kalil e Gelpi (2019), Costa e Santos (1997), Souza (2003), Rolnik (1990) e Maricato (2013). Apresentamos organizações e iniciativas que focam na primeira infância, como o *United Nations International Children's Emergency Fund* (UNICEF) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>6</sup> da ONU, além da iniciativa URBAN95 da Fundação Bernard van Leer e a FMCSV. Discutimos os investimentos na primeira infância citando Heckman (2012; 2017), incluindo o Marco Legal da Primeira Infância segundo Brasil (2016). Apresentamos também definições de indicadores de impacto social: saúde, educação, saneamento básico, meio ambiente e equipamentos urbanos e

---

<sup>6</sup> Comprometimento em proteger o planeta da degradação, especialmente por meio de práticas de consumo e produção sustentáveis, da gestão responsável de seus recursos naturais e da adoção de medidas urgentes para enfrentar a mudança climática, assegurando que ele possa atender às necessidades das gerações atuais e futuras (ONU, 2024).

comunitários. Por fim, abordamos o direito à cidade para a primeira infância, citando Maricato (1985) e Harvey (2010; 2014), junto com a discussão sobre as cidades femininas, segundo Rodrigues e Borges (2023), a ONU-*habitat* (2024) e BID (2020).

Na segunda parte do capítulo 1, intitulada “as pesquisas em planejamento urbano para a infância: o estado da arte” trabalhamos a definição de estado da arte segundo Pimentel, Souza e Vasconcellos (2020), Santos e Fiorentini (2021), e Romanowski e Ens (2006). Depois, foram elaborados os métodos para a seleção de materiais, os critérios de inclusão e exclusão, as fases para coleta de dados e de que forma os dados foram tratados segundo Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2007). Finalmente, correlacionamos os documentos selecionados sobre o planejamento urbano para a primeira infância com o direito à cidade, saúde, educação, saneamento básico, meio ambiente e espaço de convivência, e como esses assuntos estão interligados nesse contexto.

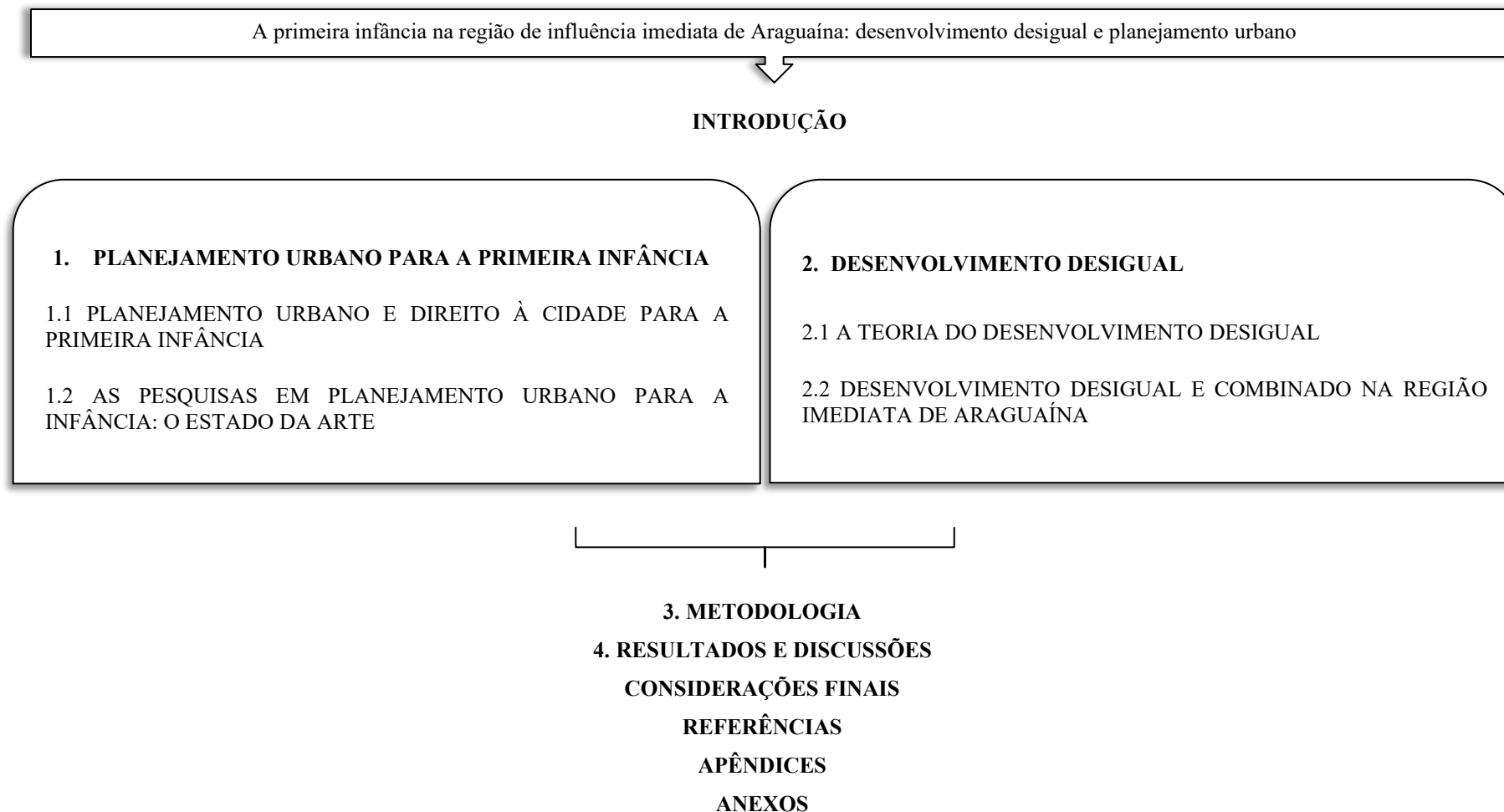
No capítulo 2, na primeira parte “A teoria do Desenvolvimento desigual”, abordamos os fundamentos teóricos da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (TDDC), iniciando com uma breve explanação sobre as bases do conceito de Desenvolvimento Desigual (DD) tendo como base o marxismo, Lênin (2011), seguida pela ampliação da teoria por Trotsky (2017a; 2017b) em conjunto com a contribuição de Löwy (1998) e Theis (2009, 2013, 2016) como base de referência. Além disso, foi apresentada a Teoria de Desenvolvimento Geográfico Desigual (TDGD) proposta por Harvey (2009), contrastando-a com os exemplos do UNICEF (2021b) e Heckman (2017) estabelecendo uma conexão com o tópico anterior sobre o planejamento urbano para a primeira infância. Em seguida foi trabalhado “O desenvolvimento desigual e a intelectualidade Brasileira” destacamos alguns intelectuais brasileiros, figuras como Prado Jr. (1966), Fernandes (1968), Cardoso (1973) e Oliveira (2003). Eles contribuíram com análises sobre a realidade política, social e econômica do país, tendo como base autores como Demier (2007) e Del Roio (2023).

Na segunda parte do capítulo 2, intitulada “Desenvolvimento desigual geográfico e combinado na Região de Influência Imediata de Araguaína”, destacamos as opções teóricas de desenvolvimento desigual utilizadas. Definimos o termo RIIA segundo o IBGE (2017), apresentamos os mapas da localização espacial, população geral e da primeira infância, dados do IDH e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Além disso, expomos brevemente as características da Região, como rios, rodovias e ferrovias que a cortam, e a história dos municípios que fazem parte desta Região, conforme Vilela e Nascimento (2022), ANA (2024), Vieira (2022), Paulo (2022), prefeitura de Araguaína (2023), Cruz (2022), Lopes (2015) e IBGE (2023). A seguir, exploramos as definições de pequenas e médias cidades a nível Brasil e dentro

do contexto da Amazônia Legal com as obras de Sposito e Jurado da Silva (2013), Jurado da Silva (2009), Santos (1980;1979), Pacífico Filho *et al.* (2023) e Pacífico Filho, Borges e Siqueira (2023). Abordamos também o tema de cidades médias, analisando as funções desses centros urbanos no contexto do sistema capitalista com as contribuições de Santos (2023). E, para aprofundar a compreensão do papel das cidades estudadas, incorporamos as contribuições de Amorim Filho e Serra (2008) e Smith (1988).

No capítulo 3, foi abordado a metodologia utilizada. Neste contexto, delineia-se o percurso trilhado, abrangendo o local da pesquisa: praças ou orlas na Região de Influência Imediata de Araguaína, a geração de dados primários e secundários e outros aspectos e perspectivas (quali-quantitativos) desenvolvidos ao longo do trabalho.

E, por fim, no capítulo 4, foram apresentados os resultados. Onde foi realizado o ranqueamento dos dados secundários, fornecendo informações que auxiliam na compreensão do desenvolvimento desigual das municipalidades da Região em estudo. Também foi apresentado o georreferenciamento/mapeamento das praças e orlas que foram visitadas e aplicado o protocolo de observação.

**Figura 1** - Esquema de organização da dissertação

Fonte: elaboração da autora (2025).

## 1 PLANEJAMENTO URBANO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

### 1.1 Planejamento urbano e direito à cidade para a primeira infância

Nesta seção, exploramos a relação entre o planejamento urbano e o direito à cidade, com um foco específico na primeira infância. Discutimos como o conceito de direito à cidade se aplicou às necessidades das crianças, enfatizando a importância de criar ambientes urbanos que fossem seguros, acessíveis e inclusivos. Analisamos as diretrizes e políticas que orientam o planejamento urbano voltado para a infância, destacando a necessidade de considerar as vozes das crianças e suas famílias na formulação de políticas públicas. Além disso, examinamos exemplos de boas práticas e iniciativas que buscam garantir que as crianças tenham acesso a espaços de convivência (relacionados com o direito ao lazer) e serviços essenciais (saúde, educação, saneamento básico e preservação ambiental), promovendo seu desenvolvimento integral.

A primeira infância, que vai da concepção aos 6 anos de idade, “é considerada uma janela de oportunidades crucial para a saúde, aprendizado, desenvolvimento e bem-estar social e emocional das crianças” (UNICEF, 2021b, p. 31). É durante a primeira infância, que os bebês e as crianças pequenas são reconhecidas como os melhores aprendizes.

Eles crescem e aprendem mais rápido nos primeiros anos de vida. Durante a primeira infância, seus cérebros se desenvolvem mais rapidamente que em qualquer outra época de suas vidas, e as experiências vividas têm um impacto profundo e duradouro sobre sua saúde física e mental e sobre sua capacidade de aprender e de se relacionar com os outros (URBAN95, 2024, *online*).

Conforme destacado pelo UNICEF (2021a, p. 11), "o cérebro da criança está sempre aprendendo", esse processo de desenvolvimento continua ao longo do tempo, sendo influenciado pelas experiências positivas ou negativas vivenciadas e compartilhadas, especialmente com os pais, familiares e cuidadores em geral (Ministério da Saúde, 2024).

Portanto, garantir um ambiente seguro, acolhedor e estimulante nesse período, é necessário para promover um desenvolvimento saudável. Nesse sentido, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) (2024a) adiciona na constituição do termo “primeira infância” uma equação simples: investir na primeira infância com cuidados, amor, estímulo e interação é o alicerce para que a criança alcance todo o seu potencial. Isso resulta em um adulto mais saudável e equilibrado, contribuindo para o florescimento de uma sociedade com os mesmos princípios.

Assim, considerar o planejamento urbano, termo abordado por Kalil e Gelpi (2019); Costa e Santos (1997); Souza (2003); Rolnik (1990) e Maricato (2013) no contexto da primeira infância e suas famílias envolve engajar-se nos debates promovidos por organizações,

fundações e iniciativas. Isso inclui o UNICEF (2021a; 2021b) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (2024), a iniciativa URBAN95 (2021a) da Fundação Bernard van Leer (2020) e a FMCSV (2024a).

Essas abordagens integradas buscam garantir que as cidades sejam planejadas levando em consideração as necessidades específicas das crianças pequenas e de seus cuidadores, promovendo um ambiente urbano mais inclusivo e adequado para o desenvolvimento dos pequenos.

Dessa forma, o planejamento urbano é um processo contínuo e permanente, primordial para organizar o espaço físico-territorial de uma cidade ou zona urbanizada. Segundo Costa e Santos (1997), esse processo visa responder a questões fundamentais como o que fazer, para que fazer, como fazer, quando fazer, onde fazer e com que meios fazer, envolvendo tanto a vontade política quanto ações técnicas.

A atividade de planejamento implica analisar metas e objetivos, formular alternativas, prever resultados, decidir em diferentes etapas, escolher ações a serem realizadas em tempo e espaço específicos, e determinar os meios de implementação (Kalil e Gelpi, 2019). Rolnik (1990) contribui para esse campo ao discutir o processo que envolve a organização e gestão do espaço urbano, considerando múltiplos agentes públicos e privados. O planejamento urbano é visualizado como um instrumento que vai além de criar um modelo ideal de "boa cidade"; é também um espaço institucional onde as contradições e diferenças sociais na cidade são explicitadas e discutidas. Além disso, o planejamento urbano é mencionado como uma ferramenta que pode ser politizada e questionada, especialmente no contexto de uma possível reforma urbana, visando à democratização da gestão.

Nesse contexto, é relevante compreender a conexão entre o planejamento urbano e a gestão. De acordo com Souza (2003), o planejamento urbano está relacionado ao futuro, pois define diretrizes e ações para orientar o crescimento urbano, enquanto a gestão está associada ao presente, sendo responsável pela implementação das políticas estabelecidas, coordenação de setores, alocação de recursos e fiscalização do cumprimento do planejado.

Portanto, é importante entender que o planejamento urbano e a gestão não são conceitos opostos ou intercambiáveis, mas sim termos que se complementam.

Ao falar em democratização da gestão do planejamento urbano, citado por Rolnik (1990), é fundamental ligar com o Estatuto da Cidade, apesar de ser um projeto utópico de cidade igualitária também discutida por Harvey (2009) e Rodrigues (2004).

Maricato (2013) salienta que, o Plano Diretor<sup>7</sup>, embora repleto de boas intenções em teoria, falha em se integrar efetivamente à gestão urbana no Brasil. A autora argumenta que, em um país onde a aplicação das leis varia de acordo com as circunstâncias “mantém refém de um processo de troca de favores” (Maricato, 2013, p. 125), significa dizer que a gestão urbana acaba sendo influenciada por interesses particulares e relações de favorecimento. Isso implica que as decisões e ações relacionadas ao desenvolvimento urbano são moldadas não apenas por critérios técnicos e de interesse público, mas também por acordos políticos, econômicos e sociais que beneficiam certos grupos em detrimento de outros. Consequentemente, o Plano Diretor não consegue ser implementado como deveria na prática. Isso resulta em um cenário no qual o planejamento urbano acaba beneficiando apenas alguns setores da sociedade (ligados ao mercado imobiliário de alto padrão e aos grupos políticos que tem acesso privilegiado à gestão urbana, por exemplo), enquanto a maioria da população fica à margem, privada de acesso aos benefícios da cidadania e garantias legais para seus direitos urbanos.

Kalil e Gelpi (2019), trata da possibilidade de participação da população na discussão e elaboração do planejamento urbano, o que antes era restrito ao corpo técnico da prefeitura. Com a implementação desse estatuto, surgiu a proposta de uma gestão participativa, envolvendo o diálogo entre o gestor, o corpo técnico, os vereadores, os moradores, os proprietários e os investidores do município. Essa abordagem causou estranheza aos cidadãos brasileiros, pois não era uma prática comum até então, especialmente no que diz respeito ao planejamento participativo.

A inclusão da comunidade nesse processo de tomada de decisões representa um avanço na democratização e na transparência das políticas urbanas, permitindo que os cidadãos tenham voz ativa na construção e no desenvolvimento de suas cidades.

Nesse contexto, a interdisciplinaridade na pesquisa, destacada por Kalil e Gelpi (2019), ressalta a importância da colaboração entre profissionais de diversas áreas, indo além dos tradicionais arquitetos e engenheiros.

melhorar a qualidade de vida da população e reduzir disparidades socioespaciais são tarefas sujeitas a muitos fatores e, muitas vezes, a questões independentes da escala local. Instrumentos não urbanísticos, como tributos e mecanismos de participação popular, na definição do orçamento público, podem ter importância mais decisiva do que instrumentos urbanísticos. Então, do ponto de vista técnico-científico, o

---

<sup>7</sup> A previsão legal do Plano Diretor está estabelecida na Constituição Federal de 1988, no capítulo II, que aborda a política urbana nos artigos 182 e 183. Esses artigos ressaltam a obrigatoriedade da criação do Plano Diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes. O Plano Diretor é um instrumento de planejamento urbano que estabelece diretrizes para o crescimento das cidades, regulando o uso do solo, promovendo a sustentabilidade e garantindo a qualidade de vida. Sua elaboração deve ser participativa, envolvendo a sociedade civil, o poder público e a iniciativa privada. (Brasil, 2001).

planejamento e a gestão das cidades constituem um campo interdisciplinar, devendo, nessa área, cooperar, além dos arquitetos urbanistas, os geógrafos, os economistas, os administradores e os juristas especializados em direito urbano, entre outros, de modo que não estejam vinculados a essa área apenas os profissionais de arquitetura e urbanismo.” (Kalil e Gelpi, 2019, p. 20).

Essa abordagem integrada e colaborativa é fundamental para garantir a eficácia e a sustentabilidade do planejamento urbano para a primeira infância, considerando as interações presentes nos contextos urbanos contemporâneos.

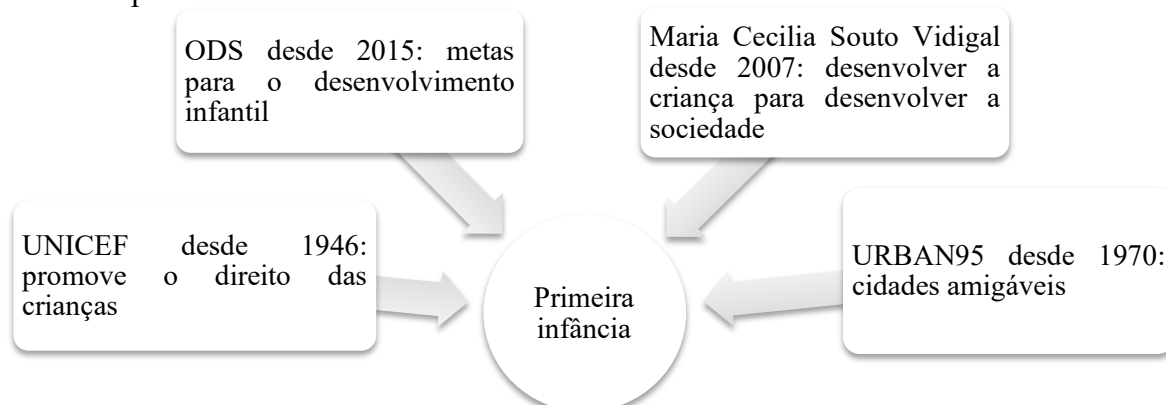
Ao planejar o ambiente urbano para a primeira infância, as organizações, fundações e iniciativas reconhecem a urgência de investimentos para preservar os cuidados e o desenvolvimento saudável das crianças desde os primeiros anos de vida. Destacam a importância de políticas e ações que promovam um ambiente urbano propício ao bem-estar infantil, conforme ressaltado na citação:

É na primeira infância [...] que urge a indispensabilidade de investimentos para que se alcance os cuidados, a atenção, a proteção e os vínculos afetivos necessários à constituição da subjetividade, ao crescimento saudável e ao desenvolvimento físico, psíquico, emocional, cognitivo, motor, social e cultural do infans. (Cruz, 2022, p. 10).

A importância do desenvolvimento saudável na primeira infância é reconhecida por organizações de renome internacional. O *United Nations International Children's Emergency Fund* (UNICEF), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) dedicado à promoção e proteção dos direitos das crianças em todo o mundo, destaca esse aspecto fundamental. Além disso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) incluem metas específicas relacionadas ao desenvolvimento infantil, corroborando essa importância. A FMCSV ao fomentar o desenvolvimento infantil, visa impulsionar o progresso da sociedade como um todo. A iniciativa URBAN95, liderada pela Fundação Bernard Van Leer, também reconhece a relevância de garantir um ambiente propício para o crescimento saudável das crianças desde a primeira infância, especialmente nas áreas urbanas, essa iniciativa busca melhorar a qualidade de vida das crianças e de seus cuidadores em ambientes urbanos.

Ambas contribuem significativamente para promover a conscientização e ações em prol do desenvolvimento saudável das crianças. Esses compromissos estão representados de forma simplificada na Figura 2.

**Figura 2** - Relação do UNICEF, do ODS, da Maria Cecília Souto Vidigal e da URBAN95 com o tema primeira infância



Fonte: elaboração da autora (2025).

O UNICEF, como órgão da ONU dedicado à proteção dos direitos das crianças, tem uma forte ligação com a primeira infância. Desde 1946, trabalha para garantir que as crianças tenham acesso a condições adequadas para seu desenvolvimento completo, abrangendo saúde, educação, proteção e oportunidades. No Brasil, o UNICEF apoia iniciativas na área da infância e adolescência, participando de campanhas de imunização e mobilizações por direitos constitucionais e estatutários. Por meio de parcerias e programas específicos, busca assegurar que todas as crianças e adolescentes, especialmente os mais vulneráveis, tenham um ambiente favorável ao seu desenvolvimento integral, contribuindo para um futuro mais justo e equitativo para todas as gerações (UNICEF, 2024).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecem uma agenda global<sup>8</sup> para promover o desenvolvimento sustentável em diversas áreas, incluindo a garantia de direitos e bem-estar para todas as crianças. Em 2015, os 193 países da ONU, incluindo o Brasil, comprometeram-se com um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema, promover a paz, oferecer educação de qualidade e proteger o planeta (Primeira infância em pauta, 2024).

No contexto do planejamento urbano, os ODS têm uma relação direta com a primeira infância. O ODS 4, que aborda a Educação de Qualidade, destaca a importância de garantir acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, incluindo cuidados e educação pré-escolar. Outros ODS, mesmo que não mencionem diretamente crianças menores de 6 anos,

<sup>8</sup> Agenda 2030 inclui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas específicas. Cada ODS aborda desafios globais, como erradicação da pobreza, promoção da igualdade de gênero e combate às mudanças climáticas. Por exemplo, uma meta como "garantir que todas as crianças completem a educação primária" pode ser mensurada pela porcentagem de crianças matriculadas e que concluem o ensino primário. Assim, a mensurabilidade das metas facilita a coleta de dados, a análise de resultados e a realização de comparações entre diferentes países ou regiões ao longo do tempo. Isso é fundamental para que governos e organizações possam ajustar suas políticas e ações de acordo com os resultados obtidos. (ODS, 2025).

são essenciais para o desenvolvimento e futuro delas, contribuindo para ambientes urbanos mais inclusivos, seguros e propícios ao crescimento saudável e ao bem-estar infantil. As 17 metas dos ODS estão apresentadas na Figura 3.

**Figura 3** - Agenda 2030



Fonte: ONU (2024).

Embora algumas metas dos ODS não façam menção direta às crianças com menos de 6 anos, Cruz (2022) destaca a importância de investir também nos cuidadores. É essencial oferecer serviços da rede de apoio intersetorial aos cuidadores parentais, pois a satisfação das necessidades básicas do adulto responsável pela criança pequena influencia diretamente o desenvolvimento infantil. “É preciso cuidar de quem cuida da criança da primeira infância como forma de favorecer a sobrevivência e o desenvolvimento” (CRUZ, 2022, p. 22).

Desde 2007, a FMCSV (2024a) tem como missão o desenvolvimento da criança para gerar um impacto positivo na sociedade. Isso é alcançado através de quatro prioridades fundamentais: mobilizar lideranças, sensibilizar a sociedade, fortalecer os pais e adultos responsáveis, e aprimorar a qualidade da educação infantil. O objetivo principal é dar prioridade à primeira infância, envolvendo a colaboração de pais, cuidadores, líderes públicos e sociais, setor privado, imprensa, pesquisadores e empreendedores de forma imediata.

Por fim, a URBAN95 é uma iniciativa global da Fundação Bernard Van Leer que atua no Brasil desde 1970, integrando a perspectiva de bebês, crianças pequenas e seus cuidadores no planejamento urbano e nas estratégias de mobilidade semelhante o objetivo da FMCSV. Gestores públicos e profissionais recebem suporte para promover o desenvolvimento integral das crianças, desafiando líderes e profissionais de todas as áreas a considerarem as cidades sob a ótica das crianças pequenas que possuem 95cm de altura, sendo o representativo da altura

média de uma criança de 6 anos de idade. O objetivo é promover interações positivas, contato com a natureza, proximidade entre serviços e transformações nos ambientes urbanos que impactam os primeiros anos de vida das crianças. A iniciativa trabalha com a ideia de "bairros caminháveis" ou "cidades amigáveis", facilitando o deslocamento das famílias com crianças pequenas a pé, de bicicleta ou de transporte público até os serviços essenciais, como creches, pré-escolas, unidades de saúde, espaços de convívio e locais com oportunidades de emprego, em um tempo máximo de 15 minutos (Fundação Bernard Van Leer, 2020).

A Fundação Bernard Van Leer, ao criar ambientes urbanos seguros, saudáveis e inclusivos, responde a questões levantadas por Harvey (2014) ao considerar a qualidade do ambiente urbano e reintroduzir o sentido de *habitat* para as crianças e suas famílias. A abordagem da Fundação está alinhada com o princípio universal de design de "Pense nos bebês", reconhecendo que um ambiente seguro, limpo e interessante para os bebês também beneficia todas as faixas etárias. A ênfase na criação de espaços urbanos que atendam às necessidades específicas das crianças contribui não apenas para seu desenvolvimento saudável, mas também para a criação de ambientes urbanos inclusivos e agradáveis para toda a comunidade (URBAN95, 2021a).

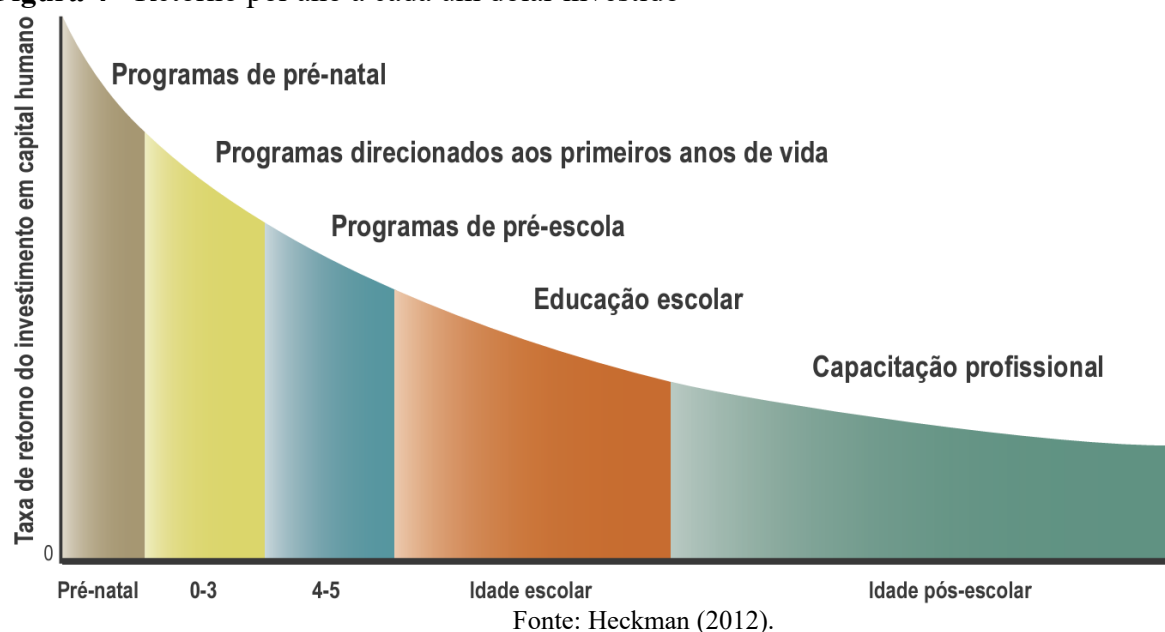
Se tratando das crianças, torna-se necessário apontar dados, o UNICEF (2018; 2022), menciona como a falta de um ou mais direitos fundamentais coloca meninas e meninos em uma situação de "privações múltiplas", uma vez que os direitos humanos são interdependentes e indivisíveis, devendo ser garantidos de forma conjunta. Em 2018, foi revelado que seis em cada dez crianças enfrentam privações em diversos setores, sendo o saneamento apontado como a principal privação, seguido por educação, acesso à água, informação, moradia e trabalho infantil. É notável que a proporção de crianças privadas de algum direito diminuiu de 62,9% em 2019 para 60,3% em 2022. Esses dados ressaltam a necessidade de reduzir as privações e criar um ambiente propício para seu pleno desenvolvimento e bem-estar.

Diante das informações apresentadas, torna-se evidente a importância e urgência de investimentos em um planejamento urbano voltado para a primeira infância. Como meio de conferir que possam alcançar seu pleno potencial e ter a vida que desejam, desvelando desigualdades e trabalhando pela igualdade de oportunidades e equidade. Nesse sentido, Heckman (2012;2017) contribui com essa perspectiva.

James J. Heckman é um professor emérito de economia da Universidade de Chicago, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2000. Especialista em economia do desenvolvimento humano, destaca a importância do investimento na primeira infância para o

desenvolvimento econômico e social. Embora seja reconhecido principalmente por seu trabalho nesse campo, suas pesquisas abrangem áreas interdisciplinares, incluindo educação na primeira infância, psicologia, estatística e neurociência. Seu foco principal está em como o investimento na primeira infância pode impactar positivamente não apenas o desenvolvimento econômico, mas também o bem-estar social, a saúde e o sucesso individual ao longo da vida. Portanto, seu trabalho transcende as fronteiras tradicionais da economia. Suas contribuições têm impactado políticas públicas e práticas de investimento globalmente. Dessa forma, suas pesquisas demonstram os benefícios econômicos desse investimento, estimando um retorno de sete dólares para cada dólar investido. Ao longo do tempo, no entanto, a taxa de retorno do investimento em capital humano se reduz como apresentado na Figura 4 (Heckman, 2012; 2017).

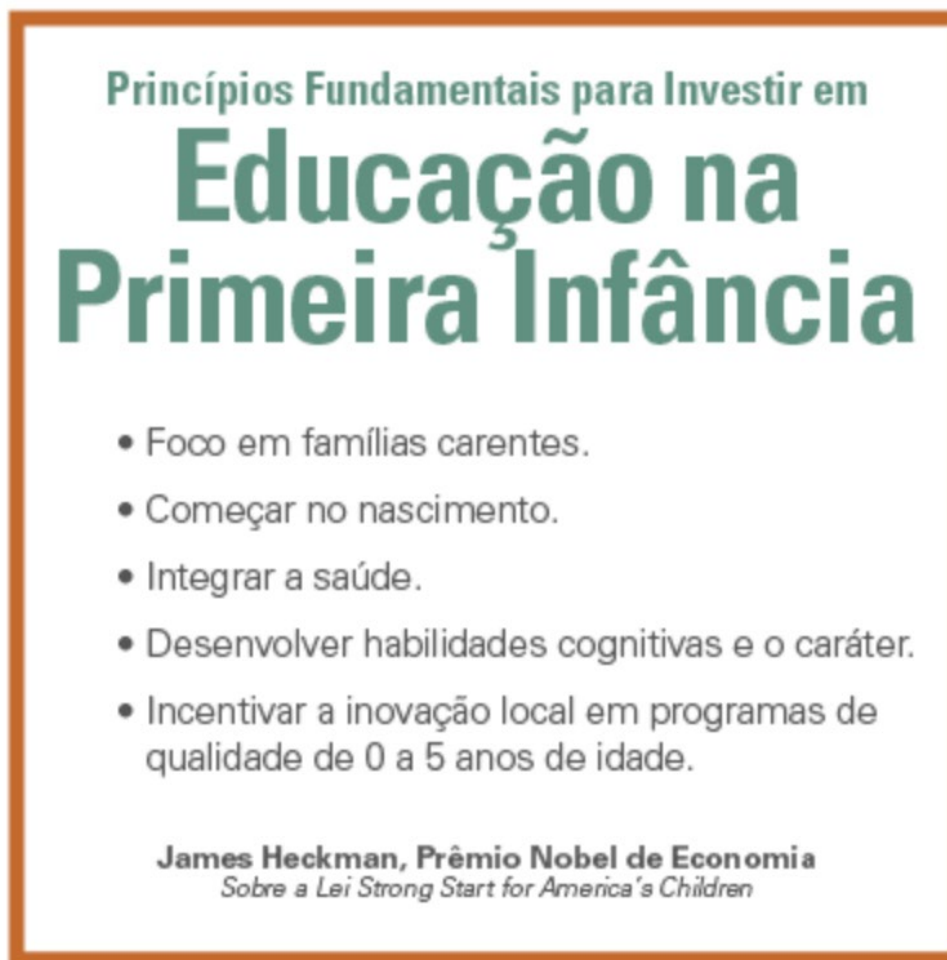
**Figura 4** - Retorno por ano a cada um dólar investido



O investimento eficaz no desenvolvimento na primeira infância ocorre ao começar o mais cedo possível, desde o nascimento até os cinco anos de idade. Iniciar aos três ou quatro anos é considerado tardio, pois não reconhece a interconexão dinâmica das habilidades. Portanto, devemos concentrar esforços nos primeiros anos para obter eficácia e eficiência máxima. (Heckman, 2012; 2017).

A entrevista de Heckman para a BCC por Franco (2019), é um documento auxiliar que serve como base ao revelar detalhes dos princípios fundamentais para investir na educação na primeira infância, os quais foram sintetizados na Figura 5.

**Figura 5** - Cinco princípios para investir em educação na primeira infância



Fonte: Heckman (2023).

Nos estudos Heckman (2012; 2017), ressalta-se a necessidade de concentrar esforços nas famílias carentes, reconhecendo os desafios enfrentados por elas e a importância de fornecer apoio para criar um ambiente propício ao desenvolvimento de seus filhos (Franco, 2019).

Toda criança necessita de um apoio eficaz na primeira infância – e as crianças em risco em ambientes carentes têm menor probabilidade de obtê-lo. Elas vêm de famílias que não possuem recursos educacionais, sociais e econômicos para fornecer a estimulação na primeira infância tão útil para o sucesso na escola, faculdade, carreira e na vida (Heckman, 2012, p. 1).

Para que isso ocorra, deve-se garantir o acesso a programas de qualidade para a primeira infância, assistência em saúde e suporte financeiro, além de aconselhamento e apoio emocional (Franco, 2019; Heckman, 2017). Destaca-se também a importância de estabelecer uma rede de apoio comunitário para essas famílias, pois, conforme Heckman (2012, p. 2) observa:

O investimento direto no desenvolvimento da criança no início da vida é complementado pelo investimento nos pais e no contexto familiar. A qualidade da educação na primeira infância desde o nascimento até os cinco anos de idade, juntamente com iniciativas de orientação aos pais, tem se mostrado eficazes e garantem mais investimentos (Heckman, 2012, p. 2).

Em seguida, enfatiza-se a importância de iniciar os investimentos desde o nascimento, aproveitando o período crítico em que o cérebro está em rápido desenvolvimento (Franco, 2019; Heckman, 2017), pois o avanço durante a primeira infância impulsiona o sucesso tanto acadêmico quanto pessoal (Heckman, 2012).

Além disso, ressalta a integração da saúde nos investimentos direcionados aos pequenos e suas famílias. Também, é enfatizada a necessidade de desenvolver habilidades cognitivas e socioemocionais desde os primeiros anos de vida (Franco, 2019; Heckman, 2017). Argumenta-se que as crianças devem adquirir não apenas conhecimentos acadêmicos, mas também habilidades como autocontrole e sociabilidade, fundamentais para o sucesso futuro.

A educação eficaz na primeira infância abrange as habilidades cognitivas e as características de caráter como atenção, controle de impulsos, persistência e trabalho em equipe. Juntos, a cognição e o caráter impulsionam o sucesso na educação, na carreira e na vida – com o desenvolvimento do caráter sendo geralmente o fator mais importante (Heckman, 2012, p. 2).

Por fim, destaca-se a importância de promover a inovação local em programas de qualidade para crianças de 0 a 5 anos (Franco, 2019; Heckman, 2017). Defende-se a implementação de abordagens flexíveis e adaptáveis, desenvolvidas com base nas necessidades específicas das comunidades locais, visando garantir resultados positivos para todas as crianças.

James J. Heckman é um autor relevante para o planejamento urbano devido ao seu trabalho sobre a importância dos investimentos na primeira infância. Suas contribuições destacam a relevância de programas de qualidade desde o nascimento até os cinco anos de idade, enfatizando o alto retorno sobre o investimento nessa fase do desenvolvimento humano. Suas ideias ressaltam a necessidade de criar ambientes que promovam o desenvolvimento integral das crianças desde cedo, visando assegurar um futuro mais saudável e bem-sucedido. Embora seu foco principal seja nas famílias carentes, os princípios de Heckman podem e devem ser considerados para todos os públicos. Suas pesquisas respaldam a importância de investir em oportunidades de desenvolvimento na primeira infância como uma estratégia eficaz para promover o bem-estar das crianças, reduzir desigualdades e fortalecer as bases para um futuro urbano mais sustentável e inclusivo.

No Brasil, a questão da Primeira Infância ganhou destaque na agenda pública. A promulgação do Marco Legal da Primeira Infância (MLPI), por meio da Lei 13.257, sancionada em 8 de março de 2016, estabelece, em seu artigo 4º, os princípios que devem nortear as políticas públicas voltadas para a primeira infância:

I - atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de

cidadã;

II - incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;

III - respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais;

IV - reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança;

V - articular as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância;

VI - adotar abordagem participativa, envolvendo a sociedade, por meio de suas organizações representativas, os profissionais, os pais e as crianças, no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços;

VII - articular as ações setoriais com vistas ao atendimento integral e integrado;

VIII - descentralizar as ações entre os entes da Federação;

IX - promover a formação da cultura de proteção e promoção da criança, com apoio dos meios de comunicação social. (BRASIL, 2016, *online*).

Esse documento representa um avanço na medida em que detalha estratégias “práticas e objetivas para a execução de planejadores e gestores urbanos.” (URBAN95, 2021g, *online*). As cidades voltadas para as crianças não apenas representam um direito assegurado, mas também uma obrigação do poder público em proporcionar ambientes que favoreçam o desenvolvimento integral infantil.

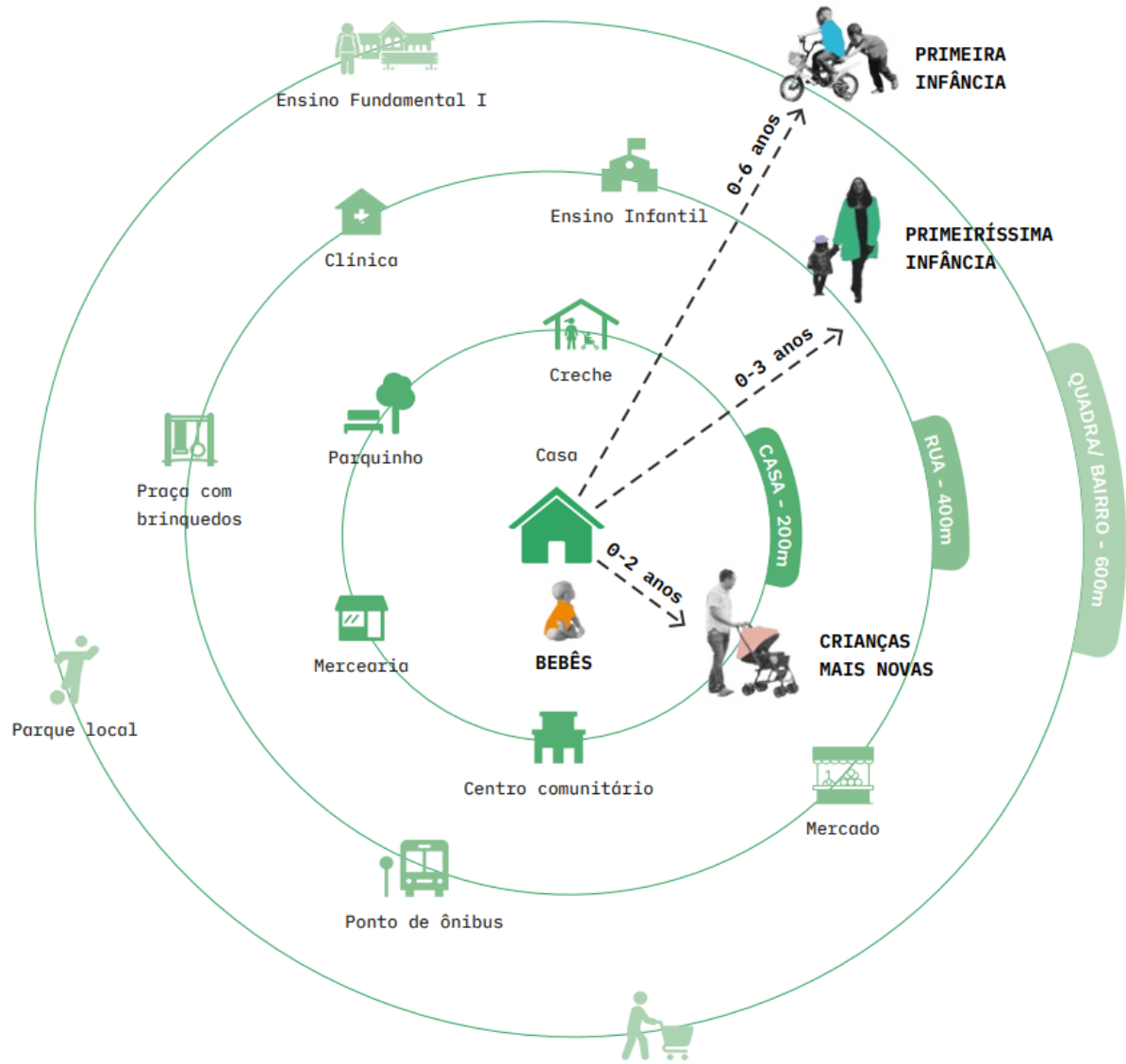
As crianças, enquanto cidadãs, têm o direito à participação garantido pela Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente da ONU e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O MLPI reforça e recomenda a importância da participação ativa das crianças nas políticas que dizem respeito aos seus direitos, promovendo assim uma abordagem inclusiva e participativa (URBAN95, 2021f).

O planejamento urbano, também chamado de *designer urbano family-friendly* deve considerar a perspectiva das crianças pequenas e seus cuidadores, que raramente têm voz nesse processo no Brasil.

A iniciativa URBAN95 (2021g) propõe que gestores pensem em como as cidades podem ser experienciadas por crianças que têm em média 95 cm de altura. Para favorecer o acesso das famílias a espaços públicos, é necessário reduzir a distância entre moradias, escolas, trabalho e áreas de convívio, dentre outros serviços citados na Figura 6. O transporte público deve ser pensado para facilitar o deslocamento, priorizando a circulação de pedestres. Investir no bem-estar das crianças e suas famílias requer uma mudança na abordagem tradicional do planejamento urbano, com foco nos bairros e na criação de ambientes construídos para atender os BCCs. A fundação destaca três lições para cidades que buscam ser mais acolhedoras: o *design* urbano deve considerar o cuidado, o acesso a serviços próximos e seguros, e a perspectiva das crianças como princípio fundamental. Uma cidade que é segura, agradável e

interativa para os pequenos será, conseqüentemente, um lugar melhor para toda a sociedade.

**Figura 6** - Proximidade a equipamento públicos e o acesso por idade em um limite de 15 minutos



Fonte: Fundação Bernard Van Leer (2023b).

Como apresentado na Figura 6 acima, os bairros caminháveis são pensados para facilitar o cotidiano das famílias com crianças pequenas, permitindo que elas cheguem aos serviços essenciais a pé, de bicicleta ou usando o transporte público em até 15 minutos. O planejamento urbano traz impactos positivos imediatos e a longo prazo, melhorando a qualidade de vida das pessoas. Para isso, é necessário adotar uma abordagem intersetorial, integrando a saúde, a educação, a saneamento básico, o meio ambiente e os espaços de socialização, por exemplo, garantindo segurança, conforto e acessibilidade para todos os moradores (Fundação Bernard Van Leer, 2023a).

A análise dos indicadores sociais serve para efetivar o processo de planejamento urbano para os BCCs.

Os indicadores sociais, também chamados de indicadores de impacto são medidas que ajudam a avaliar o progresso em direção aos objetivos estabelecidos e podem ser qualitativos ou quantitativos. Os indicadores fornecem informações sobre uma situação. Eles ajudam a tomar decisões embasadas em evidências, monitorar e avaliar o impacto das ações, comunicar de forma transparente com as partes interessadas e alinhar as prioridades do planejamento urbano com as necessidades da população, garantindo que as ações atendam às demandas reais da comunidade (Fundação Bernard Van Leer, 2023b).

Resumidamente, o UNICEF (2021b) define que o eixo de indicadores sociais como sendo:

composto por um conjunto de indicadores construídos com dados oficiais para o diagnóstico, monitoramento e avaliação do impacto das políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes no município. Espera-se que as ações desenvolvidas no âmbito do Selo UNICEF gerem um efeito positivo nos indicadores sociais e, por conseguinte, na vida das pessoas. A avaliação do eixo de Impacto Social é feita por meio da comparação do desempenho dos municípios em cada indicador, entre o ano inicial e o ano final da estratégia. Para pontuar nos indicadores, os municípios terão que melhorar (ou, pelo menos, manter) o desempenho identificado no ano inicial. (UNICEF, 2021b, p. 22).

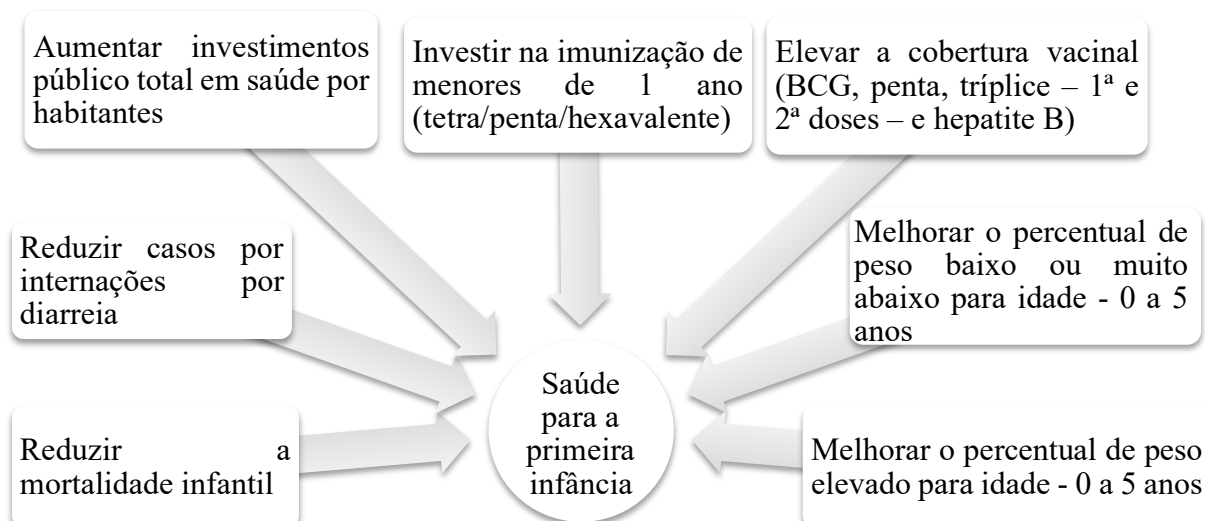
Nesse viés, os planos municipais pela primeira infância no Brasil, estão alinhados com os objetivos do Selo UNICEF (2024), que incentivam os municípios a adotarem políticas que protejam e promovam os direitos das crianças e adolescentes do Semiárido e da Amazônia Legal brasileira. Ao aderir ao Selo, o município prioriza suas políticas públicas, monitorando indicadores sociais e implementando ações em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Criança, refletida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A participação no Selo UNICEF é voluntária e contribui para alcançar 8 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, uma agenda global acordada pelos Estados-Membros da ONU, abrangendo áreas como erradicação da pobreza, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, paz, justiça, instituições eficazes e parcerias.

A seguir, são abordadas as relações que existem entre os indicadores de impacto social da saúde, da educação, do saneamento básico, do meio ambiente e o do acesso a equipamentos urbanos e comunitários em espaços de socialização, no planejamento urbano para a primeira infância, esses que segundo Maricato (1985) nos movimentos de reivindicação urbana são considerados objetos de luta. Sob essa ótica, de acordo com Paixão e Ferreira (2012), é alcançável reduzir a mortalidade infantil por meio de medidas preventivas que se concentrem em bens coletivos, tais como saúde, educação e saneamento.

verifica-se que **é possível reduzir a mortalidade infantil por meio de prevenção** – o que tem fortemente ocorrido desde a década de 1980 com a mudança nos padrões reprodutivos – tanto pela ampliação do acesso aos serviços de saúde e saneamento como pela redução do analfabetismo, dada pela expansão da educação. É importante que o governo como gestor público eficiente esteja atento aos setores mais carentes da sociedade para aplicação de investimentos e ações concretas no que se refere aos bens coletivos como **educação, saneamento e saúde**, a fim de reduzir a mortalidade infantil e proporcionar maiores perspectivas de qualidade de vida à sociedade (Paixão e Ferreira, 2012, p. 18-19, grifo da autora).

Para discorrer sobre saúde, utilizamos como referência o artigo "Mães Saudáveis, Bebês Saudáveis" divulgado pela FMCSV (2020) em inglês. O artigo destaca a importância de cuidados durante a gravidez e o parto para garantir a saúde e o bem-estar tanto da mãe quanto do bebê. Ressalta a necessidade de acesso a serviços de saúde materna para prevenir complicações e reduzir as taxas de mortalidade materna e infantil: como equipar instalações de saúde com os medicamentos, suprimentos e equipamentos necessários para salvar vidas maternas, neonatais e infantis; capacitar adolescentes e mulheres a exigir e acessar serviços de saúde de qualidade; estabelecer centros de saúde limpos e funcionais perto de onde as mulheres e crianças vivem; registrar todos os nascimentos, mortes de recém-nascidos e natimortos; recrutar, treinar e monitorar pessoal de saúde para apoiar cuidados de qualidade durante a gravidez e o parto, e para melhorar a saúde e nutrição de recém-nascidos e crianças. A saúde das mães e dos bebês está ligada, e investir em cuidados maternos adequados beneficia não apenas as mães, mas também a saúde e o desenvolvimento saudável dos bebês como apresentado na Figura 7.

**Figura 7** - Tipos de planejamento urbano na área da saúde para a primeira infância



Fonte: Adaptado de IBGE (2023); PROADESS (2020); RNPI (2020) e primeira infância primeiro (2024).

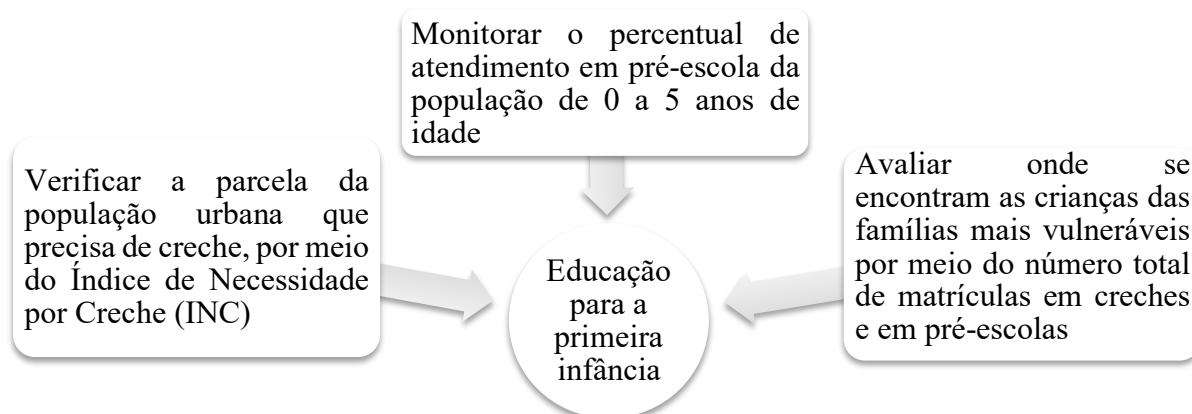
Os indicadores de impacto social do IBGE (2023), PROADESS (2020), RNPI (2020) e

Primeira Infância Primeiro (2024) foram utilizados nesta pesquisa, conforme a meta 3 dos ODS "Saúde e Bem-Estar", que busca "Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades" (ODS, 2024, *online*).

Ao abordar a educação, a FMCSV possui como meta o padrão da ODS, que em 2030 deve existir “Creche para quem quer ou precisa: pré-escola para todos. Com qualidade sempre” (FMCSV, 2024b, *online*). E, para alcançar esse objetivo, as pesquisas precisam ampliar o debate sobre os desafios da educação infantil em nosso país. Apesar dos avanços no acesso à educação infantil no Brasil, um dos principais desafios é a insuficiência e desigualdade na oferta de vagas, especialmente para as crianças mais pobres, com um terço das crianças de 0 a 3 anos nessa situação. Além disso, a qualidade do serviço oferecido deve ser assegurada, pois simplesmente aumentar o atendimento não é o suficiente. A falta de qualidade na educação infantil pode impactar negativamente o desenvolvimento das crianças a longo prazo, afetando seu sucesso acadêmico e profissional, bem como contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais.

Para superar esses desafios, deve-se garantir que as instituições de educação infantil tenham práticas pedagógicas enriquecidas, profissionais qualificados, infraestrutura adequada e materiais apropriados. Investir na formação dos professores, monitorar a qualidade do atendimento e melhorar a comunicação entre escolas e famílias são medidas prioritárias a serem adotadas para promover uma educação infantil de qualidade e equitativa no Brasil (FMCSV, 2024b). Na Figura 8 são mencionados os tipos de planejamento urbano na área da educação para a primeira infância.

**Figura 8** - Tipos de planejamento urbano na área da educação para a primeira infância



Fonte: Adaptado de RNPI (2021) e primeira infância primeiro (2024).

Os indicadores sociais de educação selecionados são provenientes do RNPI (2021) e do Primeira Infância Primeiro (2024), alinhados com a meta número 4 dos ODS (2024): “educação de qualidade”. Assim, para efetivar o planejamento urbano para os BCCs, deve-se garantir a

“educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ODS, 2024, *online*).

Sobre o saneamento básico, o estudo de Maricato *et al.* (2018a), intitulado "Um projeto para as cidades brasileiras e o lugar da saúde pública", destaca que que “Ainda há muito o que realizar para garantir o acesso à água potável para todos os brasileiros.” (Maricato *et al.*, 2018, p. 204). Isso ressalta um desafio que o país enfrenta em relação à infraestrutura básica, evidenciando a necessidade de medidas para ampliar o acesso a recursos hídricos e de qualidade da água em todo o território nacional.

Segundo Maricato *et al.* (2018), o planejamento urbano deve considerar a infraestrutura de saneamento básico, como abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos. A integração serve para promover a qualidade de vida da população e prevenir problemas de saúde pública relacionados à falta de saneamento, já que “A falta de acesso adequado a água, saneamento e higiene coloca em risco a saúde e compromete o futuro de meninas e meninos.” (UNICEF, 2024). A Figura 9 destaca os tipos de planejamentos urbanos relacionados ao saneamento básico.

**Figura 9** - Tipos de planejamento urbano na área do saneamento básico para a primeira infância



Fonte: Adaptado de INFOSANBAS (2022) e IBGE (2023).

Os indicadores sociais utilizados nesta pesquisa, que abordam informações sobre saneamento básico, foram obtidos do INFOSANBAS (2022) e do IBGE (2023), relacionados à meta 6 dos ODS (2024) “água limpa e saneamento”. Esses ajudam a pensar o planejamento urbano direcionado aos BCCs com foco em "Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos” (ODS, 2024, *online*).

Ao considerar o planejamento urbano em relação ao meio ambiente, a Fundação Bernard Van Leer (2023b) destaca a importância do verde para as crianças. Segundo a fundação um bairro com áreas verdes oferece proteção climática e conforto aos moradores em todas as

estações, tanto de dia quanto de noite. Além disso, um bairro biodiverso, mantém os níveis de estresse baixo, criando oportunidades para as crianças se envolverem com materiais naturais durante suas brincadeiras, considerado um espaço atrativo, divertido e desafiador para as crianças. Em passeios a bosques, parques locais ou até mesmo na própria rua do bairro, as crianças se desenvolvem de forma mais completa quando têm contato com a natureza. A exposição regular à natureza traz benefícios positivos para a saúde das crianças, desde antes do nascimento elas aprimoram sua compreensão do próprio corpo, desenvolvem um senso de capacidade e autoconfiança, e estimulam sua imaginação durante as brincadeiras ao ar livre, sem a necessidade de recursos ou equipamentos específicos. Assim, a integração de áreas verdes nos planejamentos urbanos pode promover um ambiente saudável e propício ao desenvolvimento infantil.

Brevemente, para contextualizar a importância do “verde” no planejamento urbano, o artigo chamado “Morar perto de áreas verdes é benéfico à saúde mental?” de Barreto *et al.* (2019) explora essa relação “meio ambiente e saúde mental” que se correlaciona ao bem-estar dos BCCs. Os resultados mostraram uma associação inversa entre a presença de áreas verdes no entorno do domicílio e a ocorrência de transtornos mentais comuns, especialmente em grupos de renda mais baixa<sup>9</sup>. As evidências sugerem que áreas verdes urbanas podem ter um efeito benéfico na saúde mental da população, e é por isso que estão representadas na Figura 10.

**Figura 10** - Tipo de planejamento urbano na área do meio ambiente para a primeira infância



Fonte: Adaptado de IBGE (2023).

O indicador social utilizado neste estudo, que aborda informações sobre meio ambiente, foi obtido do IBGE (2023) e está relacionado à meta 15 dos ODS (2024) referente à “vida terrestre”. Esse possui foco em “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos

---

<sup>9</sup> No Brasil, a pobreza e a baixa renda são definidas como um rendimento *per capita* de até R\$218,00 (Brasil, 2023) e meio salário-mínimo, atualmente equivalente a R\$759,00, respectivamente (Miato, 2025).

ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade” (ODS, 2024, *online*).

Os dados apresentados nas Figuras 7, 8, 9 e 10 auxiliam na avaliação do progresso em direção às metas de saúde e bem-estar, educação de qualidade, água limpa e saneamento e vida terrestre para promover o desenvolvimento saudável aos BCCs. Esses índices, que denominaremos de “índice de necessidade de planejamento urbano para os BCCs para dados secundários” e “índice de necessidade de planejamento urbano para os BCCs para dados primários”, foram compostos por indicadores relevantes e ajudarão a identificar as municipalidades que mais necessitam de atenção, abrangendo áreas como: (i) saúde, educação, saneamento e meio ambiente; (ii) segurança, ambiente, acessibilidade e ludicidade, o segundo referenciados no tópico “3.2.1 O protocolo de observação em equipamentos comunitários e espaços públicos urbanos”.

Ainda, ao pensar em cidades mais verdes, acessíveis e amigáveis para as crianças, a URBAN95 (2021i) destaca que os espaços de socialização, são ambientes propícios para o brincar, além de ser o ambiente onde os BCCs interagem e se relacionam. São locais de encontros informais, trocas de experiências e fortalecimento dos laços sociais e afetivos.

Crianças, por exemplo, se engajam ativamente na constituição de laços afetivos e de relações sociais em todos os espaços pelos quais circulam, criando não apenas um senso de pertencimento com os mesmos, mas ressignificando-os a partir de sua própria perspectiva. [...] Por isso, devem ser respeitadas como sujeitos de direitos e ouvidas substancialmente em sua forma autônoma de olhar para o mundo (Meyer; Zimmermann, 2020, p. 40).

Parques, praças, orlas e caminhos seguros e lúdicos são elementos para criar um ambiente urbano que favoreça o desenvolvimento infantil (URBAN95, 2021d). Segundo a URBAN95 (2021i), os espaços promovem o descanso, estimula a criatividade e a imaginação das crianças, e contribuem para:

proporcionar uma variedade de situações que estimulam a autonomia, um aprendizado mais ativo e explorador. Garantir à criança o brincar ao ar livre reforça suas ferramentas emocionais, de concentração e de gestão de riscos, de forma que chegue à vida adulta capaz de lidar com as adversidades da vida de forma mais confiante e resiliente. [...] e cabe aos gestores e planejadores urbanos proporcionar essas oportunidades nas cidades. (URBAN95, 2021i, *online*).

Embora o foco da pesquisa não esteja diretamente no desenvolvimento infantil o MLPI está ligado ao tema do "planejamento urbano para a infância". Nesse contexto, os requisitos urbanísticos conforme definidos pela Lei nº 6.766/1979 em seu capítulo II, artigo 4º, inciso I e parágrafo 2º aborda a destinação de áreas para sistemas de circulação, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como espaços livres de uso público. O Tabela 1

trabalha a definição e exemplificação dos equipamentos públicos urbanos e comunitários.

**Tabela 1 - Equipamentos públicos urbanos e comunitários**

Relação de sinonímia dos tipos de equipamentos	Descrição	Exemplos
Equipamentos públicos	“Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares” (Brasil, 1997, <i>online</i> ).	Ambientes de socialização incluem praças/orlas com brinquedos, parques locais, espaços livres e parquinhos. Na área da educação, destacam-se creches e pré-escolas; na saúde, clínicas e centros comunitários; e no saneamento básico, a infraestrutura urbana destinada aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais e disposição e tratamento dos resíduos sólidos (Fundação Bernard Van Leer, 2023b; Brasil, 1997).
Equipamentos urbanos		
Equipamentos comunitários	“Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.” (Brasil, 1997, <i>online</i> ).	
Equipamentos públicos e comunitários		
	“O bairro possui muitos equipamentos e serviços básicos e bem administrados, de fácil acesso e distribuídos uniformemente por todo o bairro, de modo que ninguém fique isolado deles ou por eles.” (Fundação Bernard Van Leer, 2023b, p. 42).	

Fonte: Adaptado de Fundação Bernard Van Leer (2023b) e Brasil (1997).

As definições de espaços e equipamentos de lazer são frequentemente utilizadas de maneira equivocada, muitas vezes como se fossem sinônimos (Lobato; Bahia, 2022). Assim, a diferenciação é central para entender a estrutura e a funcionalidade das áreas urbanas. O termo "espaços" refere-se ao conjunto de áreas disponíveis na cidade, como praças, orlas, ruas, parques e calçadas, que servem como cenários para a interação social e a vivência comunitária. Esses espaços são essenciais para promover o lazer, a cultura e a convivência, proporcionando um ambiente onde as pessoas podem se reunir e participar de diversas atividades. Por outro lado, os "equipamentos" são as estruturas específicas dentro desses espaços, como bancos, bebedouros, banheiros, refeitórios e *playgrounds*, que facilitam as atividades ali realizadas. Essa relação é fundamental, pois os espaços oferecem o contexto e a infraestrutura necessária para a vida urbana, enquanto os equipamentos tornam esses espaços funcionais e acessíveis.

Assim, entender que “espaços” é o macro e “equipamentos” são os elementos contidos nele permite uma análise mais profunda sobre como a configuração urbana influencia a qualidade de vida e a inclusão social. Portanto, neste trabalho, optou-se por usar o termo “espaço” como uma categoria mais abrangente, que inclui também os “equipamentos” de lazer observados em espaços públicos, como praças e orlas.

A legislação e a Fundação Bernard Van Leer ressaltam a importância de planejar e reservar espaços urbanos que atendam às necessidades da comunidade, garantindo o acesso a serviços e áreas de convívio social para todos.

Ao integrar o planejamento urbano voltado para a infância, deve-se considerar o direito à cidade, segundo Maricato (1985, p.99) "o direito à cidade envolveria uma concepção mais ampla: pensar como a cidade é produzida de maneira desigual" sugere que o direito à cidade não se limita apenas ao acesso físico aos espaços urbanos de socialização, mas abrange uma compreensão profunda e crítica da forma como a cidade é estruturada e desenvolvida, reconhecendo as desigualdades inerentes a esse processo.

Essa ideia pode ser correlacionada com a perspectiva crítica de planejamento urbano de Harvey (2010). O autor argumenta que as decisões de planejamento muitas vezes favorecem determinadas áreas em detrimento de outras, perpetuando e aprofundando as disparidades socioeconômicas e criando espaços urbanos segregados. Harvey (2010) destaca a necessidade de democratizar o planejamento urbano, dando voz ativa aos cidadãos na configuração de suas cidades e na promoção de políticas que atendam às necessidades de toda a comunidade, não apenas de grupos privilegiados. Ambas as abordagens convergem ao reconhecerem que o direito à cidade vai além do simples acesso ao espaço físico, como praças e orlas.

A interação entre o termo "ao redor da praça central" no contexto histórico e a relevância da praça para a primeira infância é compreendida ao considerar o impacto do espaço público na configuração urbana ao longo do tempo. No século XIV, a praça foi selecionada como local para mercados e construção de lojas, servindo como o coração da cidade e ponto de encontro para atividades comerciais e sociais, indicando ser um espaço vital para as necessidades urbanas da época. Atualmente, as praças desempenham um papel no desenvolvimento infantil, oferecendo ambientes seguros e receptivos que propiciam oportunidades para brincadeiras, interação social e aprendizado. Conforme destacado pela URBAN95 (2021c, *online*), "Os bebês e as crianças precisam de ambientes seguros e saudáveis para usufruir das cidades". Nesse contexto, as praças não apenas garantem segurança, mas também possibilitam "interações frequentes, afetuosas e responsivas com adultos" (URBAN95, 2021c, *online*), proporcionando novas experiências às crianças.

Na década de 1990, a convergência entre neoliberalização e democratização no Brasil resultou na inclusão de artigos na Constituição que garantem o direito à cidade, fruto do poder e relevância dos movimentos sociais urbanos na promoção da democratização. Destaque para o "orçamento participativo", em que os habitantes participam diretamente na alocação de recursos do orçamento municipal por meio de um processo democrático. Esse modelo inspirador tem mobilizado muitas pessoas em resposta ao contexto internacional de neoliberalização agressiva do capitalismo desde o início da década de 1990, refletindo a capacidade de resistência dos cidadãos diante dos desafios impostos pelo cenário neoliberal.

(Harvey, 2014). No texto Harvey (2010), sugere que as políticas neoliberais contribuíram para desigualdades sociais e perda dos direitos à cidade, para população de baixa renda.

A proposta de alteração na Constituição Estadual para beneficiar a primeira infância<sup>10</sup>, apresentada pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, assemelha-se ao conceito do "orçamento participativo" mencionado e que garante o direito à cidade. Assim, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) visa direcionar investimentos específicos para políticas públicas voltadas para crianças de 0 a 6 anos, reconhecendo a importância da primeira infância no desenvolvimento humano. Ambas as iniciativas refletem a busca por uma maior participação da sociedade na definição de prioridades e na destinação adequada de recursos. (ASCOM, 2024).

Essas propostas de intervenção, seja por meio do orçamento participativo ou da PEC para a primeira infância, evidenciam a necessidade de uma abordagem democrática na definição de políticas públicas. O engajamento direto dos cidadãos nas decisões serve para assegurar uma distribuição justa de recursos e para a promoção de um ambiente equitativo. O enfrentamento dos desafios impostos pelo cenário neoliberal requer iniciativas que reconheçam a importância da participação ativa da sociedade na construção de um ambiente urbano voltado para o bem comum.

No Brasil, o direito à cidade está previsto no Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 de 2001, artigo 2º, incisos I e II, que trata do direito a cidades sustentáveis<sup>11</sup>. O conceito aborda "o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações" (Brasil, 2023, *online*).

O “direito à cidade representa, acima de tudo, pensar uma cidade democrática, uma cidade que rompa as suas amarras com o passado” (Jacobi, 1986, p. 25). Essa afirmação destaca a importância do direito à cidade como um conceito que vai além do acesso físico ao espaço urbano. Ela enfatiza a necessidade de pensar nas cidades como locais onde a democracia deve prevalecer, onde os cidadãos têm voz ativa nas decisões que afetam suas vidas e seus ambientes. Quando se menciona "uma cidade democrática", está se referindo a um ambiente urbano onde

---

<sup>10</sup> A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) visa incluir o artigo 122-A na Constituição estadual. O texto estabelece que a prioridade em garantir os direitos da criança, do adolescente e do jovem envolve a responsabilidade do Estado em implementar políticas públicas, planos, programas e serviços dedicados à primeira infância, com o objetivo de assegurar seu desenvolvimento integral (Brasil, 2024).

<sup>11</sup> No fenômeno que implica no crescimento descontrolado e expansivo das regiões periféricas ou suburbanas, consumindo uma quantidade significativa de terra e energia. A expressão “suburbanização infinita” sugere que essa expansão está ocorrendo em uma escala que ultrapassa limites razoáveis, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade do planeta como um *habitat* humano (Lefebvre, 2009).

a participação dos cidadãos é valorizada, onde as políticas públicas são formuladas levando em consideração as necessidades e desejos da população. Isso implica em romper com práticas do passado em que as decisões eram centralizadas, excluindo a participação popular e favorecendo interesses privados em detrimento do bem-estar coletivo.

Neste momento, é fundamental trazer a discussão sobre as cidades femininas, segundo Rodrigues e Borges (2023), a ONU-*habitat* (2024) e BID (2020).

O Termo “cidades femininas” não implica que as cidades devam ser projetadas exclusivamente para o público feminino, bebês e crianças pequenas, mas sim para todos, conforme abordado pela URBAN95 (2024). Adiante, destaca-se a importância de compreender a relação entre as cidades projetadas predominantemente por homens e como são vivenciadas pelo gênero feminino, evidenciando a realidade das mulheres no contexto urbano e ressaltando a falta de consideração do pensamento feminino na organização desse ambiente.

No artigo chamado “refletindo sobre as cidades brasileiras como constructos masculinos” de Rodrigues e Borges (2023) as cidades brasileiras são consideradas construções masculinas devido ao planejamento urbano historicamente liderado por homens, que não levam em conta as necessidades femininas na organização dos espaços urbanos. Isso resulta na falta de infraestruturas para mulheres e crianças, como banheiros públicos adequados, áreas para troca de fraldas e calçadas acessíveis. Os autores apresentam sugestões para tornar os espaços públicos mais acolhedores e inclusivos para todos os gêneros: (i) Reformas educacionais nos cursos de engenharia civil, urbanismo, arquitetura e paisagismo, com o objetivo de promover uma formação não machista para profissionais dessas áreas, considerando a vulnerabilidade multidimensional e os elementos de gênero e infância no planejamento urbano. (ii) Envolvimento mais ativo das mulheres no planejamento urbano, participando do “pensamento, organização, utilização e construção dos espaços públicos das cidades” (Rodrigues, Borges, 2024, p. 285). (iii) Elementos para a femini-cidade visando um desenho urbano acolhedor para todos, garantindo que o planejamento urbano que leve em conta as necessidades e experiências de diversos grupos, sem se limitar a uma perspectiva masculina na concepção dos espaços públicos das cidades.

Paralelamente o que já foi citado, a ONU-*habitat* (2024) trabalha para tornar as cidades mais inclusivas e seguras para mulheres por meio de medidas direcionadas ao planejamento urbano, como: (i) Reduzir a vulnerabilidade social das mulheres, dando visibilidade às suas necessidades e implementando projetos para ampliar seu acesso a serviços urbanos. Isso envolve adotar medidas para proteger as mulheres de situações de fragilidade social, reconhecendo e atendendo às suas demandas específicas, identificando áreas de carências e

desigualdades, e desenvolvendo iniciativas para melhorar seu acesso a serviços essenciais nas cidades. (ii) Realizar auditorias de segurança e prevenção à violência nas cidades, avaliando criticamente os espaços urbanos com foco nas experiências e percepções de segurança das mulheres. Essas auditorias identificam fatores que afetam a segurança das mulheres, como iluminação inadequada, permitindo compreender como as mulheres vivenciam a segurança nos espaços públicos e identificar áreas que necessitam de intervenção para promover sua segurança e bem-estar. (iii) Para que as mulheres tenham acesso aos equipamentos públicos comunitários é necessário promover políticas de mobilidade urbana inclusivas para mulheres. A mobilidade urbana influencia a circulação na cidade. Mulheres frequentemente utilizam modos de transporte ativos e coletivos, porém enfrentam medo e assédio, o que as leva a evitar certos trajetos e horários, restringindo seu direito de desfrutar da cidade.

Enfim, no contexto urbano, as mulheres enfrentam desafios únicos, como a falta de segurança, restrições de mobilidade e barreiras à participação política e comunitária. Portanto, criar cidades femininas envolve a implementação de políticas e práticas que visam eliminar essas disparidades e promover o empoderamento das mulheres (BID, 2020).

O incentivo à participação ativa de grupos minoritários no planejamento e gestão dos espaços urbanos visa garantir que todas as vozes e perspectivas da sociedade sejam consideradas e representadas nas decisões que impactam o ambiente urbano. Isso envolve criar oportunidades para que esses grupos tenham voz ativa e influência na definição de políticas, projetos e iniciativas relacionadas ao desenvolvimento das cidades. Ao garantir a representatividade desses grupos, o planejamento urbano se torna mais inclusivo, equitativo e sensível às necessidades e realidades de todos.

Dessa forma, a participação no Selo UNICEF (2021b) por 14 dos 21 municípios da Região de Influência Imediata de Araguaína, que incluem Araguaína, Araganã, Arapoema, Babaçulândia, Campos Lindos, Carmolândia, Darcinópolis, Muricilândia, Nova Olinda, Pau D'Arco, Piraquê, Riachinho, Santa Fé do Araguaia e Wanderlândia, pode afetar positivamente o planejamento urbano dessas áreas. Os municípios com o Selo têm estratégias para melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes e suas famílias, com investimentos em saúde, educação, saneamento básico e meio ambiente. Já os municípios sem o Selo podem enfrentar desafios na implementação dessas políticas, impactando a qualidade de vida das crianças (UNICEF, 2021b).

Enfim, a FMCSV, por meio de Meyer e Zimmermann (2022), destaca a importância dos sentimentos de pertencimento e vínculo dos moradores de uma cidade planejada para a primeira infância. Eles ressaltam também o respeito, a satisfação e o senso de dever cumprido por parte

dos planejadores, como elementos para construir uma sociedade mais justa, humana, democrática e divertida. Nessa perspectiva, os autores chamam a atenção para a responsabilidade de buscar o desenvolvimento integral, a ludicidade e o respeito às condições físicas, emocionais e à memória, os quais devem ser refletidos nos espaços compartilhados das municipalidades brasileiras.

## **1.2 As pesquisas em planejamento urbano para a infância: o estado da arte**

Nesta seção, realizamos uma análise do estado da arte nas pesquisas sobre planejamento urbano voltado para a infância. A partir de uma revisão da literatura existente, buscamos identificar as principais abordagens teóricas, metodológicas e enfoques que foram empregados para entender a intersecção entre o ambiente urbano e o desenvolvimento infantil. Discutimos as contribuições de diferentes autores e instituições que se dedicaram a investigar como o planejamento urbano poderia ser mais inclusivo e sensível às necessidades das crianças, promovendo espaços que favorecessem seu bem-estar e desenvolvimento integral. Além disso, abordamos as lacunas e desafios que ainda persistiram na pesquisa, como a falta de dados e a necessidade de uma maior participação das crianças e suas famílias nos processos de planejamento. A seção também destacou as oportunidades para futuras investigações, enfatizando a importância de uma abordagem interdisciplinar. Ao final, esperamos ter oferecido um panorama claro e atualizado das pesquisas em planejamento urbano para a infância, que pudesse servir como base para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, garantindo que as vozes das crianças fossem ouvidas e consideradas na construção de cidades mais justas e acolhedoras.

O termo "Estado da Arte" refere-se a um levantamento do conhecimento existente sobre um assunto específico em uma área determinada, realizado a partir de pesquisas e estudos prévios. Essa análise busca identificar e sintetizar as principais descobertas, metodologias e lacunas de conhecimento em um campo específico, permitindo uma visão geral do estado atual das pesquisas. É uma forma de mapear e compreender o que já foi produzido para orientar novas investigações, integrar resultados e estimular o avanço do conhecimento na área (Pimentel; Souza; Vasconcellos, 2020).

A aplicação metodológica desse tipo de pesquisa visa ordenar, organizar e sintetizar resultados já produzidos nesse campo, criando um panorama que permite avaliar a direção das pesquisas, suas características e a configuração geral do conhecimento produzido até o momento (Santos; Fiorentini, 2021).

Além de reunir e sistematizar o conhecimento existente, o estado da arte oferece uma

visão crítica desse conhecimento, com foco em um direcionamento futuro para a pesquisa na área. Ele atua como uma ferramenta para o avanço do campo das pesquisas, contribuindo para a consolidação do conhecimento científico.

Pesquisadores que realizam um estado da arte compartilham o objetivo de retrospectiva, revisitando os caminhos percorridos para possibilitar novas investigações. Isso contribui para a ampliação do acesso às produções científicas, promovendo a democratização do conhecimento (Pimentel; Souza; Vasconcellos, 2020).

É importante citar que as dificuldades na realização de estados da arte no Brasil são: (i) O acesso limitado a textos de periódicos, teses e dissertações, o que pode tornar a pesquisa demorada e representar um obstáculo para sua realização; (ii) O tempo, realizar um estado da arte pode ser um processo demorado, pois envolve a leitura e análise de uma grande quantidade de pesquisas. Em determinados temas, centenas de estudos são publicados anualmente, o que demanda tempo para sistematizar os dados e elaborar o relatório final; (iii) O volume extenso de informações, lidar com um grande volume de conhecimento disperso, fragmentado ou isolado dentro de uma determinada área do conhecimento pode dificultar a organização e a síntese dos resultados já produzidos; (iv) A complexidade metodológica, é fundamental ter um abordagem crítica e sistemática para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos. A escolha adequada das técnicas e ferramentas metodológicas é necessária para o sucesso de um estado da arte, pois influencia diretamente na qualidade e na relevância das conclusões apresentadas (Romanowski; Ens, 2006). Essas dificuldades podem impactar a abrangência e a profundidade dos estudos, limitando a análise do panorama completo da produção acadêmica na área.

Enfim, as pesquisas de estado da arte são conduzidas em programas de pós-graduação, por meio de dissertações de mestrado e teses de doutorado, e são armazenadas nas bibliotecas das instituições e em sistemas digitais correspondentes, junto com artigos e capítulos de livros disponíveis em repositórios digitais. O aumento na produção científica, aliado à facilidade de acesso aos bancos de dados *online*, motivou a elaboração deste subcapítulo.

Para isso, seguimos os seguintes critérios de inclusão e exclusão. Como critério de inclusão, o levantamento foi realizado no período de janeiro de 2014 a maio de 2024. Inicialmente, foi realizada uma triagem para verificar a elegibilidade de publicações, incluindo artigos científicos, capítulos de livros, dissertações e teses sobre o planejamento urbano para a primeira infância em: (i) Pesquisas internacionais e nacionais em formato PDF com o código adicionado no buscador “filetype:pdf” ; (ii) Com algum desses descritores no título: “*urban planning*” or “*urban management*” or “*urban infrastructure*” or “*urban public spaces*” or

“neighbourhood quality” or “child’s play” or “planning” or “childhood” or “early childhood” or “planejamento urbano” or “gestão urbana” or “espaços públicos” or “espaços urbanos” or “planejamento” or “infância” or “primeira infância” or “crianças” or “crianças pequenas” or “bebês”; (iii) Em seus método foram buscados documentos com as seguintes palavras-chave: “health” or “education” or “basic sanitation” or “environment” or “leisure” or “saúde” or “educação” or “saneamento básico” or “meio ambiente” or “lazer”.

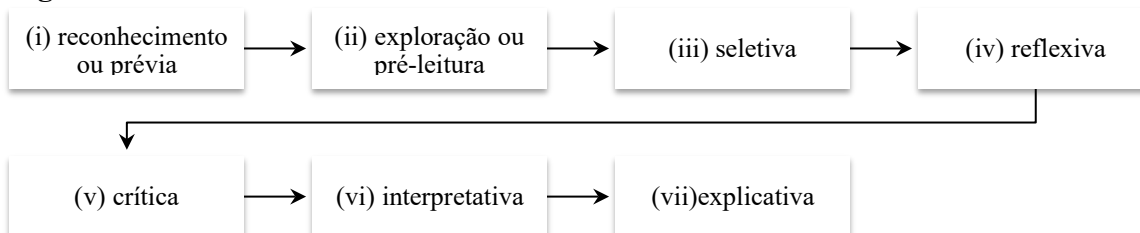
A seguir houve um refinamento e foi considerado como critério de exclusão: (i) Documentos duplicados; (ii) Sem disponibilização na íntegra; (iii) Estudos com baixa qualidade metodológica, alto risco de viés ou com faltas de informações detalhadas. Ou seja, excluídos os documentos sem relevância do conteúdo, que não os exploram as condições e o planejamento urbano nas áreas da saúde, ou da educação, ou do saneamento básico, ou do meio ambiente e/ou do lazer em espaços de socialização como "praças ou orlas" para bebês, crianças pequenas e cuidadores.

A pesquisa foi realizada por meio de um levantamento de produções científicas internacionais e nacionais indexados pela Biblioteca Digital de Tese e Dissertações (BDTD) que é um sistema mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), SciELO e Google acadêmico. As plataformas utilizadas para as buscas foram o portal de periódicos: “<https://bdtd.ibict.br/vufind/>”, “<https://www.scielo.br/>” e “<https://scholar.google.com.br/>”.

Para lidar com a grande quantidade de resultados das buscas, utilizamos o Microsoft Excel 2016. O Excel em uma pesquisa sobre o estado da arte auxilia na organização, permite registrar e categorizar os estudos identificados, extrair informações, criar tabelas e gráficos e gerenciar as referências bibliográficas por meio de filtros (Microsoft Excel, 2016).

Para a seleção dos estudos, utilizamos a leitura informativa que abrange 7 fases que estão representadas na Figura 11.

**Figura 11** - Fases da leitura informativa



Fonte: Marconi e Lakatos (2003).

Iniciamos com a: (i) Fase de reconhecimento ou prévia: consiste em uma leitura rápida

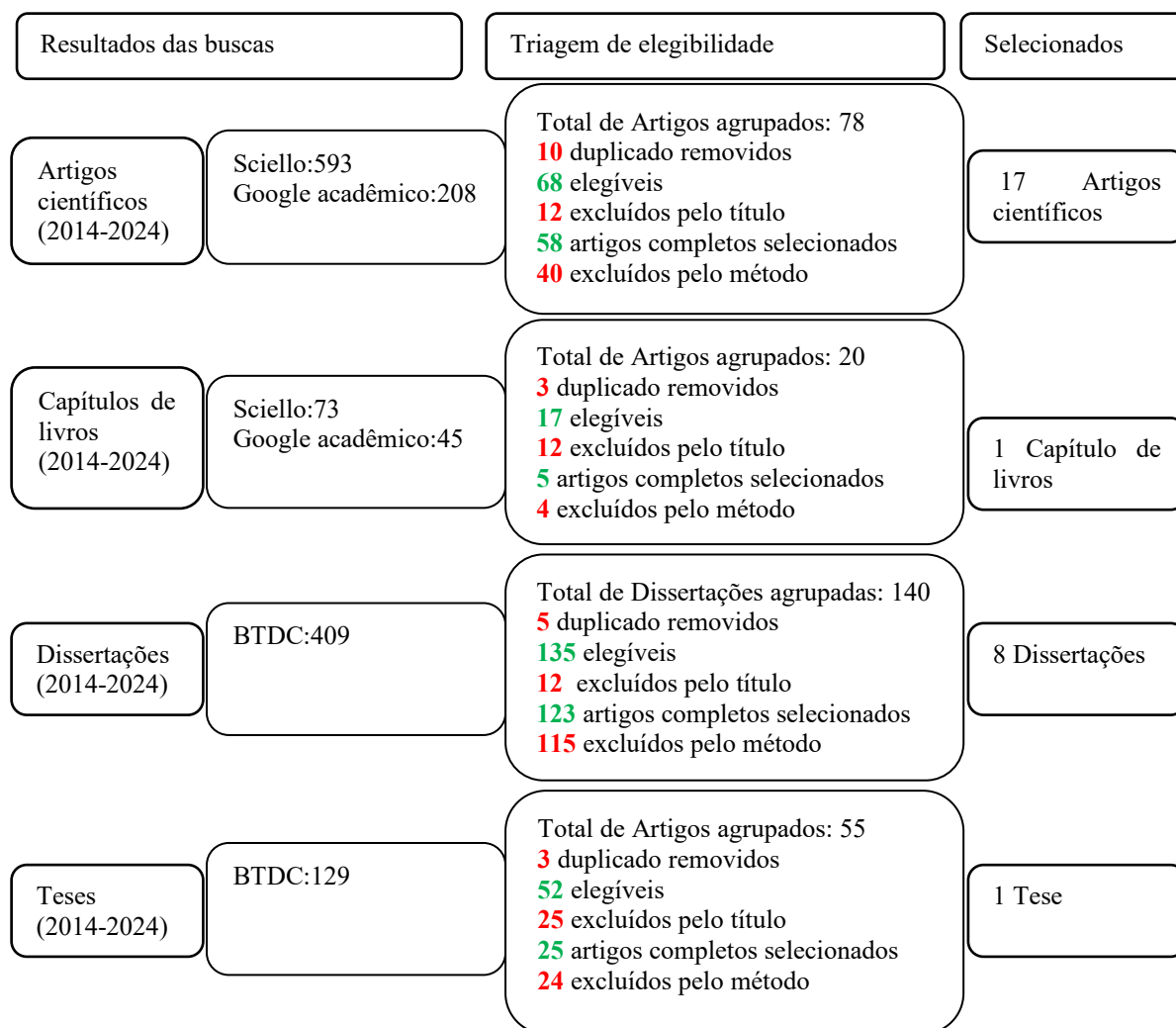
para identificar um tema de interesse ou verificar a presença de informações específicas que são a presença de palavras-chave, consultamos os títulos neste primeiro momento; (ii) Fase exploratória ou pré-leitura: envolve uma leitura inicial do resumo para localizar informações, partindo do pressuposto de que um capítulo ou tópico aborda um assunto relevante, mas pode não incluir aspectos diretamente relacionados ao problema em questão; (iii) Fase seletiva: direcionada à seleção das informações mais relevantes relacionadas ao problema em análise. A seleção visa eliminar o supérfluo e concentrar-se nas informações verdadeiramente pertinentes, sendo essa relacionada com as palavras-chave no método; (iv) Fase reflexiva: mais aprofundada que as anteriores, envolve a identificação e avaliação das informações, intenções e propósitos do autor, incluindo a identificação de frases-chave para compreender o que o autor afirmar e por quê; (v) Fase crítica: focada na avaliação das informações do autor, distinguindo ideias principais das secundárias e hierarquizando-as por importância. O objetivo é obter uma visão global do texto e compreender as intenções do autor, permitindo a análise e julgamento das ideias em função dos propósitos do autor; (vi) Fase interpretativa: relaciona as afirmações do autor com os problemas em busca de soluções, associando ideias, transferindo situações e comparando propósitos para selecionar o que é pertinente e útil na resolução dos problemas propostos; (vii) Fase explicativa: realizada com o intuito de verificar os fundamentos de verdade apresentados pelo autor, necessária para a elaboração desta dissertação (Marconi e Lakatos, 2003).

Na revisão sistemática da literatura, a seleção dos estudos a serem incluídos é realizada com base em critérios predefinidos para garantir a qualidade e relevância dos artigos analisados. Os critérios de inclusão e exclusão podem incluir a presença de palavras-chave específicas no título e a qualidade metodológica do estudo. Durante o processo de seleção, os estudos que não atendem aos critérios estabelecidos são excluídos. Por exemplo, sob o rótulo "excluído pelo título", os estudos que não possuem as palavras-chave determinadas podem ser removidos por não estarem alinhados com o foco da revisão. Da mesma forma, sob o rótulo "excluídos pelo método", documentos com baixa qualidade metodológica podem ser excluídos para garantir a confiabilidade dos resultados da revisão, pois de acordo com Marconi e Lakatos (2003), a qualidade metodológica refere-se à adequação e consistência dos métodos e técnicas utilizados em uma pesquisa para atingir os objetivos propostos, isso inclui a clareza na definição dos conceitos, a precisão na coleta e análise dos dados, a validade das inferências realizadas, a confiabilidade dos resultados obtidos e a consistência na aplicação dos procedimentos ao longo do estudo. A qualidade metodológica é fundamental para garantir a validade interna e externa da pesquisa, bem como a confiabilidade e a generalização dos resultados. Dessa forma, o

número final de estudos selecionados para inclusão na revisão sistemática é determinado após a aplicação rigorosa dos critérios de seleção a todos os artigos identificados na busca inicial.

Na Figura 12, apresentamos o total de pesquisas buscadas, a triagem de elegibilidade feita e as pesquisas selecionadas para compor o estado da arte.

**Figura 12** - Fluxograma do número de publicações encontradas, excluídas e selecionadas durante a revisão da literatura.



Fonte: elaboração da autora (2025).

Os dados no Apêndice 1 que apresenta os estudos incluídos no estado da arte, são tratados de forma exploratória e qualitativa.

De acordo com Gil (2007), as pesquisas exploratórias oferecem uma visão geral de um fato específico. Marconi e Lakatos (2003) acrescentam que o objetivo dessas pesquisas é aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, e/ou esclarecer conceitos. Essas pesquisas utilizam procedimentos sistemáticos para obter observações

empíricas ou analisar dados, ou ambos simultaneamente. Geralmente, proporcionam descrições quantitativas e qualitativas do objeto de estudo.

A abordagem qualitativa permite uma análise aprofundada e contextualizada, destacando a interpretação e descrição verbal dos aspectos abordados, conforme indicado por Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2017).

Lembrando que a presente elaboração do estado da arte não tem a intenção de esgotar o assunto. Considerando a associação do planejamento urbano para a primeira infância com o direito à cidade, é importante destacar que os temas abordados, como saúde, educação, saneamento básico, meio ambiente e espaço de socialização, estão interligados nesse contexto. Não devemos tratá-los separadamente, mas sim como elementos integrados, pois o planejamento urbano para a primeira infância possui um caráter interdisciplinar.

O Apêndice 1 oferece uma síntese dos estudos incluídos no estado da arte, abrangendo diferentes tipos de publicações e repositórios, autores, enfoques sobre temas como primeira infância, espaços urbanos, saúde, educação, entre outros. Os estudos utilizaram uma variedade de métodos, desde qualitativos até análises estatísticas e revisões bibliográficas, refletindo a diversidade de perspectivas na pesquisa sobre a infância e o planejamento urbano.

Segundo Santana (2022), a sociedade, em sua maioria, ainda não reconhece as crianças e seus cuidadores, os pais, mães, avós, outros familiares (Vincelot, 2019), como cidadãos competentes e com direito à participação, já que esse público é pouco considerado em espaços públicos que priorizam a fluidez de um pedestre "médio" em constante movimento, indicando uma falta de atenção às necessidades específicas dos BCCs no planejamento urbano (Herrmann-Lunecke, Mortínez e Salgado 2021).

Santana (2022) observa que, após intervenções (criado temporariamente espaços de lazer e convivência direcionados para os BCCs) elas retornam à invisibilidade, incapazes de contribuir para as decisões comunitárias sobre a vida urbana e de exercer seus direitos, o direito à cidade. Um exemplo disso são as evidências de seu estudo, que mostram que, embora temporariamente tenham sido criados espaços direcionados para a primeira infância, estes não foram suficientes para garantir a participação efetiva e o exercício dos direitos dos BCCs no espaço urbano a longo prazo.

Teeuwen e Psyllidis (2023), destacam o ouvir as vozes das crianças e dos cidadãos locais (Calil; Lersch, 2024) para entender o que limita ou promove o acesso das crianças e suas famílias a espaços de lazer na cidade, desde *playgrounds* equipados; pequenas áreas verdes; como também, a serviços de saúde, postinhos e clínicas; educação, acesso a creches e pré-escolas; acesso a ambientes verdes; serviços de saneamento básico (Vincelot, 2019; Bruno;

Silveira, 2023; Cooper 2015; Wolfart; 2014), e relacionam essas questões com os princípios de equidade e igualdade, garantindo que a distribuição desses espaços sejam equitativos e que todos os indivíduos, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica, tenham oportunidades iguais de acesso.

Da mesma forma, Dias e Esteves Júnior (2017) enfatizam a relação da participação da comunidade no planejamento urbano para a primeira infância:

a valorização da relação de vizinhança e comunidade, a ênfase à gestão territorial participativa, através de assembleias e de debates públicos e a criação de algum tipo de agência independente de planejamento urbano e de projetos, com equipes multidisciplinares que articularam os trabalhos em conjunto às comunidades e aos governos locais. (Dias e Esteves Júnior, 2017, p. 25).

A pesquisa discutida no estudo de Teeuwen e Psyllidis (2023) e Dias e Esteves Júnior (2017) pode ser relacionada ao argumento apresentado por Santana (2022) e Herrmann-Lunecke, Mortínez e Salgado (2021), ambos os estudos convergem na ideia de que as crianças devem ser consideradas como membros ativos da comunidade e ter seus direitos à cidade reconhecidos. A métrica de acessibilidade desenvolvida por Teeuwen e Psyllidis (2023) pode contribuir para a promoção da participação das crianças no espaço urbano, ao garantir que elas tenham acesso a espaços de brincadeira seguros e estimulantes. No entanto, a pesquisa de Santana (2022) ressalta a necessidade de ir além da criação temporária de espaços direcionados para as crianças e garantir que sua participação e seus direitos sejam efetivamente considerados no planejamento urbano. Nesse sentido, a métrica desenvolvida por Teeuwen e Psyllidis (2023) pode ser um instrumento para avaliar e melhorar não só a acessibilidade dos BCCs aos espaços de brincadeira e verdes, mas também à outros equipamentos públicos e comunitários, pois é nesses espaços: praças, orlas, creches, pré-escolas, postinhos, clínicas, por exemplo, que ocorrem o processo de aprendizado e a melhoria da saúde.

Segundo Cooper (2015), Liao, J. *et al.* (2019), Engemann *et al.* (2019), Bento e Dias (2017), Richardson, *et al.* (2017), Rojo-Ramos *et al.* (2021), Schutte *et al.* (2015), Coe (2016) os espaços verdes (aqui também chamado de espaços naturais), que podem incluir a própria rua de casa, bem como ambientes públicos de lazer são onde propiciam o: (i) Desenvolvimento infantil, a integração de ambientes naturais e ao ar livre no planejamento urbano pode contribuir para o desenvolvimento saudável e integral das crianças pequenas, promovendo aspectos físicos, cognitivos, sociais e emocionais, já que a exposição a espaços verdes está associada a um melhor neurodesenvolvimento na primeira infância, assim os planejadores urbanos podem considerar a inclusão de mais áreas verdes em projetos de desenvolvimento urbano; (ii) Saúde e bem-estar, ambientes naturais em áreas urbanas podem proporcionar oportunidades para

atividades físicas, brincadeiras e interações sociais, com destaque na associação entre a presença de áreas verdes na infância e a redução do risco de transtornos psiquiátricos na vida adulta, lembrando que há preocupações sobre o tempo e espaço para brincar ao ar livre devem ser integradas no planejamento educacional desde a creche e o jardim de infância, pois as crianças tendem a passar longos períodos em ambientes fechados, o que pode afetar sua saúde e bem-estar; (iii) Estímulo à criatividade e aprendizagem, a presença de elementos naturais nos espaços urbanos pode estimular a criatividade, a curiosidade e a aprendizagem das crianças; (iv) Inclusão e acessibilidade, ao planejar ambientes urbanos que incluam espaços naturais acessíveis para as crianças, os planejadores urbanos podem promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todas as crianças, independentemente de sua origem socioeconômica; (v) Sustentabilidade ambiental, integração de elementos naturais nos espaços urbanos pode contribuir para a promoção da sustentabilidade ambiental, sensibilizando as crianças desde cedo para a importância da preservação do meio ambiente. Portanto, as pesquisas destacam as necessidades de considerar e priorizar espaços com qualidade ao ar livre nas áreas urbanas destinadas às crianças.

A abordagem da relação da criança com a cidade, conforme discutida na pesquisa de Calil e Lersch (2024), destaca a relevância dos movimentos que buscam compreender as "Cidades Educadoras" e as "Cidades que Educam e Transformam". Ambos buscam integrar a educação e a transformação urbana, reconhecendo a perspectiva da criança na cidade e o papel da infância nos estudos urbanos, visando criar ambientes mais inclusivos ao desenvolvimento de todas as faixas etárias, proposta apresentada também por Vincelot (2019). A reflexão dos autores inclui discutir o direito à cidade e a cidadania no contexto da infância, destacando considerar a relação entre educação e espaço urbano, e com isso garantir que as políticas públicas e práticas educacionais estejam alinhadas com as demandas das crianças, contribuindo para o desenvolvimento de ambientes urbanos mais acolhedores.

Assim, Cruz (2022) também ajuda a compreender outra relação, a educação das crianças pequenas com a instituição de ensino:

A instituição de ensino, como ambiente diferente do seio familiar, tem por função a socialização, local propício ao desenvolvimento e à aprendizagem, à convivência e ao vínculo afetivo com os pares, os espaços de interações, as brincadeiras e as descobertas, ao ritmo e ao tempo de cada criança. (Cruz, 2022, p. 80).

A autora, percebe a relevância desse ambiente institucional, creches e pré-escolas, na socialização e no crescimento das crianças. Essa visão se conecta com a discussão sobre a importância da educação na cidade e sua relação com o planejamento urbano. Bruno e Silveira

(2023) também destaca considerar como a capacidade orçamentária dos municípios impacta o acesso e a qualidade da educação infantil, a sua pesquisa aborda a importância do planejamento urbano para garantir o atendimento adequado às crianças de 0 a 5 anos. A distribuição espacial das unidades de educação infantil, a disponibilidade de vagas, a qualidade das instalações e a acessibilidade dos serviços são aspectos que se relacionam diretamente com o planejamento urbano para a primeira infância.

Por meio da participação dos BCCs na configuração de espaços públicos, requerendo acessos a educação de qualidade, lazer e cuidados adequados, as crianças não apenas se tornam visíveis como beneficiárias das políticas públicas, mas também emergem como sujeitos sociais plenamente dotados de direitos (Dias; Ferreira, 2015, Bruno; Silveira, 2023, Hultgren, 2018).

A partir da contribuição do seu olhar sensível, de sua voz e ideias, as cidades podem transformar-se em um espaço mais equitativo e harmonioso, compartilhado entre adultos e crianças, como uma base sólida para a vivência da cidadania. Crianças que participam, colaboram, incentivam e vivem efetivamente a cidade têm maiores possibilidades de tornarem-se adultos autônomos, engajados e sensíveis à diversidade. (Dias; Ferreira, 2015, p. 10).

Incluir crianças pequenas e cuidadores, em processos participativos e de *design* de espaços públicos, enriquece a vida urbana ao trazer perspectivas negligenciadas. Ao envolver as crianças na construção e vivência da cidade, cria-se um ambiente mais inclusivo, democrático e acolhedor, que promove a cidadania desde a infância e contribui para a formação de adultos conscientes e responsáveis em relação à diversidade e ao espaço urbano.

Assim, Vincelot (2019) ressalta a importância de considerar as necessidades específicas das crianças pequenas na concepção e organização dos espaços urbanos. Dessa forma, a iniciativa da URBAN95 ajuda a demonstrar que não há uma única diretriz para uma cidade amiga da criança, mas sim um conjunto ideias, citados por Cruz (2022), Nascimento (2022), Franca (2023), Pessoni (2023).

Cruz (2022) e Nascimento (2022) enfatizam a criação de espaços seguros, saudáveis e estimulantes para o desenvolvimento infantil, além de promover interações afetuosas entre crianças e adultos cuidadores. Também destaca a necessidade de políticas públicas e projetos urbanos que beneficiem não apenas as crianças, mas toda a comunidade. Ainda, Franca (2023) acrescenta estratégias para integrar crianças nos espaços urbanos, como considerar a diversidade, promover sua participação ativa nas decisões, criar ambientes seguros e lúdicos, e incorporar elementos naturais. Temos também, Pessoni (2023) que adiciona a mobilidade familiar, destacando que os BCCs tenham acesso a serviços de saúde e creches, bem como a locais seguros para brincar e encontrar fontes de alimentação saudável.

Igualmente, a pesquisa de Moura *et al.* (2023) ajuda a entender que considerar as demandas sociais e clínicas das crianças de zero a seis anos significa levar em conta não apenas as questões de saúde física, como vacinação e cuidados médicos, mas também as necessidades sociais e emocionais dessas crianças. Os autores enriquecem a percepção da necessidade de compreender problemas como fome, violência, fragilidade dos vínculos familiares, desenvolvimento da parentalidade (Cruz, 2022). Isso implica em garantir que as crianças tenham acesso a serviços de saúde de qualidade, mas também a um ambiente seguro, estimulante e acolhedor que favoreça seu crescimento saudável. O uso de estratégias multidisciplinares, significa a colaboração entre diferentes setores, como saúde, educação, assistência social, urbanismo, meio ambiente, saneamento básico, entre outros.

Levando em consideração as estratégias multidisciplinares, a pesquisa de Thornton (2016) apresenta as intervenções eficazes na primeira infância mencionadas no estudo incluem: (i) programas de educação na primeira infância tais como o Projeto Perry Preschool, associado ao Heckman (2012; 2017), que realizou análises e estudos de acompanhamento dos participantes do programa ao longo de 35 anos e o Projeto Abecedarian, que demonstraram melhorias nos resultados educacionais, socioeconômicos e de saúde a longo prazo para crianças vulneráveis; (ii) programas de apoio parental, incluindo visitas domiciliares, supervisão de brincadeiras e estímulo cognitivo e social, que têm sido associados a benefícios educacionais e de saúde para as crianças.

Além disso, Borghi (2022) destaca a importância da relação entre aleitamento materno, comportamento alimentar e nutrição na primeira infância para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de intervenção eficazes que promovam hábitos alimentares saudáveis desde os primeiros anos de vida.

Já abordamos questões relacionadas ao meio ambiente, educação e saúde e agora nós direcionamos para o tema do saneamento básico. Aqui, Wolfart (2014) destaca a importância do saneamento básico na redução da mortalidade infantil, ressaltando que o acesso a água de qualidade e serviços de esgotamento sanitário adequados são essenciais para a saúde das crianças. Ela enfatiza que a melhoria do saneamento está diretamente ligada à diminuição de doenças e, conseqüentemente, da mortalidade infantil. Utilizando a teoria das *capabilities* de Amartya Sen, a autora destaca que o acesso a serviços básicos, como saneamento, aumenta a liberdade de escolha dos indivíduos, contribuindo para o bem-estar da sociedade. Ela ressalta que investimentos e políticas públicas eficazes nessa área são fundamentais para garantir um ambiente saudável e seguro para as crianças e toda a população, prevenindo doenças transmitidas pela água e reduzindo as taxas de mortalidade infantil.

Dessa forma, um ambiente urbano bem planejado, com acesso adequado a serviços de saneamento básico, ajuda na prevenção de doenças infecciosas, como as intestinais, que podem afetar gravemente a saúde das crianças. Portanto, políticas de planejamento urbano que priorizam o acesso universal a serviços de saneamento básico contribuem para a promoção da saúde infantil. Reforça a necessidade de ações coordenadas entre os setores de saúde e saneamento, destacando que o saneamento básico não é apenas como um fator de saúde pública, mas também como um elemento-chave para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil (Lins, 2023; Almeida, 2016).

## **2 DESENVOLVIMENTO DESIGUAL**

### **2.1 A teoria do desenvolvimento desigual**

Nesta seção, foi desenvolvida uma análise abrangente das disparidades socioeconômicas e geográficas que caracterizam o desenvolvimento desigual, com ênfase nas suas raízes teóricas no marxismo e nas contribuições de pensadores como Lênin e Leon Trotsky. O capítulo explorou os conceitos centrais da teoria, como a produção e reprodução das desigualdades no espaço urbano, e examinou como essas desigualdades afetam as condições de vida das crianças na primeira infância, restringindo seu acesso a serviços essenciais e oportunidades. Além disso, destacou-se a relevância de considerar as desigualdades estruturais ao planejar intervenções urbanas, enfatizando a necessidade de políticas que promovam o bem-estar infantil e a equidade social.

Neste primeiro momento, para conceituar a teoria do desenvolvimento desigual, traçamos brevemente um percurso histórico, já que a origem dessa ideia remonta a um período anterior. Dessa forma, compreender a evolução desse conceito e suas influências ao longo do tempo é essencial para entendermos seu significado e aplicação atual.

Sobre o desenvolvimento desigual, as obras de Lênin (1982, 2011) e Trotsky (2017a; 2017b) foram interpretadas à luz de dois autores: Löwy<sup>12</sup> (1998) e Theis<sup>13</sup> (2009, 2013, 2016).

Michael Löwy, intelectual europeu consolidado e pensador marxista brasileiro radicado na França, mantém interesse na Região latino-americana, abordando temas universais do

---

<sup>12</sup> Michael Löwy é um cientista social que contribui para o pensamento crítico contemporâneo, abordando questões fundamentais da sociedade, cultura e política. Com mais de trinta livros publicados em vários países, ele trata de temas como marxismo, crítica da modernidade, ecossocialismo, romantismo e teoria social (Antunes, Festi, Querido, 2018).

<sup>13</sup> Ivo Marcos Theis é professor titular na Universidade Regional de Blumenau desde 1986, com áreas de investigação que incluem desenvolvimento regional, economia regional e urbana, pensamento social brasileiro, planejamento regional e políticas de ciência e tecnologia, para mais informações: <http://lattes.cnpq.br/2063932952182790>.

marxismo e do pensamento crítico internacional, que envolve a análise das relações de poder, das desigualdades, das injustiças e dos processos de dominação em escala global. Seu pensamento ultrapassa fronteiras nacionais, considerando as interconexões e interdependências entre países e regiões do mundo. Além de focar nos problemas específicos da América Latina, ele analisa questões sociais, políticas e culturais da Região, demonstrando sensibilidade para as lutas e movimentos sociais locais (Antunes, Festi, Querido, 2018). Ele destaca sua capacidade de combinar uma perspectiva global com um interesse em desafios enfrentados em diferentes partes do mundo, como o desenvolvimento desigual.

A elaboração dos artigos de Ivo Marcos Theis sobre o desenvolvimento desigual pode ser inferida a partir de sua motivação pela relevância e complexidade desse fenômeno na área das ciências sociais. Suas pesquisas e interesses nesse tema foram impulsionados pela necessidade de compreender as dinâmicas econômicas, sociais e geográficas que influenciam as disparidades de desenvolvimento entre regiões brasileiras. Ao investigar e analisar o desenvolvimento desigual, Theis (2009; 2013; 2016) busca contribuir para uma melhor compreensão dos processos que moldam as desigualdades regionais e para a formulação de políticas e estratégias eficazes para lidar com essas disparidades.

Ivo Marcos Theis e Michael Löwy são importantes pesquisadores nas ciências sociais, com foco em desenvolvimento regional, planejamento urbano e pensamento social. Suas contribuições enriquecem o debate sobre desenvolvimento desigual. Citá-los nessas pesquisas possibilita uma abordagem esclarecedora do tema, contribuindo para uma compreensão desse assunto.

Dessa forma a seguir na Figura 13 é apresentada a evolução da origem teórica do Desenvolvimento Desigual (DD).

**Figura 13** - Evolução da origem teórica do desenvolvimento desigual

1. **Marxismo** (difundi-se na Europa a partir de 1867): a base teórica do desenvolvimento desigual está enraizada no marxismo, que analisa as contradições e desigualdades inerentes ao sistema capitalista. Karl Marx forneceu os fundamentos para a compreensão das dinâmicas econômicas e sociais que levam ao desenvolvimento desigual.

2. **Lênin** (relatado inicialmente por Lênin a partir de 1899): Lênin foi um dos primeiros a examinar o processo de desenvolvimento desigual do capitalismo na Rússia, destacando suas desigualdades socioeconômicas e contribuindo para a formulação inicial do conceito.

3. **Trotsky** (relatado por Trotsky em 1905 e que se transforma em teoria a partir de 1930): ocorreu neste momento a evolução do conceito de desenvolvimento desigual ao ampliá-lo para a teoria de desenvolvimento desigual e combinado. Sua análise das contradições políticas e econômicas em contextos de desenvolvimento desigual foram fundamentais para a consolidação da teoria.

Fonte: Theis (2009; 2016) e Löwy (1995). Adaptado pela autora (2025).

A origem do desenvolvimento desigual na base teórica do marxismo está enraizada na análise de Karl Marx sobre as contradições do sistema capitalista. Karl Marx, na obra "O Capital", destacou a concentração de riqueza e a exploração da classe trabalhadora como características centrais do capitalismo. Essas contradições geram desigualdades estruturais entre regiões e países, evidenciando-se nos diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social ao redor do mundo (Löwy, 1995).

A teoria marxista das relações de produção sublinha como essas relações moldam o desenvolvimento econômico, especialmente em contextos de desigualdade. Além disso, a análise do imperialismo, como apresentada por Lênin (2011), enfatiza a exploração de regiões periféricas por potências imperialistas, resultando em disparidades econômicas e sociais. O imperialismo, conforme descrito, não é apenas uma questão de dominação política, mas também envolve relações econômicas e sociais, refletindo uma fase avançada do capitalismo. Esse estágio é caracterizado pela busca de mercados, recursos e mão de obra barata, levando à concentração de capital em grandes monopólios e à competição entre potências dominantes capitalistas. Essa competição resulta em conflitos armados e superexploração de colônias e países dependentes, intensificando a desigualdade entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Por esse motivo, que a obra "O imperialismo etapa superior do capitalismo" de Lênin (2011) vê o imperialismo como uma fase de decadência e crise do capitalismo, preparando o terreno para a revolução socialista, pois as crises e contradições, exacerbadas pelo imperialismo, criam condições favoráveis para o surgimento de movimentos revolucionários. Pois, a crescente insatisfação das massas trabalhadoras, a conscientização sobre as injustiças do sistema capitalista e a busca por alternativas socialistas se tornam mais evidentes em um

contexto de imperialismo.

Assim, como abordado por Lênin (2011) e Löwy (1995), o imperialismo, ao aprofundar as contradições e crises do capitalismo, está, de certa forma, minando suas próprias bases e preparando o terreno para a revolução socialista. Enfim, nessa perspectiva marxista a exploração e opressão geradas pelo imperialismo despertam a consciência de classe e a luta dos trabalhadores por uma sociedade mais justa e igualitária.

Nessa mesma direção, Theis (2013), aborda o estudo crítico das desigualdades nas formações sociais capitalistas tem suas origens nas obras de Karl Marx, com contribuições de Lênin (1982) e, principalmente, Trotsky (2017a; 2017b).

O estudo crítico das desigualdades nas formações sociais capitalistas tem origem nas obras de **Karl Marx, Lênin** e, sobretudo, **Trotsky**, que deram passos importantes na compreensão das desigualdades nas formações periféricas. Mas, foi apenas após a Revolução de 1905 que a noção de desenvolvimento desigual ganhou um significado mais preciso. Aliás, com Leon Trotsky, ela passou a ser desenvolvimento desigual e combinado, uma lei que não dizia respeito somente às desigualdades econômicas e sociais, mas remetia às suas inerentes implicações políticas. (Theis, 2013, p. 144, grifo da autora).

A concepção de desenvolvimento geográfico desigual, citado no segundo momento, é uma ideia mais recente, enquanto a noção de desenvolvimento desigual tem raízes antigas. É relatado que foi Lênin<sup>14</sup> (1982), quem realizou uma análise do processo de “desenvolvimento do capitalismo na Rússia” (nome de sua obra), destacando suas desigualdades socioeconômicas. No entanto, foi após a Revolução de 1905 que a ideia de desenvolvimento desigual, introduzida por Leon Trotsky<sup>15</sup>, adquiriu uma definição precisa:

O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado [...] A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de **lei do desenvolvimento combinado**, que significa **aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas**. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (Trotsky, 2017a, p. 33-34, grifo da autora).

Leon Trotsky, após da Revolução Russa no início do seu livro "A História da Revolução

<sup>14</sup>Vladimir Ilitch Lênin (1870-1924), político e revolucionário russo, líder do Partido Comunista da União Soviética e primeiro chefe de governo da União Soviética.

<sup>15</sup>Liev Davidovitch Bronstein (1879-1940), líder político e teórico marxista russo.

Russa" publicado em 1930 ampliou o significado do termo que passou a ser conhecido como a Teoria de desenvolvimento desigual e combinado (TDDC), a teoria não apenas busca explicar as contradições sociais e econômicas dos países periféricos do capitalismo ou dominados pelo imperialismo, como proposto por Lênin (1982; 2011), mas também concede maior autonomia para a esfera política (Löwy, 1998; Trotsky, 2017a), como apresentado na Figura 14.

**Figura 14** - As relações sociais, econômicas e políticas do desenvolvimento desigual

1. **Sociais:** referem-se às disparidades de classe, gênero, raça, etnia e outras formas de desigualdade que permeiam a sociedade capitalista. Essas contradições resultam em injustiças sociais, exclusão, marginalização e falta de acesso equitativo a recursos e oportunidades. A lógica das contradições sociais também aborda questões como a alienação no trabalho, a precarização das condições de vida, a falta de proteção social e a reprodução das desigualdades ao longo das gerações, são exemplos.

2. **Econômicas:** observa-se a luta de classes entre os detentores dos meios de produção (burguesia) e os trabalhadores assalariados (proletariado), que buscam maximizar seus lucros e salários, respectivamente. Ou seja, a tendência à concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos, a exploração da força de trabalho, a busca incessante por acumulação de capital e a instabilidade inerente ao sistema capitalista.

3. **Política:** podem estar relacionadas à subordinação política dos países periféricos às potências dominantes; à fragilidade das instituições democráticas que pode criar contradições políticas, levando a instabilidades, corrupção e falta de representatividade; à interferência externa em assuntos internos, como potências estrangeiras ou organizações internacionais, nas questões políticas dos países periféricos; e à dificuldade de implementar políticas soberanas e inclusivas.

Fonte: Löwy (1995). Adaptado pela autora (2025).

Sobre o contexto histórico, durante a segunda metade do século XIX, o capital financeiro europeu, ou imperialismo, impulsionou o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O capital europeu não passou pelas etapas intermediárias do desenvolvimento "normal" e "orgânico", pois se expressou de imediato na forma mais evoluída: a grande indústria. Isso resultou em um progresso do capitalismo periférico com características singulares, combinando traços pré-capitalistas no campo e com capitalismo moderno nas fábricas das cidades.

Dessa forma, Trotsky (2017a; 2017b) apesar de desenvolver a TDDC no contexto russo, a sua análise não se limitou à Rússia, pois ele extraiu lições aplicáveis a outras sociedades periféricas do sistema capitalista e é por esse motivo que selecionamos a TDDC para a análise dos dados secundários e primários neste estudo.

Considerando que a abordagem ampla sugere que as dinâmicas observadas na Rússia<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Essa análise de Trotsky sobre a combinação de elementos pré-capitalistas no campo e capitalistas modernos nas

podem servir como referência para compreender processos de transformação social em outras formações periféricas, destacando a relevância e universalidade da teoria do desenvolvimento desigual e combinado (Löwy, 1998).

Assim, resumindo, a TDDC de Trotsky (2017a; 2017b) se refere à análise de como o capitalismo se desenvolveu de forma desigual nos países periféricos em relação aos países centrais, combinando características pré-capitalistas com elementos modernos do capitalismo.

Neste primeiro momento, a aplicação da TDDC no planejamento urbano para a primeira infância destaca como as disparidades sociais, econômicas e políticas influenciam diretamente a qualidade de vida e as oportunidades disponíveis para grupos específicos da população. Assim, ao considerá-lo para a primeira infância em 21 municípios de uma Região, torna-se possível entender as complexidades presentes nas áreas urbanas, as pequenas e a média cidade em estudo. A combinação de diferentes fases do processo histórico brasileiro (mediados por intelectuais brasileiros na terceira parte deste subcapítulo) e a desigualdade de ritmo no desenvolvimento irá nos ajudar a entender a disparidade no acesso a serviços básicos de saúde, educação, saneamento, meio ambiente e acesso a ambientes de socialização na RIIA para os BCCs.

Dessa forma, caminhamos para o segundo momento do subcapítulo, onde Theis (2009), cita que a partir dos anos 1980, a Geografia começou a abordar as desigualdades sócio-espaciais trazendo essa questão para o centro do debate. Esse movimento foi impulsionado, sobretudo, pelo geógrafo David Harvey que destaca a importância de compreender as disparidades territoriais e sociais na análise do capitalismo globalizado. Essa abordagem permitiu uma análise das dinâmicas econômicas, políticas e sociais que moldam os espaços urbanos e rurais em todo o mundo. Assim, após essa explanação teórica, exploramos em seguida a análise contemporânea do DD, relacionando-a com o capítulo 5 da obra "Espaços de Esperança" de Harvey (2009) uma síntese é apresentada na Tabela 2.

---

idades na Rússia levou à conclusão de que a revolução russa poderia combinar tanto as "tarefas democráticas" quanto as medidas socialistas em um processo de revolução permanente. As "tarefas democráticas" incluíam a derrubada do czarismo, a redistribuição das terras e a democratização do Estado, enquanto as medidas socialistas envolviam a expropriação do grande capital. Trotsky argumentava que a classe trabalhadora, aliada aos camponeses, poderia liderar essa revolução que não apenas atenderia às demandas democráticas imediatas, mas também avançaria em direção a transformações socialistas mais profundas na sociedade russa (Löwy, 1998).

**Tabela 2 - Teoria do desenvolvimento geográfico desigual**

<b>Capítulo 5 - Desenvolvimentos geográficos desiguais</b>	
<b>Introdução</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O poder do dinheiro, em todos os lugares, “humilha dignidades, insulta honestidades e assassina esperanças” (Harvey, 2009, p. 105)</li> <li>• Neoliberalismo é um “crime histórico da concentração de privilégios, riquezas e impunidades democratiza a miséria e a desesperança (Harvey, 2009, p. 105)</li> <li>• A “globalização” representa a “guerra moderna” (Harvey, 2009, p. 105)</li> </ul>	
<b>Elemento 1. Produção de escalas espaciais</b>	<b>Elemento 2. Produção da diferença geográfica</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A sociedade constrói hierarquias.</li> <li>• Organiza o espaço geográfico em escalas: global, continental, nacional, regional, local, do lar/pessoal.</li> <li>• Desnaturaliza as escalas: nunca são fixas, são constantemente reorganizadas pela sociedade</li> <li>• Há interações dinâmicas: “As interações nessa escala têm implicações em outros lugares” (Harvey, 2009, p. 108), exemplo: selo Unicef; ou “O que parece relevante ou faz sentido numa dessas escalas não se manifesta automaticamente em outra (Harvey, 2009, p. 108). Por exemplo: relações sociais e econômicas que predominam em um bairro podem não ser totalmente representativas ou reproduzíveis em toda a cidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É moldado por processos políticos, econômicos e socioecológicos no momento presente.</li> <li>• Herança do passado que continua a influenciar o presente.</li> <li>• É mais do que um legado histórico-geográfico.</li> <li>• Contribui para as desigualdades geográficas “Regiões com abundância de capital fiquem mais ricas enquanto as carentes ficam relativamente mais pobres” (Harvey, 2009, p. 111)</li> </ul>
<b>Fusão dos Elementos 1 e 2</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os desenvolvimentos geográficos desiguais [...] levantam claramente barreiras à “adequada unificação” de múltiplas interesses particulares em alguma estrutura que exprima o interesse geral”. (Harvey, 2009, p. 114)</li> <li>• Em uma observação particular há efeitos e processos que produz diferenças geográficas nos modos de vida, uso de recursos, relação com o ambiente, formas políticas e culturais.</li> <li>• “A globalização faz tudo isso ao mesmo tempo que concentra riqueza e poder e promove oportunidades político-econômica numas poucas localidades seletivamente escolhidas e no âmbito de uns poucos estrados restritos da população” (Harvey, 2009, p. 115)</li> <li>• “Os efeitos positivos e negativos variam em intensidade de lugar para lugar [...] a globalização sempre foi um projeto implementado e endossado por poderes e obtiveram incríveis benefícios e aumento de sua riqueza e seu poder a partir das liberdades no comércio.” (Harvey, 2009, p. 115)</li> <li>• “O padrão pode então ser descrito como as consequências geográficas desiguais da forma neoliberal de globalização.” (Harvey, 2009, p. 115)</li> </ul>	
<b>Utilização dos Elementos 1 e 2 nesta pesquisa</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O elemento 1 nos ajuda a entender as hierarquias dentro do contexto geral (considerando os diversos níveis escalares) começando com dados abrangentes a nível nacional no Brasil e depois descendo para níveis mais específicos: a Amazônia Legal, Tocantins, a Região de Influência Imediata de Araguaína e, por fim, os municípios presentes nessa Região Imediata.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O elemento 2 nos ajuda a entender como as regiões ricas como Araguaína, cidade média, é beneficiada, e como isso prejudica as áreas carentes, as pequenas cidades da Região de Influência Imediata de Araguaína.</li> </ul>

Fonte: Harvey (2009). Adaptado pela autora (2025).

Na obra "Espaços de esperança" de David Harvey, realiza uma análise contemporânea sobre o DD no século XXI. Na Parte 1, capítulo 5, intitulada "Desenvolvimentos geográficos desiguais", o autor introduz a relação entre globalização, neoliberalismo e desenvolvimento desigual. Harvey (2009) discute como a globalização, impulsionada pelo neoliberalismo, intensifica disparidades geográficas e sociais.

A globalização, historicamente ligada aos "ajustes espaciais" do capitalismo, refere-se à hiperacumulação do capital em áreas geográficas específicas (Harvey, 2009, p. 40). Esses

ajustes são vitais para a dinâmica do capitalismo, inserindo territórios e formações sociais de maneira desigual no mercado mundial, criando uma geografia histórica global de acumulação do capital.

Nesse contexto, o autor critica o neoliberalismo, destacando seu impacto negativo na vida das pessoas (meio social). A análise textual de Harvey (2009) aponta para a priorização dos interesses financeiros em detrimento da humanidade. Além disso, ressalta como o neoliberalismo contribui para a ampliação das desigualdades sociais e econômicas, levando à miséria. O autor destaca ainda que o neoliberalismo pode gerar um sentimento de desesperança e falta de perspectivas positivas para o futuro.

Na sequência do capítulo 5, Harvey (2009) discute dois elementos fundamentais para compreender a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual (TDGD), que visa complementar a ideia de TDDC.

Conforme abordado por David Harvey a TDGD, está relacionado a TDDC, proposto por Leon Trotsky. Embora os termos não sejam exatamente iguais, há uma relação entre eles. O desenvolvimento desigual e combinado, teorizado por Trotsky (2017a; 2017b), refere-se à ideia de que o desenvolvimento econômico, social e político não ocorre de maneira uniforme em todas as regiões e países. Pelo contrário, diferentes áreas podem experimentar níveis variados de desenvolvimento, e essas disparidades podem coexistir e se combinar dentro de um mesmo sistema econômico global. Por outro lado, o desenvolvimento geográfico desigual, conforme discutido por Harvey (2009), enfatiza as disparidades espaciais e territoriais resultantes do funcionamento do capitalismo e das políticas neoliberais. Harvey destaca como as desigualdades geográficas, como a concentração de riqueza em certas regiões e a marginalização de outras, são características fundamentais do sistema econômico atual.

Harvey (2009) apresenta dois elementos para a teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais que são: "a produção de escalas espaciais" e "a produção da diferença geográfica". Este é um termo complexo que requer um aprofundamento para a compreensão sendo sintetizado os recortes da TDGD na Tabela 2.

Na "produção de escalas espaciais" o autor reflete sobre o espaço em suas diversas escalas: "global, continental, nacional, regional, local ou do lar/pessoal" (Harvey, 2009, p. 108). Ele desnaturaliza as escalas, destacando que nunca são fixas, sendo constantemente reorganizadas pela sociedade, ou seja, é uma interação dinâmica, e que uma escala pode não se manifestar automaticamente em outra. Isso significa que os padrões e processos que ocorrem em uma escala específico de análise geográfica podem não ser generalizáveis ou aplicáveis a outras escalas sem considerar as particularidades e as interações próprias de cada uma delas.

Por exemplo, as relações sociais e econômicas que predominam em um bairro podem não ser totalmente representativas ou reproduzíveis em toda a cidade.

Sabemos, não obstante, que não se pode entender o que acontece numa dada escala fora das relações de acomodamento que atravessam a hierarquia de escalas – comportamentos pessoais (por exemplo, dirigir automóveis) produzem (quando agregados) efeitos locais e regionais que culminam em problemas continentais, de, por exemplo, depósito de gases tóxicos ou aquecimento global. (Harvey, 2009, p. 108)

Há uma interdependência evidente e uma mistura de vários aspectos, tanto espaciais quanto socioculturais, de uma escala de análise para outra. Além disso, as estruturas escalares estão em constante mudança. Por exemplo, ao examinar o desenvolvimento urbano em uma escala municipal, é essencial explorar suas implicações em uma escala regional. Não podemos desconsiderar que as escalas são moldadas por transformações contínuas nas esferas econômica e tecnológica. Esse fenômeno fica evidente no compromisso do UNICEF (2021b) para o período de 2021 a 2024, ilustrando como as mudanças nessas esferas podem influenciar diretamente as dinâmicas em diferentes escalas geográficas.

É também um compromisso de todos nós em continuar assegurando o princípio de que os direitos de crianças e adolescentes devem ser prioridade global, de cada país, de cada estado e, especialmente, de cada município que se compromete a ir em busca do Selo UNICEF. Não só para obter um reconhecimento, mas, principalmente, para oferecer um presente e um futuro melhor para cada criança e adolescente. É uma honra ter seu município nesta iniciativa. Vamos juntos fazer um mundo melhor para as crianças e adolescentes, que, com certeza será um mundo melhor para todos. (Unicef, 2021b, p. 5)

A título de exemplo, a iniciativa do Selo UNICEF (2021b) ilustra a interconexão entre as esferas sociocultural, econômica e tecnológica, conforme delineado na teoria de Harvey (2009) sobre a "produção de escalas espaciais". No âmbito sociocultural, visa proporcionar acesso a uma educação de qualidade que respeite e valorize a diversidade cultural, combatendo a discriminação e promovendo a igualdade de oportunidades para todas as crianças, independentemente de sua origem étnica, cultural ou social; na esfera econômica, o engajamento dos municípios na busca pelo selo implica investimento em recursos e infraestrutura, contribuindo para o desenvolvimento local e regional. Embora o UNICEF (2021b) não atue diretamente na esfera econômica, suas ações podem ter impactos positivos, pois quando as crianças têm acesso à educação de qualidade, cuidados de saúde adequados e proteção contra a violência, elas têm mais chances de se tornarem adultos produtivos e contribuírem para a economia de seus países; tecnologicamente, a iniciativa se beneficia de inovações na comunicação. O UNICEF (2021b) utiliza a tecnologia de forma inovadora para melhorar a vida das crianças, ampliando o acesso a serviços essenciais (saúde, educação,

saneamento básico, meio ambiente), monitorando e avaliando programas, promovendo a participação das crianças e respondendo a emergências humanitárias de maneira eficiente.

Entretanto, as políticas direcionadas para a primeira infância e suas famílias adotadas em um município podem não ser diretamente transferíveis para uma escala global sem considerar as complexidades e as interações entre diferentes indivíduos em cada escala. Essas relações dinâmicas e interdependentes entre os níveis sociocultural, econômico e tecnológico evidenciam a complexidade da produção de escalas espaciais.

A “produção da diferença geográfica”, conforme abordada por Harvey (2009), é moldada por processos político-econômicos e socioecológicos, ultrapassando o legado histórico. Isso representa uma herança do passado que continua a influenciar o presente. Por exemplo, a alocação atual de recursos financeiros visa gerar retorno econômico futuro, contribuindo para desigualdades geográficas. Isso beneficia regiões mais ricas, como Araguaína, uma cidade média, prejudicando áreas carentes, como as cidades pequenas da Região de influência imediata de Araguaína. Harvey (2009), destaca:

O exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais. A longa geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintivas de formas sociais (línguas, instituições políticas e valores e crenças religiosos) inseridas integralmente em lugares com qualidades todas suas tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida socioecológicos. (Harvey, 2009, p. 110-111)

O autor discorre que, ao observar qualquer parte do mundo, é possível identificar processos que contribuem para as diferenças geográficas. Ele enfatiza a importância da longa história da ocupação humana. Essa interação, evidencia a complexidade das diferenças geográficas globais. Essa perspectiva apresenta a necessidade de compreender a geografia de maneira interdisciplinar, considerando não apenas fatores físicos (geográficos), mas também sociais, culturais, ecológicos, políticos e históricos na análise das disparidades geográficas.

Há uma convergência entre a alocação de recursos discutida por Harvey (2009) e o contexto específico da Primeira Infância abordado por Heckman (2012). Os investimentos nesse período têm potencial para gerar retornos econômicos, estimando que a cada dólar investido pode haver um retorno de sete dólares, conforme observado no primeiro subcapítulo da dissertação.

Investir em educação na primeira infância é uma estratégia de baixo custo para promover o crescimento econômico. Nosso futuro econômico depende do fornecimento de ferramentas para a ascensão social e para o desenvolvimento de uma força de trabalho altamente instruída e qualificada. A educação na primeira infância é

a forma mais eficiente de se atingir esses objetivos: A análise do programa Perry Preschool feita pelo professor Heckman mostra um retorno sobre o investimento de 7 a 10% ao ano, com base no aumento da escolaridade e do desempenho profissional, além da redução dos custos com reforço escolar, saúde e gastos do sistema de justiça penal. (Heckman, 2012, p. 1)

A ênfase na importância de investimentos na primeira infância, especialmente em áreas geograficamente desfavorecidas, por exemplo na Amazônia Legal, visa não apenas gerar retorno econômico futuro, mas também promover o desenvolvimento equitativo. Isso implica assegurar que todas as crianças tenham acesso a recursos e oportunidades que lhes permitam atingir seu pleno potencial, independentemente das circunstâncias em que nasceram. Essa ênfase na promoção da igualdade de oportunidades desde a infância torna-se importante para combater desigualdades futuras. Ao investir nas capacidades das crianças desde cedo, especialmente em regiões geograficamente desfavorecidas, pode-se contribuir significativamente para mitigar os efeitos da desigualdade geográfica destacados na obra de Harvey (2009).

Dessa forma, a crítica de Harvey (2009) destaca as consequências negativas do neoliberalismo, revelando como essa ideologia econômica e política prioriza o lucro em detrimento do bem-estar humano, contribuindo para desigualdades, miséria e falta de esperança em escala global. A proposta do “espaço de esperança” sugere a necessidade de resistir e se contrapor aos impactos negativos do neoliberalismo, buscando construir uma visão solidária, justa e humanitária para a sociedade.

Complementando o que foi abordado por Harvey (2009), o autor Theis (2009; 2013; 2016) toma como referência alguns intelectuais brasileiros que contribuíram para o enfoque do desenvolvimento desigual no País, como: Prado Jr. (1966), Fernandes (1968), Cardoso (1973) e Oliveira (2003), autores também citados na pesquisa chamada: “A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira” de Demier (2007), aqui entramos no terceiro momento do subcapítulo.

Esta seção não visa apresentar as posições político-ideológicas que se confrontaram no Brasil e na América Latina em relação às ciências sociais e às formulações políticas de diferentes grupos. Pelo contrário, o foco é analisar a abordagem de alguns intelectuais brasileiros em um momento particular de sua reflexão sobre o tema “desenvolvimento desigual”. E teve um impacto durante a ditadura civil-militar da época, especialmente entre aqueles posicionados mais à esquerda.

No contexto brasileiro, a perspectiva “dualista” foi frequentemente aplicada para descrever a estrutura econômica e social do país, dividindo-a em um setor "atrasado"

(caracterizado por estruturas consideradas "arcaicas", especialmente presentes no campo, onde predomina a agro-exportação) e um setor "moderno" (representado por regiões industriais voltadas para a produção de bens de consumo duráveis e de produção). E também as propostas políticas "etapistas" que defendem a ideia de seguir uma sequência ordenada de etapas no processo de transformação social e política, considerando que certas mudanças devem ser realizadas antes de outras (Demier, 2007).

Nesse contexto, tanto Prado Jr. (1966) quanto Fernandes (1968) já ocupavam posições críticas em relação às interpretações dualistas e perspectivas etapistas na realidade brasileira antes do golpe de Estado de 1964.

O historiador marxista Prado Jr. (1966) discordava da perspectiva estalinista, que identificava elementos "feudais" na estrutura econômica do Brasil. Ele questionava essa interpretação, argumentando que a realidade brasileira não podia ser simplesmente enquadrada em categorias europeias, como o feudalismo. Após a ascensão dos militares ao poder em 1964, Prado Jr. (1966) foi um dos primeiros intelectuais a condenar a "teoria da revolução brasileira" propagada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa teoria, que defendia a aliança entre a burguesia nacional e o proletariado como caminho para a transformação social no Brasil, era equivocada, levando por caminhos errados e cheios de ilusões.

Em primeiro e principal lugar, "um campesinato oprimido e explorado por latifundiários na base de relações feudais ou semif feudais de produção e trabalho". A teoria revolucionária, consagrada e decalcada em **modelos onde o capitalismo, como forma de organização econômica e social, emergira do feudalismo que o precedera, tinha por isso mesmo que postular aquele campesinato também no Brasil**. Se esse postulado se verificava ou não nos fatos reais de nosso país, disto não se preocuparam os teóricos ortodoxos da nossa revolução. Interpretando o marxismo como uma coleção de **fórmulas e normas dogmáticas universalmente aplicáveis**, entenderam que se **na obra dos clássicos do marxismo o capitalismo aparece como sequência do feudalismo, isto também deveria ocorrer no Brasil**. E como o nosso capitalismo lhes parecia incipiente, e de fato assim era, deveria por força conservar traços e remanescentes de um feudalismo que necessariamente o precedera. Entre eles, um campesinato feudal ou semifeudal. Outra coisa não significa, nem pode significar, o velho refrão da nossa literatura marxista ortodoxa, ou antes, pseudomarxista, relativo aos "restos feudais ou semif feudais" presentes nas relações de produção do campo brasileiro. (Prado Jr., 1966, p. 240, grifo da autora)

Prado Jr. (1966) critica a abordagem ortodoxa da teoria revolucionária no Brasil, argumentando que a visão tradicional, baseada em modelos em que o capitalismo surge como uma evolução do feudalismo, foi aplicada sem considerar adequadamente a realidade específica do país. Os teóricos ortodoxos da revolução brasileira, ao interpretarem o marxismo como um conjunto inflexível de fórmulas aplicáveis universalmente, postularam a existência de um campesinato oprimido e explorado por latifundiários, baseando-se na transição teórica do feudalismo para o capitalismo. Entretanto, o autor argumenta que esses teóricos não se

preocuparam em verificar se essa abordagem correspondia aos fatos reais do Brasil. Ao insistir na existência de um campesinato feudal ou semifeudal, os teóricos ortodoxos não consideraram adequadamente o início do capitalismo no país, aplicando conceitos de maneira dogmática que não se alinhavam com a realidade brasileira.

A idéia de que a evolução histórica da humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas é inteiramente estanha a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo cuja as atenções, no que nos interessa aqui, se voltaram sempre exclusiva e particularizadamente para o caso dos países e povos europeus. É deles que se ocuparam, e não generalizaram nunca as suas conclusões acerca das fases históricas percorridas por aqueles países e povos. Analisaram a eclosão e desenvolvimento do capitalismo que, na Europa, emergiu do feudalismo que o precedeu, procurando nessa dialética da história moderna e contemporânea as premissas do socialismo que, revolucionários que eram, eles visavam de fato realizar e de fato se realizou pelo seu ensinamento e ação. Mas não estenderam nunca essa interpretação do que vinha ocorrendo nos países europeus, a saber, a germinação, no seio da economia feudal, das formas capitalistas de produção, o desenvolvimento e a maturação do capitalismo e de suas instituições econômicas, sociais e políticas, com a consequente e paralelas decadência e destruição do antigo regime, **não estenderam essa análise e interpretação a todas as demais partes do mundo, que aliás não os interessavam diretamente. Tratava-se de fatos específicos da evolução histórica dos países europeus. E assim foram considerados.**

É certo que tais fatos poderiam ter ocorrido em outros lugares, mas não necessariamente e como fatalidade histórica, como se pretendeu, e que por isso se aceitou como um dado preliminar e uma lei histórica e absoluta, sem nenhuma indagação prévia acerca da realidade e verdade da consciência presumida. **Uma coisa seria assinalar semelhanças entre o ocorrido nos países da Europa e em outros lugares.** E na base dessa observação proceder à interpretação da evolução histórica de outros países e povos, inspirando-se em conceitos já elaborados à luz do exemplo europeu. Nunca esquecendo, contudo, que se **tratava de simples semelhanças**, e que qualquer conclusão deveria cingir-se aos limites dessa semelhança.

Coisa bem diferente, logo se vê, é partir como se fez no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida a priori, de que os **fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também. Essa maneira de abordar os fatos, escusado dizê-lo, é inteiramente descabida** (Prado Jr., 1966; p. 39-41, grifo da autora)

Ele destaca a ausência de fundamentação empírica na política de esquerda no Brasil, apontando que esta não reflete adequadamente a realidade histórica do país. Essa política, em sua maior parte, consiste em um conceito abstrato importado de modelos estrangeiros e aplicado à sociedade brasileira. Essa abordagem, ao invés de contribuir para avanços na luta revolucionária, confunde e desorienta as ações ao propor metas incompatíveis com a situação brasileira, como a suposta superação do "feudalismo", que não corresponde à estrutura social vigente (Prado Jr., 1966).

Neste caso, Florestan Fernandes parece alinhar-se mais de perto à teoria de Caio Prado Jr. sobre o Brasil. Fernandes (1968), sociólogo, militante e socialista, estudou Lênin e outros marxistas, sendo um crítico nas ciências sociais do país. Ele dedicou seus estudos ao desenvolvimento capitalista nos países periféricos e às formas políticas de dominação burguesa

nessas regiões. Ele destaca a importância dos elementos "anticapitalistas" e "semicapitalistas" na dinâmica do capitalismo nas áreas dependentes, como o Brasil. E argumenta que a presença dessas formas não-capitalistas não é uma contradição ao sistema capitalista, mas sim um complemento histórico e socialmente necessário para a funcionalidade do capitalismo nessas regiões. Ele destaca que a transformação capitalista sob as grandes corporações multinacionais cria uma realidade histórica, na qual as estruturas sociais, econômicas e políticas dos países hegemônicos absorvem e subordinam as estruturas dos países dependentes aos seus próprios interesses.

Portanto, Fernandes (1968) destaca a complexidade e a especificidade da dinâmica do capitalismo nas regiões dependentes, ressaltando a interação entre elementos capitalistas e não-capitalistas como parte integrante do funcionamento do sistema econômico global. Assim, rejeitou o "etapismo" e introduziu o conceito de "capitalismo dependente" para descrever a natureza histórica peculiar do desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos, em oposição ao dualismo eurocêntrico citado por Prado Jr. (1966).

O capitalismo dependente é um modelo caracterizado pela subordinação de um país ou região a nações mais desenvolvidas, resultando em dependência econômica, tecnológica e política. Nesse contexto, as relações de produção e troca são moldadas para favorecer os interesses das potências dominantes, limitando a autonomia e a capacidade de desenvolvimento do país dependente. No capitalismo dependente, as classes dominantes internas compartilham a exploração dos trabalhadores com empresas e Estados imperialistas. Resulta em um sistema em que a acumulação de capital promove a expansão dos núcleos hegemônicos, entidades que exercem controle e domínio sobre a economia e a política internamente em um país e externamente em relação a outras nações (Fernandes, 1968; Del Roio, 2023).

Fernandes (1968) destaca a existência de um componente típico nesse modelo de capitalismo, no qual a acumulação de capital é institucionalizada para beneficiar tanto as economias centrais quanto as sociedades dominantes internas. As economias centrais caracterizam-se por avançada infraestrutura, tecnologia, capacidade produtiva e poder de mercado, conferindo-lhes posição dominante no sistema econômico global. Elas geram e controlam uma parte significativa da riqueza global, influenciando tendências econômicas, padrões de consumo e políticas comerciais em escala internacional.

Partindo do entendimento de Florestan Fernandes, lembrando que ele não estuda a RIIA, mas pode ser utilizado para compreender o DD no planejamento urbano para a primeira infância nessa Região de Influência Imediata, assim, pode ser interpretado como um reflexo da priorização de interesses econômicos e políticos das elites locais. Podemos inferir que as elites

estejam concentradas em acumular capital e manter seu poder do que em investir em políticas públicas, especialmente aquelas direcionadas para o bem-estar das famílias. A conexão desse contexto com o termo "capitalismo dependente" destaca que a falta de medidas adequadas para a primeira infância pode estar relacionada à prevalência de uma lógica na qual os interesses econômicos e políticos das elites locais predominam sobre as necessidades sociais.

As sociedades dominantes internas, por sua vez, reproduzem e perpetuam desigualdades sociais e econômicas, preservando seus privilégios em detrimento das classes menos favorecidas. Elas desempenham papel fundamental na estruturação da ordem social competitiva do capitalismo dependente, mantendo a concentração de riqueza e poder (Fernandes, 1968). Essa visão de Florestan Fernandes sobre o capitalismo dependente ressalta a complexidade das relações econômicas e sociais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, evidenciando as desigualdades que caracterizam esse sistema.

Em seguida, pode ser destacada a posição de Fernando Henrique Cardoso, semelhante à de Trotsky (2017a; 2017b) e Fernandes (1968), em relação à impossibilidade de uma revolução "democrática" liderada pelas burguesias dos países atrasados. Ao analisar o golpe de 1964 no Brasil, Cardoso (1973) expressa sua descrença na capacidade da burguesia local, fruto de um capitalismo dependente, de realizar uma revolução econômica no sentido clássico do conceito. Ele argumenta que a "revolução" da burguesia local consiste em integrar-se no capitalismo internacional como associada e dependente.

Nesse contexto, a expressão "A sua revolução consiste em integrar-se no capitalismo internacional como associada e dependente" (Cardoso, 1973, p. 71) refere-se à visão de que a burguesia local dos países dependentes não busca realizar uma revolução econômica ou social que altere as estruturas de poder e de produção. Em vez disso, ela busca integrar-se ao sistema capitalista internacional como uma entidade subordinada e associada, mantendo sua dependência em relação aos centros de poder econômico globais. Essa integração no capitalismo internacional implica em seguir as regras e interesses estabelecidos pelos países hegemônicos e pelas grandes corporações multinacionais, em vez de buscar transformações radicais que possam desafiar a ordem econômica global existente. Portanto, a "revolução" da burguesia local se limita a buscar benefícios e oportunidades dentro do sistema capitalista internacional, sem questionar fundamentalmente as estruturas de desigualdade e dependência que caracterizam a sua posição no cenário econômico mundial.

Assim, devido à dependência já analisada por Fernandes (1968) e à debilidade estrutural, que pode indicar deficiências ou limitações inerentes à estrutura de um país, instituição ou grupo social, dificultando seu desenvolvimento, sua capacidade de resistir a

pressões externas ou de promover mudanças (Demier, 2007), as burguesias dos países menos desenvolvidos não seriam capazes de realizar uma revolução "democrática" nos moldes das revoluções ocorridas na Europa ou nos Estados Unidos. Dessa forma, Cardoso (1973) destaca a crítica em relação às possibilidades de protagonismo revolucionário das burguesias periféricas, dadas as condições específicas de dependência e integração no sistema capitalista internacional.

Por fim, não distante do debate, Francisco de Oliveira, sociólogo brasileiro e professor na Universidade de São Paulo, em sua obra "Crítica à Razão Dualista - O Ornitórrinco", destaca a interconexão entre subdesenvolvimento e evolução capitalista. Ele argumenta que o subdesenvolvimento é resultado da evolução do sistema capitalista e da inserção desigual dos países na divisão internacional do trabalho. Oliveira (2003) identifica desigualdades combinadas no Brasil pós-anos 1930, resultado de uma base de acumulação capitalista que mistura estruturas arcaicas e modernas, refletindo a complexidade do desenvolvimento econômico do país. Portanto, Oliveira está apontando para a ideia de que a desigualdade no desenvolvimento econômico brasileiro não pode ser simplificada apenas como uma questão de atraso *versus* modernidade, mas sim como uma combinação de fatores históricos, estruturais e políticos que moldam as dinâmicas econômicas do Brasil.

## **2.2 Desenvolvimento desigual geográfico e combinado na região de influência imediata de Araguaína**

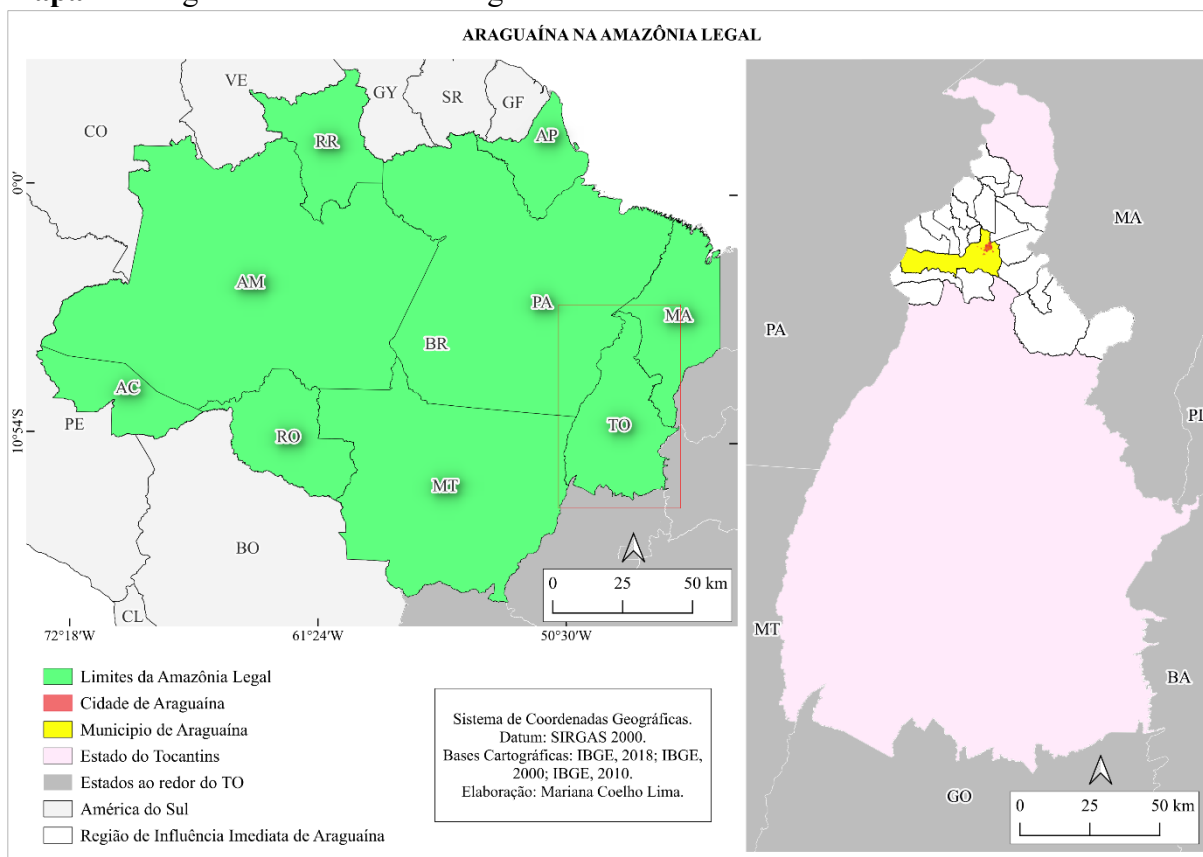
Nesta seção, foi realizada uma análise detalhada das dinâmicas de desenvolvimento desigual e combinado que caracterizam essa região específica. O capítulo abordou as particularidades socioeconômicas e geográficas de Araguaína, utilizando dados do IDH e PIB *per capita* para ilustrar as disparidades existentes. Além disso, foram discutidas as influências históricas e estruturais que moldam o desenvolvimento local, destacando como essas condições afetam a qualidade de vida dos habitantes, especialmente das crianças. A seção enfatizou a importância de intervenções direcionadas que considerem as especificidades regionais.

Foi selecionado duas opções teóricas do desenvolvimento desigual para analisar os dados.

A primeira opção teórica é a do desenvolvimento desigual e combinado, desenvolvida por Leon Trotsky, sugere que, no contexto da globalização capitalista, diferentes áreas podem experimentar níveis diversos de desenvolvimento social, econômico e político. A palavra "desigual" refere-se à diferença no ritmo e na extensão do desenvolvimento entre os municípios da RIIA. Isso significa que, mesmo havendo progresso econômico e social, os resultados não

são compartilhados de forma equitativa, resultando em desigualdades de acesso a serviços essenciais. Por outro lado, o termo "combinado" destaca a coexistência de elementos de diferentes estágios de desenvolvimento na localidade em estudo. Em vez de seguir uma progressão linear e uniforme de desenvolvimento, é possível encontrar características ou aspectos mais avançados convivendo com elementos mais atrasados em um mesmo contexto. Dessa forma, a TDDC contribui para identificar o desenvolvimento desigual e combinado nos municípios, classificando-os com maior ou menor desenvolvimento, ranqueando as municipalidades em termos de acesso a serviços de saúde, educação, saneamento básico, preservação do meio ambiente e espaços de socialização para a primeira infância nessas localidades.

A segunda opção teórica é a do desenvolvimento geográfico desigual, uma contribuição de David Harvey, e que possui duas etapas: a primeira, inclui o elemento da “produção de escalas espaciais”, que nos ajuda a compreender as hierarquias dentro de um contexto mais amplo, considerando os diversos níveis escalares. Inicialmente, partimos de dados abrangentes a nível nacional no Brasil e, em seguida, descemos para níveis mais específicos, como a Amazônia Legal, Tocantins e a RIIA (Mapa 1). Incluir esses níveis na discussão dos resultados dos dados secundários utilizados enriquecerá a pesquisa, pois contextualizar os resultados, indo do geral para o particular, pode nos proporcionar uma compreensão abrangente sobre o planejamento urbano para os BCCs no País, Estado e na Região de Influência Imediata em estudo; a segunda, é a produção da diferença geográfica, essa análise nos auxilia a compreender como as regiões ricas como Araguaína, cidade média, é beneficiada, e como isso prejudica as áreas carentes, as pequenas cidades da RIIA. Ao mostrar como algumas áreas são beneficiadas em detrimento de outras é possível identificar os municípios que estão em desvantagem e necessitam de intervenções específicas para promover um desenvolvimento mais equitativo.

**Mapa 1 - Araguaína na Amazônia Legal**

Fonte: elaboração da autora (2025).

A Amazônia Legal brasileira é uma região político-administrativa que abrange cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados, o que representa aproximadamente 58,93% do território nacional. Essa região inclui nove estados: Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR), Mato Grosso (MT), Tocantins (TO) e parte do Maranhão (MA), totalizando 772 municípios. A população da Amazônia Legal aumentou de 8,2 milhões de habitantes em 1972 para 28,1 milhões em 2020, correspondendo a 13% da população brasileira. A densidade populacional da região é de cerca de 5,6 habitantes por km<sup>2</sup>, considerada baixa (Hage, 2023). Dentro desse contexto, Araguaína, localizada no estado de Tocantins, destaca-se como um dos principais centros urbanos da região. Com uma população crescente, Araguaína tem se tornado um polo de atração para migrantes em busca de melhores oportunidades de emprego e educação, refletindo o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia Legal.

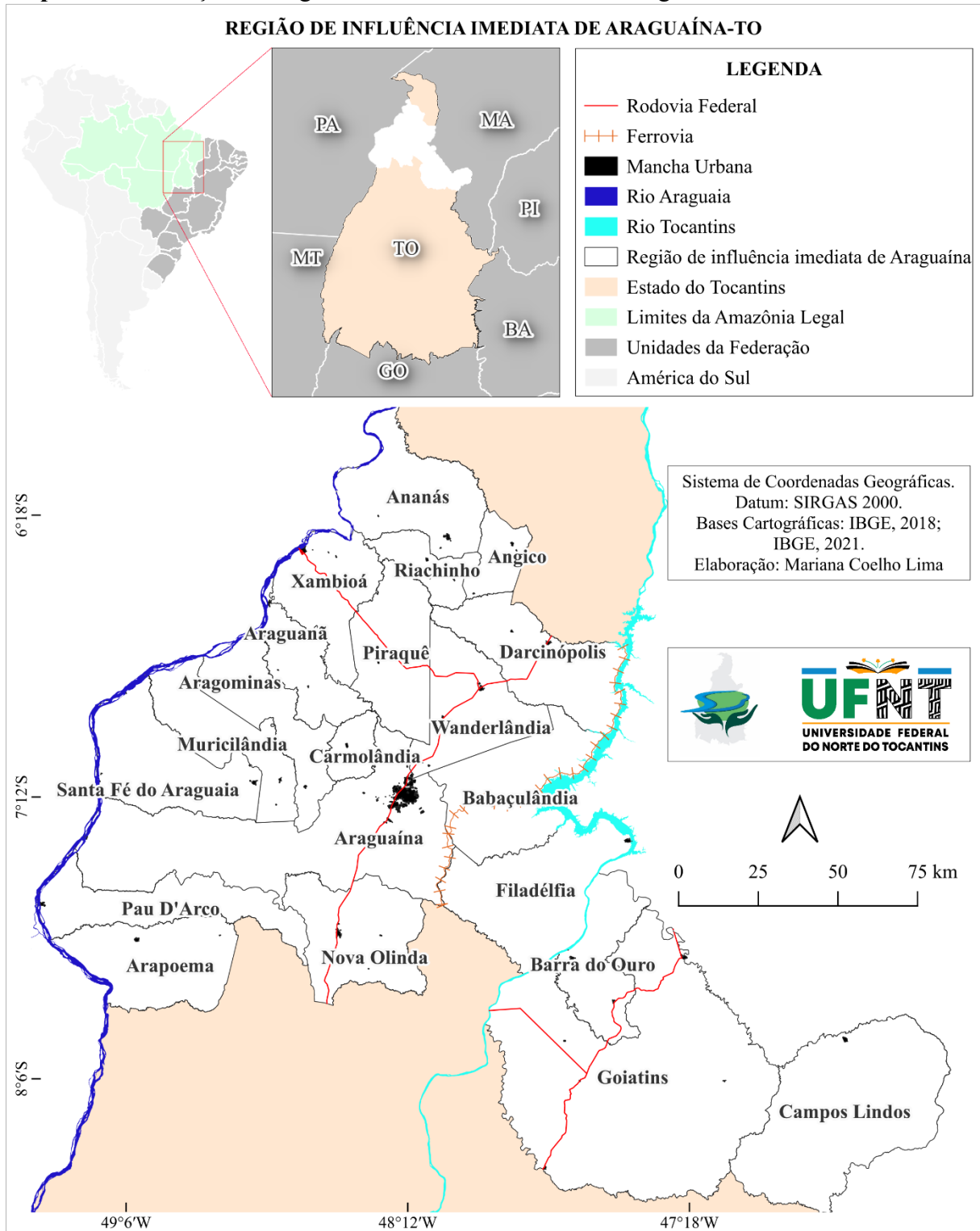
Como já abordado pelos intelectuais brasileiros, é importante recapitular que, embora utilizemos teorias sob a perspectiva de dois autores estrangeiros, elas não devem ser vistas sob uma ótica dualista e etapista. Esses intelectuais argumentam contra a ideia de que o capitalismo no Brasil segue o mesmo caminho histórico do feudalismo europeu, destacando a especificidade

do capitalismo dependente nas regiões periféricas. Eles rejeitam a visão de que a burguesia local possa liderar uma revolução democrática, enfatizando a integração subordinada do Brasil ao capitalismo internacional. Portanto, o "subdesenvolvimento" do país é uma consequência da evolução capitalista e da inserção desigual na economia global, refletindo uma complexa mistura de estruturas arcaicas e modernas. Assim, o processo de desenvolvimento do Brasil, não somente em uma perspectiva social, também "vai depender da conjunção de fatores políticos e econômicos, e o próprio desenho urbano, importado da Europa, será modificado" (Santos, 2023, p. 20).

A seguir, foram apresentadas a definição da RIIA, a história dos municípios e outras informações relevantes sobre ferrovias, rodovias e rios que cortam a Região, contribuindo para uma compreensão do histórico, contexto geográfico e de infraestrutura local.

O estudo ocorreu na Região de Influência Imediata de Araguaína, retratada a partir do Mapa 2 que é parte de uma fragmentação do território brasileiro. De acordo com a Divisão Regional do Brasil elaborada pelo IBGE (2017), as Regiões geográficas imediatas são estruturas formadas por centros urbanos próximos que atendem às necessidades imediatas das populações, como compras, busca de trabalho, serviços de saúde, educação e prestação de serviços públicos. Dessa forma, para delimitar cada Região de Influência Imediata, foi estabelecido um limite mínimo de cinco e um limite máximo de 25 municípios, levando em consideração a hierarquização das cidades. Os nomes das regiões geográficas imediatas são definidos a partir dos níveis de hierárquicos: "as regiões de influência, identificadas pela ligação das Cidades de menor para as de maior hierarquia urbana" IBGE (2017, p. 11), é por esse motivo que a Região de Influência em estudo se chama: Araguaína.

**Mapa 2 - Localização da Região de Influência Imediata de Araguaína-Tocantins**



A seguir, foram sintetizadas algumas outras informações presentes no Mapa 2, que destacam sobre a importância da Rodovia Belém-Brasília, da Ferrovia Norte Sul e dos rios Araguaia e Tocantins para a Região.

O Rio Araguaia pode ser visto tanto do ponto de vista ambiental, por sua rica

biodiversidade, quanto do ponto de vista econômico, sendo fonte de recursos para atividades como pesca, turismo e agricultura. Além disso, o rio é de grande importância social, fornecendo água, alimento e lazer para as comunidades ribeirinhas. Sua relevância cultural também é notável, pois faz parte da identidade e das tradições locais. Portanto, a preservação do Rio Araguaia garante a sustentabilidade ambiental, o bem-estar das populações locais e o equilíbrio socioeconômico da região (Vilela; Nascimento, 2022).

Entretanto, em uma pesquisa recente publicada na revista *Environmental Advances* revelou que as porções média e alta do Rio Araguaia apresentam níveis preocupantes de agrotóxicos, tais como atrazina, carbendazim, cianazina, imidacloprida, 2,4-D, clomazone, clorpirifós etil e imazalil, acima dos limites aceitos na União Europeia. O estudo foi conduzido por pesquisadores das universidades Federal e Estadual de Mato Grosso, Federal de Goiás e Federal de Santa Maria (RS). Além disso, de acordo com o levantamento da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) com dados de 2021, o Brasil utilizou uma quantidade consideravelmente maior de agrotóxicos do que a soma dos volumes utilizados pelos Estados Unidos e pela China. No mesmo ano, as lavouras brasileiras foram expostas a 719,5 mil toneladas de agrotóxicos, enquanto a China aplicou 244 mil toneladas e os Estados Unidos utilizaram 457 mil toneladas. Juntos, esses dois países despejaram 701 mil toneladas de agrotóxicos, o que corresponde a 97,5% do total utilizado pelo Brasil (Bourscheit, 2024). Além disso, o Rio Araguaia também possui a dificuldade em recuperar o fluxo durante as chuvas. Pior fim, é fundamental o monitoramento constante do volume, juntamente com a implementação de ações de revitalização e restauração de áreas degradadas, necessário para lidar com os desafios da seca e da contaminação no Rio Araguaia (G1, 2024).

O Rio Tocantins, é o segundo maior curso d'água totalmente brasileiro, atravessando os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, desaguardo próximo a Belém. Essa vasta extensão serve como um corredor hídrico e ecológico. Com usinas hidrelétricas ao longo de seu curso, como Tucuruí, o rio tem um potencial de geração de energia de cerca de 11.500 MW, sendo o terceiro maior potencial hidrelétrico do Brasil. Além disso, a bacia do rio Tocantins-Araguaia é fundamental para a agricultura, pecuária e mineração da região, áreas irrigadas, grande rebanho de gado e depósitos minerais, como os de Carajás, contribuindo para a indústria mineradora brasileira (ANA, 2024).

As usinas hidrelétricas localizadas no Tocantins estão distribuídas em diversos municípios.

o rio Tocantins, no estado homônimo, ainda estão previstas de montante a jusante as: UHE de Peixe (em fase de implantação) e UHE de Ipueiras (em fase de viabilização)

ambas localizadas na porção sul, a UHE de Tupiratins (viabilidade) na parte central, e a UHE Serra Quebrada (em fase de projeto) na porção norte do estado fazendo divisa com o estado do Maranhão. A sequência de montante a jusante será: Peixe, Ipueiras, Lajeado, Tupiratins, Estreito e Serra Quebrada (Sieben; Cleps Junior, 2012, p. 191).

Alguns dos municípios onde as usinas estão situadas ou impactam são: Babaçulândia, Filadélfia, Darcinópolis, Wanderlândia, Aguiarnópolis, Palmas, Peixe, Ipueiras, Tupiratins, Lajeado, Estreito e Serra Quebrada.

A RIIA é cortada pela BR-153, que atua como uma via de integração logística e de escoamento da produção local. Ao interligar o estado a outras regiões do país, a Rodovia Norte-Sul facilita o transporte de mercadorias, estimula o desenvolvimento econômico regional, amplia as oportunidades de negócios e promove a integração do Tocantins com diferentes mercados consumidores. Além disso, a rodovia contribui para a redução dos custos logísticos das empresas, para a geração de empregos e para o fortalecimento da infraestrutura de transporte do estado, tornando-o mais competitivo e conectado ao cenário nacional (Vieira, 2022).

Por fim, a Ferrovia Norte Sul traz benefícios como a redução de custos de movimentação de cargas, integração de regiões estratégicas, aumento da movimentação de cargas, benefícios econômicos e estímulo à competitividade dos produtos brasileiros, além de promover a integração nacional e modernização do interior do país (Paulo *et al.*, 2022).

Adiante foi apresentada a história e as características do município de Araguaína que deu nome à RIIA.

Segundo a Prefeitura de Araguaína (2023), a sua história remonta ao século XIX, quando o território onde a cidade está localizada era ocupado por tribos da etnia Carajás. Em 1876, os primeiros migrantes chegaram à região norte do Tocantins. João Batista da Silva e sua família, vindos da cidade de Paranaguá, no estado do Piauí, estabeleceram-se na margem direita do Rio Lontra. O povoado inicialmente foi chamado de "Livra-nos Deus" devido ao constante ataques de animais selvagens e indígenas. Com o passar do tempo e a chegada de mais famílias à localidade, o povoado foi renomeado para Lontra, em referência ao rio que se mostrou fundamental para o desenvolvimento da região. A presença desses primeiros migrantes e a utilização dos recursos naturais locais foram marcos importantes no processo de ocupação e formação do que viria a se tornar a cidade de Araguaína, evidenciando a influência da colonização e da exploração dos recursos naturais na história da região.

Após cinco anos, em 1953, com a promulgação da Lei Municipal nº 86, de 30 de setembro de 1953, o povoado de Araguaína se desmembrou de Filadélfia e se tornou um distrito.

Em seguida, passando mais um quinquênio, em 14 de novembro de 1958, a criação do município de Araguaína foi oficializada com a publicação da Lei Estadual nº 2.125. A partir dessa data, Araguaína passou a ser um município independente, deixando de pertencer a Filadélfia e passando a fazer parte do Estado do Tocantins (Cruz, 2022).

Esse processo de emancipação e criação do município de Araguaína marcou um novo capítulo em sua história, conferindo-lhe autonomia administrativa e política dentro da estrutura estadual.

O desenvolvimento econômico e social de Araguaína teve um marco a partir de 1960, com a construção da rodovia Belém-Brasília (BR 153), que corta a cidade no sentido norte e sul. Esse empreendimento viário foi fundamental para impulsionar a economia local e atrair investimentos para a região. Durante o período de 1960 a 1975, Araguaína experimentou um crescimento sem precedentes na história do Estado de Goiás, tornando-se a quarta maior cidade do estado entre 1980 e 1986, ficando atrás apenas de Luziânia, Anápolis e Goiânia. Com a criação do estado de Tocantins em 1989, Araguaína se tornou a maior cidade do novo estado e foi considerada como uma possível capital. Embora a escolha da capital tenha recaído em Palmas devido a fatores geográficos, sociais e políticos, Araguaína recebeu o título de Capital Econômica do Estado, destacando-se como a principal força econômica de Tocantins (Prefeitura de Araguaína, 2023).

A cidade de Araguaína se consolidou como um importante polo econômico, atraindo investimentos, gerando empregos e contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico do estado. Localizada no norte do estado do Tocantins, é considerada a mais importante da região devido à sua posição econômica e à variedade de serviços que oferece. Sendo um polo regional, Araguaína disponibiliza uma ampla gama de serviços, incluindo sistema de saúde, educação, serviços bancários, entre outros. É a sua área se limita:

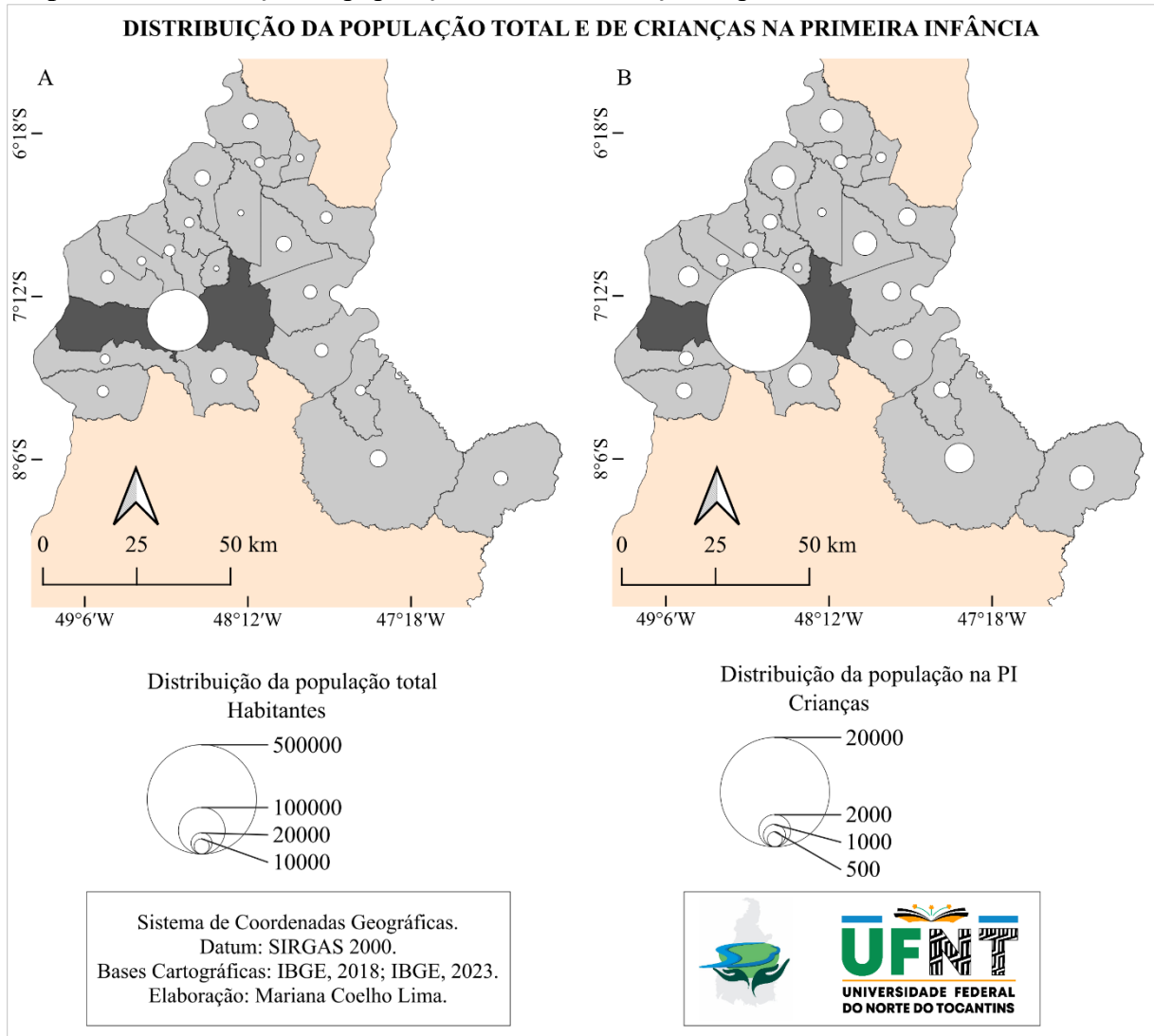
ao Norte com os municípios de Santa Fé do Araguaia, Muricilândia, Carmolândia, Piraquê e Aragominas; ao Sul, Pau D'arco, Arapoema e Nova Olinda; a Leste, Wanderlândia e Babaçulândia; a Oeste o estado do Pará tendo como divisão o rio Araguaia (Lopes, 2015, p. 1).

A diversidade de serviços e a posição estratégica da cidade contribuem para que Araguaína exerça uma certa hegemonia em relação às outras cidades da região e até mesmo em relação a municípios de estados vizinhos. A mobilidade da cidade, tanto em termos de infraestrutura quanto de oferta de serviços, atrai não apenas moradores locais, mas também pessoas de outras localidades em busca de oportunidades e recursos disponíveis em Araguaína. Essa centralidade econômica e de serviços faz com que a cidade se destaque e exerça influência

sobre a região circundante (Lopes, 2015). As histórias das cidades pequenas que integram a Região de Influência Imediata de Araguaína foram detalhadas no Apêndice 2.

Para cada um dos municípios já mencionados no Mapa 2, foram apresentadas as quantidades da população total e na primeira infância, com base nos dados mais recentes do IBGE de 2022 no Mapa 3.

**Mapa 3 - A distribuição da população total e de crianças na primeira infância na RIIA**



Fonte: elaboração da autora (2025).

Segundo o IBGE em 2022, (Mapa A) Araguaína se destaca na distribuição total, com um total de 171.301 pessoas, equivalente a aproximadamente 57% da RIIA. Em contrapartida, para as cidades pequenas, os maiores percentuais são para Goiatins, Wanderlândia e Xambioá, com 4,13%, 3,49% e 3,49% da RIIA, enquanto Carmolândia, Piraquê e Angico representam especificamente: 0,73%, 0,76% e 0,96%, respectivamente (IBGE, 2023).

Na primeira infância, conforme o mapa B, Araguaína contava com um total de 18.289 crianças, equivalente a aproximadamente 56% do total da RIIA. Para as cidades pequenas, Goiatins, Campos Lindos e Wanderlândia apresentaram percentuais de 5,24%, 3,64% e 3,53%, respectivamente. Em contraste, Piraquê, Carmolândia e Angico registraram menos de 1% de crianças na primeira infância distribuídas nessa Região, com percentuais de 0,73%, 0,75% e 0,87%, respectivamente (IBGE, 2023).

Sobre os dados da população geral e infantil, Maricato (2018b) em seu artigo chamado “a bomba relógio das cidades brasileiras” destaca a evolução da percepção das cidades brasileiras ao longo do tempo. Inicialmente, as cidades eram vistas como símbolos de avanço e modernidade em comparação com o campo, que era associado a um Brasil atrasado ou arcaico, mas com o aumento da urbanização, surgiram problemas como violência, crianças desamparadas, epidemias e tráfego caótico. Os desafios citados pela autora refletem as dificuldades enfrentadas nas áreas urbanas, pequenas ou médias das cidades aqui em estudo, como na segurança, na qualidade de vida e na infraestrutura.

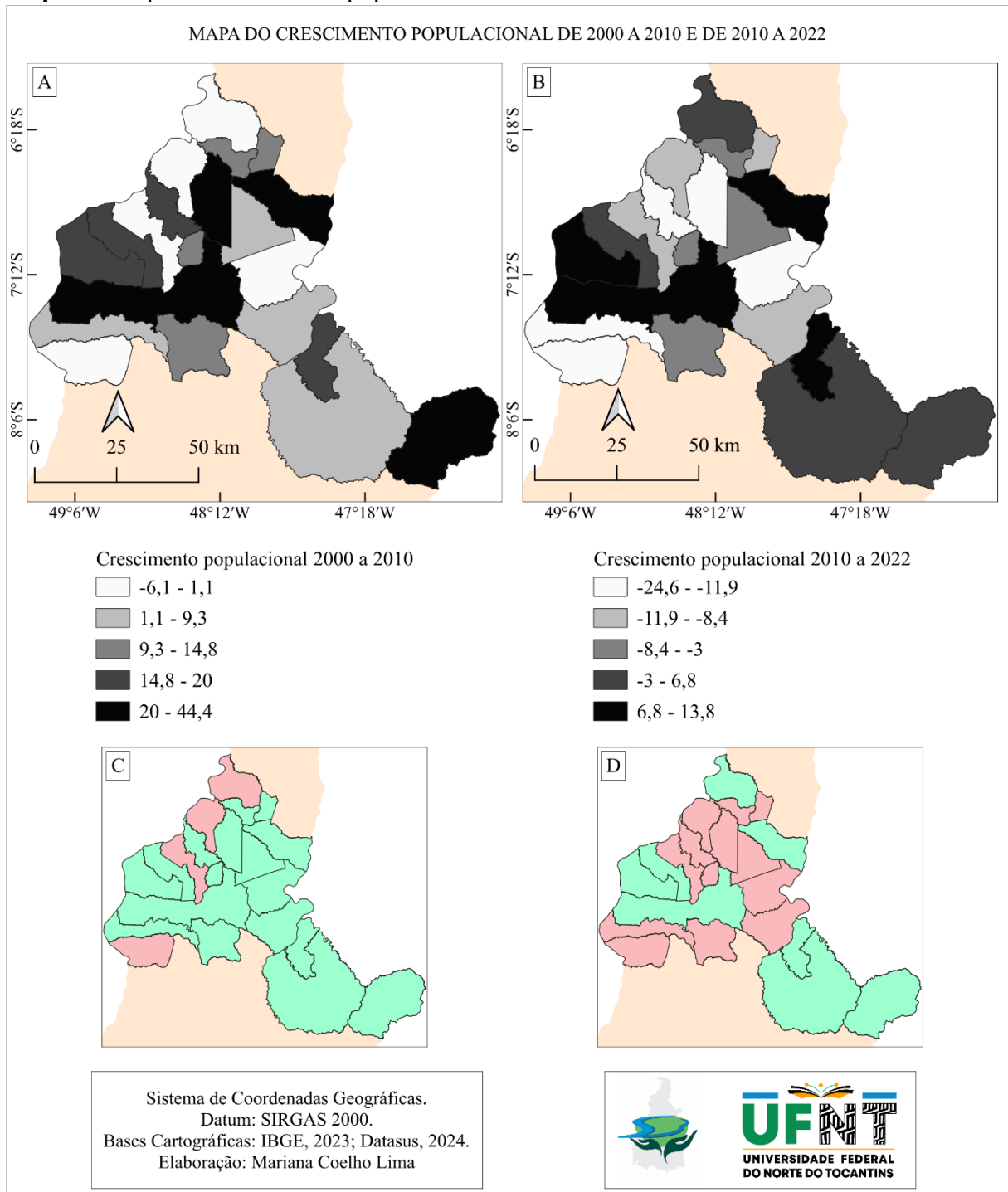
Rolnik (1990) explica que durante o século XX, o Brasil passou por um intenso processo de urbanização. Em 1950, apenas 36% da população vivia em áreas urbanas, mas em 1990 esse número aumentou para 75%. Esse crescimento reflete a migração das áreas rurais para as cidades em busca de emprego, melhores condições de vida e acesso a serviços urbanos. É importante destacar que essa população urbana não se concentra apenas nas grandes cidades, mas está distribuída em uma ampla rede de centros urbanos de diferentes tamanhos em todo o país. Essa descentralização é resultado do desenvolvimento urbano em várias regiões, formando uma rede de cidades que abrange quase toda a extensão do território nacional.

Nestas décadas de urbanização acelerada, embora tenham crescido cidades de todos os tamanhos, o ritmo de crescimento mais intenso se deu nos centros urbanos de cinquenta a cem mil habitantes e não nas metrópoles [...] Por outro lado, transformações ocorridas na agricultura foram também responsáveis pelo crescimento acelerado de cidades pequenas e médias. (Rolnik, 1990, p. 1).

Como citado, o ritmo mais intenso de crescimento ocorreu nos centros urbanos com uma população de cinquenta a cem mil habitantes, e não nas grandes metrópoles. Essa tendência pode ser atribuída a fatores, como a descentralização das atividades econômicas, a busca por uma melhor qualidade de vida em cidades de porte médio, a disponibilidade de empregos em setores variados e a infraestrutura urbana mais acessível em comparação com as grandes metrópoles. Além de citar que as cidades pequenas e médias, localizadas próximas a regiões agrícolas em expansão, foram beneficiadas também por esse fluxo migratório, resultando em

seu crescimento acelerado.

**Mapa 4 - Mapa do crescimento populacional**



Fonte: elaboração da autora (2025).

O crescimento populacional de 2000 a 2010, (Mapa A) para o município de Araguaína foi de aproximadamente 33%, perdendo para a pequena cidade de Campos Lindos com cerca de 44%. Além disso, outros dois municípios que mais cresceram foram Piraquê, com 23,7%, e Darcinópolis, com 23,4%. Quanto ao decréscimo nesse mesmo intervalo de tempo, os

municípios de Ananás, Xambioá e Aragoínas tiveram os seguintes valores, respectivamente: -6,08%, -5,38% e -4,82%.

O crescimento populacional de 2010 a 2022, (Mapa B) destacou-se no município de Araguaína, com um crescimento de 13,8%. Entre as cidades pequenas, aquelas que mais cresceram foram Darcinópolis, com 10,5%, Santa Fé do Araguaia, com 9,35%, e Barra do Ouro, com 8,6%. Por outro lado, as que apresentaram decréscimo foram Babaculândia, Piraquê e Arapoema, com aproximadamente -25%, -22% e -18%, respectivamente.

Para esclarecer ainda mais, os Mapas C e D indicam o crescimento populacional em verde e o decréscimo em rosa, referentes aos anos de 2000 a 2010 e de 2010 a 2022.

Maricato (2018b) nos auxilia a entender como o crescimento populacional e a urbanização impactam a qualidade de vida da população em estudo. O aumento da população urbana, por exemplo: a “aceleração do crescimento das cidades de porte médio” (Maricato, 2018, p. 1) pode sobrecarregar os serviços públicos, gerar problemas de infraestrutura, pressionar o meio ambiente e agravar as desigualdades. Dessa forma, é fundamental considerar como o contexto urbano, em específico, a quantidade populacional geral e infantil em cada município, pode influenciar o bem-estar e o desenvolvimento das crianças, abordando questões como acesso a serviços essenciais (saúde, educação, saneamento básico, meio ambiente), segurança e lazer. Essa análise da autora serve como base para identificar medidas que ajudem a melhorar a qualidade de vida nas áreas urbanas, especialmente para os BCCs, que vêm enfrentando desafios como:

dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos ([..], saneamento deficiente [...], difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches) [...] maior exposição à violência [...] difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. (Maricato, 2018b, p. 1).

Paralelamente ao intenso crescimento econômico entre 1940 e 1980, citado por Maricato (2018) que resultou em uma concentração espacial da pobreza e evidenciou a desigualdade social, econômica e política nas cidades brasileiras, é importante destacar que o crescimento econômico intenso, sem uma distribuição equitativa da riqueza, pode levar à concentração de renda em determinadas áreas urbanas, que será observado nos Mapas 4 e 5.

Por fim, ao apresentar informações sobre a população total e infantil de cada um dos municípios listados no Mapa 2, os dados do Mapa 3 foram fundamentais para compreender a distribuição demográfica geral e na primeira infância. Isso permitirá análises sobre a quantidade de pessoas que usufruem do planejamento urbano, considerando as necessidades e demandas específicas para os BCCs.

Posteriormente, foram apresentados os motivos para a RIIA receber o nome de

Araguaína, incluindo a relação com o IDH-M e o PIB *per capita*.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), contribui para entender porque a Região de Influência Imediata recebe o nome de Araguaína, então o IDH é uma medida sintética criada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)<sup>17</sup>. Assim, para avaliar o desenvolvimento humano de um país, região ou município, leva em consideração três dimensões para o bem-estar humano: a saúde, a educação e a renda.

Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida; o acesso ao conhecimento (educação) é medido por: média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevaletentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança; E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência. (PNUD, 2014, *online*).

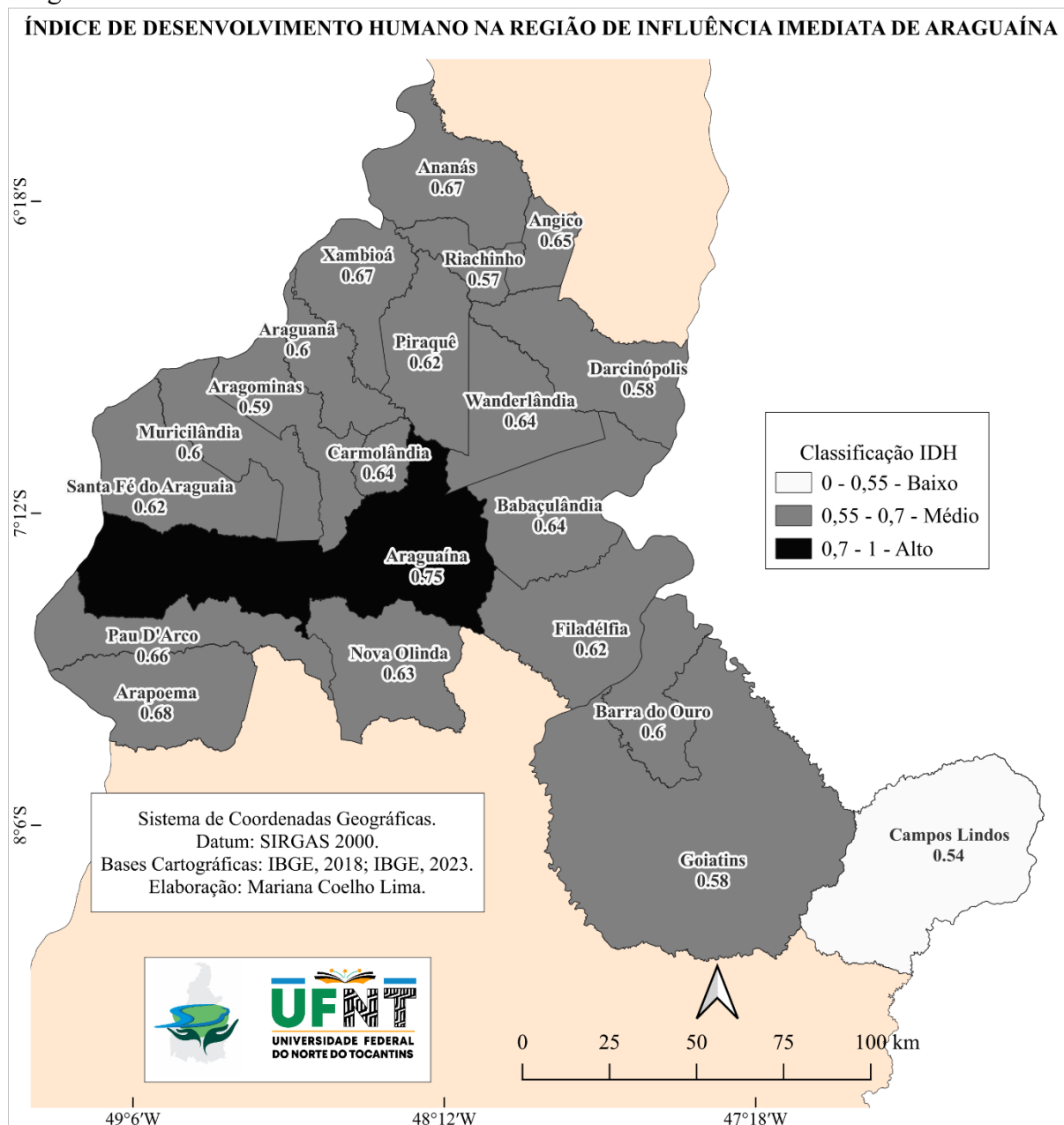
A saúde avalia a expectativa de vida ao nascer, um indicador da qualidade de vida e do bem-estar da população. Uma expectativa de vida mais longa geralmente está associada a melhores condições de saúde. Em relação à educação, são considerados dois aspectos: a média de anos de escolaridade dos adultos e a expectativa de anos de escolaridade das crianças em idade escolar. A educação é fundamental no desenvolvimento humano, contribuindo para o crescimento pessoal, a capacitação profissional e o acesso a oportunidades. Quanto à renda, refere-se à capacidade das pessoas de acessar recursos financeiros e materiais para atender às suas necessidades básicas e melhorar seu padrão de vida (Tavares, Pereira Neto, 2020). Com base nessas três dimensões, o IDH varia de 0 a 1, sendo que valores mais próximos de 1 indicam um maior desenvolvimento humano: alto é maior ou igual a 0,7; médio é entre 0,70 a 0,55, e baixo é menor de 0,55. O IDH é amplamente utilizado para comparar o nível de desenvolvimento entre países e regiões, classificando-os em categorias como baixo, médio e alto desenvolvimento humano.

Assim, o município de Araguaína, uma cidade de porte médio, se sobressai com um valor superior em comparação às cidades pequenas, atingindo 0,752 em 2010 (IBGE, 2010). Como apresentada no Mapa 5.

---

<sup>17</sup> Em escala global o seu objetivo é auxiliar as nações na eliminação da pobreza e na redução substancial das disparidades sociais e da exclusão (PNUD, 2024)

**Mapa 5 - O índice de desenvolvimento humano na Região de Influência Imediata de Araguaína**



Fonte: elaboração da autora (2025).

Em resumo, o IDH é uma medida que busca captar o progresso humano em termos de renda, saúde e educação, fornecendo uma visão geral do bem-estar e qualidade de vida de uma população. Em Araguaína esses fatores podem atrair pessoas de municípios vizinhos em busca de melhores oportunidades, contribuindo para a influência de Araguaína na Região.

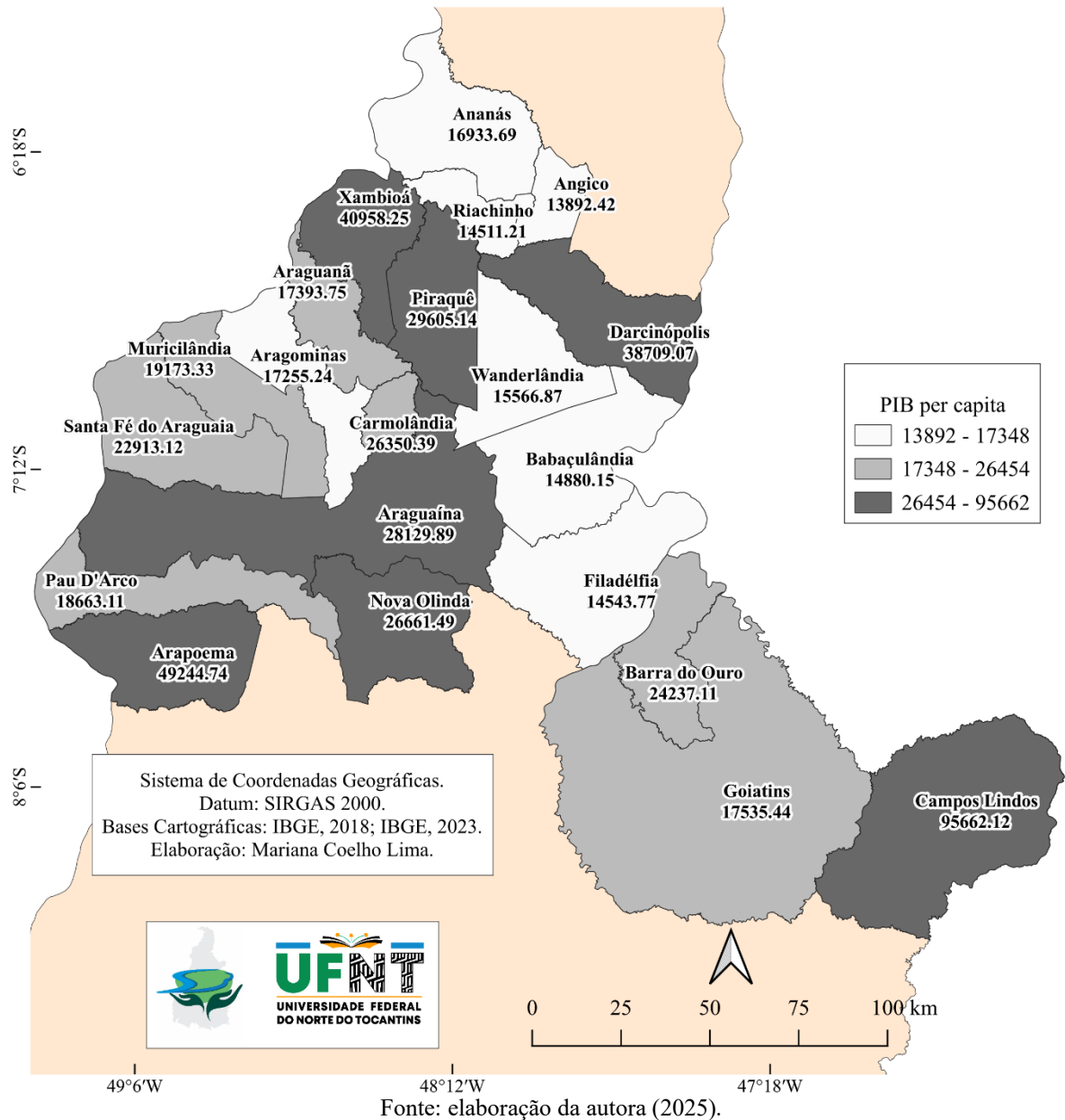
Caminhando do particular para o geral, foi observado uma variação do Índice de Desenvolvimento Humano em diferentes escalas. Inicialmente, ao considerar dados municipais, o IDH de Araguaína-Tocantins em 2010 era de 0,75, enquanto a Região de Influência Imediata de Araguaína apresentava um IDH médio de 0,627 no mesmo ano. Em 2021, Tocantins

registrou um IDH de 0,731, a Amazônia Legal alcançou 0,703 e o Brasil como um todo atingiu 0,766 (IBGE, 2023). Esses números refletem as disparidades de desenvolvimento em diferentes escalas geográficas, evidenciando a necessidade de considerar as especificidades de cada região ao analisar os indicadores. Enfim, como essa medida busca captar o progresso humano em termos de renda, saúde e educação, fornece uma visão geral do bem-estar e qualidade de vida de uma população. Em Araguaína esses fatores podem atrair pessoas de municípios vizinhos que possuem IDH médio a baixo, em busca de melhores oportunidades, contribuindo para a influência de Araguaína na Região.

Além de abordar o Índice de Desenvolvimento Humano, também foi discutido o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, uma vez que são indicadores distintos que medem aspectos diferentes do desenvolvimento. A seguir, será explicada a diferença entre o Índice de Desenvolvimento Humano e o PIB *per capita*.

Vale destacar que não se pode correlacionar diretamente o PIB *per capita* e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) como proporcionais. O PIB *per capita* considera apenas a dimensão econômica, representando o valor médio agregado por indivíduo dos bens e serviços finais produzidos em uma determinada região em um ano específico (Datusus, 2024). Em países onde a renda por habitante não reflete necessariamente o nível de produtividade, o uso do IDH como complemento é recomendado (Dias, Plein, 2022). Visto que o PIB *per capita* reflete a produção econômica por habitante, mas não necessariamente indica a qualidade de vida ou o bem-estar da população, ao contrário do IDH, que abrange três dimensões econômicas (Ribeiro; Cocco; Galvanin, 2015; Lobão; Lima; Raiher, 2019). O PIB *per capita* foi apresentada no Mapa 6.

**Mapa 6 - O Produto Interno Bruto *per capita* na Região de Influência Imediata de Araguaína**  
**PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA IMEDIATA DE ARAGUAÍNA**



Essa comparação do IDH e do PIB *per capita* é útil para identificar discrepâncias de riqueza e padrões de vida entre diferentes regiões, contribuindo para a compreensão das disparidades econômicas existentes. Portanto, ao comparar e analisar o PIB *per capita* e o IDH em conjunto, é possível obter uma compreensão ampla do progresso de uma região, considerando tanto os aspectos econômicos quanto os aspectos sociais.

Dessa forma, ao comparar os Mapas 5 e 6, as desigualdades se tornam evidentes. Em Campos Lindos, apesar do contraste entre o baixo IDH (0.54) e o alto crescimento econômico (PIB *per capita* de 95.662,12 reais) que não reflete na qualidade de vida da população. Esse resultado é apenas uma das informações preliminares que foram abordadas nesta pesquisa. Isso

sugere que o crescimento econômico não necessariamente se traduz em melhorias significativas na qualidade de vida dos habitantes, destacando a complexidade das questões socioeconômicas a serem exploradas à luz das TDDC e TDGD.

Seguindo, temos que no Mapa 3 Araguaína é destacada em cinza escuro como uma cidade de porte médio, enquanto os municípios vizinhos, representados em cinza claro, são classificados como cidades pequenas. Agora, foram apresentados quais são as características de cidades pequenas e médias localizadas na Amazônia Legal.

Na Região em análise, encontram-se cidades médias e pequenas, Maricato (1985), destaca que “a cidade é nosso palco de luta, e muito, pouco sabemos sobre ela” (Maricato, 1985, p. 406). Conforme o IBGE (2018a), as cidades médias são municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, enquanto as pequenas possuem menos de 100 mil habitantes. Contudo, essas categorizações não se limitam ao aspecto quantitativo; outros critérios qualitativos são igualmente relevantes para sua caracterização.

Estudiosos no Brasil têm buscado estabelecer parâmetros que considerem a diversidade social, cultural e econômica do território, como destaca Soares (2006). A autora ressalta que “cada cidade apresenta uma singularidade que depende, sobretudo, da realidade regional na qual se encontra inserida.” (Soares, 2006, p. 2). Essa perspectiva enfatiza a complexidade das relações das cidades com a região e com o sistema urbano ao qual pertencem.

Pacífico Filho *et al* (2020) e Pacífico Filho, Borges e Siqueira (2023) trabalham as cidades no contexto da Amazônia Legal. Dessa maneira, consideram as nuances específicas de cada cidade, reconhecendo que cada uma apresenta uma singularidade moldada pela realidade regional. Os autores definem cidades médias na Amazônia Legal como aquelas que:

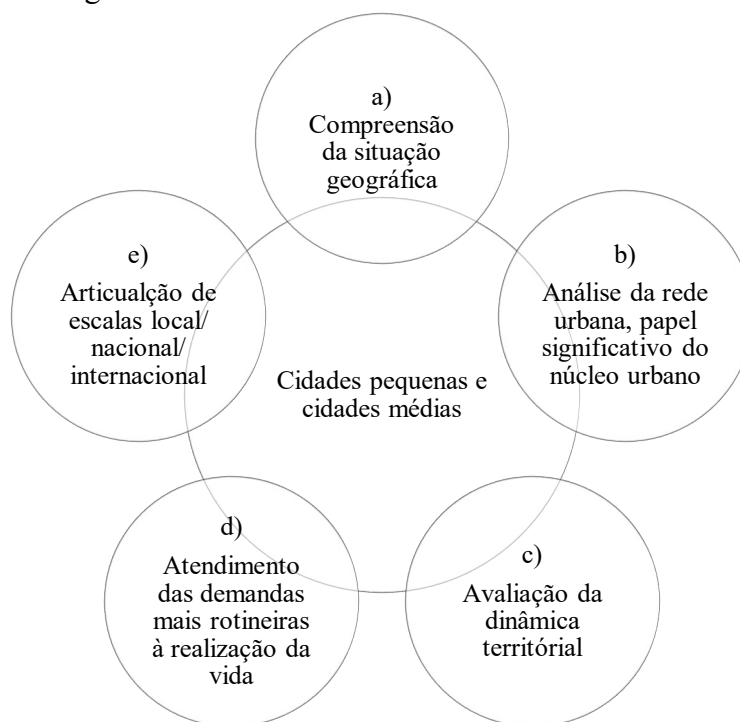
funcionam como protagonistas para uma região mantendo como elementos centrais o acesso **a serviços típicos de cidades maiores** e a **qualidade de vida das cidades pequenas**, além de apresentar as **peculiaridades dessas na Amazônia brasileira**. (Pacífico Filho *et al.*, 2020, p. 1498).

E uma cidade pequena na Amazônia Legal, é um centro urbano com uma população menor do que as cidades médias e que apresenta uma diversidade de atividades econômicas além da produção agrícola (Sposito; Jurado da Silva, 2013). Essas definições não buscam apenas categorizar, mas contribuir para uma compreensão das desigualdades no desenvolvimento existentes na região.

A obra de Sposito e Jurado da Silva (2013) busca aprofundar a compreensão das cidades pequenas, destacando que, apesar de não ocuparem o centro das atenções econômicas, as pequenas cidades têm importância dentro da lógica do sistema capitalista. Assim, na Figura 15,

conforme apresentado por Jurado da Silva (2009), é esboçada uma ideia inicial sobre a relação da teoria de desenvolvimento desigual com as pequenas e médias cidades. Importante destacar que essa representação está sujeita a ajustes e não deve ser encarada como uma solução definitiva.

**Figura 15** - Proposição das cidades pequenas e médias inseridos no processo de desenvolvimento desigual



Fonte: Jurado da Silva (2009). Figura adaptada pela autora (2025).

Na seção (a), o autor destaca a relevância de examinar cidades pequenas e médias, considerando sua dimensão geográfica. Ele ressalta que cada cidade possui características distintas não apenas demográficas, mas também históricas e econômicas, influenciando sua posição na divisão territorial do trabalho e na rede urbana. Em (b), investiga as interações entre núcleos urbanos em uma região específica, compreendendo suas interdependências. Esses núcleos desempenham papéis como centros de comércio, serviços, indústria, educação e saúde, impactando não apenas suas áreas diretas de influência, mas também a região circundante. Em (c), refere-se à análise das mudanças no território ao longo do tempo, envolvendo elementos como atividades econômicas, ocupação do solo e infraestruturas. Busca compreender como o crescimento urbano, expansão industrial e mudanças na agricultura influenciam a organização do território, explicando causas e prevendo cenários futuros. Em (d), aborda a capacidade de um centro urbano de atender às necessidades básicas e essenciais da população, assegurando

qualidade de vida e funcionamento cotidiano. Isso inclui fornecer serviços públicos essenciais, como saúde, educação e saneamento básico, além de possibilitar acesso a bens de consumo, oportunidades de emprego, espaços de lazer e cultura. A satisfação dessas demandas diárias é necessária para o bem-estar dos residentes e para a funcionalidade da cidade como um ambiente habitável. Em (e), refere-se à interconexão entre diferentes níveis de organização espacial, desde o âmbito local até o nacional e internacional. No nível local, as interações sociais, econômicas e culturais ocorrem dentro de uma comunidade, cidade ou região, abordando questões como uso do solo, serviços públicos e relações sociais locais. Na escala nacional, a abrangência se estende a todo o território de um país, considerando políticas governamentais, economia nacional, infraestruturas e relações entre diferentes regiões. Já na escala internacional, as relações ultrapassam fronteiras nacionais, envolvendo questões globais como comércio, migração, cooperação política, ambiental e cultural entre países (Jurado Da Silva, 2009; Sposito e Jurado da Silva, 2013).

Devido à complexidade sobre o desenvolvimento desigual, nesta dissertação concentraremos nossa análise principalmente em (d) da Figura 15, explorando em parte as áreas de saúde, educação, saneamento básico e meio ambiente voltados para a primeira infância nos municípios da Região de Influência Imediata de Araguaína. A integração da TDDC nessa abordagem contribuirá para compreender as demandas do planejamento urbano para a primeira infância e suas famílias na Região. Posteriormente, discutiremos a relação entre as cidades pequenas e médias.

As cidades pequenas mantêm uma singularidade própria impulsionada por processos capitalistas de produção, considerando a TDDC, conforme discutido por Trotsky (2017a; 2017b).

A cidade pequena em si não é um dado *a priori*, não deve ser analisada isoladamente; e sim no plano de suas relações com outros centros. Trata-se de uma construção social e coletiva, além de uma elaboração teórica e prática de membros da comunidade científica, a qual produz reflexões analíticas, algo consensual e/ou reconhecido/negado para a compreensão do urbano e da estruturação da sociedade. (Sposito; Jurado da Silva, 2013, p. 17).

A análise das cidades pequenas não deve limitar-se exclusivamente ao seu próprio contexto, mas sim compreendê-las em interações com outros centros urbanos, abarcando as cidades médias. O enfoque reside em reconhecer a teia de conexões e a interdependência que caracteriza a dinâmica urbana. Dessa forma, deve-se considerar as cidades pequenas em seu contexto mais amplo, incorporando suas relações com outros centros urbanos, englobando as cidades médias.

o espaço é focado como sendo centrado nas cidades pequenas, que aqui se trata de um recorte espacial da realidade, fruto da discussão científica, mas que não está descontextualizado do todo, apresentando sua própria essência e devendo ser entendido, por isso, no plano de suas interações. (Sposito; Jurado da Silva, 2013, p. 19).

Sposito e Jurado da Silva (2013) questionam se as cidades pequenas são produtos do desenvolvimento desigual do espaço, levantando reflexões sobre sua origem e natureza. Milton Santos, contribui para esse estudo ao propor o termo "cidades locais" como uma alternativa de denominação para as cidades pequenas, sugerindo uma abordagem ampla na compreensão dessas áreas urbanas (Santos, 1980; 1979). Santos (1979) optou por utilizar a expressão "cidade local" em vez de "cidade pequena". Ele justificou essa escolha ao destacar que a cidade local se torna o centro funcional, embora não seja dinâmico, da região circundante. Essa nomenclatura foi selecionada para evitar generalizações ao aceitar números mínimos, como proposto por diversos países e organizações como as Nações Unidas, na caracterização de diferentes tipos de cidades. Ao simplificar, o autor definiu a cidade local como “uma dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de atender apenas às necessidades da atividade primária para também servir às necessidades inadiáveis da população, configurando uma verdadeira especialização do espaço” (Santos, 1979, p. 71). Em sua argumentação, avaliou a cidade como uma aglomeração capaz de atender às “necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, uma função que implica em uma vida de relações” (Santos, 1979, p. 71). Essas considerações refletem a busca do autor por definições precisas no entendimento das cidades.

O uso do termo "cidades locais" pode gerar confusão, sugerindo erroneamente que esses centros são restritos ao âmbito local, sem conexões com outros núcleos urbanos, como as cidades médias. Isso se torna particularmente problemático ao considerar serviços especializados, como saúde, nos quais os habitantes das cidades pequenas muitas vezes precisam se deslocar para centros urbanos maiores (Sposito; Jurado da Silva, 2013).

As cidades pequenas, sendo notavelmente distintas entre si, manifestam particularidades que demandam um estudo cauteloso, evitando generalizações e regras universais para sua definição (Sposito; Jurado da Silva, 2013, p. 25). Santos (2023) reforça essa ideia ao afirmar que, atualmente, cada cidade, independentemente do tamanho, é única, inclusive entre as metrópoles, que também apresentam diferenças. Ou seja, tanto as pequenas cidades quanto as médias cidades também apresentam características distintas umas das outras. Isso ressalta a ideia de que a diversidade e complexidade urbana não estão restritas apenas às grandes cidades, mas se estendem a todos os tipos de centros urbanos, independentemente de seu porte.

Existem centros urbanos com dinâmica econômica, demográfica e política pouco expressiva, enquanto outros possuem relativa importância econômica e demográfica, desempenhando um papel significativo na rede urbana. A referência ao "desenvolvimento desigual do espaço", abordada por Sposito e Jurado da Silva (2013) indica que esses centros estão passando por um processo de transformação e transição, evidenciando disparidades em seu desenvolvimento. Smith (1988) sugere que, à medida que o desenvolvimento desigual se torna uma necessidade crescente para evitar crises, a diferenciação geográfica deixa de ser apenas um subproduto e passa a ser uma necessidade central para o capital. Isso implica que as desigualdades entre os centros urbanos são fundamentais para o funcionamento do sistema capitalista, indicando uma relação intrínseca entre o desenvolvimento desigual e as demandas do capital.

Dessa forma, as cidades não devem ser analisadas isoladamente, pois estão integradas a um contexto de urbanização. Apesar do avanço do capitalismo, a noção de "cidade" não perde seu valor, mas se transforma. Esses núcleos urbanos adquirem novas funções, evoluindo para desempenhar papéis econômicos diversificados, como centros de produção industrial e destinos turísticos (Sposito; Jurado da Silva, 2013).

a cidade média era cada vez mais necessária porque representava uma das alternativas de manutenção do sistema socioeconômico vigente. O mau funcionamento (medido em termos de custos sociais), gerado pela concentração exagerada de homens, de atividades e de capitais, tinha de ser corrigido de algum modo, porque o mercado não conseguiu alocar os fatores produtivos de forma espacialmente equilibrada: nesse caso, as cidades médias representam válvulas de desconcentração que conseguem diminuir o mau funcionamento do sistema capitalista (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 19).

Amorim Filho e Serra (2008) destacam as cidades médias como pontos de equilíbrio entre grandes metrópoles e pequenas cidades. Atuando como centros intermediários, essas cidades contribuem para o desenvolvimento entre áreas urbanas e rurais. Com uma rede de transporte que conecta diversas regiões, funcionam como pontos de conexão regional. Além disso, desempenham funções na prestação de serviços essenciais, como educação, saúde, comércio e lazer, atendendo às necessidades locais e das áreas circundantes. Ao oferecer um ambiente urbano com qualidade de vida, unindo acesso a serviços e bens, segurança e uma atmosfera tranquila, as cidades médias atraem moradores metropolitanos e interioranos. Esse destaque ressalta a importância dessas cidades no planejamento urbano para promover um desenvolvimento equilibrado.

Já, as cidades pequenas, fornecem um ponto de partida inicial para entender o urbano e a cidade como um todo. Isso se deve ao fato de que núcleos urbanos de tamanho reduzido não

possuem uma complexidade significativa em termos de tamanho populacional. Essa característica simplificada possibilita uma avaliação das principais demandas da população local (Jurado da Silva, 2009).

Em outras palavras, ao estudar cidades pequenas, é possível obter informações sobre as necessidades e características fundamentais da comunidade, facilitando a compreensão das dinâmicas urbanas em seu estágio inicial.

A cidade pequena, “compreendida como o nível mais básico do urbano” (Sposito; Jurado da Silva, 2013, p. 39), apresenta uma complexidade que vai além de sua pequena extensão territorial e número reduzido de habitantes. Esses núcleos urbanos abrigam diversas funções político-administrativas, residenciais, econômicas e sociais, não se limitando à produção agrícola e à dependência econômica total. A análise desses contextos geográficos demanda a observação das redes de apoio logístico, como rodovias, ferrovias, rios, portos, aeroportos, instituições educacionais, e outros elementos que contribuem para sua dinâmica urbana (Sposito; Jurado da Silva, 2013).

É relevante destacar que cidades pequenas próximas a grandes centros podem enfrentar estagnação econômica ao serem drenadas por esses centros. No entanto, os autores ressaltam que algumas dessas cidades conseguem crescer, impulsionadas pelos fluxos de pessoas e capital no ambiente urbano.

Ao considerar a proximidade de uma cidade pequena a um grande centro, é possível verificar que mesmo bem localizada, ela pode enfrentar desafios, como o crescimento estagnado ao ser economicamente drenada pelo centro maior, “configurando-se como acessória ao núcleo polarizante” (Sposito; Jurado da Silva, 2013, p. 40). No entanto, algumas cidades pequenas conseguem expandir seu crescimento demográfico e dinâmica econômica, impulsionadas pelos fluxos de pessoas e capital no tecido urbano aglomerado (Sposito; Jurado da Silva, 2013).

Nesse contexto, as cidades pequenas, representam núcleos urbanos de extensão limitada se comparados a centros de maior porte. Elas desempenham um papel na “realização da vida, na produção do espaço e na reprodução capitalista, inserindo-se na divisão territorial do trabalho em escala internacional” (Sposito; Jurado da Silva, 2013, p. 40). Contudo, vale destacar que as cidades pequenas oferecem uma gama mais restrita de serviços aos seus moradores, influenciando o gradiente de consumo e o acesso aos bens essenciais, diferenciando-se dos centros de maior porte (Sposito; Jurado da Silva, 2013).

A complexidade inerente das cidades, conforme observado por Harvey (1989), é um elemento-chave a ser destacado. A dificuldade em lidar com as cidades não é apenas atribuída à sua complexidade, mas também pela falha na definição adequada do termo. Além disso, a

utilização da cidade como um laboratório por diferentes disciplinas para testar proposições e teorias sobre a própria cidade representa um desafio. Segundo Harvey (1980) superar a dificuldade na compreensão da complexidade urbana é o principal obstáculo para aqueles que desejam compreender verdadeiramente as cidades.

No mesmo contexto, Sposito e Jurado da Silva (2013) apontam que a definição de cidade nos países é diversa, não seguindo uma regra geral e universal, incluindo tamanho populacional, aspectos econômicos, funcionais, infraestruturais, serviços, e o aparato político-administrativo. No Brasil, a definição baseia-se principalmente em critérios político-administrativos, reconhecendo na sede municipal a cidade, conforme estabelecido no Decreto-Lei número 311, de março de 1938, artigo terceiro. No entanto, essa abordagem administrativa apresenta limitações, resultando na artificialidade da fronteira entre cidade e campo, distorções histórico-geográficas e uma busca intensa por arrecadação fiscal, seja por meio de impostos como o Imposto Predial Territorial Urbano ou fundos concedidos pelo governo federal, como o Fundo de Participação dos Municípios (Sposito; Jurado da Silva, 2013, p. 32). Essa exemplificação destaca a complexidade envolvida na definição do termo "cidades".

A seguir, Cristaller (1966) aborda a relação entre o tamanho dos centros urbanos e a oferta de bens e serviços.

O fato que o local central ser maior ou menor tem uma influência imediata no nível central de bens, porque mais tipos de bens centrais são oferecidos no local de ordem mais alta que o local central de menor ordem (Christaller, 1966, p. 50).

Ele esclarece que o tamanho de um centro influencia diretamente a ordem na hierarquia, afetando a diversidade e quantidade de produtos disponíveis. Centros urbanos maiores, em posições mais altas na hierarquia, oferecem uma gama mais ampla de bens e serviços devido à sua capacidade de atender a uma população maior. Isso implica que esses centros maiores desempenham um papel significativo na disponibilidade e acessibilidade a serviços essenciais, como educação, saúde, saneamento básico e meio ambiente. Detalharemos esse panorama na seção seguinte, com uma compreensão crítica do acesso a esses serviços.

### **3 METODOLOGIA**

Neste capítulo, descrevemos a metodologia utilizada para investigar as condições de planejamento urbano voltadas para a primeira infância. Apresentamos os métodos de coleta de dados, incluindo a análise de indicadores sociais e a observação de equipamentos comunitários. Por meio de uma abordagem crítica, discutimos como a metodologia se alinhou aos objetivos de garantir o direito à cidade para as crianças e suas famílias, permitindo uma compreensão das

necessidades e desafios enfrentados na Região de Influência Imediata de Araguaína. Este capítulo serviu como base para a análise dos resultados apresentados posteriormente.

Na primeira fase da pesquisa, analisamos como o desenvolvimento desigual impacta o planejamento urbano dos espaços de socialização, utilizando indicadores sociais como economia, população, saúde, educação, saneamento básico e meio ambiente. Esses dados foram coletados dos 21 municípios da Região de Influência Imediata de Araguaína-TO (RIIA): Araguaína, cidade média; e Ananás, Angico, Aragominas, Araguanã, Arapoema, Babaçulândia, Barra do Ouro, Campos Lindos, Carmolândia, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Muricilândia, Nova Olinda, Pau-d'Arco, Piraquê, Riachinho, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia e Xambioá, cidades pequenas. A análise desses dados secundários nos ajudará a identificar possíveis contradições para serem exploradas na coleta de dados primários.

A contradição mencionada no contexto da pesquisa utilizando a TDDC, impactando o planejamento urbano para os BCCs, refere-se às inconsistências entre os dados secundários coletados (os indicadores sociais) e as informações obtidas durante a coleta de dados primários (as observações diretas nos espaços de socialização). Por exemplo, os dados secundários podem sugerir um índice de investimento no planejamento urbano em determinados municípios. No entanto, a coleta de dados primários durante as visitas aos espaços de socialização revela uma realidade diferente, como a falta de manutenção, infraestrutura inadequada, ausência de segurança. Essas contradições podem levantar questionamentos sobre a eficácia do planejamento urbano em garantir praças e orlas adequadas segundo a URBAN95(2021a, 2021c, 2021e; 2023c).

Dessa forma, nesta pesquisa, a concepção de "interdisciplinaridade" do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da Universidade Federal do Norte do Tocantins - Campus Araguaína (UNFT) foi fundamental. A interdisciplinaridade envolve a integração de diferentes disciplinas, abordagens e conhecimentos para lidar com questões e desafios que não podem ser compreendidos de forma isolada por uma única disciplina. No trabalho, a interdisciplinaridade será aplicada por meio da colaboração e integração de áreas como a engenharia de segurança do trabalho e a engenharia ambiental, especialização da discente, necessárias para compreender normas técnicas e questões de sustentabilidade relacionadas à primeira infância, fundamentais para o desenvolvimento do protocolo de observação em espaços urbanos. Além disso, o conhecimento histórico teórico serviu para entender processos como a acumulação de capital, influenciando diretamente a disponibilidade de espaços públicos seguros, como as áreas de socialização para as famílias. O saber na área da geografia, informática e programação também ajudaram na

elaboração de mapas cartográficos, utilizando geotecnologias para análise espacial detalhada dos municípios da RIIA.

A interdisciplinaridade na pesquisa ressalta a necessidade de colaboração entre profissionais de diferentes áreas, indo além dos tradicionais arquitetos e engenheiros, como mencionado por Kalil e Gelpi (2019). É relevante destacar também a iniciativa da fundação Bernard Van leer, (2023a), que envolve gestores públicos, líderes, urbanistas e arquitetos na reflexão sobre as cidades a partir da perspectiva das crianças pequenas, bebês e seus cuidadores, impulsionando o planejamento urbano inclusivo.

Neste trabalho, o Geoprocessamento e Sistemas de Informação Geográfica (SIG), foi utilizada para visualizar o recorte espacial em duas etapas: (i) visualização geográfica da RIIA; (ii) ortofoto baseada no *Google Satellite* (2024) das praças ou orlas dentro dos limites municipais visitados.

O geoprocessamento consiste em utilizar técnicas computacionais e matemáticas para obter e analisar informações espaciais. Engloba tecnologias de coleta, tratamento, análise, apresentação, armazenamento e consulta destas informações. Esses dados envolvidos no geoprocessamento são georreferenciados, ou seja, possuem uma localização na superfície da Terra (através das coordenadas geográficas: latitude, longitude e altitude ou ainda de coordenadas planas), além de possuir **atributos** dessa localização. (Craveiro *et al.*, 2012, p. 1).

As aplicações do Geoprocessamento são interdisciplinares e amplamente utilizadas por profissionais envolvidos no planejamento urbano. Este *software* tem a capacidade de exibir uma variedade de atributos, incluindo o nome do município e dados quantitativos relevantes.

As malhas territoriais utilizadas foram obtidas do IBGE (2018; 2021) e *Natural Earth Data* (2021), os mapas incluem unidades da federação, regiões de influência imediata, municípios, áreas urbanas, rodovias, ferrovias e massa d'água que são informações necessárias para a compreensão das cidades pequenas e média.

O geoprocessamento pode contribuir com a pesquisa devido à sua eficiência em gerar dados precisos, rápidos e fidedignos, possibilitando a manipulação de grandes volumes de informações e seu tratamento para a apresentação em mapas. Neste estudo, foi utilizada a versão Qgis 3.36 (QGIS, 2024).

Também utilizamos o GeoDa versão 1.22, uma ferramenta de *software* gratuita e de código aberto que serve como uma introdução à ciência de dados espaciais. Foi desenvolvido para facilitar a exploração e modelagem de padrões espaciais de maneira eficiente e intuitiva. (Geoda, 2024). Com esse *software* foi possível elaborar uma matriz de vizinhança, que é uma representação matricial que descreve a relação de vizinhança entre as unidades espaciais em um determinado conjunto de dados geográficos. Essa matriz identifica quais unidades espaciais

são vizinhas umas das outras com base em critérios de proximidade espacial, como compartilhamento de limites municipais. Pois, previamente vinculando com a teoria utilizada, essa relação é necessária visto que: “a ausência de ligações fáceis entre as diferentes partes do país constitui um fator de atraso” (Santos, 1980, p. 99,).

Como apresentado no Mapa 3 e 2 a distribuição da população total e a localização dos municípios da RIIA, enfocando a caracterização de cidades médias e pequenas conforme abordado por Jacobi (1994), ao analisar essas dinâmicas espaciais, o autor discutiu as causas recentes do crescimento populacional na América Latina, enfatizando a dinâmica da urbanização na região. Ele definiu agrupamentos, apresentando as cidades intermediárias, que abrangem níveis entre 100 mil e 500 mil habitantes, e as cidades pequenas, que incluem níveis de menos de 10 mil habitantes e entre 10 mil e 20 mil habitantes, representando as categorias da população dos municípios incluídas na análise.

Dessa forma, foi trabalhado com indicadores sociais, o que pode nos ajudar a entender sobre as desigualdades entre os municípios da Região. E em seguida, foi observado os equipamentos comunitários em ambientes de socialização e os espaços públicos urbanos a partir da realização de visitas nas praças e orlas nas 21 cidades da RIIA, visando à coleta de dados, que são frequentados por crianças de 0 a 6 anos de idade e seus cuidadores, de modo a refletir sobre os motivos pelos quais esses espaços carecem de planejamento urbano adequado seguindo as iniciativas da Fundação Bernard Van Leer para atender a esse público específico.

No desenvolvimento da pesquisa, foram delineadas duas etapas distintas, cada uma associada a uma abordagem específica do problema e a técnicas metodológicas adequadas. Na primeira etapa, o foco estava na identificação dos índices de desenvolvimento para a primeira infância e na compreensão da hierarquia das cidades, utilizando um método quantitativo. A coleta de dados foi realizada por meio da verificação descritiva de fontes governamentais e da sociedade civil, com a tabulação de dados secundários obtidos em documentos oficiais. Os indicadores analisados incluíram aspectos como economia, população, saúde, educação, saneamento básico e meio ambiente, sendo processados com o auxílio de *softwares* como Excel para cálculos automatizados, Qgis para elaboração de mapas em diferentes níveis e Geoda para a representação da conectividade entre os municípios. Já na segunda etapa, a pesquisa direcionou-se para a análise dos equipamentos comunitários e espaços públicos urbanos, adotando uma abordagem qualitativa.

A coleta de dados primários foi realizada por meio de observação sistemática não participante, individual e trabalho de campo, com a aplicação de um protocolo específico e a elaboração de um relatório fotográfico. Os indicadores analisados nessa etapa abrangeram

aspectos como segurança, ambiente, acessibilidade e ludicidade, sendo os dados tabulados e processados com o auxílio de *softwares* como Excel para cálculos automatizados e Qgis para a elaboração de ortofotos baseadas no *Google Satellite*. Essa estrutura metodológica permite uma abordagem dos temas investigados, contribuindo para a compreensão e análise dos fenômenos em estudo.

**Tabela 3** - Associação entre a abordagem do problema e as técnicas utilizadas na pesquisa

Da abordagem do problema	Método utilizado	Técnica da coleta	Técnica de tabulação	Indicadores analisados
Primeira etapa 1. Identificar os índices de desenvolvimento para a primeira infância 2. Compreender a hierarquia das cidades	Quali-quantitativo: Verificação descritiva de fontes governamentais e da sociedade civil	Coleta de dados secundários:	<i>Softwares</i> 1. <i>Excel</i> : automatização dos cálculos 2. <i>Qgis</i> : elaboração dos mapas apresentando os resultados em 3 níveis	1. Economia 2. População 3. Saúde 4. Educação 6. Saneamento básico 7. Meio ambiente
		Coleta de dados primários:	<i>Softwares</i> 1. <i>Excel</i> : automatização dos cálculos 2. <i>Qgis</i> : elaboração da ortofoto baseada no <i>Google Satellite</i>	1. Segurança 2. Ambiente 3. Acessibilidade 4. Ludicidade
Segunda etapa 1. Análise dos equipamentos comunitários e espaços públicos urbanos	Quali-quantitativo: 1. Observação sistemática 2. Não participante 3. Individual 4. Trabalho de campo (uso de protocolo)	1. Aplicação do protocolo de observação 2. Realização do relatório fotográfico  Aplicado nas infraestruturas de lazer:  1. Equipamentos comunitários 2. Espaços públicos urbanos		

Fonte: Cruz (2022). Tabela adaptado pela autora (2025).

Então, esta pesquisa se baseia nos métodos observacional e estatístico segundo Lakatos e Marconi (2003) e Gil (2006, 2017). Isso porque o uso de fontes governamentais e da sociedade civil para a coleta dos dados secundários e a observação para a coleta de dados primários, nos permite abordar as características de desenvolvimento desigual da região de influência imediata de Araguaína/TO.

O método utilizado para a coleta e a análise de dados é misto, combinando a observação sistemática e a análise estatística descritiva. Esses métodos são adequados aos objetivos

específicos da pesquisa, que incluem abordagens quali-quantitativas.

É possível, de maneira bem simplificada, classificar as pesquisas em quantitativas e qualitativas. Nas pesquisas quantitativas os resultados são apresentados em termos numéricos e, nas qualitativas, mediante descrições verbais. (Gil, 2017, p. 41).

Segundo Mussi *et al.* (2019), a pesquisa quantitativa visa identificar tendências da estudada, sem se interessar pelo singular ou pelo individual, focando no coletivo e nas características predominantes do grupo. Embora não seja capaz de resolver todos os problemas sociais, essa abordagem metodológica permite acesso e divulgação de valiosas informações sobre as populações, desde que aplicada com rigor. É importante notar, contudo, que o pesquisador deve evitar assumir os pressupostos dos participantes para não cair em erros decorrentes de uma postura positivista acrítica.

Conforme mencionado, estamos cientes dos potenciais riscos dessa abordagem. Ao adotar uma postura positivista acrítica, na qual consideramos apenas os dados objetivos e quantificáveis como válidos antes de elaborar as descrições verbais, ignoramos aspectos subjetivos e complexos da realidade estudada. Além disso, sem a participação ativa do público, podemos cometer equívocos na análise dos resultados. Portanto, é fundamental manter rigor metodológico para garantir a qualidade e a validade dos resultados obtidos.

A respeito da uniformidade dos dados coletados, anteriormente a fase de *visita in loco* realizaremos uma pesquisa-piloto ou pré-teste que será efetuada nas cidades frequentadas no período entre o início das visitas do observatório e a data da qualificação em setembro de 2024, como apresentado na Tabela 4.

**Tabela 4** - Espaços públicos visitados durante a pesquisa

Ordem	Data de Visita (dd-mm-aaaa)	Município	Nome	Caracterização
1	14-10-2023	Pau D'arco	Praça São Domingos de Gusmão	Praça
2	21-02-2024	Santa Fé do Araguaia	Praça da Prefeitura	Praça
3	21-02-2024	Muricilândia	Praça da Igreja Católica de Muricilândia	Praça
4	21-03-2024	Darcinópolis	Praça Bela Vista	Praça
5	11-03-2024	Xambioá	Parte da Orla Beira Rio	Orla
6	18-04-2024	Piraquê	Praça do Município de Piraquê	Praça
7	16-05-2024	Nova Olinda	Praça da Feira	Praça
8	06-06-2024	Araguanã	Orla de Araguanã	Orla
9	22-10-2024	Araguaína	Orla Via Lago	Orla
10	13-12-2024	Babaçulândia	Parte da orla	Orla

Fonte: elaboração da autora (2025).

O pré-teste do protocolo de observação foi realizado nas duas primeiras cidades, Pau D'arco e Santa Fé do Araguaia. Após verificar a adequação do protocolo nessas localidades, ele

foi aplicado nas demais cidades mencionadas no estudo.

O pré-teste permite verificar se o questionário apresenta elementos, como fidedignidade, validade e operatividade. A fidedignidade refere-se à consistência dos resultados obtidos por qualquer pessoa que aplique o guia de observação. Já a validade diz respeito à relevância dos dados coletados, ou seja, se são realmente necessários para a pesquisa em questão. Por fim, a operatividade envolve o uso de um vocabulário acessível e de significado claro, facilitando a compreensão e a resposta ao longo da visita de campo para o preenchimento do Apêndice 3 (Marconi; Lakatos, 2003).

Essa etapa é fundamental para avaliar a eficácia do método e identificar possíveis problemas antes da aplicação da pesquisa em larga escala. Dessa forma, será possível realizar ajustes e garantir a qualidade dos resultados obtidos na pesquisa principal.

Agora, para compreender melhor associação entre a abordagem do problema e as técnicas utilizadas na pesquisa, é importante esclarecer os conceitos de método e estatístico e observacional.

O método estatístico é utilizado para descrever e interpretar dados numéricos, com o objetivo de obter informações relevantes sobre fenômenos sociais. O método observacional permite uma alta precisão, definido como o ato de observar algo que está ocorrendo ou que já ocorreu. Os dados secundários servem como auxílio para a investigação dos dados primários, a fim de identificar padrões, tendências, associações e relações entre variáveis (Lakatos, Marconi, 2003; Gil, 2006).

Durante a pesquisa, foram realizadas visitas a 10 dos 21 municípios selecionados, com ênfase em Pau D'Arco, Santa Fé do Araguaia, Muricilândia, Darcinópolis, Xambioá, Piraquê, Nova Olinda e Araguaianã. Essas visitas incluíram reuniões nas prefeituras, onde foi possível estabelecer um diálogo com os representantes locais e coletar informações relevantes para o estudo, especialmente sobre as praças e orlas mais frequentadas pelas famílias. Embora não tenha sido possível realizar interações com representantes do poder executivo e legislativo das cidades em Araguaína e Babaçulândia, a equipe conseguiu obter dados por meio de observações diretas nos espaços públicos visitados. A pesquisa foi adaptada às particularidades do ano político e à dinâmica das cidades pequenas, que, entre os meses de junho e agosto, concentram seus esforços na administração das praias, atraindo um grande número de turistas.

Dessa forma, primeiro realizaremos a coleta em fontes governamentais e da sociedade civil. Em seguida, partiremos para o segundo momento da pesquisa, que consistirá na coleta de dados nas praças ou nas orlas onde foram observados os equipamentos comunitários e espaços públicos urbanos na Região em estudo, conforme nos subtópicos introduzido a seguir.

### 3.1 Da primeira etapa da pesquisa: índice de necessidade de planejamento urbano para os BCCs

A Tabela 5, apresenta uma lista de indicadores sociais utilizados por diferentes fontes, e as métricas específicas associadas a cada um desses indicadores, organizados por categoria e o ano dos dados coletados.

**Tabela 5** - Métricas específicas utilizadas para os indicadores sociais

Fonte	Indicadores sociais	Métricas/ano	
IBGE (2023)	Economia	1. PIB <i>per capita</i> (2021) 2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) (2010)	
IBGE (2023)	População	1. Estimativa populacional geral (2022)	
Primeira infância primeiro (2024)		2. Estimativa populacional infantil de 0 a 6 anos (2022)	
IBGE (2023)	Saúde	1. Internações por diarreia (2016) 2. Mortalidade infantil	
PROADESS (2020)		3. Gasto público total em saúde por hab. (2022) 4. Imunização de menores de 1 ano (tetra/penta/hexavalente) (2019)	
RNPI (2020)		5. Proporção cobertura vacinal (BCG, penta, tríplice – 1ª e 2ª doses – e hepatite B) (2022)	
Primeira infância primeiro (2024)		6. Percentual de peso baixo ou muito abaixo para idade - 0 a 5 anos (2022) 7. Percentual de peso elevado para idade - 0 a 5 anos (2022)	
Primeira infância primeiro (2024)		Educação	1. Índice de necessidade por creche (2019) 2. Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos (2020) 3. Percentual de atendimento em pré-escola da população de 4 a 5 anos (2020)
RNPI (2021)			4. Número de matrículas em creches (2022) 5. Número de matrículas em pré-escolas (2022)
INFOSANBAS (2022)	Saneamento básico		1. Famílias sem canalização de água no domicílio (2010) 2. Manejo de resíduos sólidos (2020)
IBGE (2023)		3. Esgotamento sanitário (2020)	
IBGE (2023)		Meio ambiente	1. Arborização (2010)

Fonte: elaboração da autora (2025).

Para a caracterização das técnicas de coleta de dados no primeiro momento, empregaremos a estatística descritiva, que tem como finalidade a apresentação das características de uma população ou fenômeno. Ainda, pode ser usada para identificar relações entre variáveis (Gil, 2017). Ou seja, o método descrito é fundamental para apresentar as características dessa população específica e identificar possíveis relações entre as variáveis relacionadas à primeira infância e ao desenvolvimento desigual na Região de influência imediata de Araguaína/TO.

Em relação à etapa de análise estatística descritiva para verificar os índices de desenvolvimento para a primeira infância na Região influência imediata de Araguaína/TO, utilizaremos dados secundários provenientes de documentos oficiais produzidos por órgãos e por instituições reconhecidos e autorizados como o IBGE (2023), primeira infância primeiro (2024), PROADESS (2020), RNPI (2020) e INFOSANBAS (2022).

Para esta etapa da pesquisa, utilizaremos os *softwares*: (i) *excel*, *Microsoft Office professional Plus* de 2016 para o cálculo dos índices; (ii) o *Qgis* versão 3.36 para mapeamento em 3 níveis do resultado final; (iii) o *Geoda* versão 1.22 para a elaboração da figura de conectividade para apresentar a relação de vizinhança entre os municípios. A utilização desses *softwares* nos auxilia a comparar a distribuição dos valores finais e mostrar como cada município contribui para o todo. Essa técnica permite uma visualização da distribuição dos dados e facilita a identificação de possíveis padrões ou tendências; isso também auxiliará na apresentação da hierarquia das cidades em cada um dos indicadores sociais utilizados nesta segunda etapa.

Três informações são relevantes a serem consideradas. A primeira é que a coleta de dados para a taxa de mortalidade infantil foi realizada com base na fonte mais recente disponibilizada pelo IBGE, acessível por meio do site: <https://ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Por esse motivo, para alguns municípios da RIIA, os dados foram coletados para os anos de 2022, 2020, 2013 e 2010. A segunda informação é que, devido à não publicação dos dados de percentual de atendimento em creches nos municípios de Campos Lindos e Riachinhos no site Primeira Infância Primeiro, especificamente em cada site: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/campos-lindosto/> e <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/riachinho-to/>, para os anos de 2020 e 2019, optou-se por fazer a média dos valores das cidades pequenas já coletadas. Por fim, a terceira consideração é que o município de Darcinópolis não disponibilizou o valor do manejo de resíduo sólido, como pode ser visualizado neste site: <https://infosanbas.org.br/municipio/darcinopolis-to/#Manejo-de-residuos-solidos>. Sendo estabelecido o mesmo padrão anterior, realizou-se a média dos valores dos municípios pequenos.

Dessa forma, em uma planilha de *Excel* para cada um dos indicadores selecionados foi elaborado um cálculo simples de porcentagem, no Apêndice 4.

Para as cidades pequenas, os dados foram divididos em três partes iguais, representando os tercís. O nível 1 corresponde ao inferior, os níveis 2 e 3 correspondem ao intermediário, e o nível superior não foi alcançado nos resultados. Já para a cidade média, a pontuação seguiu um padrão baseado na porcentagem. Os limites são apresentados na Tabela 6.

**Tabela 6 - Pontuação dos índices secundários**

Cidades pequenas			
Nível 1 (inferior)	Nível 2	Nível 3	Nível 4 (superior)
13,10 a 19,15	19,68 a 25,29	29,76 a 34,53	Não alcançado
Cidade média			
Nível 1 (inferior)	Nível 2	Nível 3	Nível 4 (superior)
Não alcançado	Não alcançado	Não alcançado	>75

Fonte: elaboração da autora (2025).

Os valores de índice de necessidade de planejamento urbano para os BCCs dos dados secundários foram organizados em ordem crescente, de forma que cada grupo para as cidades pequenas contenha aproximadamente um terço dos dados.

Para a cidade média, ainda foi seguido o parâmetro de níveis, porém, como o resultado foi superior a 100% nesta pesquisa, simplificamos, apontando apenas a necessidade de compreender que o nível acima de 75% é considerado superior.

### **3.2 Da segunda etapa da pesquisa: observação não participante dos equipamentos comunitários e espaços públicos urbanos**

No que diz respeito à caracterização das técnicas de coleta de informações nesta etapa, a pesquisa utilizará a observação sistemática como um meio de coletar dados de forma objetiva. Além disso, será do tipo não participante, o que implica realizar um estudo da realidade investigada sem se envolver diretamente ou participar da situação. Como observadores externos, permaneceremos "de fora" para registrar e analisar as informações e os comportamentos observados na vida real, e isso conforme Lakatos e Marconi (2003) caracterizam como "pesquisa de campo". Os dados foram anotados individualmente, conforme forem ocorrendo de forma espontânea.

Na fase de observação sistemática para coleta de dados primários, verificaremos os equipamentos comunitários e espaços públicos urbanos, tais como praças e orlas, sendo um por município que compõem a Região de influência imediata de Araguaína/TO, escolhido a partir da proximidade com creches e pré-escolas, presença de crianças pequenas e cuidadores, acesso e localização "bairro de 15 minutos", ambiente que tenha segurança, infraestrutura (iluminação e condições estruturais), variedade de equipamentos e recursos (brinquedos, áreas verdes,

bancos, banheiros, bebedouros, entre outros) com foco na primeira infância e seus cuidadores. Para isso, seguiremos um Protocolo de Observação detalhado (Apêndice 3).

Nas cidades pequenas, em sua maioria, é comum encontrar apenas uma praça ou um local específico frequentado pelas famílias. Para este estudo, foi selecionado um exemplar, como praças ou orlas, em cada uma das cidades analisadas.

Elaborado com base nos critérios da Fundação Bernard Van Leer (2023b), tendo em vista quatro pontos principais: segurança, ambiente, acessibilidade e ludicidade. Além disso, também consideraremos os critérios de avaliação apresentados pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP, 2020), que incluem aspectos como segurança pública (iluminação) e ambiente (sombra e abrigo, conforto acústico, coleta de lixo e limpeza). Por fim, também nos baseamos no protocolo de observação de equipamentos comunitários adaptado por Cruz (2022).

No Protocolo estabelecemos um sistema de pontuação semelhante ao ITDP (2020), no qual a aferição observacional atribui uma avaliação qualitativa da experiência do pedestre, as avaliações são categorizadas como: insuficiente (0), suficiente (1), bom (2) ou ótimo (3). Dessa forma, é possível obter uma medida objetiva da qualidade dos indicadores verificados.

As visitas as cidades da Região de influência imediata de Araguaína foram realizadas apenas uma vez, sem a possibilidade de retorno. Nesse contexto, o Protocolo desempenha um papel fundamental, permitindo uma organização prévia dos aspectos a serem observados. Sua utilização garantirá que nenhum elemento seja esquecido durante a visita, o que contribui para a eficiência da coleta de dados. Além disso, o *checklist* promove a padronização e a objetividade da observação, facilitando a análise dos resultados obtidos.

Em determinados casos, quando se trata de categorias como a sensação de segurança ao explorar determinado trecho de calçada e a presença de iluminação adequada para os pedestres, assim como a questão do ambiente relacionada à proteção de sol e chuva, e à coleta de lixo e à limpeza no Quadro 1, é necessário estabelecer um processo específico de coleta de dados para cada segmento de calçada por meio de um sistema de notas (critério por subcategoria). Nesse processo, cada trecho receberá pontuações, e, por meio de um cálculo de média aritmética simples (Equação 1), foram obtidos os resultados das subcategorias. Isso permite verificar a pontuação em conjunto com os critérios de avaliação correspondentes ao resultado final de cada categoria. Conforme apresentado a seguir, esse cálculo será facilitador no processo de tabulação das informações.

$$R1 = \frac{(S1+S2+\dots)}{ni}$$

Equação 1

Para cada segmento de calçada, calcularemos a média aritmética simples entre as pontuações das subcategorias, para obter a pontuação do segmento de calçada para cada categoria. Onde: “S1; S2”; ... = pontuação ponderada do segmento de calçada para cada subcategoria; “ni” = número de indicadores pertencentes à subcategoria; “R1” = resultado final da categoria.

**Quadro 1** - Aferição para cada unidade

<b>Segurança</b>	<b>Aferição por seguimento (Notas)</b>	<b>Aferição do ambiente (Notas)</b>	<b>Aferição do ambiente em um único passo</b>
Seguro para explorar	X		
As demarcações das ruas próximas			X
Há olhos para a rua (segurança dos vizinhos)			X
Controle de animais soltos nas ruas			X
Possui boa iluminação projetada para os pedestres	X		
<b>Ambiente</b>	<b>Aferição por seguimento (Notas)</b>	<b>Aferição do ambiente (Notas)</b>	<b>Aferição em um único passo</b>
Proteção de chuva e sol	X		
Biodiverso			X
Conforto acústico			X
Coleta de lixo e limpeza	X		
<b>Acessibilidade</b>	<b>Aferição por seguimento (Notas)</b>	<b>Aferição do ambiente (Notas)</b>	<b>Aferição em um único passo</b>
Acesso a todas as partes			X
Mobiliário para descanso			X
Bebedouros		X	
Banheiros		X	
Espaço para amamentação e alimentação		X	
Espaço para brincar		X	
Rampas		X	
<b>Ludicidade</b>	<b>Aferição por seguimento (Notas)</b>	<b>Aferição do ambiente (Notas)</b>	<b>Aferição em um único passo</b>
Brincadeira não estruturada			X
Envolve e protege as crianças de distrações			X
Desafiador			X
Comprometimento com a cultura			X

Fonte: elaboração da autora (2025).

Além das categorias que só podem alcançar os resultados por meio da “Aferição observacional por seguimento” de calçada, conforme abordado anteriormente, existem aquelas que são avaliadas por meio da “Aferição observacional do ambiente”, seguindo um padrão de notas em suas subcategorias. Essa coleta de dados será realizada por meio do somatório das

notas, que resultará em uma pontuação final pré-estabelecida dentro do “Critério de avaliação”. Essas subcategorias fazem parte do indicador de acessibilidade, que inclui bebedouros, banheiros, espaços para amamentação e para alimentação, áreas para brincar e rampas. Para as categorias dos indicadores que não foram mencionadas, não é necessário realizar um processo de avaliação por meio de notas, a pontuação é estabelecida em um único passo como já apresentada no Quadro 1.

As pontuações obtidas foram utilizadas para calcular o índice final no Quadro 2. Em ambos os casos, é importante arredondar o valor de cada segmento para enquadrá-lo em uma escala de quatro níveis: 3, 2, 1 e 0. O nível "Ótimo" corresponde ao valor exato de 5 pontos. O nível "Bom" é representado por valores maiores ou iguais a 2, mas inferiores a 3. O nível "Suficiente" é representado por valores maiores ou iguais a 1, mas inferiores a 2. Por fim, o nível "Insuficiente" é representado por valores menores que 1.

**Quadro 2** - Modelo dos resultados do protocolo de observação para cada município incluído na Região imediata de Araguaína


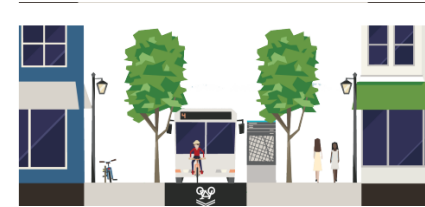

Categoria	Segurança			
	3. Ótimo (5 pontos)	2. Bom (4 pontos)	1. Suficiente (3 pontos)	0. Insuficiente (1 ponto)
Seguro para explorar				
As demarcações das ruas próximas				
Há olhos para a rua (segurança dos vizinhos)				
Controle de animais soltos nas ruas				
Possui boa iluminação projetada para os pedestres				
Ambiente				
Proteção de chuva e sol				
Biodiverso				
Conforto acústico				
Coleta de lixo e limpeza				
Acessibilidade				
Acesso a todas as partes				
Mobiliário para descanso				
Bebedouros				
Banheiros				
Espaço para amamentação e alimentação				
Espaço para brincar				
Rampas				
Ludicidade				
Brincadeira não estruturada				
Envolve e protege as crianças de distrações				
Desafiador				
Comprometimento com a cultura				

Fonte: elaboração da autora (2025).

Um dos indicadores apresentados no protocolo precisa ser detalhado, que é o da primeira categoria "Seguro para explorar por meio do caminhar, andar de bicicleta e carrinho de bebê

distraidamente". O ITDP (2020) define a tipologia da rua na Tabela 7, sendo: vias exclusivas para pedestres (como calçadas e ruas permanentemente abertas); vias compartilhadas por pedestres, ciclistas e veículos motorizados; vias com calçadas segregadas e circulação de veículos motorizados.

**Tabela 7 - Tipologias da rua consideradas**

Tipologia da rua	Característica da rua
	<p><b>Vias exclusivas para pedestres, como calçadas e ruas permanentemente abertas</b>, são ruas destinadas somente à circulação de pedestres, onde não é permitida a presença de veículos motorizados. Em situações específicas, pode haver permissão para a entrada de veículos urbanos de carga em determinados horários do dia.</p>
	<p><b>Vias compartilhadas por pedestres, ciclistas e veículos motorizados</b> são ruas onde o espaço de circulação é utilizado por todas essas modalidades de transporte. Nesse tipo de via, é possível encontrar tanto o transporte público como veículos particulares, embora a circulação de veículos motorizados seja moderada. Em algumas situações, a superfície da via é nivelada com a calçada, proporcionando um espaço compartilhado entre pedestres e veículos. Para orientar a circulação, podem ser utilizados elementos balizadores, como fradinhos, ou pavimentação diferenciada.</p>
	<p><b>Vias com calçadas segregadas e circulação de veículos motorizados</b> são ruas onde é permitida a circulação de veículos motorizados. Nesse tipo de via, as calçadas são geralmente segregadas e posicionadas em um nível mais elevado em relação ao espaço de circulação dos veículos.</p>

Fonte: ITDP (2020). Tabela adaptado pela autora (2025).

A definição dessas diferentes tipologias de ruas (vias exclusivas para pedestres, vias compartilhadas e vias com calçadas segregadas) permite avaliar as condições de segurança oferecidas aos pedestres e a outros usuários, como ciclistas e pessoas com carrinhos de bebê. Essa informação contribui para compreender como as características das ruas impactam a experiência e a segurança dos usuários, auxiliando na verificação da coleta de dados na Região em estudo. Em paralelo, fizemos uso de notas de rodapé, sendo as referências utilizadas para as definições: Brasil (2019), NBR 10152 (2017), NBR 9050 (2015) e URBAN95 (2023a).

Como complemento ao *Checklist*, será realizado também o relatório fotográfico *in loco*, incluindo de uma a quatro fotos tiradas com um *smartphone* na posição vertical, capturando toda ou a maior área das praças ou orlas que foram estudadas e seu entorno. Como sugerido por Gil (2010), destacamos que o relatório fotográfico é uma técnica de coleta de dados que permite registrar visualmente as informações da pesquisa. Ele ressalta que o pesquisador deve ter

habilidade na manipulação de equipamentos fotográficos e escolher as imagens que realmente contribuem para a compreensão do fenômeno estudado.

Para a análise dos dados coletados na visita às praças ou às orlas que foram estudadas, (i) será utilizada a técnica de tabulação, com o auxílio do *software* Excel, a técnica consiste na automatização do cálculo final, como apresentado na Equação final no Apêndice 5 e Tabela 8, e visualização dos dados coletados. (ii) elaboração de imagens de localização espacial da praça ou orla visitada.

**Tabela 8** - Pontuação para a avaliação dos índices primários

Pontuação de 1 até 2	Pontuação de 2 até 4	Pontuação 4 até 5
Insuficiente	Médio ou suficiente	Ótimo

Fonte: elaboração da autora (2025).

A seguir será referenciado a necessidade de incluir cada um dos itens no protocolo de observação (Apêndice 3).

### 3.2.1 O protocolo de observação em equipamentos comunitários e espaços públicos urbanos

A seguir, foram explicados os tópicos elaborados para a observação *in loco* nas praças ou orlas, conforme os parâmetros preestabelecidos de: A) segurança, B) ambiente, C) acessibilidade e D) ludicidade no Apêndice 3.

#### 3.2.1.1 Segurança

Nesta subseção, vamos explorar os aspectos fundamentais para garantir a segurança e a comodidade dos espaços urbanos. Foram abordados temas como as demarcações viárias, a vigilância dos moradores locais, o controle de animais nas ruas e a iluminação adequada para os pedestres.

As demarcações viárias, conforme apresentadas nos subtópicos "1. Seguro para explorar por meio do caminhar, andar de bicicleta e carrinho de bebê distraidamente " e "2. As demarcações das ruas próximas", seguem o padrão do Índice de Caminhabilidade 2.0, alinhado com a visão do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP).

O ITDP Brasil acredita que a caminhada é o meio de transporte mais fundamental, sustentável e democrático das pessoas na cidade. A metodologia apresentada nesta publicação permite avaliar as condições do espaço urbano e monitorar o impacto de ações de qualificação do espaço público. Seu propósito é promover um novo olhar sobre o meio urbano a partir da ótica do pedestre." (ITDP, 2019, p. 5).

As demarcações das ruas próximas aqui apresentadas pelas presenças de faixas de

pedestres, faixa de tráfego, sinalização de trânsito (placas e semáforos, que indicam as regras de trânsito e ajudam a orientar os motoristas, ciclistas e pedestres). Estabelecendo logo em seguida uma observação se as demarcações atendem aos critérios de: (i) padronização, “seguir um padrão legalmente estabelecido” (Brasil, 2019, p. 22); (ii) visibilidade, “ser vista à distância necessária” (Brasil, 2019, p. 22); (iii) legibilidade, “ser lida em tempo hábil para a tomada de decisão” (Brasil, 2019, p. 22); (iv) posicionamento, “ser colocada no lado direito da via/pista” (Brasil, 2019, p. 22), e (v) conservação, “estar permanentemente limpa, conservada, fixada e visível” (Brasil, 2019, p. 22).

Assim, é abordado sobre a sinalização viária e orientativa:

Forneça sinalização consistente para pedestres em uma linguagem visual clara e universalmente compreensível. Ofereça informações que permitam aos usuários alternar entre os meios de locomoção e circular pelas redes de rua locais (GDCl, 2018, p. 77).

Portanto, a análise das demarcações viárias à luz desses critérios contribui para a promoção de um ambiente urbano mais seguro, acessível e adequado para a circulação de todos os usuários, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo ITDP Brasil, pelo Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito e Guia global de desenho de ruas (ITDP, 2019; Brasil, 2019; GDCl, 2018).

A seguir, referenciando a tese de Jacobs (2011) sobre a presença dos "3. Há olhos para a rua" como um fator determinante para a segurança urbana, destacamos que essa segurança resulta da combinação de elementos como o uso diversificado dos espaços urbanos, a existência de residências arejadas e a interação voltada para as ruas. Ela ressalta que residências protegidas por muros altos estão mais vulneráveis a crimes graves, tanto internos quanto externos. Além disso, a localização estratégica de praças com vistas diretas para residências e comércios de fachadas abertas contribui para a segurança dos espaços de socialização, aumentando sua frequência a passeios e tornando as ruas mais movimentadas e seguras.

Segundo a autora, a ordem pública e a paz nas calçadas e ruas urbanas não dependem principalmente da polícia, embora sua presença seja necessária. Ela enfatiza que essa ordem é mantida pela rede complexa e quase inconsciente de controles e padrões de comportamento espontâneos aplicados pela própria comunidade. A presença dos "olhos para a rua" indica uma vigilância informal que desencoraja atividades criminosas, sendo a interação diária entre moradores, comerciantes e transeuntes um fator necessário para a vitalidade e segurança das cidades (Jacobs, 2011).

Para o item “4. Controle de animais soltos nas ruas”, a relação entre o controle de

animais soltos nas ruas e o planejamento urbano está diretamente ligada à qualidade de vida e à segurança dos cidadãos. O abandono de animais e a presença de animais soltos nas vias públicas podem causar problemas na mobilidade urbana, como: (i) os animais soltos nas ruas, especialmente cães abandonados, podem representar um risco de ataque aos transeuntes, causando ferimentos; (ii) nas vias públicas pode obstruir o caminho dos pedestres, dificultando a passagem e aumentando o risco de acidentes, como tropeções e quedas; (iii) pode gerar medo e desconforto nos transeuntes, especialmente em casos de animais agressivos ou de grande porte, afetando a sensação de segurança e bem-estar no ambiente urbano; (iv) também representam um perigo para os transeuntes em relação aos acidentes de trânsito. A ocorrência de atropelamentos envolvendo animais pode resultar em lesões graves e até mesmo fatais para os pedestres; (v) transmissão de doenças, a Raiva e *Leishmaniose* são alguns exemplos (Ministério da Saúde, 2016).

Assim, a presença de animais soltos nas ruas pode prejudicar o planejamento urbano, causando danos à infraestrutura da cidade, como calçadas, jardins e áreas verdes, devido a buracos, urina, fezes e sujeira resultantes da reviravolta de lixo por felinos, canídeos ou equinos. Políticas públicas eficazes para resgatar, cuidar e adotar responsavelmente esses animais são essenciais para promover um planejamento urbano adequado. Medidas como placas exigindo o uso de guias curtas, cercamento de áreas e a presença de guardas municipais para conscientizar transeuntes e moradores sobre animais soltos são importantes para garantir a segurança e a harmonia nas áreas públicas.

O item “5. Possui boa iluminação projetada para os pedestres” o ITDP destaca os benefícios de ambientes bem iluminados pode ter um impacto na qualidade de vida e na segurança dos cidadãos. Aqui estão algumas explicações sobre como o ITDP pode trabalhar nesse sentido: (i) têm sido associados à redução da criminalidade, pois a iluminação adequada pode dissuadir atividades criminosas, tornar mais fácil a identificação de suspeitos e aumentar a sensação de vigilância por parte dos transeuntes e moradores locais; (ii) pode contribuir para uma sensação de segurança entre os pedestres. Isso pode encorajar mais pessoas a utilizar esses espaços, promovendo a vitalidade urbana e a coesão social. (iii) podem incentivar o uso ativo do espaço público durante a noite, promovendo a prática de atividades como caminhadas, ciclismo e socialização (ITDP, 2019).

### 3.2.1.2 *Ambiente*

Neste contexto, vamos examinar elementos necessários para a qualidade dos espaços urbanos. Estes incluem a proteção contra chuva e sol, a preservação da biodiversidade, o

Conforto acústico e a eficiente gestão de resíduos e limpeza urbana.

Neste item, “1. Proteção de chuva e sol” (natural/artificial), as calçadas sombreadas são aquelas que oferecem proteção solar adequada aos pedestres durante os períodos mais quentes do ano. Essa sombra pode ser proporcionada por diferentes elementos, como árvores, abrigos de transporte público, marquises, toldos, e até mesmo pelos próprios edifícios. Quando os edifícios conseguem projetar sombra sobre as calçadas ao longo da maior parte do dia, essas calçadas são consideradas adequadamente sombreadas (ITDP, 2019).

Sobre a presença de praças ou orlas com coberturas é uma característica “considerada positiva, uma vez que a busca por locais com condições climáticas mais confortáveis é uma preferência comum entre as pessoas, especialmente em regiões onde o sol intenso e as altas temperaturas são fontes principais de desconforto” (Ramos, Jesus e Silva, p. 10, 2023). Portanto, a presença de áreas verdes, sombreadas e com condições climáticas mais amenas em praças ou orlas urbanas é fundamental para garantir espaços públicos confortáveis, agradáveis e propícios à convivência e permanência da população.

No item "2. Biodiverso", a Fundação Bernard Van Leer (2023b) destaca a importância da relação entre os Bebês, Crianças mais novas e seus Cuidadores (BCCs) e as áreas verdes nos Bairros Amigáveis à Primeira Infância (BAPIs), enfatizando a necessidade de tornar os bairros caminháveis atrativos em termos de vegetação. Segundo o guia BAPIs, é recomendado que as áreas verdes estejam localizadas a uma distância de 1 km ou 15 minutos de caminhada das residências até os destinos finais, como praças ou orlas, levando em consideração não apenas a presença de vegetação nesses locais, mas também a qualidade do percurso. A abordagem ressalta que os destinos devem oferecer espaços abertos e contato com a natureza, criando uma atmosfera acolhedora para os BCCs e gerando impactos positivos em todo o bairro. Além disso, destaca-se que a rua é o primeiro espaço fora de casa encontrado pelas crianças pequenas, sendo essencial que faça “parte de um sistema de espaços abertos atraentes e agradáveis, incentivando os BCCs a utilizar os espaços públicos com maior frequência.” (Fundação Bernard Van Leer, p. 37, 2023b).

Inclua áreas com tratamento paisagístico sempre que possível para criar um ambiente de caminhada agradável, contribuir para a identidade do bairro[...]. O paisagismo melhora as condições microclimáticas, limpa o ar, filtra a água e aumenta a biodiversidade de uma cidade, oferecendo benefícios para a saúde física e mental. (GDCl, 2018, p.77).

Assim, neste estudo, consideramos as abordagens mencionadas anteriormente no BAPIs e do guia global de desenho das ruas (GDCl, 2018) focando especificamente na questão da

biodiversidade (flora) nos locais de destino das praças ou orlas.

Para o item “3. Conforto acústico” o aumento do ruído nas cidades cria ambientes desagradáveis e contribui para problemas de saúde como estresse, depressão, insônia e agressividade. A poluição sonora resulta de diversas fontes, como alarmes, atividades comerciais e tráfego de veículos. Segundo a OMS, um ambiente urbano é considerado adequado quando o nível de intensidade sonora está abaixo de 55 dB(A), e exposições a níveis acima de 80 dB(A) podem desencadear comportamentos agressivos (ITDP, 2019). Esse “dB(A)” é uma unidade de medida utilizada para quantificar o nível de pressão sonora em decibéis, levando em consideração a sensibilidade do ouvido humano às diferentes frequências sonoras. É a unidade de medida mais comum para descrever a intensidade do som em ambientes urbanos e é geralmente usada para avaliar os níveis de ruído em áreas residenciais e urbanas (NBR 10152, 2017).

No item “4. Coleta de lixo e limpeza” este trecho enfoca a importância da limpeza das ruas para os pedestres e destaca que os serviços de limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos são necessários para manter qualquer espaço, seja público ou privado, em pleno funcionamento.

O GDGI (2018) recomenda a disponibilização de recipientes de resíduos de forma conveniente para manter o ambiente de pedestres limpo e agradável. É sugerido distribuir os recipientes de lixo em locais estratégicos, como próximos às áreas de circulação de pedestres, perto de esquinas, vendedores ambulantes e em faixas de pedestres. Essa distribuição visa facilitar o descarte adequado de resíduos e contribuir para a manutenção da limpeza urbana. Além disso, os recipientes devem ser dimensionados de acordo com a quantidade de resíduos esperada e os planos locais de coleta e manutenção. Essas medidas visam promover a conscientização ambiental, facilitar a gestão de resíduos urbanos e contribuir para a criação de espaços públicos mais limpos e agradáveis para pedestres (ITDP, 2019).

### *3.2.1.3 Acessibilidade*

Nesta subseção, abordaremos elementos que garantem a acessibilidade e o conforto nos espaços públicos urbanos. Vamos discutir o acesso a todas as partes, a presença de mobiliário para descanso, bebedouros, banheiros, espaços para amamentação e alimentação, áreas de lazer e brincadeiras, além da importância das rampas para facilitar o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida.

Inicialmente, é necessário abordar a diferença entre "acesso" e "acessibilidade". Segundo Serpa, "acesso" refere-se à possibilidade física de utilizar espaços públicos, mostrando que um espaço está aberto a todos. Em contrapartida, "acessibilidade" vai além do físico e

envolve uma dimensão simbólica e social, considerando como diferentes grupos se apropriam desses espaços. A acessibilidade é influenciada por fatores como classe social e capital cultural, criando uma hierarquia na apropriação dos espaços públicos. Portanto, o acesso é técnico e físico, enquanto a acessibilidade abrange aspectos sociais e culturais, evidenciando desigualdades dentro do mesmo espaço público.

O item “1. Acesso a todas as partes” seguem um padrão para o uso dos dispositivos que auxiliam na mobilidade de uma pessoa (carrinhos de bebês, cadeiras de rodas, bengalas, muletas, andadores) para o público que pode incluir além das crianças pequenas os cuidadores que possuem mobilidade reduzida. Segundo a NRB 9050 (2015), quanto a questão de acessibilidade em espaços e equipamentos urbanos temos que seja necessários o ambiente de socialização ter um:

Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos [...] e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, pisos, corredores, escadas e rampas (NBR 9050, 2015, p. 5).

Assim, projetar uma praça ou orla significa considerar os diferentes usos e formas de movimento que ali ocorrem: pedestres, ciclistas, visitantes, áreas de descanso, espaços de recreação, entre outros, pois todos precisam utilizar esses espaços. A prioridade, no entanto, deve sempre ser dos pedestres, com destaque para as crianças, seus cuidadores e suas necessidades específicas.

Em relação ao item "2. Mobiliário para descanso", a Fundação Bernard Van Leer (2023b) destaca a importância da presença de bancos/assentos ao redor das áreas destinadas à primeira infância. O indicador proposto deve considerar a distinção entre as áreas voltadas para crianças da primeira infância (0 a 6 anos) e aquelas especificamente destinadas à primeiríssima infância (0 a 3 anos). Além disso, ressalta-se que os locais de descanso devem ser incorporados em intervalos regulares ao longo das rotas mais frequentemente utilizadas pelo grupo BCC, preferencialmente com extensões de calçadas ou adaptações semelhantes em espaços públicos.

Os assentos devem ter encostos confortáveis e ser dispostos em áreas com e sem sombreamento, conforme o clima local. Sua localização deve permitir espaço para as pernas de modo que não bloqueiem as faixas livres de trajeto. Em áreas de pedestres mais amplas, forneça cadeiras móveis e uma variedade de arranjos de assentos convidativos a conversas e atividades sociais (GDCI, 2018, p. 77).

De acordo com o GDCI (2018), destaca a importância de oferecer oportunidades para que as pessoas possam descansar e fazer pausas. Essas diretrizes visam criar ambientes urbanos

mais acolhedores e inclusivos, incentivando a interação e o descanso dos transeuntes.

A Fundação Bernard Van Leer (2023b), o guia do mês da primeira infância da URBAN95 (2022a) e Jacobs (2011) destacam a importância dos bebedouros e banheiros, abordando os itens "3. Bebedouros" e "4. Banheiros", respectivamente. Elas ressaltam que cuidar nunca é demais e que esses detalhes são fundamentais, especialmente para famílias com crianças pequenas, que têm necessidades específicas. Portanto, consideram a presença de água e a garantia da disponibilidade de banheiros e fraldários em ambientes de convívio social, proporcionando conforto e praticidade para todos os usuários, em especial para aqueles que estão vivenciando a primeira infância.

As obras destacam que banheiros, fraldários e bebedouros garantem a funcionalidade e a vitalidade dos espaços urbanos, pois atendem às necessidades básicas dos cidadãos que transitam pelas ruas. A presença de banheiros públicos e bebedouros contribui para o conforto e bem-estar das pessoas, incentivando-as a permanecerem mais tempo nas áreas públicas.

Sobre os bebedouros:

Instale bebedouros com água fresca e potável a fim de oferecer uma alternativa sustentável às garrafas descartáveis e garantir uma fonte de água essencial em muitas comunidades. Utilize desenhos criativos para incentivar seu uso e garanta que as fontes tenham manutenção regular para atender às normas de higiene e segurança. Proporcione variações de altura para o acesso de crianças e pessoas em cadeiras de rodas (GDCl, 2018, p. 77).

E para os banheiros, o artigo 6º da Lei nº 10.098 de 2000 estabelece a necessidade de os banheiros de uso público em parques, praças, jardins e espaços livres públicos serem acessíveis e estarem em conformidade com as especificações técnicas. Isso implica que devem ser planejados e construídos de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela NBR 9050 (2015) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Essa norma técnica define critérios e requisitos para assegurar a acessibilidade e a funcionalidade dos banheiros públicos, com o objetivo de atender às necessidades de todas as pessoas, incluindo aquelas com mobilidade reduzida. Dentre os requisitos comuns estão a presença mínima de um sanitário e um lavatório, além de outras características como dimensões adequadas, local de instalação dentre outros aspectos que visam garantir a segurança e o conforto dos usuários.

O item "5. Espaço para amamentação e alimentação" é brevemente abordado no guia do mês da primeira infância da URBAN95 (2022a) e explorado em outro guia da Fundação Bernard Van Leer (2020) e Cruz (2022). Algumas ideias e sugestões apresentadas incluem a recomendação de criar ambientes que promovam a amamentação, como iluminação adequada,

rampas de acesso para carrinhos de bebê, bancos, mesas e áreas sombreadas. Esses espaços devem ser projetados para que as mulheres se sintam seguras, confortáveis e apoiadas enquanto amamentam em locais públicos. Além disso, o guia destaca a importância de oferecer suporte às mães que amamentam, tanto em espaços públicos quanto em locais de trabalho, serviços de educação infantil, cafeterias e serviços de saúde. O objetivo é criar ambientes confortáveis e acolhedores para as mães que desejam amamentar. Dessa forma, os locais adequados para a amamentação e alimentação precisam ser inseridos na proposta das "cidades mais amigáveis para as crianças".

Sobre o item "6. Espaço para brincar", segundo a Fundação Bernard Van Leer (2023b), é indispensável proporcionar um ambiente lúdico que favoreça o brincar, pois é (i) uma forma de se divertir, proporciona momentos de alegria, prazer e entretenimento para as crianças, sendo uma atividade que as faz felizes e as ajuda a relaxar; (ii) de socializar, durante o brincar, as crianças interagem umas com as outras, desenvolvendo habilidades sociais, como compartilhar, cooperar, negociar e resolver conflitos. Essas interações contribuem para a construção de relacionamentos saudáveis e para a compreensão do mundo ao seu redor; (iii) mas também de aprender, brincar é uma forma de aprendizado para as crianças. Por meio das brincadeiras, elas exploram o ambiente, experimentam diferentes papéis e situações, desenvolvem habilidades cognitivas, motoras e emocionais, e assimilam conhecimentos de forma lúdica e significativa. O brincar estimula a criatividade, a imaginação e a resolução de problemas. A maior parte desse tempo valioso de recreação ocorre em parquinhos projetados especificamente para brincar, seja em áreas verdes, praças ou parques.

O item "7. Rampas" é citado na Fundação Bernard Van Leer (2023b) e Cruz (2022) como um elemento de acessibilidade universal, juntamente com guias rebaixadas e superfícies niveladas para facilitar a locomoção.

Instale rampas em cada faixa de pedestres e mudança de nível. Elas devem ter acabamento em materiais antideslizantes e inclinação máxima de 1:10 (10%), mas preferencialmente de 1:12 (8%). Essas rampas são essenciais para pessoas que empurram carrinhos de bebê ou de vendas de produtos e que utilizam cadeiras de rodas. Elas devem estar alinhadas perpendicularmente à faixa de pedestres. (GDCl, p. 77, 2018).

Enfim, as calçadas largas, rampas e acesso sem obstáculos garantem a acessibilidade e a mobilidade de forma inclusiva e segura para cuidadores com carrinhos de bebê, crianças pequenas e pedestres em geral. Esses elementos tornam o ambiente urbano mais acessível, permitindo que todos transitem com facilidade, seja empurrando um carrinho de bebê, carregando uma criança no colo ou simplesmente caminhando, promovendo a inclusão e o

conforto de todos no uso dos espaços públicos.

#### 3.2.1.4 *Ludicidade*

Por fim, vamos destacar a importância da brincadeira não estruturada nos espaços públicos urbanos. Analisaremos se esses ambientes envolvem e protegem as crianças de distrações, se incentivam o desenvolvimento de habilidades por meio de um ambiente desafiador, promovem o engajamento com a cultura local e contribuem para um crescimento saudável das crianças.

Sobre o item “1. Brincadeira não estruturada”, em muitos cenários urbanos, especialmente em áreas densamente povoadas ou com infraestrutura inadequada, pode ser desafiador para as famílias encontrar espaços ao ar livre seguros e limpos para permitir que as crianças brinquem de forma não estruturada. A falta de parques, áreas verdes adequadas ou espaços abertos disponíveis nas proximidades pode limitar as oportunidades para as crianças explorarem e brincarem ao ar livre. No entanto, estar ao ar livre oferece vantagens para o desenvolvimento infantil. Brincar de forma não estruturada nesses ambientes permite que as crianças explorem livremente, desenvolvam suas habilidades motoras, estimulem a criatividade, aprendam sobre o meio ambiente e interajam com a natureza (URBAN95, 2022b)

Os brinquedos não estruturados, como potes, tampas, retalhos, caixas, latas, cones, canudos, folhas e outros objetos do cotidiano, ao contrário dos brinquedos tradicionais, bolas, carrinhos ou bonecas, os objetos simples não têm uma função específica ou um modo "correto" de serem utilizados, o que estimula a criatividade, a imaginação e a inteligência das crianças. Quando as crianças brincam com objetos não estruturados, elas são incentivadas a explorar, experimentar e inventar diferentes formas de interação. Isso promove o pensamento criativo, a resolução de problemas, a experimentação e a descoberta, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Além disso, brincar com objetos não estruturados permite que as crianças criem seus próprios cenários de brincadeira, usem a imaginação para transformar objetos simples em elementos de fantasia e desenvolvam habilidades de comunicação, colaboração e pensamento crítico. Portanto, ao oferecer às crianças a oportunidade de brincar com objetos não estruturados, estamos proporcionando um ambiente rico em possibilidades de aprendizado, crescimento e desenvolvimento, onde a criatividade e a imaginação podem florescer livremente.

Em um artigo chamado “cadê as crianças” de Oliveira (2015) serve como base para a elaboração dos critérios do item “2. Envolve e protege as crianças de distrações”, a questão dos espaços públicos e a proteção das crianças. A autora discute como a ausência das crianças nas

ruas e praças pode ser interpretada como um mecanismo de proteção e isolamento, mantendo as crianças em espaços fechados, como *shoppings*, cinemas, entre outros, para garantir conforto e segurança. Além disso, menciona que a presença das crianças em espaços públicos fechados condiciona sua ausência nos espaços públicos abertos, destacando a importância de compreender essa dinâmica para repensar a relação das crianças com os diferentes tipos de ambientes.

Em paralelo com o que já foi citado na seção de “Acessibilidade” no item “6. Espaço para brincar” esse ambiente assim como a praça ou a orla visitada, precisa ter elementos desafiadores como apresentado neste item “3. Desafiador”, no documento da URBAN95 (2023a), além nos brinquedos também é abordado diversos elementos desafiadores para os públicos da primeiríssima infância, que também pode incluir a primeira infância. Como a presença de balanços baixos presos ao chão, pneus ou suporte com cerca de 40cm de altura, caminhos e trilhas sinuosas, amarelinha, paredes de escalada, redes ou obstáculos para se equilibrar, Balanços simples, escorregadores e brinquedos em que a criança não precisa se esforçar muito para usá-los. Assim, “para que alcancem o desenvolvimento pleno em suas potencialidades, bebês e crianças pequenas precisam de ambientes desafiadores, instigantes e interativos para crescer.” (URBAN95, 2021j, *online*).

O item “4. Comprometimento com a cultura” são citadas no Guia do mês da primeira infância. “O acesso à produção cultural é um direito previsto no Marco Legal da Primeira Infância e seus benefícios vão desde o desenvolvimento da capacidade crítica até a expressividade afetiva” (URBAN95, 2022, *online*). Dentre as sugestões de atividades culturais estão apresentações artísticas como teatro de fantoches, teatro para bebês, música regional, dança, arte circense e contação de histórias; mediação de leitura; exibição de filmes infantis ao ar livre; brincadeiras tradicionais para crianças. Para a organização dessas atividades, algumas dicas incluem: (i) estabelecer parcerias com centros de educação infantil ou centros de atividades, integrando as atividades à programação dessas instituições”; e (ii) considerar a colaboração com companhias de teatro, grupos culturais, podendo convidá-los para apresentações em sua cidade (URBAN95, 2022).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Neste capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa e discutimos suas implicações para o planejamento urbano para a primeira infância. Analisamos os dados coletados sobre as condições de vida das crianças e suas famílias, bem como a adequação dos espaços públicos e equipamentos comunitários. Este capítulo culminou em uma discussão sobre as possíveis

direções futuras para o planejamento urbano na região.

#### **4.1 Índice de necessidade de planejamento urbano para os BCCs dados secundários**

Primeiramente, foram identificados os dados que foram analisados, conforme apresentados na Tabela 9 a seguir.

Tabela 9 - Resultados da coleta de dados secundários (continua)

Mun_Cod	Município	índ. <i>PIB</i>	índ. <i>IDH</i>	índ. <i>mort_inf</i>	índ. <i>diar</i>	índ. <i>gasto_saú</i>	índ. <i>imun_(t/p/h)</i>	índ. <i>cob_vac</i>	índ. <i>peso_baix</i>	índ. <i>peso_elev</i>
1701002	Ananás	3,01	5,10	1,31	4,21	4,76	4,00	5,26	3,57	4,42
1701051	Angico	2,47	4,92	5,31	1,33	6,4	3,50	5,64	3,46	4,97
1701309	Aragominas	3,07	4,51	3,16	0,67	6,16	4,13	4,84	2,49	4,97
1702109	Araguaína	5,00	5,71	2,06	4,66	5,29	4,14	4,10	3,03	2,75
1702158	Araguanã	3,09	4,59	14,52	9,53	4,50	3,77	2,67	4,43	4,57
1702307	Arapoema	8,75	5,17	2,40	19,29	4,81	3,97	4,6	3,68	4,45
1703008	Babaçulândia	2,64	4,88	4,79	0,22	3,61	4,05	4,85	11,24	4,79
1703073	Barra do Ouro	4,31	4,58	3,20	1,55	4,00	4,44	4,50	3,78	2,52
1703842	Campos Lindos	17,00	4,13	4,08	0,89	4,00	5,97	6,35	5,08	1,82
1703883	Carmolândia	4,68	4,86	5,01	3,55	7,18	3,40	3,13	5,41	5,16
1706506	Darcinópolis	6,88	4,41	4,27	1,11	4,05	2,79	4,53	6,38	2,67
1707702	Filadélfia	2,58	4,72	4,36	1,55	3,85	4,96	5,94	2,38	3,93
1709005	Goiatins	3,12	4,38	7,41	4,21	3,89	5,03	3,93	4,54	4,19
1713957	Muricilândia	3,41	4,53	7,84	2,00	6,37	6,46	3,91	3,89	7,98
1714880	Nova Olinda	4,74	4,79	5,36	1,33	4,27	4,29	6,01	4,76	7,31
1716307	Pau d'Arco	3,32	5,02	4,36	11,97	4,78	5,79	4,40	8,22	3,9
1717206	Piraquê	5,26	4,72	10,46	2,22	6,04	6,80	5,98	6,05	5,42
1718550	Riachinho	2,58	4,35	3,27	6,87	4,31	7,37	5,80	4,22	9,02
1718865	Santa Fé do Araguaia	4,07	4,68	1,80	0,67	4,81	5,22	5,24	3,78	4,94
1722081	Wanderlândia	2,77	4,85	3,63	2,00	3,26	5,28	4,25	4,65	6,16
1722107	Xambioá	7,28	5,10	1,40	20,18	3,65	4,65	4,09	4,97	4,05

Tabela 9 - Resultados da coleta de dados secundários (continua)

Mun_Cod	Município	índ. <sub>INC</sub>	índ. <sub>perc_atend_crec</sub>	índ. <sub>perc_atend_pré_esc</sub>	índ. <sub>núm_mat_crec</sub>	índ. <sub>núm_mat_pré_esc</sub>	índ. <sub>fam_sem_água</sub>
1701002	Ananás	5,79	4,73	5,55	2,4	3,32	2,11
1701051	Angico	3,44	7,42	3,76	1,06	0,78	3
1701309	Aragominas	1,96	3,57	5,71	0,67	1,64	11,57
1702109	Araguaína	6,10	9,60	6,14	66,82	57,58	0,64
1702158	Araguanã	4,85	4,12	4,07	1,49	1,59	2,3
1702307	Arapoema	5,94	3,98	5,31	1,51	1,79	1,18
1703008	Babaçulândia	3,82	4,77	4,86	1,74	2,13	5,47
1703073	Barra do Ouro	5,33	3,25	4,07	0,7	1,84	6,77
1703842	Campos Lindos	5,16	5,02	3,87	0,93	3,21	7,89
1703883	Carmolândia	5,21	8,93	4,09	1,3	0,75	2,42
1706506	Darcinópolis	5,17	2,73	4,03	1,22	1,95	4,89
1707702	Filadélfia	5,86	2,99	3,77	1,06	1,84	3,99
1709005	Goiatins	4,31	2,96	3,72	4,32	6,18	7,23
1713957	Muricilândia	4,46	5,36	4,28	0,97	1,05	6,14
1714880	Nova Olinda	5,88	7,05	5,79	2,97	3,13	3,37
1716307	Pau d'Arco	5,51	6,37	4,77	1,54	1,49	3,4
1717206	Piraquê	2,34	7,19	8,92	0,66	0,67	9,44
1718550	Riachinho	2,94	5,02	4,29	0,69	1,15	8,89
1718865	Santa Fé do Araguaia	5,98	4,67	2,74	2,44	1,95	2,08
1722081	Wanderlândia	3,72	3,30	4,78	1,54	2,43	3,34
1722107	Xambioá	6,22	7,02	5,48	3,99	3,54	3,87

**Tabela 9** - Resultados da coleta de dados secundários (conclusão)

<b>Mun_Cod</b>	<b>Município</b>	<i>índ.fam_com_col_lixo</i>	<i>índ.fam_com_esgoto</i>	<i>índ.arbor</i>	<i>índ.NPU2</i>
<b>1701002</b>	<b>Ananás</b>	4,82	8,97	4,02	34,53
<b>1701051</b>	<b>Angico</b>	5,33	0,41	5,11	25,29
<b>1701309</b>	<b>Aragominas</b>	4,93	3,68	4,17	22,25
<b>1702109</b>	<b>Araguaína</b>	5,35	4,61	5,75	160,85
<b>1702158</b>	<b>Araguanã</b>	5,35	11,45	6,61	13,10
<b>1702307</b>	<b>Arapoema</b>	4,00	3,68	2,57	13,20
<b>1703008</b>	<b>Babaçulândia</b>	5,35	6,16	6,60	21,31
<b>1703073</b>	<b>Barra do Ouro</b>	5,35	3,86	1,93	19,68
<b>1703842</b>	<b>Campos Lindos</b>	4,38	2,69	0,87	33,50
<b>1703883</b>	<b>Carmolândia</b>	3,4	14,72	4,52	34,21
<b>1706506</b>	<b>Darcinópolis</b>	4,98	13,32	3,45	29,85
<b>1707702</b>	<b>Filadélfia</b>	5,35	2,34	3,11	20,44
<b>1709005</b>	<b>Goiatins</b>	5,35	2,37	5,80	19,15
<b>1713957</b>	<b>Muricilândia</b>	5,35	4,85	1,01	15,24
<b>1714880</b>	<b>Nova Olinda</b>	5,35	2,13	7,25	29,76
<b>1716307</b>	<b>Pau d'Arco</b>	5,22	3,91	6,45	15,70
<b>1717206</b>	<b>Piraquê</b>	5,35	0,15	5,59	21,40
<b>1718550</b>	<b>Riachinho</b>	5,34	0,61	7,33	13,62
<b>1718865</b>	<b>Santa Fé do Araguaia</b>	5,35	7,91	3,48	33,31
<b>1722081</b>	<b>Wanderlândia</b>	4,10	0,18	7,36	20,59
<b>1722107</b>	<b>Xambioá</b>	4,93	2,02	7,00	18,06

Fonte: elaboração da autora (2025).

Esta primeira parte compreende uma análise de alguns municípios da RIIA com base nos índices dos dados secundários identificados, tais como: população, o IDH-M e o PIB *per capita*. Esses dados são parte do primeiro objetivo específico, que consiste na análise dos índices de desenvolvimento nas áreas da população e economia, com ênfase na primeira infância.

A primeira opção teórica do desenvolvimento desigual, proposta por Leon Trotsky, foi abordada de forma quali-quantitativa que sistematizou informações municipais. (i) Inicialmente em ordem alfabética para as cidades pequenas, foram expostos o índice de população geral e infantil em relação ao total da RIIA, bem como a posição ocupada no Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), deixando os resultados para a cidade média por último, e logo a seguir foi discutido as possíveis relações "desiguais" que refere-se à diferença no ritmo do desenvolvimento entre os municípios da RIIA. (ii) Após a coleta de dados de fontes governamentais e da sociedade civil, identificou-se quais dos 20 municípios pequenos possuem os menores índices em cada categoria, abrangendo saúde, educação, saneamento básico e meio ambiente. (iii) E por fim, foi analisado o planejamento urbano para a primeira infância na cidade média da RIIA.

#### 4.1.1 Índice de população geral e infantil, e hierarquia do IDH-M e PIB *percapita* em relação ao total da RIIA

Neste momento, foram expostas informações populacionais sobre os municípios da região. Além disso, foram fornecidas as posições hierárquicas do PIB *per capita* e do IDH-M. Esses dados foram já ilustrados nos Mapas 3, 5 e 6, fornecendo uma visão abrangente da distribuição da população, suas condições de riqueza e bem estar, que agora estão sintetizados na Tabela 10.

**Tabela 10 - Porcentagem populacionais e posições ocupadas com o PIB e IDH-M da RIIA**

<b>Cidades pequenas</b>				
Município	Porcentagem população geral	Porcentagem população na PI	Posição que ocupa o PIB	Posição que ocupa o IDH-M
Ananás	3,43%	3,32%	16 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>
Angico	0,96%	0,87%	21 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>
Aragominas	1,76%	1,48%	15 <sup>a</sup>	17 <sup>a</sup>
Araguanã	1,43%	1,52%	14 <sup>a</sup>	14 <sup>a</sup>
Arapoema	1,84%	1,66%	2 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>
Babaçulândia	2,62%	2,20%	18 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>
Barra do Ouro	1,49%	1,68%	9 <sup>a</sup>	15 <sup>a</sup>
Campos Lindos	2,87%	3,64%	1 <sup>a</sup>	21 <sup>a</sup>
Carmolândia	0,73%	0,75%	8 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>
Darcinópolis	1,94%	2,03%	4 <sup>a</sup>	18 <sup>a</sup>
Filadélfia	2,56%	2,41%	19 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>
Goiatins	4,13%	5,24%	13 <sup>a</sup>	19 <sup>a</sup>
Muricilândia	1,12%	1,12%	11 <sup>a</sup>	16 <sup>a</sup>
Nova Olinda	3,44%	3,14%	7 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>
Pau D'arco	1,34%	1,41%	12 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>
Piraquê	0,76%	0,73%	5 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>
Riachinho	1,32%	1,26%	20 <sup>a</sup>	20 <sup>a</sup>
Santa Fé do Araguaia	2,4%	2,6%	10 <sup>a</sup>	13 <sup>a</sup>
Wanderlândia	3,49%	3,53%	17 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>
Xambioá	3,49%	3,53%	3 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>
<b>Cidade média</b>				
Araguaína	56,89%	55,77%	6 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>

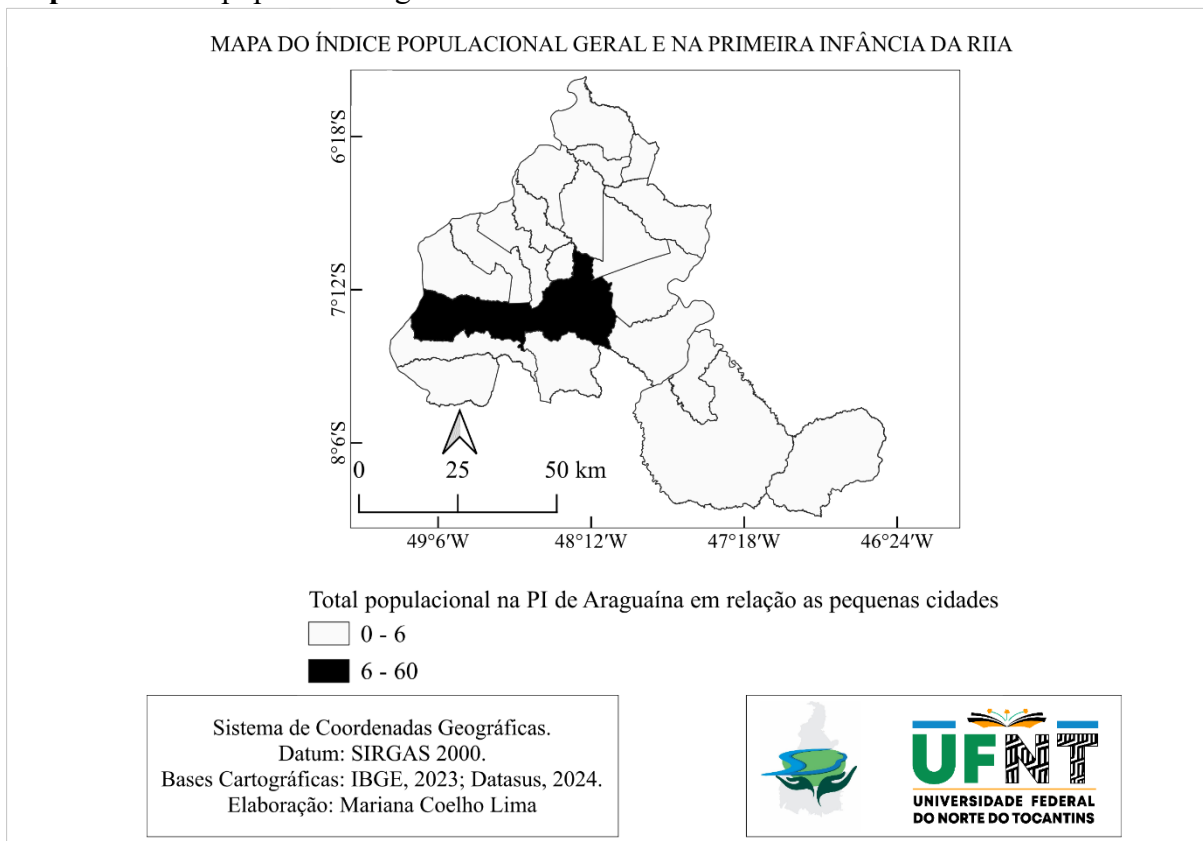
Fonte: elaboração da autora (2025).

Dado a complexidade da teoria e do número total de 21 municípios a serem analisados, optou-se por destacar apenas os municípios com os índices dos dados secundários mais relevantes para a elaboração da discussão dos resultados. Assim, foram estabelecidas relações entre as variáveis distintas: população, IDH-M e PIB *per capita*. Primeiramente, comparou-se a população total e a população na primeira infância entre as cidades pequenas e a cidade média correlacionando os termos de “Regiões geográficas imediatas” com “Desenvolvimento desigual”. (i) Dando início para abordar o foco no crescimento populacional de Araguaína e o decréscimo populacional de Babaçulândia. (ii) Em seguida, observou-se um contraste entre o PIB *per capita* e o IDH-M de três municípios, Campos Lindos, Darcinópolis e Angico, em conjunto com dados populacionais que também foram relevantes para a análise. (iii) Por fim, foi analisada a relação entre o IDH-M e o PIB *per capita*, considerando a semelhança na ordem hierárquica em que esses indicadores se apresentam nos municípios de Arapoema, Xambioá e Riachinho.

Conforme o Mapa 7, a população total dos 20 municípios pequenos da RIIA representa 43,11%, sendo inferior ao quantitativo de um único município, a cidade média de Araguaína, que corresponde a 56,89%. Em relação à população na primeira infância, os 20 municípios

pequenos somam 44,23% da RIIA, enquanto Araguaína representa 55,77% do total. Por outro lado, ao analisar os dados populacionais de cada município pequeno individualmente, nota-se que eles correspondem a menos de 6% da população da região em estudo.

**Mapa 7 - Índice populacional geral e na PI**



Fonte: elaboração da autora (2025).

A teoria de desenvolvimento desigual de Trotsky não aborda diretamente o crescimento populacional, mas concentra-se nas disparidades econômicas, sociais e políticas entre diferentes regiões. No entanto, em alguns contextos, essa desigualdade de desenvolvimento pode influenciar indiretamente o crescimento populacional, por exemplo, por meio da migração de pessoas em busca de melhores oportunidades em municípios mais desenvolvidos.

Ao analisar a relação entre crescimento e decrescimento populacional à luz da definição das "Regiões geográficas imediatas", observa-se que a disparidade na distribuição populacional entre os municípios de cidades pequenas e de médio porte é evidente. O fato de Araguaína apresentar uma população na primeira infância e geral maior do que o total dos demais municípios juntos sugere uma concentração de serviços essenciais de saúde, educação, saneamento básico e meio ambiente, que atraem famílias de sua região de influência imediata para Araguaína (IBGE, 2017).

A seguir, foi abordado o município que mais cresceu em contraste com aquele que teve o maior decréscimo populacional, compreendendo brevemente seus motivos e como isso pode influenciar o planejamento urbano para a primeira infância.

#### *4.1.1.1 Crescimento populacional de Araguaína e o decréscimo populacional de Babaçulândia*

O decréscimo populacional pode ser um reflexo das disparidades regionais existentes no Brasil, onde algumas áreas enfrentam declínio populacional enquanto outras crescem (Santos, 2023).

Babaçulândia (Mapa 4), apresenta um cenário de crescimento baixo e decréscimo significativo, respectivamente, com um crescimento de apenas 1% de 2000 a 2010 e um decréscimo de aproximadamente -25% de 2010 a 2022. Esse decréscimo pode ser associado à migração, sendo diretamente influenciado pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito-Maranhão (UHE-Estreito), que afetou a dinâmica populacional da área. Para explicar o crescimento populacional negativo e a sua relação com o planejamento urbano é importante fazer uma breve menção a alguns estudos, dentre eles o de Amorin e Jesus (2006), que analisa a implantação da UHE – Estreito, localizada no rio Tocantins que terá impacto direto em 11 municípios com aproximadamente 200.000 habitantes. Especificamente em Palmatuba, localidade de Babaçulândia, a instalação da usina afetará o ecossistema e a comunidade local. A chegada da usina acarretará no fechamento da vila e das atividades econômicas locais, resultando no reassentamento das famílias e em mudanças nas condições de vida da população. No entanto, a população reassentada enfrentará desafios no planejamento urbano como a falta de saneamento básico (Sieber; Junior, 2016; Nogueira, 2019).

Dessa forma, a diminuição da população em Babaçulândia pode ser explicada pela migração forçada decorrente da construção da UHE - Estreito e da desapropriação de famílias em Babaçulândia e assentamentos vizinhos. A barragem resultou na realocação da comunidade local para outras regiões, como Araguaína e outros locais de reassentamento (Santos Estêvão, Mirindiba, Bela Vista e Baixão). Essa realocação ocorreu devido às condições de vida na área afetada pela usina, incentivando as famílias a buscar novas oportunidades em diferentes lugares (Carvalho; Sieben, 2019).

A presença desse vasto contingente de assentamentos inseridos de forma ambígua na cidade é uma das mais poderosas engrenagens da máquina de exclusão territorial que bloqueia o acesso dos mais pobres às oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano que as cidades oferecem. Essa situação de exclusão é muito mais do que a expressão das desigualdades sociais e de renda: ela é agente de reprodução dessa

desigualdade. Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infra-estrutura, e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura e lazer. (Rolnik, p. 200, 2006)

O trecho de Raquel Rolnik sobre a exclusão territorial causada pelos assentamentos precários pode ser correlacionado com um artigo sobre as famílias reassentadas em Babaçulândia devido à construção do reservatório da UHE - Estreito.

A presença de assentamentos precários na cidade, bloqueia o acesso dos mais pobres às oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano. No caso das famílias reassentadas em Babaçulândia, a falta de água, transporte, estradas adequadas e assistência técnica impacta diretamente a produção de alimentos e a qualidade de vida dessas famílias, limitando suas oportunidades de subsistência e desenvolvimento. Ela também menciona que a exclusão territorial não é apenas uma expressão das desigualdades sociais, mas também um agente de reprodução dessas desigualdades. Da mesma forma, as dificuldades enfrentadas pelas famílias reassentadas em Babaçulândia, como a falta de água, contribuem para a manutenção de condições precárias e acentuam as disparidades sociais existentes (Rolnik, 2006; ConexãoTO, 2012).

Como abordado, a falta de equidade no acesso a melhores condições de vida entre os municípios da RIIA reflete a essência da teoria do desenvolvimento desigual de Trotsky, onde o progresso econômico e social não é compartilhado de maneira equitativa, resultando em desigualdades. Assim, o planejamento urbano para a primeira infância em áreas com decréscimo populacional, como Babaçulândia, deve priorizar as necessidades das crianças e famílias afetadas pela migração forçada devido à construção da UHE - Estreito.

Por outro lado, Araguaína, com seu crescimento de 33% de 2000 a 2010 e aproximadamente 13% de 2010 a 2022 (Mapa 4), demonstra como municípios com maior acesso a recursos e oportunidades tendem a atrair mais pessoas. O crescimento populacional de uma região pode ser impulsionado por diversos motivos, como a disponibilidade de serviços essenciais (saúde, educação, saneamento básico e meio ambiente) sendo um deles. Araguaína, apresentada previamente o índice de Necessidade de Planejamento Urbano para os Bebês, Crianças nos primeiros anos de vida e Cuidadores dos dados primários (NPU2) superior a 100% (Tabela 9). Isso torna a região atraente para os habitantes de municípios próximos, levando as pessoas a se deslocarem em busca de acesso aos serviços que não estão disponíveis em suas localidades de origem. Esse movimento migratório é comum em áreas urbanas em crescimento exercendo assim uma influência sobre os municípios vizinhos, como é o caso de Araguaína.

Maricato (2000) destaca que, a partir dos anos 80, houve mudanças no padrão de

urbanização brasileira. Embora as metrópoles continuem crescendo mais do que o país, o ritmo desse crescimento diminuiu. Por outro lado, as cidades de porte médio, com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, passaram a crescer a taxas maiores do que as metrópoles nas décadas de 80 e 90, com um crescimento de 4,8% contra 1,3%. Essa mudança no padrão de crescimento urbano sugere uma dinâmica diferente nas médias cidades do norte do Brasil, que podem estar experimentando um crescimento mais acelerado em comparação com as metrópoles.

Com isso, a autora aponta que o planejamento urbano nas cidades médias da região norte do Brasil enfrenta desafios devido ao crescimento populacional acelerado. Um exemplo é o município de Araguaína, que, mesmo com seu NPU2 elevado, ainda enfrenta dificuldades em suprir as necessidades dos 20 municípios pequenos de sua região geográfica de influência, além da população local.

Esse crescimento populacional impacta diretamente a oferta e a qualidade dos serviços essenciais para os BCCs, como saúde, educação, saneamento básico e meio ambiente. Com o aumento da população, a demanda por esses serviços também cresce, podendo sobrecarregar a infraestrutura existente e resultar em dificuldades de acesso e qualidade para a população. (i) Pode pressionar o sistema de saúde, levando a uma maior demanda por serviços médicos, hospitais e profissionais de saúde. Isso pode resultar em dificuldades de acesso, longas filas de espera e sobrecarga nos serviços de saúde. (ii) Pode impactar a oferta de educação, levando à necessidade de mais creches e pré-escolas, professores e recursos educacionais. O crescimento populacional também pode afetar a qualidade da educação devido à superlotação das salas de aula e à falta de infraestrutura. (iii) A demanda por serviços de saneamento básico, como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, também aumenta. A falta de infraestrutura de saneamento básico pode resultar em problemas de saúde pública, contaminação da água e do solo, e propagação de doenças. (iv) Pode resultar em pressão sobre os recursos naturais e no aumento da poluição. O planejamento urbano inadequado para acomodar o crescimento populacional pode levar à degradação ambiental, escassez de água, desmatamento e outros impactos negativos no meio ambiente (Maricato, 2000; Maricato 2018; Kalil e Gelpi, 2019; Rolnik, 1990).

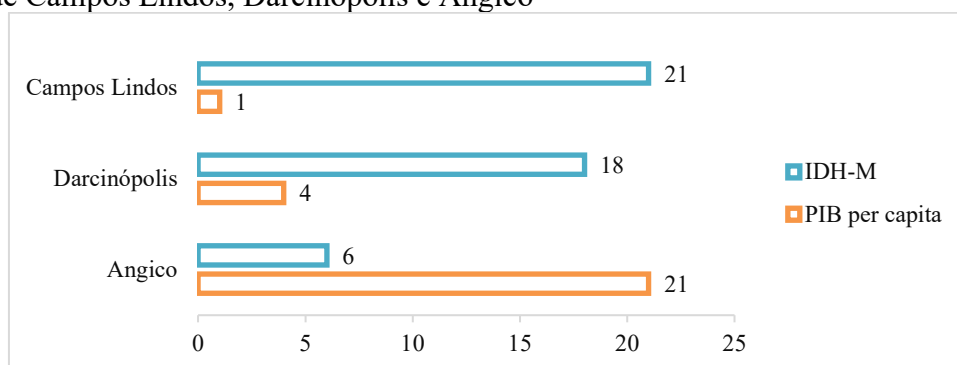
#### *4.1.1.2 Contraste entre o PIB per capita e o IDH-M de Campos Lindos, Darcinópolis e Angico e suas relações com o crescimento e decréscimo populacional*

Neste trecho, inicialmente foi explicada a relação entre o PIB *per capita* e o IDH-M dos municípios de Campos Lindos, Darcinópolis e Angico, complementada com dados sobre o

crescimento e o decréscimo populacional desses municípios selecionados.

Os dados dos municípios analisados foram sistematizados no Gráfico 1. E, essa análise revela a complexidade das relações entre indicadores econômicos e de desenvolvimento humano na região, relacionado diretamente com o termo “combinado” da teoria do desenvolvimento desigual.

**Gráfico 1** - Posição hierárquica do IDH-M e PIB per capita em nível da RIIA para os municípios de Campos Lindos, Darcinópolis e Angico



Fonte: IBGE (2020), PNUD (2024). Elaboração da autora (2025).

Assim, temos Campos Lindos, Darcinópolis e Angico, que são considerados centros locais de baixa influência em relação aos municípios vizinhos, situando-se próximos à cidade de Araguaína, no Tocantins.

Campos Lindos é o 7º município mais populoso da pequena região de Araguaína, com 8,7 mil habitantes. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 1 bilhão de reais, sendo que **72,8% do valor adicionado advém da agropecuária**, na sequência aparecem as participações dos serviços (16,7%), da administração pública (8,3%) e da indústria (2,3%). Com esta estrutura, o PIB *per capita* de Campos Lindos é de R\$ 95,7 mil, valor superior à média do estado (R\$ 32,2 mil) e da região de Araguaína (R\$ 25,6 mil) (Caravela, 2024, *online*, grifo da autora).

[...]

Darcinópolis é o 11º município mais populoso da pequena região de Araguaína, com 5,8 mil habitantes. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 241,9 milhões de reais, sendo que **56,4% do valor adicionado advém da agropecuária**, na sequência aparecem as participações da administração pública (20,9%), dos serviços (20%) e da indústria (2,7%). Com esta estrutura, o PIB *per capita* de Darcinópolis é de R\$ 38,7 mil, valor superior à média do estado (R\$ 32,2 mil), da grande região de Araguaína (R\$ 25,6 mil) e da pequena região de Araguaína (R\$ 28,2 mil) (Caravela, 2024, *online*, grifo da autora).

[...]

Angico é o 19º município mais populoso da pequena região de Araguaína, com 2,9 mil habitantes. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 48,3 milhões de reais, sendo que **61,3% do valor adicionado advém da administração pública**, na sequência aparecem as participações da agropecuária (21,8%), dos serviços (13,4%) e da indústria (3,5%) (Caravela, 2024b, *online*, grifo da autora).

Para analisar os resultados entre esses três municípios, foram formuladas perguntas

relevantes à temática abordada, com o objetivo de sistematizar as ideias e guiar a análise desses resultados, que são complexos de compreender à luz da teoria selecionada. Os questionamentos que surgiram a partir da leitura dos dados indicam a necessidade de pesquisas comparativas aprofundadas em uma nova pesquisa futura.

É importante mencionar que ambos os municípios citados, Darcinópolis e Angico, possuem um IDH-M médio. Assim, inicialmente, foi levantado o questionamento: “Como podem os municípios vizinhos Darcinópolis e Angico apresentar contrastes nos resultados entre o PIB *per capita* e o IDH-M?”. Para responder a essa pergunta, um dos fatores que pode explicar essas diferenças é o investimento em políticas sociais. Angico priorizou a implementação de programas voltados para a educação, saúde e assistência social, isso pode ter resultado em uma melhoria na qualidade de vida da população, refletindo em uma posição mais favorável no IDH-M em comparação com a região em estudo. Por outro lado, a falta de investimentos em políticas sociais em Darcinópolis pode ter levado a uma posição de IDH-M mais baixo, mesmo que o PIB *per capita* seja relativamente alto.

A seguir, outra pergunta foi formulada “Como a concentração de riqueza em Campos Lindos e Darcinópolis afeta as condições de vida da população local?”. A concentração de riqueza em Campos Lindos e Darcinópolis, evidenciada pelo elevado PIB *per capita*, em contraste com o baixo IDH-M e médio IDH-M, respectivamente, sugere uma situação em que o desenvolvimento econômico não está necessariamente associado a melhorias nas condições de vida da população. Por outro lado, Angico, apesar de apresentar o PIB *per capita* mais baixo, mantém uma boa posição de desenvolvimento humano entre os municípios da RIIA, o que ressalta a complexidade das relações entre indicadores econômicos e de desenvolvimento humano.

Esse dado de Campos Lindos e Darcinópolis reflete a dualidade econômica e social presente. Essa dualidade é frequentemente abordada pela intelectualidade brasileira, que destaca as desigualdades estruturais e a concentração de riqueza em determinados setores econômicos, como a agropecuária, em detrimento do desenvolvimento humano e social (Demier, 2007; Prado Jr., 1996, Fernandes, 1968).

A teoria do desenvolvimento desigual auxilia na compreensão de como a concentração de riqueza em áreas específicas pode resultar em disparidades socioeconômicas. Em Campos Lindos e Darcinópolis, por exemplo, o PIB *per capita* elevado pode estar centralizado em setores específicos da economia, como a agropecuária, sem necessariamente beneficiar os BCCs de forma abrangente.

Para complementar a análise já realizada no subtópico, podem ser incorporadas uma

terceira e uma quarta pergunta, que servem para compreender a relação entre o IDH-M e o decréscimo populacional de Angico. As perguntas são: “Considerando que Angico teve um decréscimo populacional de -9,25% no período de 2010 a 2022, mesmo mantendo um dos melhores IDH-M da região, quais são os possíveis motivos que levaram a essa redução populacional?” e “Já que o IDH-M mede apenas três parâmetros - saúde, educação e renda - qual é o fator contemplado no cálculo do IDH-M que pode influenciar a migração da população para outras localidades?”.

Para abordar essas questões, o artigo de Pacífico Filho, Borges e Cançado (2020) oferece uma análise das migrações internas no Brasil, que é relevante para entender o decréscimo populacional em Angico. Os autores destacam que a migração é frequentemente impulsionada pela busca por melhores oportunidades em saúde, educação, moradia e trabalho, além da qualidade dos serviços disponíveis, relacionado a insatisfação com as condições locais, especialmente em relação à oferta de instituições de ensino superior no município analisado, o que pode levar os habitantes a buscar alternativas em regiões mais desenvolvidas, como Araguaína.

Araguaína, apresentando índices de crescimento populacional acima da média nacional nos últimos dois anos, estão sujeitos a algumas das variáveis destacadas em recentes estudos populacionais. Nesse sentido, a proximidade em relação à rodovia BR-153 (Belém-Brasília), a localização dentro ou limítrofe da região do MATOPIBA, classificada como última fronteira agrícola nacional, e as políticas públicas de expansão recente para a região Norte de educação superior gratuita são alguns dos fatores de atratividade de mão de obra (Pacífico Filho; Borges; Cançado, p. 15, 2020)

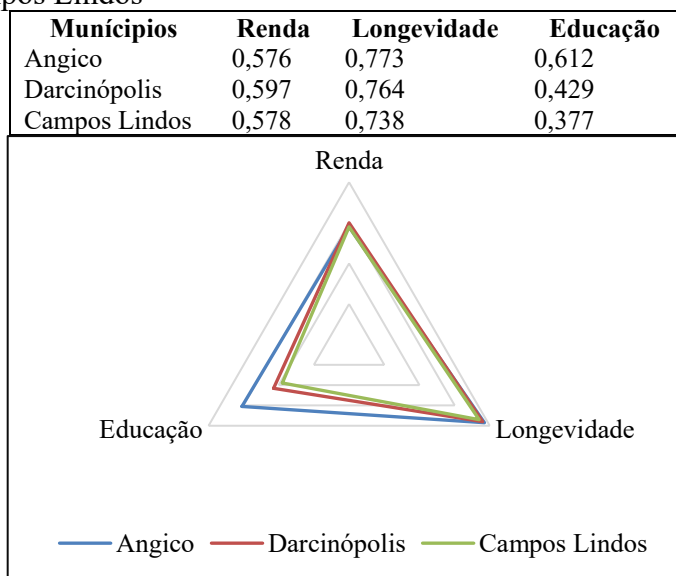
A população pode se sentir insatisfeita se não houver acesso a serviços e oportunidades adicionais, como instituições de ensino superior ou empregos qualificados (Pacífico Filho; Borges; Cançado, 2020). Essa insatisfação pode levar as pessoas a buscar melhores condições em outras localidades, onde acreditam que poderão encontrar mais oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Dessa forma, é válido citar, que a remuneração média por trabalhador no banco de dados apresentado por Data MPE Brasil (2022) para o município de Angico é de R\$2.044, o menor se comparado com os outros municípios analisados neste subtópico com a remuneração média em Campos Lindos e Darcinópolis sendo, respectivamente, R\$2.746 e R\$2.260.

Portanto, a melhoria das condições de longevidade e educação em Angico, apresentada (Gráfico 2) pode criar um efeito de "aspiração" por um padrão de vida ainda mais elevado, levando à migração em busca de oportunidades que atendam a essas novas expectativas. Essa dinâmica explica como, mesmo em contextos de desenvolvimento, a busca por melhores

qualidade de vida pode impulsionar a migração, contribuindo para o crescimento populacional negativo em locais como Angico.

**Gráfico 2** - As três dimensões do IDH-M (renda, longevidade e educação) de Angico, Darcinópolis e Campos Lindos



Esses dados estão diretamente relacionados às condições dos cuidadores, pois atender às demandas educacionais dos pais impacta diretamente o desenvolvimento de seus filhos. A qualificação dos pais é destacada como um fator que pode melhorar suas oportunidades de remuneração, o que, por sua vez, contribui para proporcionar uma vida confortável não só financeiramente, mas culturalmente, pois na universidade há acesso a conhecimentos que enriquecem a formação pessoal e social. Essa relação em cadeia entre a capacitação dos cuidadores e o bem-estar de seus filhos é um dos pontos na discussão sobre o suporte necessário para garantir um desenvolvimento infantil saudável das crianças na PI.

No mesmo intervalo de tempo, entre 2010 e 2022, Campos Lindos registrou um crescimento populacional de 6,3%, enquanto Darcinópolis apresentou um crescimento de 10,5%. Considerando esses dados, surge a quinta questão: “O capitalismo é um fator atrativo para a migração de pessoas para essas regiões em busca de oportunidades de desenvolvimento econômico?”

Para solucionar a questão é necessário abordar que em Campos Lindos, a presença de grandes empresas de agronegócio, especialmente na produção de soja (Data MPE Brasil, 2022), atraiu pessoas em busca de trabalho e melhores condições de vida. No entanto, essa situação é marcada pela expropriação ilegal de terras, que resultou na transferência de propriedades de pequenos agricultores para grandes empresas, sem a devida indenização. Esse processo

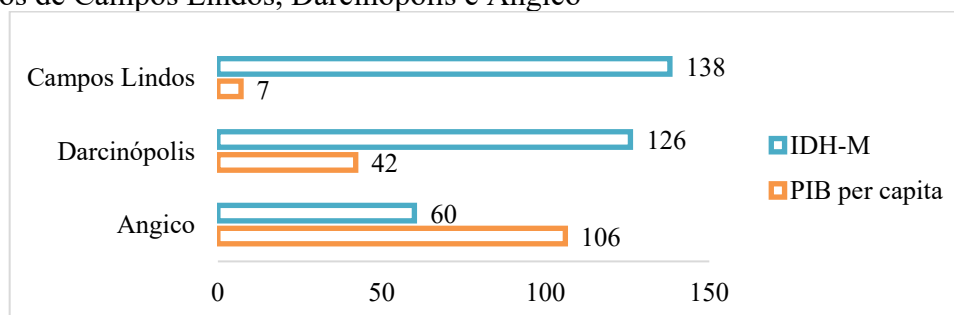
despojou as comunidades locais de seus meios de subsistência, levando à marginalização e à pobreza (Cifuentes, 2013).

A produção agrícola em enclave, que beneficia um pequeno grupo de proprietários, cria uma ilusão de prosperidade que pode atrair migrantes, mas também gera desigualdade e exclusão social. Esse modelo, caracterizado pela concentração de grandes áreas de cultivo e pelo uso intensivo de tecnologia e insumos agrícolas, opera de forma isolada da economia local, prejudicando as populações que dependem da terra. Assim, a expropriação, combinada com a produção agrícola em enclave, facilita a acumulação de capital por grandes proprietários, enquanto as comunidades locais enfrentam dificuldades como o IDH-M baixo, ocupando a pior posição na RIIA.

Não muito distante do que já foi elaborado, o crescimento populacional do município de Darcinópolis se deve “às oportunidades econômicas, com a abertura da rodovia federal Belém-Brasília e pela fertilidade das terras ao redor” (Prefeitura de Darcinópolis, 2024). O trecho destaca como a combinação de infraestrutura de transporte e recursos naturais favoráveis pode influenciar o aumento da população em um município, refletindo a interconexão entre desenvolvimento econômico e demográfico.

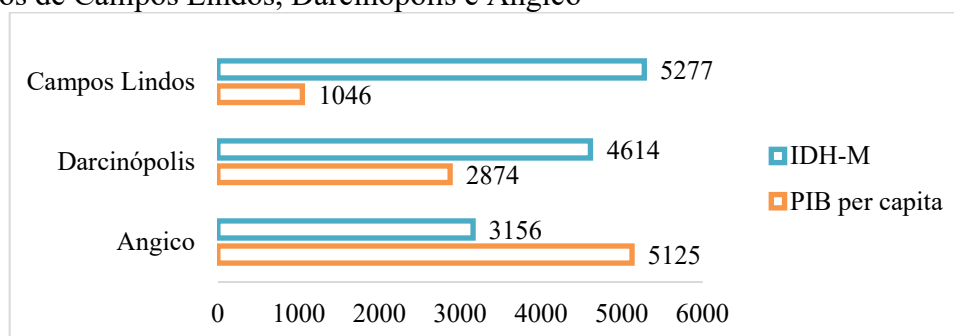
Por fim, foi fundamental apresentar um comparativo entre os níveis dos municípios analisados em relação ao estado do Tocantins e ao Brasil (Gráficos 3 e 4).

**Gráfico 3** - Posição hierárquica do IDH-M e PIB per capita em nível de Tocantins para os municípios de Campos Lindos, Darcinópolis e Angico



Fonte: IBGE (2020), PNUD (2024). Elaboração da autora (2025).

**Gráfico 4** - Posição hierárquica do IDH-M e PIB per capita em nível de Brasil para os municípios de Campos Lindos, Darcinópolis e Angico



Fonte: IBGE (2020), PNUD (2024). Elaboração da autora (2025).

A análise do desenvolvimento desigual a nível Tocantins e a nível Brasil revela características marcantes, especialmente quando se observa uma discrepância no valor do município de Campos Lindos. Com um PIB *per capita* que o coloca na 138ª posição no Tocantins e na 5.277ª posição no Brasil, Campos Lindos exemplifica a disparidade do índice de desenvolvimento humano que permeia a região. Para contextualizar, o município de Recursolândia ocupa a pior posição em Tocantins, na 139ª, enquanto Melgaço, no Pará, é considerado o município com o pior IDH-M do Brasil, na 5.565ª posição (IBGE, 2020; PNUD, 2010).

Segundo um estudo Lobão, Lima e Raiher (2019) os países em desenvolvimento, como no caso da região Norte do Brasil, a redução das desigualdades é mais eficaz do que simplesmente o crescimento econômico para promover o bem-estar da população. Isso significa que distribuir de forma mais equitativa os recursos e oportunidades é fundamental para melhorar as condições de vida de todos os cidadãos. No contexto da região Norte do Brasil, em seus estudos, é apontado que houve um ritmo de concentração maior em comparação com o restante do país. Isso sugere que a distribuição de renda e riqueza na região não melhorou significativamente em relação ao país como um todo.

Além disso, mesmo com um PIB *per capita* elevado, a renda ainda está concentrada nas mãos de uma parte da população, o que evidencia altos níveis de desigualdade econômica (Fernandes, 1968; Harvey, 2009, Santos, 2023;1980). Essa concentração de renda em uma parcela reduzida da população pode dificultar a melhoria das condições de vida da maioria, mesmo que haja um crescimento econômico geral. Portanto, a redução das desigualdades e a promoção de uma distribuição mais equitativa dos recursos são necessários para garantir um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável, onde todos os indivíduos possam se beneficiar do progresso econômico.

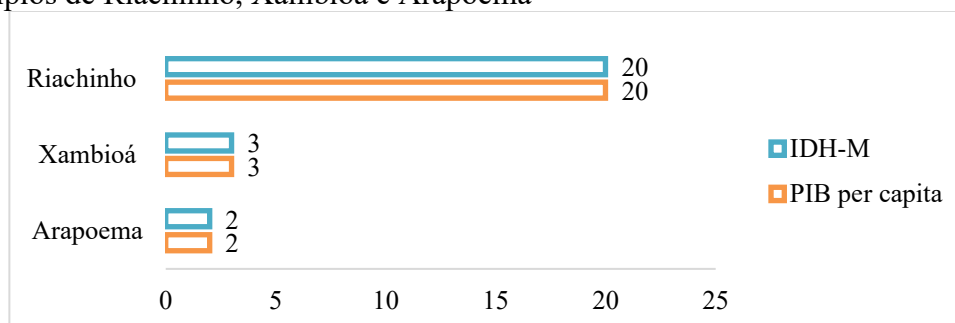
Enfim, apesar de Campos Lindos e Darcinópolis apresentarem padrões semelhantes

como grandes produtores de soja, essa atividade econômica lucrativa não se traduz em benefícios diretos para a população local. Essa situação ilustra a contradição entre crescimento econômico e desenvolvimento humano, onde a riqueza gerada por um setor específico não é redistribuída de maneira equitativa. Assim, a produção de soja, em vez de promover melhorias nas condições de vida da comunidade, perpetua a pobreza e a desigualdade, evidenciando como o desenvolvimento econômico pode ocorrer sem um correspondente avanço social.

#### 4.1.1.3 Relação de semelhança hierárquica entre IDH-M e PIB per capita em Arapoema, Xambioá e Riachinho e suas relações com o decrescimento populacional

Nesta subseção, foi analisada a relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e o Produto interno bruto por habitantes (PIB *per capita*) nos municípios de Arapoema, Xambioá e Riachinho, conforme ilustrado no Gráfico 5. Esses três municípios apresentam uma correlação entre essas duas variáveis, refletindo suas posições semelhantes no contexto socioeconômico da região.

**Gráfico 5** - Posição hierárquica do IDH-M e PIB per capita em nível da RIIA para os municípios de Riachinho, Xambioá e Arapoema



Fonte: IBGE (2020), PNUD (2024). Elaboração da autora (2025).

Arapoema se destaca em desenvolvimento humano da RIIA, ocupando a 2ª posição em PIB *per capita* e IDH-M, enquanto Xambioá ocupa a 3ª posição em ambas as métricas, indicando um desenvolvimento satisfatório. Em contraste, Riachinho apresenta uma realidade preocupante, ocupando a 20ª posição em PIB *per capita* e IDH-M, o que reflete desafios em acesso a recursos e oportunidades, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social.

Diante desse cenário, surge a questão: “Quais são as implicações da desigualdade intra-urbana na interpretação dos índices de desenvolvimento, como o IDH municipal e o PIB *per capita*, nas cidades brasileiras?” Essa análise é necessária, pois dados agregados podem ocultar disparidades entre diferentes áreas de um mesmo município.

Embora o IDH-M e o PIB *per capita* estejam na mesma faixa, Rolnik (2006) observa

que "o IDH municipal – devido à enorme desigualdade intra-urbana – quer dizer muito pouco, já que os IDHs dos diferentes 'pedaços' das cidades podem ser muito distintos" (Rolnik, p. 208, 2006). Em países em desenvolvimento como o Brasil, há uma significativa disparidade na distribuição de recursos sociais. Áreas centrais ricas concentram serviços e infraestrutura, enquanto regiões periféricas enfrentam pobreza e falta de infraestrutura adequada (Santos, 2024).

Essa dualidade urbana complica a análise do IDH-M e do PIB *per capita*, pois um município pode ter um IDH elevado devido a áreas ricas, enquanto bairros pobres apresentam indicadores baixos. Essa média pode ocultar desigualdades locais, dificultando a identificação das necessidades das famílias vulneráveis.

Rolnik (2006) destaca que, ao analisar áreas específicas, os indicadores de desenvolvimento podem variar consideravelmente. Para entender verdadeiramente as condições de vida em uma cidade, é necessário examinar os dados em um nível mais granular, como o de bairros. A desigualdade intra-urbana pode resultar de disparidades na distribuição de renda, acesso desigual a serviços básicos e infraestrutura precária. Essas disparidades influenciam diretamente os indicadores do IDH-M e PIB *per capita*.

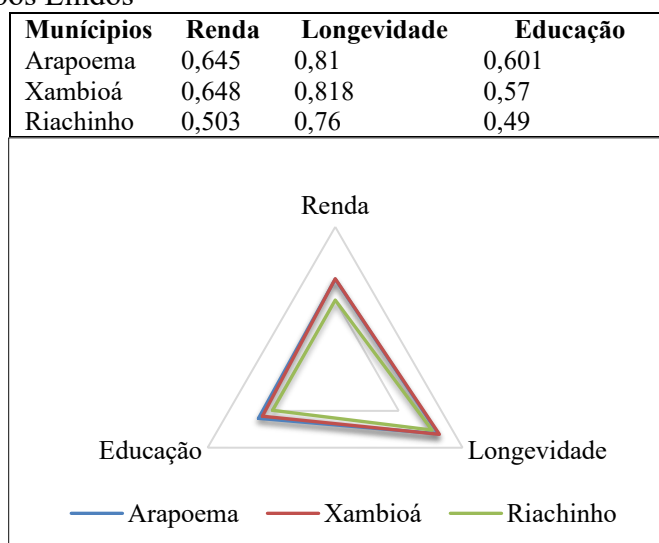
Portanto, ao considerar o IDH municipal como um indicador de desenvolvimento humano, é essencial reconhecer que a média geral pode mascarar diferenças significativas entre as áreas da cidade. Uma avaliação precisa requer uma análise detalhada das condições de vida em cada área, visando abordar as desigualdades intra-urbanas e promover um desenvolvimento mais equitativo.

Assim, a afirmação enfatiza a importância de considerar as desigualdades urbanas ao avaliar o desenvolvimento. O IDH municipal e o PIB *per capita* podem ser enganosos se não levarem em conta as variações entre diferentes áreas. Portanto, é imprescindível desagregar os dados para entender as realidades locais de forma mais precisa.

Retornando às características dos municípios mencionados, observa-se que todos apresentam um IDH-M médio e também enfrentam um processo de decréscimo populacional, com as seguintes taxas: Arapoema com -17,68%, Xambioá com -8,42% e Riachinho com -5,33% (Mapa 4).

É importante considerar que os três municípios selecionados apresentam o IDH com distinções mínimas entre eles. O Gráfico 6 ilustra essas relações, destacando que Arapoema e Xambioá apresentam maior similaridade em termos de renda, longevidade e educação. Por outro lado, Riachinho apresenta uma variação visível, embora ainda mínima, o que impede que seu IDH seja classificado como baixo.

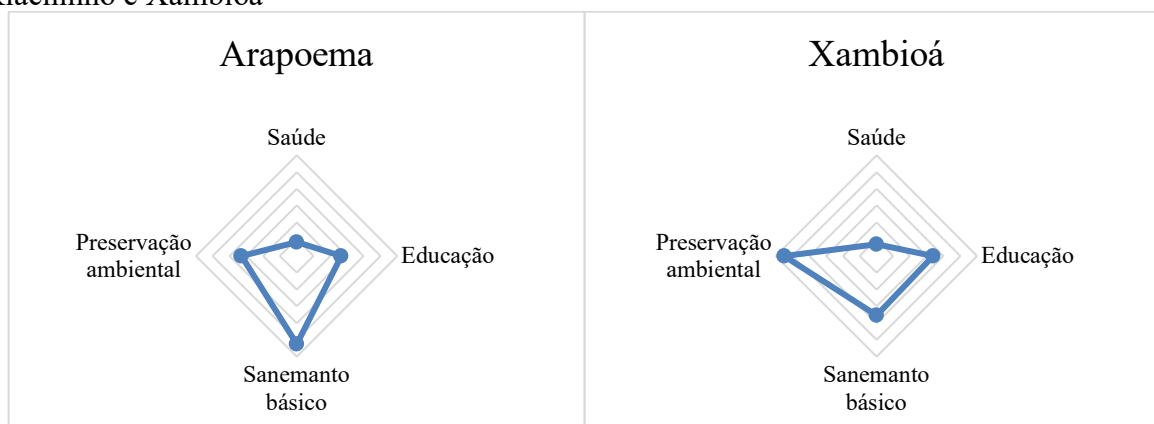
**Gráfico 6** - As três dimensões do IDH-M (renda, longevidade e educação) de Angico, Darcinópolis e Campos Lindos

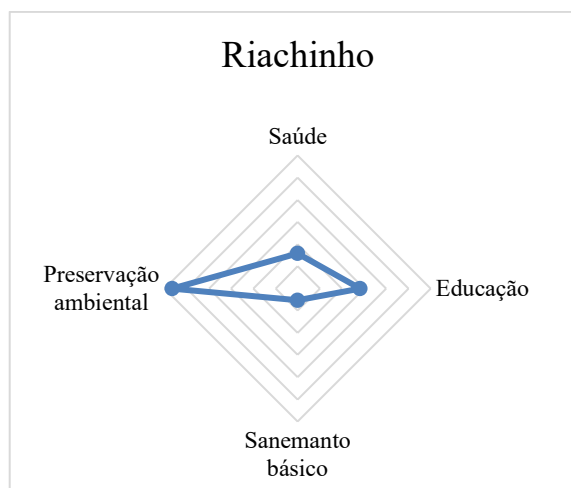


Fonte: PNUD (2024). Gráfico adaptado pela autora (2025).

Os dados indicam que, embora a qualidade de vida em saúde, educação e renda seja razoável, a distribuição de riqueza é desigual e combinada. Isso resulta em um PIB *per capita* que não é satisfatório para todos, pois não garante acesso adequado a serviços essenciais como saúde, educação, saneamento básico e preservação ambiental. Conforme observado na Tabela 9 e Gráfico 7, os resultados finais do NPU2 são de 13,20% para Arapoema, 18,06% para Xambioá e 13,62% para Riachinho, todos abaixo da média e classificados no Nível 1 (inferior) (Mapa 8). As informações resumidas com o objetivo de comparação com os outros municípios da RIIA estão apresentadas nos Apêndices 6 e 7 da dissertação.

**Gráfico 7** - Síntese da média dos resultados dos dados secundários por categorias de saúde, educação, saneamento básico e preservação ambiental para os municípios de Arapoema, Riachinho e Xambioá





Fonte: gráfico adaptado pela autora (2025).

Embora os municípios apresentem semelhanças em PIB *per capita* e IDH, cada um possui particularidades que foram abordadas a seguir.

Os dados analisados refletem a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. Nos indicadores de saúde, observam-se altas taxas de internação por diarreia. Xambioá é o pior município na Região de Influência Imediata de Araguaína, seguido por Arapoema na segunda pior posição e Riachinho na sexta pior. Essa situação resulta em uma média negativa de saúde para os três municípios. Em educação, Xambioá também enfrenta dificuldades, ocupando a terceira pior posição no ranking da RIIA devido ao alto índice de necessidade de creches. Em contraste, Riachinho se destaca, ocupando a terceira melhor posição nesse mesmo índice, indicando uma situação favorável. Em relação ao saneamento básico, Riachinho ocupa a terceira pior posição na RIIA em famílias sem acesso à água tratada em casa. Por outro lado, Arapoema se destaca, ocupando o segundo lugar nos índices de famílias com acesso à coleta de lixo e esgotamento sanitário. Por fim, Riachinho é o segundo melhor município em arborização urbana da RIIA, enquanto Xambioá ocupa a quarta posição.

A partir daqui, pode ser elaborado uma pergunta: “Quais são as implicações das disparidades nos indicadores de saúde, educação, saneamento básico e preservação ambiental entre os municípios de Xambioá, Arapoema e Riachinho, e como essas diferenças refletem a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado?”. As disparidades nos indicadores entre Xambioá, Arapoema e Riachinho impactam o desenvolvimento social e econômico da região. A alta taxa de internação por diarreia em Xambioá e Arapoema revela falhas no sistema de saúde e infraestrutura inadequada, perpetuando a pobreza e exclusão social, o que reflete a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. Como já discutido:

Os dados mostram que, se nada for feito, o ciclo de pobreza já detectado na primeira infância tende a se perpetuar nas próximas gerações. A visibilidade desses dados

catastróficos soa como alerta sobre a necessidade de se aproveitar essa etapa da vida, que se configura como janelas de oportunidades. (De Souza *et al.*, 2024, p. 47).

A carência de creches em Xambioá limita o desenvolvimento infantil. No saneamento, Riachinho se destaca pelo acesso à água tratada, ao passo que Arapoema enfrenta desafios, evidenciando que a qualidade de vida depende de serviços essenciais, não apenas de áreas verdes. Essas diferenças ressaltam a necessidade de uma abordagem integrada que considere as interconexões entre saúde, educação e infraestrutura, enfatizando a importância do planejamento urbano equitativo e sustentável.

A divulgação desses dados serve como um alerta para a sociedade e os formuladores de políticas públicas (Maricato, 2013; Maricato *et al.*, 2018), destacando a urgência de ações que melhorem as condições de vida das crianças. Investir na primeira infância é uma estratégia eficaz para romper o ciclo de pobreza e garantir um futuro para essas famílias. Ao priorizar o desenvolvimento infantil, não apenas se promove o bem-estar das crianças, mas também se estabelece uma base sólida para o crescimento social e econômico dos municípios. Portanto, é fundamental que as políticas públicas sejam direcionadas para a criação de ambientes que favoreçam, em conjunto, a saúde, a educação, o saneamento básico, a preservação ambiental, além do acesso a ambientes de socialização, assegurando que todas as crianças e suas famílias tenham acesso a oportunidades que possam transformar suas vidas.

A seguir, apresenta-se o PIB *per capita* dos três municípios.

Arapoema é o 12º município mais populoso da pequena região de Araguaína, com 5,6 mil habitantes. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 324,5 milhões de reais, sendo que **53,6% do valor adicionado advém da indústria**, na sequência aparecem as participações da agropecuária (19,2%), da administração pública (15,4%) e dos serviços (11,8%) (Caravela, 2024b, *online*, grifo da autora).

[...]

Xambioá é o 4º município mais populoso da pequena região de Araguaína, com 10,5 mil habitantes. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 471 milhões de reais, sendo que **54,3% do valor adicionado advém da indústria**, na sequência aparecem as participações da administração pública (20,2%), dos serviços (16,2%) e da agropecuária (9,3%) (Caravela, 2024b, *online*, grifo da autora).

[...]

Riachinho é o 17º município mais populoso da pequena região de Araguaína, com 4 mil habitantes. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 68,5 milhões de reais, sendo que **56,7% do valor adicionado advém da administração pública**, na sequência aparecem as participações da agropecuária (29,3%), dos serviços (11,5%) e da indústria (2,5%) (Caravela, 2024b, *online*, grifo da autora).

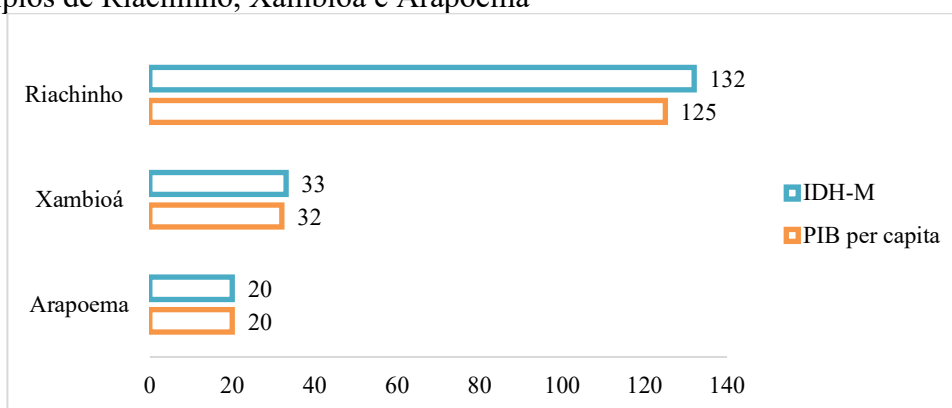
Arapoema e Xambioá apresentam uma maior participação da indústria em seus PIBs *per capita*, enquanto Riachinho depende mais da administração pública. Isso sugere que, a riqueza gerada não é distribuída de maneira equitativa, especialmente em contextos onde a riqueza está concentrada em uma pequena parte da população. Por exemplo, embora nesse

cenário, Arapoema tenha um segundo PIB *per capita* maior, isso não garante que todos os seus habitantes desfrutem de uma qualidade de vida satisfatória, como já observado em Campos Lindos no tópico “4.1.1.2”. A afirmação sobre a qualidade de vida razoavelmente aceitável pode ser verdadeira em termos gerais, mas não considera as disparidades existentes dentro do município, apresentada na Tabela 9.

Outra pergunta que pode ser elaborada para compreender esses dados é: “Como a relação entre PIB *per capita* e qualidade de vida pode influenciar a permanência da população em municípios como Xambioá e Arapoema?”. A resposta é simples: o decréscimo populacional pode indicar que, mesmo com um IDH-M médio, as condições de vida não são suficientemente atrativas para reter a população. Essa situação sugere a necessidade de uma análise profunda, em pesquisas futuras, sobre como o PIB *per capita* pode se relacionar com a qualidade de vida e a permanência da população. Por exemplo, se o PIB *per capita* é elevado, como nos casos de Xambioá e Arapoema, que ocupam a segunda e a terceira posição na Região de Influência Imediata de Araguaína, mas a população está diminuindo, isso pode indicar uma desconexão entre crescimento econômico e desenvolvimento humano, já que em Campos Lindos essa relação de PIB *per capita* e crescimento populacional é positiva.

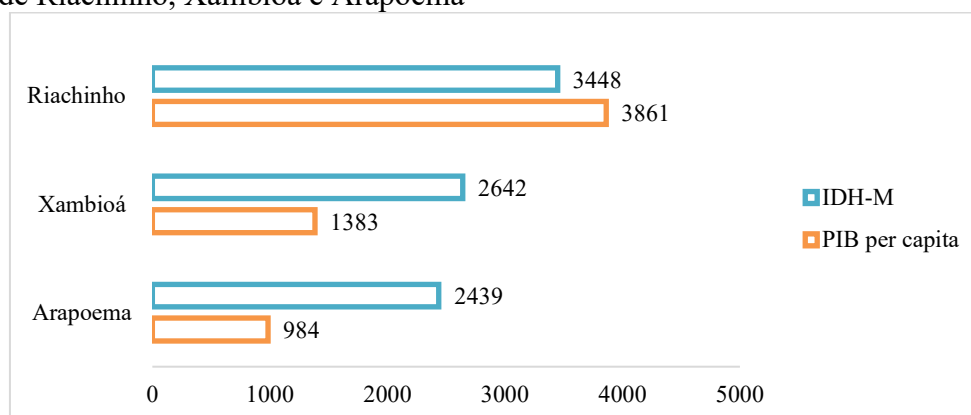
Por fim, para contextualizar os dados de IDH-M e PIB *per capita*, foram apresentados os resultados tanto a nível de Tocantins quanto a nível nacional, conforme ilustrado nos Gráficos 8 e 9.

**Gráfico 8** - Posição hierárquica do IDH-M e PIB *per capita* em nível de Tocantins para os municípios de Riachinho, Xambioá e Arapoema



Fonte: IBGE (2020), PNUD (2024). Elaboração da autora (2025).

**Gráfico 9** - Posição hierárquica do IDH-M e PIB per capita em nível de Brasil para os municípios de Riachinho, Xambioá e Arapoema



Fonte: IBGE (2020), PNUD (2024). Elaboração da autora (2025).

No Gráfico 8, os valores de PIB *per capita* e IDH-M apresentam uma semelhança entre os municípios. No Gráfico 9, observamos uma distância maior entre os valores de PIB *per capita* e IDH-M. Essa discrepância sugere que, enquanto os municípios podem ter um desempenho relativamente próximo em um contexto da Região de Influência Imediata de Araguaína e do estado do Tocantins, suas condições de desenvolvimento se tornam mais distantes quando comparadas a outros municípios em todo o Brasil.

Mesmo ao revelar que a semelhança nos valores de PIB *per capita* e IDH-M pode ser enganosa, refletindo um crescimento econômico que não se traduz em melhorias na qualidade de vida. Por exemplo, a teoria de Leon Trotsky e David Harvey sobre o desenvolvimento desigual destaca que o crescimento econômico não é um indicador absoluto de progresso social, e mesmo que essa proximidade dos indicadores ocorra, isso pode mascarar as desigualdades das famílias que moram nesses municípios.

Essa dualidade urbana, onde áreas ricas coexistem com periferias empobrecidas, é evidenciada pela análise de Rolnik (2006) e Maricato (2013), que enfatizam que médias de indicadores podem ocultar realidades locais que necessitam de atenção.

Os municípios da região podem enfrentar desafios, como a falta de investimentos em infraestrutura, educação e saúde, que limitam seu desenvolvimento. Portanto, a análise dos Gráficos 8 e 9 deve ir além de comparações superficiais entre PIB *per capita* e IDH-M.

#### 4.1.2 Condições do planejamento urbano para a primeira infância na RIIA

Antes de abordar os desafios do planejamento urbano nos quatro municípios selecionados — Araguaianã (13,10%)<sup>18</sup>, Filadélfia (20,44%), Piraquê (21,40%) e Campos Lindos

<sup>18</sup> Os dados entre parênteses representam os resultados finais dos dados secundários tratados, ou seja, o NPU2.

(33,50%) — é fundamental ressaltar que todas as cidades da Região de Influência Imediata de Araguaína (RIIA) enfrentam dificuldades. Os dados sobre a Necessidade de Planejamento Urbano para Bebês, Crianças nos Primeiros Anos de Vida e Cuidadores (NPU2), apresentados no Apêndice 8, ilustram essa realidade.

Embora municípios como Ananás (33,50%), Carmolândia (34,21%) e Campos Lindos (33,50%) apresentem índices que tentam se destacar, esses números ainda são considerados insuficientes. Dada a quantidade elevada de municípios analisados, optei por focar apenas naqueles que apresentam os piores indicadores.

Essas cidades estão inseridas na Amazônia Legal, uma região desafiadora do Brasil para a infância. Nesse contexto, as crianças enfrentam múltiplas privações que comprometem seu acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, saneamento básico, preservação ambiental dentre outros, prejudicando, assim, seu desenvolvimento integral. (UNICEF, 2024; Guimarães, 2019; Souza *et al.*, 2020; De Souza *et al.*, 2024).

As análises a seguir são necessárias para entender a disparidade no ritmo e na extensão do desenvolvimento entre os municípios da RIIA. No Mapa do Apêndice 8, observa-se que, embora o valor do NPU2 para as cidades pequenas varie entre 13% e 34%, mesmo os municípios com índices mais elevados ainda são considerados inferiores em desenvolvimento em comparação a Araguaína, uma cidade de porte médio. Portanto, é importante considerar a influência que Araguaína exerce sobre os municípios vizinhos, o que pode resultar em sobrecarga nos serviços, conforme discutido na análise do subtópico “4.1.1.1”. A partir deste ponto, foram analisados os piores desempenhos em cada categoria de saúde, educação, saneamento básico e preservação ambiental, permitindo uma compreensão das condições dos BCCs na RIIA.

#### 4.1.2.1 Saúde em Araguanã

O município de Araguanã, localizado na Região de Influência Imediata de Araguaína, destaca-se de maneira alarmante por apresentar a mais elevada taxa de mortalidade infantil da região, com um índice de 67 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos, o que equivale a 14,52% da RIIA. Esse dado o torna o pior em saúde, evidenciando a precariedade das condições de bem-estar tanto infantil quanto materno na localidade. No entanto, é necessário contextualizar a análise da mortalidade infantil em Araguanã dentro de um panorama mais amplo, que inclui a disponibilidade e a confiabilidade dos dados de saúde nos municípios vizinhos.

Ao examinar os dados, notou-se que alguns municípios da região não disponibilizaram os índices de mortalidade infantil de 2022, levantando preocupações sobre a transparência das

informações. A falta de dados atualizados, como por exemplo no caso de Babaçulândia com 0 óbitos em 2022, mesmo sabendo que os registros de 2020 e 2021 foram de 38 e 22 óbitos a cada mil nascidos vivos, pode ser interpretada como uma tentativa de ocultar a realidade da saúde infantil. Essa omissão dificulta a análise precisa da situação e a formulação de políticas públicas adequadas.

A falta de dados atualizados e a transparência na divulgação das informações de saúde podem levar à subestimação dos problemas enfrentados pelos municípios da RIIA, resultando em negligência nas ações necessárias para mitigar a mortalidade infantil. A ausência de informações não apenas obscurece a gravidade da situação, mas também limita a mobilização da sociedade civil e dos gestores públicos em busca de soluções.

Ao analisar a taxa de mortalidade infantil em Araguaianã, é importante reconhecer que esse índice não é um fenômeno isolado, mas parte de um contexto abrangente. A Amazônia Legal, por exemplo, registrou em 2022 uma taxa de 15 óbitos a cada mil nascidos vivos, 3 pontos acima da média nacional, refletindo desafios persistentes como a precariedade da infraestrutura de saúde e a desigualdade socioeconômica (Amazônia Legal Além dos Dados, 2024). Ademais, o estado de Tocantins, mesmo com uma queda nos últimos 20 anos, apresenta uma taxa de mortalidade infantil de 14 mortes por mil nascidos vivos, superior à média nacional de 13,3 óbitos por mil nascidos vivos, segundo o Ministério da Saúde (2024).

Além disso, a proporção de cobertura vacinal em Araguaianã para as vacinas de BCG, Penta, Tríplice (1ª e 2ª doses) e Hepatite B é a menor da Região de Influência Imediata de Araguaianã, o que levanta preocupações sobre a saúde pública local. Essa baixa cobertura expõe as crianças a doenças preveníveis e reflete falhas na implementação de políticas de saúde, comprometendo o direito à saúde e ao bem-estar infantil. Essa situação está diretamente relacionada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, que visa garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos. Portanto, a falta de vacinação adequada em Araguaianã é um dos fatores que também impede o avanço em direção a esse objetivo, evidenciando a necessidade urgente de ações para melhorar o acesso e a aceitação das vacinas, garantindo a proteção das crianças.

Nesse contexto, o ODS 3, que visa garantir saúde e bem-estar para todos, destaca a urgência de intervenções para reduzir a mortalidade infantil e melhorar a cobertura vacinal. A situação de Araguaianã serve como um chamado à ação, evidenciando a necessidade de políticas públicas eficazes e de um compromisso coletivo para melhorar a saúde infantil na região.

#### 4.1.2.2 Educação em Filadélfia

A educação no município de Filadélfia apresenta um cenário preocupante, sendo classificada como a pior da Região de Influência Imediata de Araguaína (RIIA). Esse resultado deve ser analisado em comparação com o contexto da educação infantil no Brasil e na Amazônia Legal, onde a situação já enfrenta desafios.

A baixa taxa de escolarização e a escassez de vagas em creches e pré-escolas são problemas recorrentes que afetam o desenvolvimento das crianças. Para as crianças de 4 a 6 anos, a taxa de matrícula em pré-escolas na Amazônia Legal é de apenas 87,1%, inferior à média nacional de 92,4%. A situação é ainda mais crítica para as crianças de 0 a 3 anos em 2022, com apenas 24,1% matriculadas em creches, em comparação a 38,5% em todo o Brasil (Amazônia Legal Além dos Dados, 2024). Esses dados indicam que Filadélfia não enfrenta dificuldades isoladas, mas é parte de um padrão mais amplo de exclusão educacional que afeta a região.

Além disso, o município de Xambioá se destaca negativamente ao apresentar o maior Índice de Necessidade de Creche (INC) do estado, com um índice alarmante de 44,83%, que é apenas ligeiramente inferior à média nacional de 45,87%. Essa situação evidencia uma demanda crescente por serviços de educação infantil, refletindo a carência de infraestrutura e recursos adequados para atender à população. A elevada necessidade de creches em Xambioá indica que uma parcela significativa destas crianças ainda não têm acesso a uma educação de qualidade, o que pode comprometer seu desenvolvimento e futuro.

Em comparação com dados nacionais, o Brasil, apesar de apresentar índices um pouco superiores, enfrenta desafios semelhantes, com desigualdades regionais acentuadas. A Amazônia Legal, em particular, frequentemente apresenta índices de educação que ficam aquém das metas estabelecidas pelo ODS 4. A falta de investimento em educação infantil e a escassez de creches são problemas recorrentes que afetam diretamente o desenvolvimento das crianças e perpetuam ciclos de pobreza (De Souza *et al.*, 2024).

Portanto, a situação em Filadélfia e Xambioá não é um caso isolado, mas sim um problema que exige atenção urgente. A falta de vagas para a educação infantil na Amazônia Legal limita o acesso à educação e compromete o desenvolvimento das crianças, perpetuando desigualdades. Nesse contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4, que visa garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos, são fundamentais. É necessário implementar políticas públicas que criem creches e pré-escolas, aumentando a oferta de vagas e assegurando que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida. Isso não apenas atende às metas globais

da ONU, mas também é essencial para o desenvolvimento integral das crianças.

É importante ressaltar que, devido à não publicação dos dados de percentual de atendimento em creches nos municípios de Campos Lindos e Riachinhos no *site* Primeira Infância Primeiro, existe a possibilidade de que esses municípios podem apresentar índices educacionais ainda inferiores à média já observada que foi o de Filadélfia. Essa lacuna de informações torna considerar a realidade de Filadélfia como um exemplo das dificuldades que podem estar presentes em outros municípios da RIIA, reforçando a necessidade de uma análise cuidadosa que leve em conta as disparidades educacionais e a urgência de políticas públicas que garantam acesso à educação infantil de qualidade para todas as crianças da região.

#### 4.1.2.3 Saneamento básico em Piraquê

A análise do saneamento básico na Região de Influência Imediata de Araguaína (RIIA) revela uma realidade preocupante para os BCCs, especialmente no município de Piraquê, que apresenta a pior média de saneamento da região. Além disso, dados detalhados mostram que Aragominas também se destaca negativamente, liderando o *ranking* com o maior número de famílias sem acesso à canalização de água. Por outro lado, Piraquê enfrenta desafios, apresentando os piores índices de coleta de lixo e esgotamento sanitário. Essa situação, portanto, reflete um contexto que afeta a Amazônia Legal como um todo, evidenciando a necessidade urgente de intervenções eficazes para melhorar as condições de vida e saúde da população local.

Além disso, as áreas que carecem de investimentos em infraestrutura de saneamento básico resultam em condições de vida precárias. Essa desigualdade no acesso a serviços essenciais, como água e esgoto, impacta diretamente a saúde das populações e limita suas oportunidades de desenvolvimento. A falta de saneamento adequado em pequenos municípios da Amazônia Legal perpetua um ciclo de pobreza, forçando as famílias a viver em condições insalubres, o que aumenta a incidência de doenças e compromete o futuro das crianças.

Em 2022, cerca de 1 a cada quatro domicílios na região da Amazônia Legal contavam com acesso ao saneamento básico adequado, um índice inferior ao do restante do país. Segundo a Amazônia Legal Além dos Dados (2024), apenas 27,90% dos domicílios na Amazônia Legal tinham acesso a saneamento adequado, em contraste com a média nacional de 88,70%. Essa disparidade não apenas evidencia a precariedade das condições de vida na região, mas também ressalta a urgência de intervenções efetivas por parte do poder público.

Nesse contexto, a situação do saneamento básico na RIIA está diretamente relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 6, que visa

garantir a disponibilidade da água e do saneamento para todos. Ademais, o acesso a serviços de saneamento adequados é fundamental para a promoção da saúde pública, a redução da pobreza e a proteção do meio ambiente. Essa falta de infraestrutura de saneamento compromete a saúde das comunidades e impede o desenvolvimento econômico e social, perpetuando ciclos de desigualdade (Maricato *et al.*, 2018). Dessa forma, é imprescindível que sejam adotadas medidas eficazes para melhorar a infraestrutura de saneamento, garantindo que todas as comunidades tenham acesso a serviços básicos. Isso contribuirá diretamente para a saúde e o bem-estar da população.

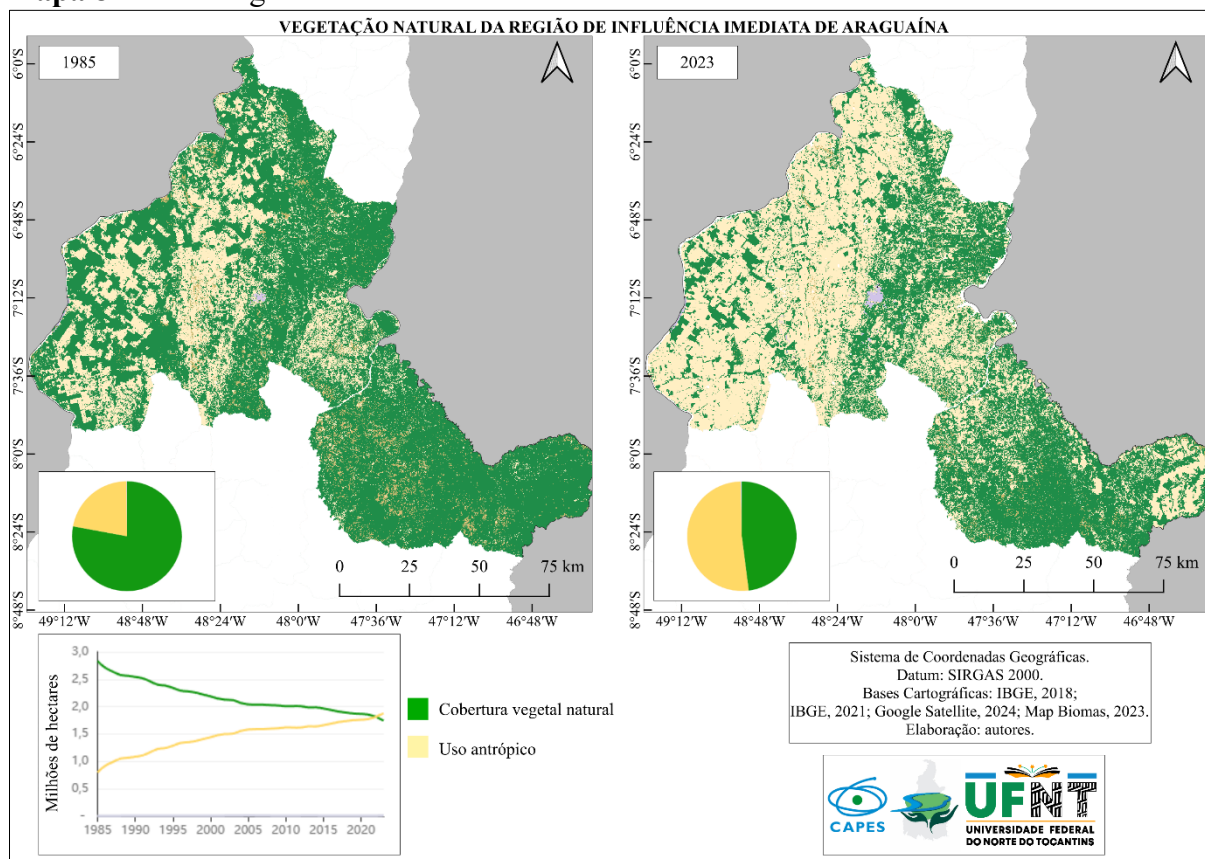
Por fim, é fundamental que as políticas públicas abordem essas desigualdades, colocando o saneamento básico como um direito prioritário no planejamento urbano do município. A falta desse serviço está diretamente relacionada ao aumento de doenças, à contaminação das fontes de água e à degradação ambiental, o que afeta negativamente a qualidade de vida da população. Melhorar as condições de saneamento básico é uma questão de justiça social e saúde pública. Investir em infraestrutura de saneamento não apenas eleva a qualidade de vida, mas também reduz a incidência de doenças, criando um ambiente mais saudável. Assim, as políticas públicas devem priorizar o saneamento básico na Amazônia Legal, a região mais vulnerável do Brasil, assegurando acesso a condições dignas de vida e contribuindo para um desenvolvimento equitativo e sustentável na área.

#### 4.1.2.4 *Preservação ambiental em Campos Lindos*

O município de Campos Lindos, na Região de Influência Imediata de Araguaína (RIIA), apresenta uma taxa de arborização em via pública de apenas 11,7%, a mais baixa da região, o que pode impactar negativamente a qualidade de vida dos BCCs.

A taxa de arborização em vias públicas foi disponibilizada apenas em 2010, evidenciando a desatualização das informações no *site* do IBGE. Assim, sem dados atualizados, é difícil avaliar melhorias na quantidade de árvores ao longo do tempo. Além disso, monitorar o progresso na arborização requer a comparação de dados de diferentes períodos.

A plataforma *Map Biomas Brasil* (2024) mostra que, em 2010, a área dedicada à agropecuária em Campos Lindos era de 20,18%, aumentando para 33,25% em 2023. Portanto, essa mudança no uso do solo pode impactar negativamente a arborização urbana, uma vez que a expansão da agropecuária pode converter áreas de vegetação nativa e espaços verdes em terrenos agrícolas, conforme ilustrado no Mapa 8.

**Mapa 8 - Áreas degradadas da RIIA**

Fonte: Elaborado por Mariana Coelho Lima e Misleine Andrade Ferreira (2025).

O Mapa 8 apresenta a vegetação natural da Região de Influência Imediata de Araguaína, comparando os anos de 1985 e 2023. Os dados mostram um aumento no uso antrópico, que em 2023 ultrapassou a cobertura vegetal natural da região.

A alta concentração de uso do solo para agropecuária, que representa 74% do PIB *per capita* da cidade, indica uma forte dependência econômica de atividades prejudiciais ao meio ambiente, como a produção de soja, que frequentemente resulta em desmatamento, erosão do solo e poluição da água, comprometendo a biodiversidade e a saúde ambiental (ODS, 2024).

No Tocantins, o uso do solo para agropecuária alcançou 37,4% em 2022, significativamente superior à média da Amazônia Legal, que é de 17,90% (Amazônia Legal Além dos Dados, 2024). Essa pressão sobre os ecossistemas locais compromete a preservação ambiental.

A teoria do desenvolvimento desigual, já abordada no subtópico “4.1.1.2”, revelou que a concentração de recursos na agropecuária em Campos Lindos resulta em crescimento econômico que não se traduz em melhorias na qualidade de vida urbana. A riqueza gerada por atividades como a produção de soja pode estar concentrada nas mãos de poucos proprietários, enquanto a maioria da população enfrenta dificuldades econômicas e sociais. Essa "dualidade

social e econômica", discutida por Demier (2007), Prado Jr. (1996) e Fernandes (1968), refere-se às disparidades que surgem dessa situação, onde uma pequena parte da população se beneficia do crescimento econômico, enquanto outra permanece marginalizada.

Essa análise à concentração de riqueza em setores como a agropecuária ressalta a necessidade de políticas públicas que garantam uma distribuição justa dos benefícios do crescimento econômico e priorizem o desenvolvimento humano e social no município. A discrepância entre um PIB *per capita* elevado e a baixa taxa de arborização ilustra como o crescimento econômico pode ocorrer sem um correspondente avanço nas condições de vida.

Portanto, é essencial que o desenvolvimento econômico seja acompanhado por políticas que promovam a sustentabilidade ambiental, garantindo que os benefícios do crescimento sejam compartilhados de maneira justa para toda a população. Pois, a baixa arborização reflete um modelo de desenvolvimento que pode prejudicar a qualidade de vida urbana e a sustentabilidade. Assim, a situação de Campos Lindos deve ser alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 15, que busca “proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres”.

Enfim, para que Campos Lindos avance em direção a um desenvolvimento sustentável, é imprescindível implementar políticas que incentivem a arborização urbana e a preservação de áreas verdes. Isso contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e ajudará a cidade a alinhar suas práticas de desenvolvimento com os compromissos globais de sustentabilidade da ONU.

#### 4.1.3 O planejamento urbano para a primeira infância em Araguaína

O município de Araguaína faz fronteira com 10 municípios: Santa Fé do Araguaia (Norte), Muricilândia (Norte), Carmolândia (Norte), Piraquê (Norte), Aragominas (Norte), Pau D'Arco (Sul), Nova Olinda (Sul), Wanderlândia (Leste), Babaçulândia (Leste) e Filadélfia (Leste). Essa área gera uma alta demanda por serviços e infraestrutura. No entanto, o NPU2 de 161% não é suficiente para atender a essa necessidade, conforme observado na análise dos dados secundários. Essa discrepância entre a demanda crescente e a capacidade de atendimento ressalta a urgência de investimentos em infraestrutura e serviços para garantir que as necessidades da população sejam adequadamente atendidas.

O alto crescimento populacional em Araguaína, somado ao fluxo de visitantes, impacta a oferta e a qualidade dos serviços para a primeira infância. À medida que a população aumenta, a demanda por serviços, como saúde, educação, saneamento básico e proteção ambiental, também cresce. Essa pressão pode resultar em dificuldades para atender adequadamente as

necessidades das crianças, comprometendo a qualidade dos serviços disponíveis e, conseqüentemente, o desenvolvimento infantil. Essa situação pode impactar a formação e o bem-estar das crianças e suas famílias na região, conforme foi sintetizado nos subtópicos a seguir.

#### 4.1.3.1 *Saúde em Araguaína*

O aumento da população em Araguaína pressiona o sistema de saúde, gerando uma maior demanda por serviços médicos, hospitais e profissionais de saúde. Em regiões com desenvolvimento desigual, a demanda por serviços não é acompanhada por um aumento proporcional na oferta (Sposito e Jurado da Silva, 2013; Santos, 1980; 1979). Enquanto áreas mais ricas, como a cidade média de Araguaína, com alto IDH, conseguem expandir suas infraestruturas de saúde, as pequenas cidades da Região de Influência Imediata de Araguaína (RIIA), que possuem IDH médio a baixo, enfrentam recursos limitados. Essa disparidade acentua as dificuldades de acesso à saúde, especialmente para bebês, crianças pequenas e seus cuidadores, que são o público-alvo do estudo.

Além disso, essa desigualdade resulta em longas filas e sobrecarga nos serviços, com profissionais frequentemente incapazes de atender adequadamente a todos os pacientes. A pressão sobre o sistema não apenas reduz a quantidade de serviços disponíveis, mas também compromete a qualidade do atendimento. Profissionais que lidam com um número excessivo de pacientes podem não ter tempo suficiente para realizar diagnósticos precisos ou oferecer cuidados adequados, o que pode levar a erros médicos e diagnósticos tardios (Maricato *et al.*, 2018a; Ministério da Saúde, 2024; Moura *et al.*, 2023; Rodrigues, 2023).

Logo, essa situação compromete não apenas o cuidado com bebês e crianças pequenas, mas também a saúde de todos os cidadãos. Além disso, as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde se acentuam em áreas urbanas densamente povoadas, onde populações de baixa renda (De Souza *et al.*, 2024) enfrentam barreiras adicionais, como a falta de informações sobre como acessar os serviços. Maricato (2018b) chama isso de segregação urbana, que está diretamente relacionada à exclusão social devido às dificuldades de acesso aos serviços e infraestruturas urbanas. Isso significa que, mesmo quando os serviços estão disponíveis, as populações mais vulneráveis podem não conseguir utilizá-los, perpetuando, assim, as desigualdades existentes.

#### 4.1.3.2 *Educação em Araguaína*

O crescimento populacional em Araguaína impacta tanto a disponibilidade quanto a

qualidade da educação infantil. Além disso, a desigualdade se reflete nas oportunidades de aprendizado: bairros centrais possuem instituições bem equipadas, enquanto áreas mais pobres enfrentam creches e pré-escolas precárias, com educadores desmotivados e sem suporte adequado. Como destacado no portal Primeira Infância Primeiro (2024, *online*), "uma escola sem qualidade compromete o desenvolvimento das crianças". Portanto, para que as crianças se beneficiem da educação infantil, é essencial que as escolas tenham instalações adequadas, profissionais capacitados e materiais apropriados. Ademais, a qualidade da educação está diretamente relacionada ao desempenho escolar; crianças em instituições de qualidade têm até três vezes mais chances de aprender, reduzindo a evasão e aumentando as taxas de conclusão.

Como resultado, essa disparidade na qualidade das creches e pré-escolas perpetua ciclos de exclusão social, limitando as oportunidades para crianças de famílias mais pobres, conforme observado por Heckman (2012; 2017). Além disso, Cruz (2022) e a Fundação Bernard Van Leer (2023b) enfatizam que as instituições de ensino são fundamentais para a socialização, proporcionando um ambiente onde as crianças desenvolvem habilidades sociais, como comunicação e empatia. A falta dessas experiências pode expor as crianças a vulnerabilidades, como fome, violência e pobreza, comprometendo seu desenvolvimento.

Somando a isso, as unidades de educação infantil desempenham o papel de proteção das crianças, oferecendo um espaço seguro e combatendo a insegurança alimentar. Essa função é vital, pois a nutrição adequada é necessária para o desenvolvimento físico e cognitivo. Assim, creches e pré-escolas se tornam um apoio para famílias em situação de vulnerabilidade (Primeira Infância Primeiro, 2024). Dessa forma, investir em uma educação infantil de qualidade beneficia não apenas as crianças, mas também a sociedade como um todo, contribuindo para a quebra de ciclos de pobreza e desigualdade.

#### 4.1.3.3 *Saneamento básico em Araguaína*

Com o crescimento populacional em Araguaína, a demanda por serviços de saneamento, como abastecimento de água, coleta de lixo e tratamento de esgoto, aumenta. A falta de acesso universal ao saneamento básico afeta diretamente a saúde pública, especialmente nos primeiros anos de vida das crianças, expondo-as a infecções, gastroenterites, desidratação, doenças respiratórias, verminoses e hepatite A, o que compromete seu desenvolvimento cognitivo e emocional (Almeida, 2016; Lins, 2023). Essas condições de saúde precárias podem resultar, por exemplo, em um aumento no número de internações hospitalares e, em casos mais graves, em óbitos, frequentemente associados à desidratação causada por diarreias. Essa situação é especialmente comum em crianças, muitas vezes decorrente do consumo de água imprópria e

de higiene insuficiente, resultando em saneamento inadequado.

A título de curiosidade, segundo o Infosanbas (2022), apenas 25,35% do município de Araguaína conta com uma rede coletora de esgoto, que se estende por aproximadamente 183 km. Em 2016, essa rede abrangeu áreas como Alaska (Parcial), Anhanguera (Parcial), Araguaína Sul (Parcial), Bairro São João (Parcial), Jardim América (Parcial), Jardim das Palmeiras, Jardim Siena, Jorge Yunes, Martins Jorge (Parcial), Imaculada Conceição, Rodoviário (Parcial), Senador, Topázio, Vila Aliança (Parcial), Vila Couto (Parcial), Vila Norte (Parcial), Vila Azul (Parcial) e Lago Azul III. Dessa forma, segundo Harvey (2014), essa situação em Araguaína indica uma violação do direito à cidade, especialmente para as populações em áreas não atendidas. Além disso, o acesso a serviços como o saneamento é imprescindível para a dignidade humana e a qualidade de vida.

Assim, o saneamento básico é um direito fundamental, e sua falta resulta em “privações múltiplas”. Segundo o UNICEF (2022), os direitos humanos são interdependentes e indivisíveis, o que significa que a violação de um direito pode comprometer o acesso a outros. Em 2018, lembrando o que já foi mencionado, constatou-se que seis em cada dez crianças enfrentavam privações em áreas essenciais, sendo o saneamento a principal delas. Essa realidade evidencia que a falta de acesso a condições básicas impede o desenvolvimento saudável das crianças, comprometendo seu bem-estar e futuro. Portanto, assegurar o acesso ao saneamento é fundamental para promover um ambiente favorável ao crescimento infantil.

#### *4.1.3.4 Preservação ambiental em Araguaína*

O crescimento populacional em Araguaína traz desafios que vão além da simples expansão demográfica, exigindo uma análise cuidadosa da relação entre o aumento da população e a preservação ambiental. Primeiramente, com o aumento da população, há uma demanda crescente por serviços essenciais, como abastecimento de água, saneamento básico, habitação e infraestrutura, que podem comprometer os recursos naturais e a qualidade de vida dos habitantes (Kalil e Gelpi, 2019; Rolnik, 1990). Além disso, Maricato (2013) ressalta que o desenvolvimento urbano desordenado resulta na ocupação de áreas ambientalmente frágeis, como margens de córregos e encostas, que se tornam as únicas opções para famílias de baixa renda. Essa ocupação gera problemas como enchentes, deslizamentos, poluição dos recursos hídricos e disseminação de doenças, enquanto essas famílias frequentemente são criminalizadas e vistas como responsáveis pelos problemas ambientais.

A urbanização acelerada em Araguaína tem levado à ocupação de áreas destinadas à preservação ambiental, aumentando o volume de resíduos sólidos que, se não forem geridos

adequadamente, podem poluir os córregos e o lago da cidade. Portanto, a preservação ambiental é uma necessidade urgente para garantir a saúde e o bem-estar da população, especialmente das crianças, que são as mais vulneráveis às condições ambientais adversas (UNICEF, 2018).

Por outro lado, a preservação ambiental pode representar uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, Araguaína possui potencial para implementar políticas que integrem o crescimento populacional e a conservação ambiental, como a criação de áreas verdes, incluindo parques, praças e parquinhos urbanos. Além disso, a educação ambiental deve ser priorizada, capacitando a população a valorizar e proteger os recursos naturais.

#### **4.2 Observação não participante dos equipamentos comunitários e espaços públicos urbanos**

Antes de descrever as condições de cada espaço público urbano, é importante resumir quem participou das visitas *in loco* aos municípios e o que ocorreu durante essas atividades.

Os pesquisadores do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), do Centro de Ciências Integradas (CCI) Cimba, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) em Araguaína, realizaram visitas técnicas aos municípios listados na Tabela 4. Essa tabela apresenta a ordem sequencial, o dia da visita, a cidade e a caracterização do espaço urbano, indicando se era uma praça ou uma orla.

As visitas fazem parte do Projeto “Observatório da Região de Influência Imediata de Araguaína – TO: Cidade, Discurso e Infância”<sup>19</sup>. E, para ilustrar as atividades realizadas, duas fotografias são apresentadas na Figura 16, abaixo, documentando a interação dos pesquisadores com a comunidade local, bem como com seus representantes legislativos e executivos.

---

<sup>19</sup> O projeto foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre 2023 e 2025, por meio do Edital 16/2022 – Pós-Doutorado Estratégico.

**Figura 16** - Interação dos pesquisadores com a comunidade local e representantes legislativos e executivos de Darcinópolis e Piraquê



Fonte: adaptado de OOBRA (2025)<sup>20</sup>.

Sob a coordenação do Prof. Dr. João de Deus Leite e com a vice-coordenação da Dra. Thelma Pontes Borges, o grupo incluiu docentes permanentes como o Dr. Miguel Pacífico Filho, além de bolsistas de pós-doutorado como a Dra. Lucélia Neves e a Dra. Misleine Andrade Ferreira Peel. A participação de discentes regulares, bolsistas da CAPES, como Paula Borges e a própria autora da dissertação, Mariana Coelho Lima, que estão integrando suas pesquisas de dissertação ao Projeto, enquanto o doutorando Me. João Victor Ferreira dos Santos Silva, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, também participou como pesquisador do Projeto. As imagens documentadas na figura acima registram a visita realizada em Darcinópolis e Piraquê, evidenciando o empenho da equipe em coletar dados e informações relevantes para a pesquisa.

Durante as visitas, foi analisado um espaço público urbano, seja uma praça ou uma orla, em cada município que compõe a Região de Influência Imediata de Araguaína (RIIA). Os pesquisadores seguiram protocolos de observação previamente elaborados. Após as visitas, ocorreram reuniões com representantes dos poderes executivo e legislativo das cidades, e a

<sup>20</sup> As matérias na íntegra de todos os municípios visitados estão disponibilizados no Apêndice 9.

comunidade local com o objetivo de apresentar o Projeto e estabelecer parcerias para o acesso a dados institucionais. Os dados requeridos foram sistematizados pela equipe de pesquisadores do PPGDire e foram disponibilizados no site do Projeto: “<https://oobra.com.br/>”, permitindo a fácil disponibilização dos dados primários e secundários ao público geral, para a criação de diferentes indicadores e índices referentes aos municípios. Essa ação atende a um dos objetivos propostos no Projeto apresentado à CAPES: “Constituir um Observatório da Região de Influência Imediata de Araguaína – TO, com a disponibilização de dados por município, facilitando a construção de conhecimento e seu uso para políticas públicas”. (OOBRA, 2024, online).

Dessa forma, a seguir, são apresentados os resultados da coleta de dados primários obtidos nas visitas aos municípios da RIIA.

Tabela 11 - Resultados da coleta de dados primários (continua)

<b>Mun_Cod</b>	<b>Município</b>	<i>índ.seg_exp</i>	<i>índ.dem_rua</i>	<i>índ.seg</i>	<i>índ.ani</i>	<i>P índ.illu</i>	<i>índ.prot_sol_ch</i>	<i>índ.bio</i>	<i>índ.con_acust</i>	<i>índ.col_lix</i>	<i>índ.acesso</i>	<i>índ.mob_des</i>
1701002	Ananás											
1701051	Angico											
1701309	Aragominas											
1702109	Araguaína	3	3	5	5	5	1	3	4	5	5	3
1702158	Araguanã	1	1	3	5	5	3	1	5	3	3	5
1702307	Arapoema											
1703008	Babaçulândia	4	1	5	5	5	1	1	5	1	3	1
1703073	Barra do Ouro											
1703842	Campos Lindos											
1703883	Carmolândia											
1706506	Darcinópolis	4	1	5	5	5	5	4	5	3	4	5
1707702	Filadélfia											
1709005	Goiatins											
1713957	Muricilândia	1	1	5	1	5	3	4	5	3	1	4
1714880	Nova Olinda	5	5	5	4	4	1	4	5	3	5	3
1716307	Pau d'Arco	1	1	5	5	1	5	4	5	5	3	3
1717206	Piraquê	3	3	5	5	4	1	3	5	5	4	5
1718550	Riachinho											
1718865	Santa Fé do Araguaia	1	1	1	5	5	1	4	4	5	5	4
1722081	Wanderlândia											
1722107	Xambioá	3	1	1	5	5	4	3	3	1	1	5

Tabela 11 - Resultados da coleta de dados primários (continua)

Mun_Cod	Município	<i>índ.beb</i>	<i>índ.banh</i>	<i>índ.esp_ama_atim</i>	<i>índ.esp_brinc</i>	<i>índ.ramp</i>	<i>índ.brinc</i>	<i>índ.env_prot</i>	<i>índ.des</i>	<i>índ.comp_cult</i>	<i>índ.NPU1</i>
1701002	Ananás										
1701051	Angico										
1701309	Aragominas										
1702109	Araguaína	1	1	1	1	3	1	1	1	1	2,75
1702158	Araguanã	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2,2
1702307	Arapoema										
1703008	Babaçulândia	1	1	1	1	3	1	1	1	1	2,15
1703073	Barra do Ouro										
1703842	Campos Lindos										
1703883	Carmolândia										
1706506	Darcinópolis	1	1	1	4	4	5	5	5	1	3,65
1707702	Filadélfia										
1709005	Goiatins										
1713957	Muricilândia	1	1	1	1	4	5	5	1	1	2,65
1714880	Nova Olinda	1	1	1	4	5	5	5	3	4	3,65
1716307	Pau d'Arco	1	1	1	1	1	1	5	1	3	2,65
1717206	Piraquê	1	1	1	1	5	1	3	1	3	3
1718550	Riachinho										
1718865	Santa Fé do Araguaia	1	1	1	4	5	3	5	4	1	3,05
1722081	Wanderlândia										
1722107	Xambioá	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1,25

Fonte: elaboração da autora (2025)<sup>21</sup>

<sup>21</sup> Para melhor visualização, a síntese dos resultados do protocolo de observação referente aos municípios visitados está disponível nos Apêndices 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19.

A seguir, foi apresentada a praça ou orla visitada em cada município da Região de Influência Imediata de Araguaína, descrevendo os fatores positivos e negativos dos equipamentos comunitários e do espaço público urbano. Vale lembrar que não foi possível sistematizar os fatores positivos e negativos de forma isolada, pois estavam inter-relacionados, conforme a teoria do desenvolvimento desigual. Por isso, a descrição do espaço público foi elaborada apresentando os fatores negativos e positivos em conjunto, refletindo a complexidade e a dinâmica do ambiente. Essa abordagem permitiu uma compreensão mais completa das condições do espaço e das interações sociais que nele ocorreram.

#### 4.2.1 Pau D'arco

Assim, no dia 14 de outubro de 2023, em condições climáticas “ensolarado”, foi realizada a primeira visita *in loco* ao município de Pau D'Arco, especificamente à Praça São Domingos de Gusmão, conforme apresentado no Mapa do Apêndice 20 e no relatório fotográfico da Figura 17.

**Figura 17** - Relatório fotográfico da Praça São Domingos de Gusmão de Pau D'arco

Fonte: adaptado pela autora (2025).

Em relação ao quesito de segurança, foi observada a ausência de faixas de pedestres e sinalização de trânsito, consideradas “insuficientes”, o que pode impactar a segurança no local. Apesar do baixo fluxo de veículos, as famílias se sentem à vontade para deixar as crianças explorarem o ambiente, refletindo uma percepção de segurança. Além disso, a presença de “olhos para a rua” é notável, com residências de frentes abertas e famílias que costumam sentar na porta durante o dia. A área também conta com comércios ativos, como uma açaiteria, um restaurante e uma sorveteria, que contribuem para uma vigilância natural, promovendo um ambiente mais seguro. Quanto ao controle de animais soltos, durante a visita não foram observados animais domésticos soltos no espaço público. No entanto, a iluminação se mostrou “ineficiente”, pois havia lâmpadas obstruídas, posicionadas acima das árvores, e algumas não

estavam funcionando ou quebradas, como pode ser observado na Figura 17, em A.

Como pode ser visualizado na Figura 17 em B, o ambiente foi classificado como apresentando boa biodiversidade, com a presença de árvores como a acácia-amarela e um cajueiro, que são plantas típicas do norte do Tocantins, além de opções para arborização urbana. O espaço conta com mais de 80% de área gramada e a presença de formigas, consideradas comuns no ambiente, não foi levada em consideração, pois não se tratam de insetos que causam desconforto às famílias que frequentam o local. Trata-se de uma praça com pouco tráfego de veículos automotores, sem poluição sonora, e é um ambiente limpo. No entanto, há uma ressalva sobre o item “limpeza”, que será apresentada na categoria de “acessibilidade” adiante.

Em relação à acessibilidade, o espaço para caminhada se mostrou “suficiente”, mas os caminhos eram estreitos. Em alguns trechos ao longo da praça, o piso apresentava dilatações, o que gerava risco de tropeços e quedas, além de dificultar o uso e a manobra para pessoas com mobilidade reduzida, como aquelas que utilizam cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê. Na Figura 17 em C, é possível observar um exemplo de um dos equipamentos comunitários disponíveis: um dos assentos estava em mau estado de conservação, com uma média de quatro bancos quebrados. Vale ressaltar que os bancos em boas condições estão localizados sob a luz do sol, enquanto os que estão na sombra se encontram em péssimo estado para uso. Além disso, o espaço não contava com bebedouros, banheiros ou áreas designadas para alimentação e amamentação, uma informação comum a todos os espaços públicos urbanos visitados da RIIA. Como observado na Figura 17 em D, havia um quiosque no centro da praça que estava abandonado; anteriormente, funcionava no local, mas agora se encontra em estado de abandono, com fezes de morcego, tornando impossível o acesso devido ao mau cheiro, o que representa um risco à saúde. O abandono desse espaço se deve à proibição da venda de bebidas alcoólicas no local. Por fim, o espaço não possui um parquinho para as crianças e não há rampas de acesso à praça.

Em relação à ludicidade, o espaço não conta com uma área específica para brincadeiras ou atividades voltadas ao público da primeira infância, ou seja, não possui nenhum atrativo para as crianças circularem naquele local, apresentando zero elementos desafiadores para esse público. No entanto, é um ambiente bem localizado e silencioso, o que lhe confere potencial para um projeto de praça voltado para a primeira infância. Além disso, apesar de ser pequena e estreita, a praça pode sim ter potencial para pequenos eventos relacionados à cultura e à arte. Vale ressaltar que há uma estátua de São Domingues do Gusmão, que é um elemento cultural significativo da região.

#### 4.2.2 Santa Fé do Araguaia

A segunda visita ocorreu no dia 21 de fevereiro de 2024, sob condições climáticas “nublado”, no município de Santa Fé do Araguaia, na Praça da Prefeitura, conforme apresentado no Mapa do Apêndice 21 e Figura 18.

**Figura 18** - Relatório fotográfico da Praça da Prefeitura de Santa Fé do Araguaia



Fonte: adaptado pela autora (2025).

Sobre a segurança, a praça, embora ampla, não se encontra em uma localização ideal, pois está situada na entrada do município, às margens da TO-222, onde a velocidade permitida é 80 km/h para veículos leves e 60 km/h para pesados, o que é considerado “insuficiente” segundo o protocolo de observação. A ausência de demarcações nas ruas próximas dificulta a identificação da velocidade e das faixas para pedestres, tornando complicado para as famílias

do outro lado da rodovia atravessarem e acessarem a Praça da Prefeitura. Embora haja sinalização para estacionamento, a rua R.A, que dá nome à praça e fica em frente à prefeitura, ainda não é pavimentada e carece de cobertura, como piso de bloquete que pode ser uma opção. Além disso, foi observado que os estabelecimentos da rua R.A estavam fechados, incluindo comércios, um banco, órgãos municipais e uma clínica. Os poucos que permaneciam abertos localizavam-se do outro lado da TO-222, como um posto de combustível, um depósito de gás, uma loja de autopeças e um lava-jato. Devido à distância e à dificuldade na travessia, a visibilidade foi considerada “insuficiente”. Para agravar a situação, não havia casas com frente aberta nem circulação de pedestres no espaço público. Em relação ao controle de animais soltos, não foram observados animais circulando pelo espaço. Além disso, a iluminação em LED está presente e atende plenamente aos requisitos mínimos de segurança para os pedestres.

Em relação ao ambiente, as árvores plantadas na praça são coqueiros, ainda em mudas pequenas, já que a inauguração ocorreu em outubro de 2023, conforme mostrado na Figura 18 em B e D. Assim, a proteção contra chuva e sol é considerada “insuficiente”, e a biodiversidade é limitada, com apenas duas espécies de árvores predominantes. Uma delas é o coqueiro, que ainda está em crescimento, enquanto a outra é apresentada na Figura 18 em D. Apesar disso, o espaço possui um bom projeto de paisagismo, com áreas gramadas e bem cuidadas. Quanto à poluição sonora, devido à localização às margens de uma rodovia, há ruído de tráfego. Para amenizar esse problema, foram incluídos no projeto tapumes de alvenaria com janelas, conforme observado na Figura 18 em C. Por fim, o espaço é mantido limpo, com lixeiras distribuídas em locais estratégicos, como mostrado na Figura 18 em D.

No que diz respeito à acessibilidade, a praça possui caminhos amplos, bem conservados, com piso adequado e sem obstáculos, atendendo a todo tipo de público. Há assentos adequados para descanso, com encosto, em quantidade média de 20 a 30 bancos; no entanto, estão expostos às intempéries (sol e chuva), sem cobertura que proporcione conforto térmico para a contemplação do ambiente. Por esse motivo, a acessibilidade foi considerada “boa”, pois, com o desenvolvimento das mudas plantadas, essa pendência será solucionada, proporcionando melhor conforto térmico para as famílias que utilizam o espaço. Quanto aos banheiros, bebedouros e áreas para alimentação e amamentação, conforme já relatado em todos os municípios já visitados, não há. Por fim, o espaço para brincar é considerado “bom”, apesar de algumas ressalvas, como a necessidade de cobertura para proteção contra chuva e sol, além de uma cerca que permita às crianças explorar o espaço sem o risco de se aproximar da rodovia. Vale lembrar que o parque foi projetado próximo à rua R.A e não ao lado da rodovia. As rampas estão em excelente condição para o acesso à praça, apesar da rua não pavimentada dificultar o

acesso.

Quanto à ludicidade, o espaço público não proporciona a possibilidade de brincadeiras não estruturadas, uma vez que há intervenções constantes dos cuidadores que limitam o acesso total das crianças à praça devido à proximidade da rodovia. Assim, as crianças são autorizadas a brincar apenas no parquinho, sob vigilância rigorosa de seus cuidadores, o que classifica essa experiência como “suficiente”. O espaço foi projetado para envolver e proteger as crianças de distrações, com a presença de tapumes que limitam as distrações visuais ao redor da praça. No que diz respeito aos desafios, existe um elemento que se destaca: a possibilidade de interação com uma fonte, conforme apresentado na Figura 18 em B. Por fim, embora a praça não tenha um comprometimento explícito com a cultura, ela possui potencial para incorporar elementos culturais, como feiras, cinema e teatro, por exemplo.

#### 4.2.3 Muricilândia

A terceira visita foi realizada no mesmo dia da segunda, em 21 de fevereiro de 2024, sob condições climáticas “nublado”, no município de Muricilândia, na Praça da Igreja Católica, conforme ilustrado no Mapa do Apêndice 22 e na Figura 19.

**Figura 19 - Relatório fotográfico da Praça da Igreja Católica**



Fonte: elaboração da autora (2025).

Em relação à segurança, o espaço público visitado carece de demarcações nas ruas adjacentes, como sinalização vertical, faixas de pedestres e zonas de estacionamento; por esse motivo, foi considerado de segurança 'insuficiente'. Entretanto, é comum que as famílias nas proximidades da praça coloquem cadeiras na porta de casa ou até debaixo de uma árvore na praça, o que é visto como positivo para a vigilância da área. Além disso, foi observada a presença de cães de porte médio e grande, o que representa um possível risco à segurança de bebês, crianças pequenas, cuidadores e motociclistas, uma vez que os animais demonstraram comportamento territorialista, avançando em direção aos motoqueiros. Por outro lado, a praça e a rua contam com ótima iluminação de LED, o que contribui para a segurança durante a noite.

Em relação ao ambiente, como observada na Figura 19 em A a proteção contra o sol é

adequada; no entanto, não há cobertura para a chuva. O local apresenta uma boa biodiversidade, com árvores como acácia-amarela, mangueira, ioti e murici, que são opções corretas para a arborização em áreas urbanas, mas não estavam identificadas para o público. Além disso, a área gramada estava bem cuidada. Como a praça está situada em uma região afastada do centro, não havia poluição sonora. Quanto à coleta de lixo e à limpeza, a área estava limpa; entretanto, não havia lixeiras disponíveis.

Em relação à acessibilidade, o acesso para cuidadores com mobilidade reduzida, que utilizam cadeira de rodas, e para crianças na primeira infância que usam carrinhos de bebê, apresenta desafios. Embora as rampas estejam em ótimo estado, as rotas são impraticáveis devido à dilatação do piso, que causou rachaduras. Outra informação relevante é que, apesar da presença de árvores, como o “oiti”, o modo de plantio exige uma técnica específica. A muda deve ser colocada dentro de um tubo de concreto para evitar que a raiz da árvore se eleve e ultrapasse o nível da calçada, conforme mostrado na Figura 19 em D. Quanto aos mobiliários para descanso, foram observados três bancos quebrados, de acordo com a Figura 19 em B, enquanto uma boa quantidade de bancos (20 a 30 bancos) se encontra em bom estado de conservação e está localizada em áreas estratégicas para a contemplação do ambiente, segundo a Figura 19 em C. No entanto, o espaço público não conta com acesso a bebedouros, nem com áreas para amamentação e alimentação. Vale ressaltar que não há banheiro público; existe apenas um para uso dos fiéis que frequentam a igreja localizada na praça, conforme apresentado na Figura 19 em A. Não pude abrir a porta, pois estavam trancados; eram dois banheiros, um masculino e outro feminino, ambos inacessíveis. Por fim, a praça não possui parquinhos, mas os pais permitem que as crianças brinquem à vontade.

Em relação à ludicidade, embora a praça não possua parquinho, os pais permitem que as crianças se movimentem livremente, o que possibilita o brincar sem intervenções dos cuidadores, permitindo que explorem o ambiente em sua totalidade. Como a praça está situada em uma região com pouco movimento de veículos automotores, pode-se afirmar que isso envolve e protege as crianças de distrações. No entanto, não há elementos desafiadores disponíveis. Quanto ao comprometimento com a cultura, embora seja considerado “insuficiente”, a praça já abriga eventos religiosos, e pequenas vendinhas são comuns na área.

#### 4.2.4 Darcinópolis

A quarta visita foi realizada no dia 21 de março de 2024, sob condições climáticas “ensolarado”, no município de Darcinópolis, na Praça Bela Vista, conforme ilustrado no Mapa do Apêndice 23 e na Figura 20.

**Figura 20** - Relatório fotográfico da Praça Bela Vista

Fonte: elaboração da autora (2025).

Em relação ao quesito de segurança, durante a visita à praça Bela Vista, observou-se que o espaço possui vias com calçadas segregadas, e a população respeita o limite de velocidade de menos de 30 km/h, mesmo na ausência de sinalização. A praça é cercada por estabelecimentos como uma açaiteria, mercadinhos e lojas, além de residências com frente aberta, o que contribui para a presença de transeuntes. Notou-se também que não havia animais soltos, e a iluminação projetada para pedestres e ruas era considerada ótima.

Em relação ao ambiente, a praça conta com uma cobertura, um toldo para proteção contra a chuva, além de se destacar como a mais arborizada e bem decorada da RIIA, impressionando pelo cuidado com o paisagismo. No projeto, foram preservadas árvores maiores, e o canteiro central da Avenida das Laranjeiras, localizado na parte inferior da praça,

também é uma área arborizada, conforme exemplificado na Figura 20 em A. A análise da imagem de satélite do Apêndice 23 reforça essa percepção, evidenciando a biodiversidade do local, que abriga espécies como oitis, coqueiros e ipê. No entanto, foi observado que o projeto incluiu a árvore neem (*Azadirachta indica*), que pode representar riscos ao meio ambiente e à saúde humana e animal. Além disso, essas árvores não estão identificadas, o que dificulta o reconhecimento das espécies pela população local. Ainda, o espaço público apresenta um baixo nível de ruído, e a coleta de lixo e limpeza foi classificada como boa, pois no parquinho foram encontrados alguns resíduos, como garrafa PET, bola furada, saco de lixo, copo descartável e latinha de refrigerante; e na piscina também foram encontradas uma garrafa PET e uma sacola. Apesar disso, o espaço conta com lixeiras, conforme mostrado na Figura 20 em B. Contudo, essas lixeiras exigem que se enfie a mão para coletar o lixo e acumulam água, pois não possuem tampa nem um sistema de furos na parte inferior para drenar a água das chuvas.

Sobre a acessibilidade, os caminhos estavam parcialmente conservados, apresentando apenas problemas pontuais de manutenção. Na área do parquinho, os caminhos próximos apresentavam alto-relevo dos bloquetes, dificultando o acesso para o público com mobilidade reduzida, incluindo aqueles que utilizam cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê. Além disso, algumas rachaduras por dilatação foram observadas. Quanto aos assentos, observado na Figura 20 em A, todos estavam bem localizados e com sombra, proporcionando conforto a ponto de permitir um cochilo. Embora os assentos não possuíssem encostos, isso não foi um impedimento, já que o espaço é tão amplo que há mais do que o suficiente para deitar e descansar as costas. No entanto, o ambiente carece de acesso a bebedouros, banheiros disponíveis ao longo do dia e um espaço próprio para alimentação e amamentação. Vale ressaltar que, no dia da visita, havia banheiros feminino e masculino, de acordo com a Figura 20 em D, mas era necessário pegar a chave na quitanda da praça, que estava fechada, tornando esses banheiros de uso particular para quem frequenta o estabelecimento. Em relação ao espaço específico para brincar, ele era amplo, mas dois problemas foram identificados: a falta de uma cobertura natural, como árvores, para amenizar o calor e a presença de um dos túneis em processo de oxidação que pode ser visto na Figura 20 em C, o que representa um risco à saúde das crianças que utilizam esse espaço. Por outro lado, as rampas de acesso à praça estavam em ótimo estado de conservação, garantindo um uso seguro.

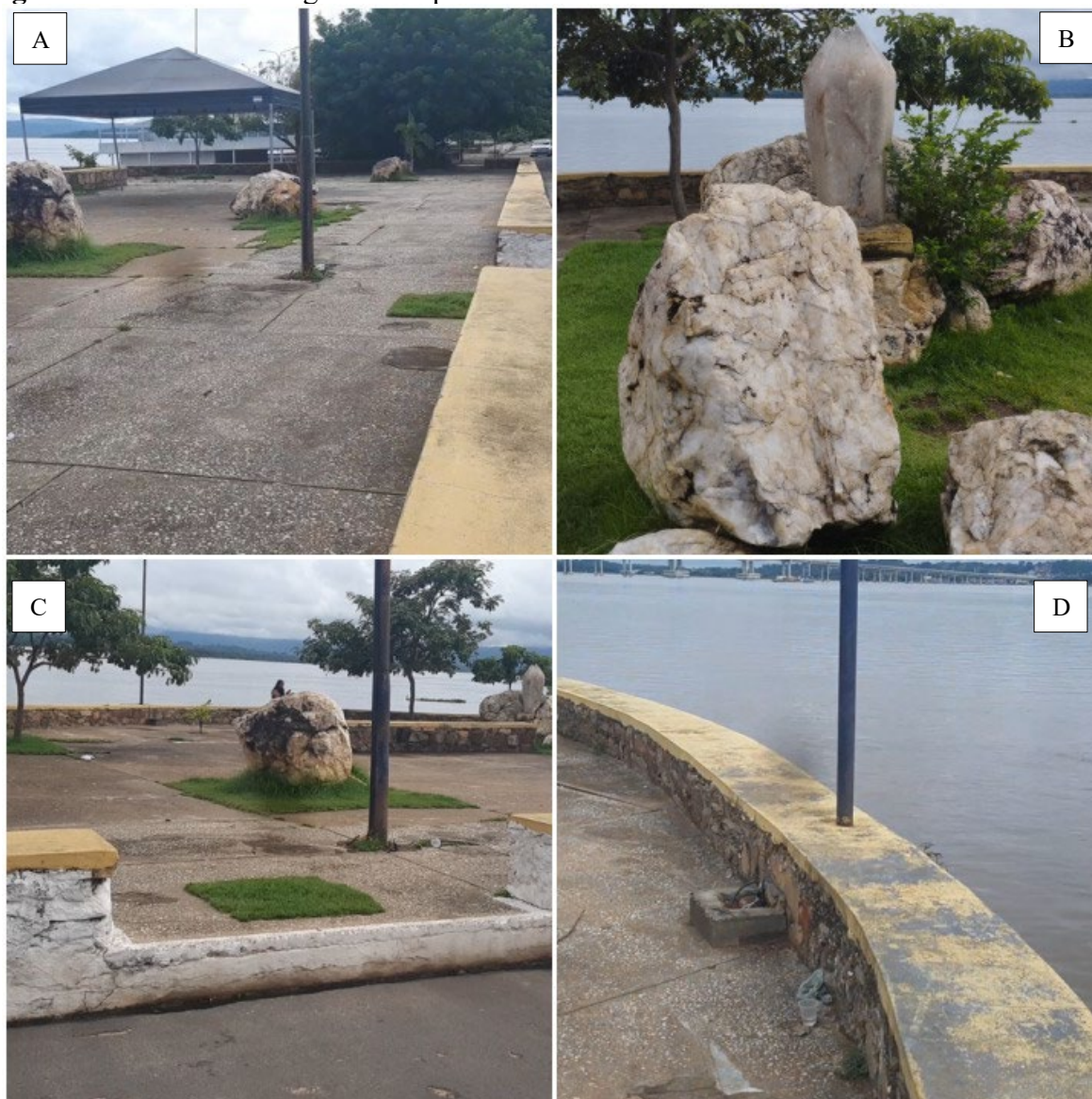
Quanto à ludicidade, o espaço público é um local onde famílias podem permitir que as crianças andem livremente, explorando o ambiente e interagindo com os elementos naturais. A praça estava situada em um local silencioso, propício para brincadeiras sem distrações. Além de oferecer desafios, a praça conta com quatro caixas de areia e brinquedos distintos, incluindo

uma ponte com piscina, que proporciona um espaço mais lúdico onde as crianças podem interagir com a água. Embora haja uma ausência de elementos culturais, o ambiente possui potencial para incorporar eventos, como feiras, apresentações artísticas e exibições de filmes, que poderiam ser realizados na parte superior da praça ou até mesmo com o fechamento de uma das ruas para o evento.

#### 4.2.5 Xambioá

A quinta visita foi realizada no dia 11 de maio de 2024, sob condições climáticas “nublado”, no município de Xambioá em uma parte da Orla, conforme ilustrado no Mapa do Apêndice 24 e na Figura 21.

**Figura 21** - Relatório fotográfico de parte da Orla de Xambioá



Fonte: elaboração da autora (2025).

No que diz respeito à segurança, essa parte da orla apresenta vias segregadas, e que carece de sinalização adequada, como limites de velocidade, faixas de pedestres, ciclovias e demarcações de estacionamento, conforme observado no Mapa do Apêndice 24. Essa situação é considerada “insuficiente” para garantir um acesso seguro, pois a população se vê obrigada a atravessar a rua com receio de ser atropelada, muitas vezes correndo para evitar acidentes, como ocorreu no dia da visita *in loco*. Além disso, o espaço público não contava com a vigilância dos comércios e residências, que estavam fechados, com muros altos e janelas trancadas. Por outro lado, a orla apresentava ótima iluminação em LED, projetada para os pedestres e pra a avenida, e não havia presença de animais soltos.

O ambiente apresentava cerca de 50% da extensão do espaço com elementos adequados de sombra e abrigo, incluindo árvores e uma cobertura de toldo de 6x6 metros, conforme mostrado na Figura 21 em A. A presença das árvores foi considerada “suficiente”, com espécies como coqueiros, oitis, acácia-amarela e jasmim, embora sem identificação. Observou-se que essas árvores cresceram sem o cuidado ideal de planejamento, necessitando de poda, pois apresentavam galhos baixos. Além disso, em alguns pontos, havia água acumulada, resultado de chuvas que ocorreram horas antes da visita. Adicionalmente, notou-se um descuido no projeto de paisagismo, uma vez que a grama não foi adequadamente planejada, apresentando-se em pequenos trechos de 1x1 metro, alguns dos quais foram observados nas Figuras 21 em A e B, o que compromete o uso de futuras rampas de acesso à orla. Quanto ao Conforto acústico, o ambiente apresentava ruídos considerados não tão incômodos, enquadrando-se no critério de “suficiente”. O espaço era barulhento devido ao tráfego de veículos em velocidade acima de 30 km/h e ao barulho de serviços de manutenção que estavam ocorrendo em outras partes da orla, como o som de cortadores de grama. No espaço público, observou-se a presença de lixo espalhado, incluindo colheres de sorvete, garrafas PET, embalagens de isopor, copos descartáveis, sacolas plásticas e embalagens de sorvete. Essa situação pode ser atribuída à ausência de lixeiras adequadas na área, o que contribui para a desordem e a falta de limpeza no ambiente.

Em relação à acessibilidade, não há rampas de acesso à orla, uma vez que o meio-fio apresenta um recuo superior a 30 cm, conforme observado na Figura 21 em C. Essa condição impede a passagem de pessoas que utilizam cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê, além de aumentar o risco de tropeços e quedas, especialmente com o corpo voltado para a rua, já que não há delimitação de acostamento na avenida, o que aumenta o risco de atropelamento. No entanto, o piso em toda essa parte da orla é nivelado, o que facilita a circulação na área. Sobre o mobiliário de descanso, toda a extensão da orla possui bancos, embora não tenham encosto.

No entanto, isso não é um empecilho, pois os bancos são largos o suficiente para permitir que as pessoas se deem e relaxem as costas. Eles estão bem conservados, limpos e pintados. Entretanto, como apresentado na Figura 21 em D, o espaço entre o limite da orla e o rio Araguaia deveria ter um guarda-corpo em vez de um banco, pois isso representa um risco à vida. Além disso, a orla não conta com a disponibilidade de bebedouros, banheiros, ou espaços específicos para amamentação e alimentação, muito menos áreas para brincar ou rampas, como já foi abordado.

Em relação à ludicidade, é importante destacar que a orla é dividida em pontos, e no local observado não havia uma área de lazer para as crianças. Mesmo que houvesse, o cuidador provavelmente não permitiria que as crianças circulassem livremente, pois, como relatado, o ambiente é visivelmente inseguro para exploração. A área não envolve e protege as crianças de distrações; por exemplo, na parte próxima ao rio, não havia guarda-corpo, apenas um banco que separa o espaço do contato com o rio Araguaia. Atualmente, não existem elementos desafiadores para as crianças. Quanto ao comprometimento com a cultura, a região de Xambioá possui um histórico de extração de cristal de quartzo. Havia um belo monumento que chamava a atenção e que acredito se encaixar na cultura da cidade, conforme observado na Figura 21 em B.

#### 4.2.6 Piraquê

A sexta visita foi realizada no dia 11 de abril de 2024, sob condições climáticas “ensolarado”, no município de Piraquê a praça do Município, conforme ilustrado no Mapa do Apêndice 25 e na Figura 22.

**Figura 22 - Relatório fotográfico da Praça do Município de Piraquê**

Fonte: elaboração da autora (2025).

Sobre a segurança, as ruas ao redor da praça contavam com sinalização vertical, incluindo duas placas que indicavam o limite de velocidade de 40 km/h. É importante mencionar que uma das rodovias que corta a parte frontal da praça é a TO 240, e durante a visita, as ruas apresentavam baixo fluxo de veículos automotores e nenhum transeunte. No entanto, devido à dimensão do espaço público, essas sinalizações foram consideradas apenas “suficientes”, especialmente considerando que, em lados opostos, há uma escola de ensino fundamental e uma creche. Embora a escola esteja fechada, a creche permanece aberta e utiliza muros gradeados, além de haver estabelecimentos e casas com frente voltada para a praça. Não havia animais soltos no espaço. A iluminação foi classificada como “boa”, apesar de haver apenas um ponto de iluminação na área da praça em frente à igreja, localizada na parte inferior

do espaço público visitado.

Em relação ao ambiente, o espaço não contava com áreas de sombra. O projeto de arborização e paisagismo priorizou apenas um ambiente gramado e uma única espécie de árvore, a palmeira azul, sem identificação para a população. Apesar de já ter mais de 2 metros de altura, não proporciona conforto térmico. Além disso, o espaço público não dispunha de cobertura para proteção contra chuvas. Vale lembrar que, apesar da ausência de sombra, havia grama verde aparada e essa única espécie de planta ornamental estava bem cuidada; essa opção de árvore exige baixa manutenção, como observado em primeiro plano na Figura 22 em D. Havia também uma estrutura no meio da praça, uma concha acústica, apresentada no plano de fundo da Figura 22 em D, que estava com a obra parada, sendo tomada por ervas daninhas e carrapichos. Desconsiderando esse espaço, a limpeza estava adequada para os pedestres, com lixeiras disponíveis, conforme visualizado na Figura 22 em B. Quanto à poluição sonora, devido ao baixo movimento na praça e ao redor dela, o conforto acústico foi classificado como “ótimo”.

Apesar da presença da área da concha acústica, o espaço é amplo e possui rotas acessíveis, com rampas e piso adequado para pessoas com mobilidade reduzida, além de ser adequado para quem utiliza carrinhos de rodas ou carrinhos de bebês. Há uma excelente quantidade de bancos com encosto disponíveis. O único problema, como já citado, é o posicionamento estratégico, pois a falta de sombra não permite o uso desses bancos durante períodos de sol intenso ou chuva. Além disso, não há bebedouros, espaço próprio para amamentação e alimentação, nem áreas para brincadeiras. Também não há banheiros; havia um espaço destinado para banheiros, mas ele se encontra em uma situação inutilizável, como pode ser visualizado na Figura 22 em C.

Sobre a ludicidade, não havia nenhum atrativo ou desafios para os bebês e crianças pequenas. Apesar de os pais permitirem que as crianças circulassem livremente, o ambiente não propicia brincadeiras não estruturadas. O espaço, por ser amplo e silencioso, de certa forma envolve e protege as crianças de distrações. Por fim, o local contava com uma estátua de um peixe elétrico, observado na Figura 22 em A que dá nome à cidade, representando um elemento cultural importante para o município. Além disso, como o espaço da praça é amplo, há a possibilidade de realizar eventos, como feiras de artesanato e produtos locais, que podem incentivar a participação da comunidade e promover a cultura regional; apresentações artísticas, como teatro e música ao vivo, que podem atrair famílias e criar um ambiente de convivência; atividades recreativas e esportivas, como aulas de dança, yoga ou jogos, que podem estimular a interação entre as crianças e seus pais; e eventos culturais, como festivais que celebrem a história e as tradições locais, promovendo a identidade cultural da cidade. Essas iniciativas

poderiam transformar o espaço em um ponto de encontro vibrante, onde a ludicidade e a cultura se entrelaçam, beneficiando tanto as crianças quanto a comunidade como um todo.

#### 4.2.7 Nova Olinda

A sétima visita foi realizada no dia 16 de maio de 2024, sob condições climáticas “ensolarado”, no município de Nova Olinda a praça da Feira, conforme ilustrado no Mapa do Apêndice 26 e na Figura 23.

**Figura 23** - Relatório fotográfico da Praça da Feira



Fonte: elaboração da autora (2025).

No que diz respeito à segurança, as vias são segregadas, permitindo a circulação de veículos a uma velocidade regulamentada de menos de 30 km/h. As ruas ao redor da praça

apresentam faixas de pedestres em todas as extremidades, garantindo acesso a todos os lados, conforme observado no Mapa do Apêndice 26. Além disso, há placas de sinalização vertical e horizontal, bem como redutores de velocidade, como quebra-molas, todos bem posicionados, conservados e legíveis, seguindo a padronização adequada, conforme indicado na Figura 23 em A; no entanto, não há ciclovias. A presença de demarcações nas ruas próximas foi o aspecto que mais se destacou em comparação com os outros espaços públicos visitados na RIIA. O espaço público contava com a presença de casas e estabelecimentos com frente aberta, como supermercados, vendinhas, uma sorveteria, um açougue, uma vidraçaria, uma pizzaria, uma adega e um restaurante. Em relação ao controle de animais soltos na rua, havia um cachorro grande na praça que parecia dócil e não apresentava perigo para os transeuntes, possivelmente pertencente a algum morador próximo à praça, conforme fotografado e apresentado no fundo da imagem 23 em D, no canto superior direito. Quanto à iluminação, foram identificados dois pontos escuros na praça.

Na categoria de ambiente, em relação à proteção contra chuva e sol, observou-se que não houve um projeto de paisagismo e arborização adequado com árvores de médio porte em quantidade. Assim, em torno de 25% da extensão do segmento da calçada apresenta elementos de sombra. Embora haja a presença de árvores, predominantemente oitis, mangueiras e pau-preto, que são adequadas para a arborização em espaços públicos, também foram observadas a árvore de neem, como já mencionado no município de Darcinópolis. Essa espécie não é nativa e pode prejudicar a fauna brasileira. Vale lembrar que, devido à extensão da praça, a arborização precisa ser em maior quantidade. O espaço apresenta um conforto acústico considerado "ótimo". Quanto à coleta de lixo e limpeza, foi classificada como "suficiente", porém com recomendações. As lixeiras estão quebradas, conforme observado na Figura 23 em D, e estão em mau estado de conservação. No entanto, a praça estava limpa, com apenas uma garrafa PET próxima ao parquinho no banco de areia.

No que diz respeito à acessibilidade, a praça dispõe de rampas de acesso ao espaço público, caminhos amplos e bem conservados, além de pisos sem rachaduras e desobstruídos, garantindo que não haja obstáculos que possam dificultar ou impedir a passagem. No entanto, os assentos, considerados apenas "suficientes", apresentam algumas limitações. Apesar de estarem em quantidade mais que suficiente, eles não possuem encosto e são pequenos. Além disso, é importante ressaltar que não há sombras ou coberturas para os assentos. Em relação às instalações, a praça carece de bebedouros, banheiros e espaços para amamentação e alimentação. Quanto às áreas de lazer, existem dois bancos de areia espaçosos, acompanhados de um parquinho, conforme apresentado na Figura 23 em B. Contudo, essa área poderia ser

aprimorada com a adição de mais opções de brinquedos voltados para crianças na primeiríssima infância. A praça conta com dois parquinhos bem localizados, situados nas extremidades do centro, longe de ruas pouco movimentadas, o que proporciona um ambiente seguro e limpo.

Em relação à ludicidade, a praça se apresenta como um ambiente propício para brincadeiras não estruturadas. Com boa sinalização e baixo movimento de veículos, o espaço é seguro para as crianças. Durante a observação, foram vistas crianças brincando com pipas que elas mesmas confeccionaram. Essa atividade permite que as crianças explorem sua criatividade e imaginação, promovendo um desenvolvimento saudável e divertido. O ambiente foi considerado “bom” em desafiar as crianças; no entanto, há uma carência de mais elementos lúdicos, como túneis e amarelinhas, que poderiam enriquecer ainda mais as opções de brincadeira. Quanto ao comprometimento com a cultura, a praça abriga uma feira que ocorre nos finais de semana. Além disso, sua grande dimensão possibilita a incorporação de eventos culturais, como apresentações artísticas, festivais e atividades que celebram a cultura local. Esses eventos não apenas promovem a interação social, mas também fortalecem a identidade cultural da comunidade.

#### 4.2.8 Araguañã

A oitava visita foi realizada no dia 16 de junho de 2024, sob condições climáticas “ensolarado”, na Orla do Município de Araguañã, conforme ilustrado no Mapa do Apêndice 27 e na Figura 24.

**Figura 24 - Relatório fotográfico da Orla de Araguaçuã**

Fonte: elaboração da autora (2025).

No que diz respeito à segurança, é importante mencionar que, no dia da visita, a orla na parte superior do local estava em construção. A rua que leva à orla era uma estrada de chão, conforme pode ser observada na Figura 24 em B, e não apresentava qualquer tipo de sinalização. Durante a visita, não houve trânsito de automóveis, sugerindo que a circulação de veículos não era permitida. Devido à ausência de sinalização, tanto a segurança para explorar quanto as demarcações das ruas próximas foram consideradas “insuficientes”. No entanto, vale ressaltar que a orla contava com a disponibilidade de guarda-corpo, o que é necessário para garantir a segurança dos usuários. Adicionalmente, o espaço era frequentado por transeuntes permanentes, como os barqueiros que trabalham nas proximidades, e não havia animais soltos na rua. Além disso, a “ótima” iluminação para os pedestres contribuiu significativamente para a

segurança do espaço público.

Em relação ao ambiente, no que diz respeito à proteção contra chuva e sol, foi instalado um toldo de 6x6 metros, e havia aproximadamente quatro árvores de oitis ao longo da orla. No entanto, essa quantidade não é suficiente para proporcionar conforto térmico durante o passeio no espaço público. Apesar disso, a biodiversidade foi considerada “insuficiente”, uma vez que há apenas uma espécie de árvore presente. As árvores foram plantadas com certo cuidado para evitar rachaduras no piso, utilizando aninhas, conforme apresentado na Figura 24 em D. Contudo, em um total de quatro mudas, o solo não foi adequadamente preenchido, deixando um nível dentro da aninha de aproximadamente 20 centímetros, o que representa um risco de tropeços. Além disso, algumas mudas estavam mal cuidadas e sem acesso à irrigação. Apesar dessas questões, o ambiente contava com conforto acústico, mesmo com a presença de uma obra nas proximidades. Em relação à coleta de lixo e limpeza, foi observada uma ressalva: o lixeiro mais próximo, localizado onde ocorre a maior movimentação dos transeuntes, perto do toldo, estava quebrado. No entanto, a limpeza urbana estava em dia, e não havia sujeira visível.

Em relação à acessibilidade, parte das calçadas estava quebrada, conforme observado na Figura 24 em C, o que tornava o trajeto seguro apenas para uma pessoa a pé que conseguisse realizar o percurso com cuidado. No entanto, uma pessoa em cadeira de rodas ou com um carrinho de bebê não conseguia acessar a área. Além disso, havia buracos e irregularidades na estrada que leva à orla, o que dificultava ainda mais o acesso, especialmente devido ao declive até a chegada ao local. Quanto aos mobiliários para descanso, a avaliação foi “ótima”, pois eram confortáveis, com encosto e feitos de pedra durável. Estavam bem posicionados, conforme observado na Figura 24 em A. No entanto, o principal problema era a falta de sombra, que estava sendo abordada com o planejamento do plantio de árvores, embora sem a irrigação necessária para garantir seu crescimento. Além disso, notou-se a ausência de banheiros, bebedouros, espaços para amamentação e alimentação, áreas para brincar e, ainda mais preocupante, a falta de rampas de acesso.

No que diz respeito à ludicidade, não havia áreas específicas para brincadeiras ou atividades lúdicas. A orla contava com uma grade, ou guarda-corpo, como já mencionado, mas não era seguro o suficiente para deixar uma criança explorar sozinha. Além disso, não havia elementos desafiadores, nem comprometimento com a cultura. No entanto, a dimensão do espaço público oferece a possibilidade de realizar eventos culturais.

#### 4.2.9 Babaçulândia

A décima visita foi realizada no dia 13 de dezembro de 2024, sob condições climáticas

“ensolarado”, em parte da Orla do Município de Babaçulândia, conforme ilustrado no Mapa do Apêndice 28 e na Figura 25.

**Figura 25** - Relatório fotográfico de Parte da Orla de Babaçulândia



Fonte: elaboração da autora (2025).

No que diz respeito à segurança, as vias são segregadas, permitindo a circulação de veículos a uma velocidade regulamentada de menos de 30 km/h. Durante a visita, não havia tráfego de veículos, o que contribuiu para a tranquilidade da cidade. Embora não houvesse demarcações nas ruas, placas de sinalização ou limites de velocidade visíveis, a ausência de movimento de veículos automotores proporcionou um ambiente calmo. Nas proximidades, havia residências, além de uma cobertura na rua de cima, que provavelmente abriga uma feira nos finais de semana. Uma das casas estava com a porta aberta para a orla, o que sugere um

ambiente acolhedor e vigilante. Além disso, não foram observados animais soltos nas ruas, e o espaço contava com iluminação adequada, reforçando a sensação de segurança na área.

Em relação ao ambiente, no que diz respeito à proteção contra a chuva e o sol, como observado na Figura 25 em A, os coqueiros estavam posicionados em uma área que não proporciona sombra adequada para os frequentadores da orla. Além disso, a biodiversidade do local é limitada, pois as áreas sombreadas não estão integradas ao espaço público, e a grama apresentava sinais de descuido, conforme mostrado na Figura 25 em C. Quanto à poluição sonora, o ambiente era calmo, sem qualquer tipo de poluição sonora perceptível. No que se refere à coleta de lixo, o espaço contava apenas com uma lixeira, que estava sem um saco para facilitar o manuseio do lixo acumulado.

Em relação à acessibilidade, o espaço apresentava alguns buracos que dificultavam a circulação, aumentando o risco de tropeços e quedas. Quanto ao mobiliário para descanso, havia apenas uma cadeira adequada para uso, enquanto a outra, mostrada na Figura 25 em B, encontrava-se inclinada, tornando-a inutilizável. Além disso, não havia bebedouros, banheiros ou áreas designadas para alimentação e amamentação. O espaço destinado a brincadeiras estava em condições inadequadas, com uma gangorra enferrujada e pontas de ferro expostas, conforme ilustrado na Figura 25 em C. Embora houvesse duas rampas de acesso à orla, elas apresentavam uma inclinação excessiva, pois a guia que levava à rua estava em um nível mais baixo do que o ideal, o que tornava o uso das rampas mais difícil para cadeirantes e carrinhos de bebê.

Em relação à ludicidade, o espaço não favorece brincadeiras não estruturadas. Um dos principais motivos para isso são as pontas de ferro expostas, conforme mencionado anteriormente. Embora o local tenha um tráfego reduzido de veículos automotores, o ambiente carece de elementos desafiadores que estimulem a criatividade e a exploração das crianças. Além disso, não há qualquer componente que se conecte com a cultura local, o que limita ainda mais as oportunidades de interação e aprendizado lúdico.

#### 4.2.10 Araguaína

Vale ressaltar que a propaganda que se faz sobre o projeto da Orla Via Lago de Araguaína pode diferir da obra construída, especialmente após a aplicação do protocolo de observação em equipamentos comunitários e espaços públicos urbanos.

Desse sentido, a Via Lago, com extensão de 1,56 km e inaugurada em novembro de 2017, inicia no fim da Marginal Neblina (no cruzamento com a Avenida Filadélfia) e se estende até os setores Lago Azul, Cidade Nova e Nova Morada (Prefeitura de Araguaína, 2014). Com um investimento de cerca de 12 milhões de reais, consequentemente, popularmente se tornou o

principal cartão postal de Araguaína, segundo Borges *et al.* (2022), considerada um espaço artificial<sup>22</sup>. Além disso, importante destacar que esse espaço oferece lazer para as famílias e atua como um importante corredor comercial (Prefeitura de Araguaína, 2018).

Ademais, a Via Lago é promovida como propulsora da instalação de novos empreendimentos, como o supermercado Campelo, que gerou empregos (Prefeitura de Araguaína, 2018). No entanto, vários projetos mencionados, como a proposta de uma ilha artificial com um restaurante, quiosques ao longo da via e a canalização do Córrego Neblina<sup>23</sup> (G1, 2017; AF Notícias, 2017; AN Araguaína Notícias, 2017; Pereira, 2021), acabaram por não ser concluídos. Por outro lado, o Centro de convenções já estruturado, também não foi inaugurado, enquanto o *Shopping Center* foi inaugurado em outubro de 2024 (Prefeitura de Araguaína, 2017).

Desse modo, a nona visita foi realizada no dia 22 de outubro de 2024, sob condições climáticas “ensolarado”, na Orla do Município de Araguaína, conforme ilustrado no Mapa do Apêndice 27 e na Figura 26.

---

<sup>22</sup> Um "espaço artificial" é um local projetado e construído intencionalmente, em contraste com espaços "naturais", que se formam espontaneamente. Esses espaços atendem a necessidades específicas da sociedade, como lazer e convivência, e incluem infraestrutura planejada. A Via Lago é considerada um espaço artificial porque foi especificamente projetada para ser um local de lazer e sociabilidade, diferenciando-se de espaços públicos que surgem de forma orgânica (Borges *et al.*, 2022).

<sup>23</sup> O córrego neblina sofreu um soterramento na tentativa de desviar o curso das águas para encontrar o lago azul, resultando em crime ambiental em 2017 (G1, 2017; AF Notícias, 2017; AN Araguaína Notícias, 2017; Pereira, 2021).

**Figura 26** - Relatório fotográfico de Parte da Orla Via Lago de Araguaína



Fonte: elaboração da autora (2025).

No quesito segurança, a orla visitada apresentava vias com calçadas segregadas que permitiam a circulação de veículos motorizados; no entanto, não havia placas de velocidade regulamentada. É importante ressaltar que, entre 2018 e 2020, a velocidade permitida era de 40 km/h, mas foi aumentada para 50 km/h (Prefeitura de Araguaína, 2020). Assim, durante a visita *in loco*, observou-se alto tráfego, pois a orla conectava os bairros Lago Azul, Cidade Nova e Nova Morada ao centro da cidade. Ao longo da orla, existiam lombofaixas bem posicionadas, projetadas como redutores de velocidade e para garantir acessibilidade ao espaço público. Contudo, havia uma ausência de placas indicando a velocidade permitida e de pontos de ônibus para atender famílias vulneráveis (problema a ser analisado em pesquisas futuras). Além disso, as pinturas das lombofaixas precisavam ser refeitas, como demonstrado na Figura 26 em A.

Além do mais, o ambiente apresentava uma quantidade significativa de comércios com frente aberta, caracterizando-se como uma área comercial do que residencial. Havia também um condomínio de luxo, atraente para o público investidor do município, com janelas voltadas para a orla. A Via Lago, não contava com a presença de animais soltos e possuía ótima iluminação projetada para pedestres.

Na categoria de ambiente, observou-se a ausência de áreas cobertas e sombreadas que oferecessem proteção contra a chuva e o sol, isso dificulta os passeios de bebês, crianças pequenas e seus cuidadores, tornando-os praticamente impossíveis entre 9h às 16h30, e essa limitação se deve à alta incidência solar e ao reflexo do sol na área do lago, tornando o ambiente desconfortável e perigoso para os pequenos e suas famílias. Conforme ilustrado na Figura 26 em B, ao fundo, as árvores plantadas foram inadequadamente escolhidas, pois não possuem copas frondosas capazes de proporcionar sombra. Além disso, a grama, embora aparada, apresentava-se seca, o que é comum durante o período de estiagem no norte do Brasil. Por outro lado, uma seção da orla, mostrada na Figura 26 em C, não recebeu a devida manutenção, resultando em mato alto que poderia servir de abrigo para animais peçonhentos e venenosos. Em relação à poluição sonora, apenas o ruído do tráfego foi registrado. Além disso, o espaço dispunha de lixeiras, embora algumas estivessem sem tampas e apesar dessa situação, o ambiente se mostrava limpo e apropriado para a circulação dos pedestres.

Na categoria de acessibilidade, a orla se destacava por ser ampla, plana e livre de obstáculos, permitindo o acesso a todas as áreas. Ademais, a presença de lombofaixas com rampas adequadas às normas regulamentadoras facilitava a travessia nas ruas, contribuindo para a acessibilidade do espaço. No entanto, os mobiliários para descanso eram insuficientes, considerando a alta quantidade de famílias que frequentam o ambiente à tardezinha. Além disso, esses assentos não possuíam encosto e não estavam posicionados em áreas sombreadas. Outrossim, durante a visitação, observou-se que o espaço não contava com banheiros<sup>24</sup>, bebedouros ou áreas destinadas à amamentação e alimentação. Vale lembrar também que a orla não dispunha de um espaço público para brincadeiras, e a partir das 17 horas da tarde, havia apenas alguns pequenos empreendedores que utilizavam a área para atrair clientes, incluindo crianças na primeira infância, com passeios de pedalinho (cisne), motinhas, carrinhos, triciclos, gaiolas interativas com piscina de bolinhas e passagens desafiantes. No entanto, tinha um custo: 25 reais por cerca de 30 minutos de passeio nos pedalinhos e 25 reais por 15 minutos nas motinhas mais rápidas, o que se torna inviável para famílias sem condições financeiras.

---

<sup>24</sup> Na Via Lago, os banheiros públicos estão disponíveis das 17h às 21h. Eles são bem estruturados, entretanto, não possuem fraldário (Prefeitura de Araguaína, 2022).

Em relação à ludicidade, as áreas para brincadeiras não estruturadas eram ausentes. O ambiente não contava com proteção adequada contra distrações; sendo um espaço aberto e com bastante movimento, era fácil para as crianças se distraírem com buzinas e motos com escapamento adulterado. Quanto à integridade dos bebês e das crianças pequenas, é importante ressaltar que os guarda-corpos eram meramente estéticos, como apresentado na Figura 26 em C, permitindo até que uma pessoa adulta os ultrapassasse facilmente, o que não oferece segurança. Além disso, é provável que as famílias não permitam que as crianças pequenas andem/corram pelo espaço livremente, temendo que eles possam ir para a rua e sofrer um acidente, mesmo que em alguns finais de semana uma das vias seja interditada gerando um congestionamento, o que dificulta o direito de ir e vir das famílias que residem nos bairros na outra margem da ponte da Via Lago. Dessa forma, o espaço não possui nenhum elemento público desafiador para bebês e crianças pequenas, levando a população a consumir os serviços dos pequenos empreendedores já citados. Igualmente, foi observado um elemento que pode ser considerado um comprometimento com a cultura: um banco vermelho que aborda a temática da violência contra a mulher, simbolizando o feminicídio zero, apresentado na Figura 26 em D. O banco vermelho mencionado é considerado um comprometimento com a cultura porque simboliza uma conscientização e um posicionamento social em relação a um problema grave e atual: a violência contra a mulher. Ao abordar a temática do feminicídio, o banco não apenas serve como um elemento de mobiliário urbano, mas também como um ponto de reflexão e sensibilização para a comunidade (Prefeitura de Araguaína, 2024). Esse tipo de intervenção urbana pode ser visto como uma forma de arte pública que busca provocar discussões sobre questões sociais necessárias, promovendo a conscientização e a educação sobre a violência de gênero.

### 4.3 Resumo dos pontos positivos e negativos da observação não participante dos equipamentos comunitários e espaços públicos urbanos

A seguir, será apresentado um resumo dos pontos positivos e negativos identificados na análise das praças e orlas visitadas, abordando os tópicos de segurança, ambiente, acessibilidade e ludicidade. Para facilitar a visualização, as tabelas foram dispostas na horizontal.

**Tabela 12 – Aspectos Positivos e Negativos Relacionados à Segurança**

Pontos Positivos	Pontos Negativos
<b>Segurança</b>	
<p><b>Ambiente Seguro para Crianças</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As famílias se sentem à vontade para deixar as crianças explorarem o ambiente, o que indica um espaço seguro e acolhedor.</li> </ul> <p><b>Vigilância Natural</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A presença de residências com frentes abertas, onde as famílias costumam sentar, promove vigilância natural, aumentando a segurança.</li> </ul> <p><b>Comércio Local</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A existência de comércios na área contribui para a vigilância e segurança do ambiente, atraindo transeuntes permanentes.</li> </ul> <p><b>Iluminação Adequada</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A praça, a orla e a rua contam com ótima iluminação de LED, o que melhora a segurança durante a noite.</li> </ul> <p><b>Trânsito Controlado</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A população respeita o limite de velocidade de menos de 30 km/h, mesmo na ausência de sinalização, e as ruas apresentam baixo fluxo de veículos automotores, o que contribui para a segurança viária.</li> </ul> <p><b>Infraestrutura Segura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A presença de faixas de pedestres em todas as extremidades da praça, guarda-corpos e lombofaixas bem posicionadas atuam como redutores de velocidade, garantindo a segurança dos pedestres e a acessibilidade ao espaço público.</li> </ul> <p><b>Ambiente Sem Animais Domésticos Soltos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foram observados animais domésticos soltos no espaço público, o que contribui para um ambiente mais seguro e agradável.</li> </ul>	<p><b>Velocidade Excessiva e Tráfego Intenso</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A velocidade permitida na rodovia maior ou igual a 40 km/h.</li> <li>• O alto tráfego.</li> </ul> <p><b>Localização Inadequada e Acesso Perigoso</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço situado às margens de um TO, o que não é ideal para segurança.</li> <li>• A localização dificulta a travessia para as famílias do outro lado da rodovia, obrigando a população a atravessar a rua com receio de ser atropelada.</li> </ul> <p><b>Sinalização Insuficiente e Demarcação Ausente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A sinalização de trânsito é considerada insuficiente.</li> <li>• A ausência de placas indicando a velocidade permitida.</li> <li>• A falta de faixas de pedestres.</li> </ul> <p><b>Iluminação Ineficiente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A iluminação pública é ineficiente, com lâmpadas obstruídas, não funcionando ou quebradas.</li> </ul> <p><b>Falta de Atividade e Vigilância</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A ausência de transeuntes pode indicar uma falta de atividade e vigilância social.</li> <li>• Sem casas com frente aberta.</li> <li>• Estabelecimentos próximos aos espaços públicos visitados estavam fechado.</li> </ul> <p><b>Infraestrutura Insuficiente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A falta de ciclovias limita a segurança para cuidadores que utilizam esse meio de transporte.</li> <li>• Vias ao redor do espaço público contava com estradas não pavimentadas.</li> </ul>

Fonte: elaboração da autora (2025).

Tabela 13 - Aspectos Positivos e Negativos Relacionados ao Ambiente

Pontos Positivos	Pontos Negativos
<b>Ambiente</b>	
<p><b>Boa Biodiversidade (Arborização e Paisagismo)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de diversas espécies de árvores, como acácia-amarela, mangueira, ioti, murici, coqueiros e ipê, que são adequadas para a arborização urbana.</li> <li>• O espaço é destacado como o mais arborizado e bem decorado, com cuidado notável no paisagismo e preservação de árvores maiores.</li> </ul> <p><b>Área Gramada</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mais de 80% da área é coberta por gramado, com manutenção satisfatória, contribuindo para a estética e uso do espaço.</li> </ul> <p><b>Proteção Adequada contra o Sol</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O espaço oferece boa proteção contra a exposição solar, com aproximadamente 50% da extensão contando com sombra de árvores e um toldo de 6x6 metros.</li> <li>• A presença de um toldo proporciona proteção adequada contra a chuva, aumentando a usabilidade do espaço em diferentes condições climáticas.</li> </ul> <p><b>Baixo Tráfego de Veículos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A praça apresenta pouco tráfego de veículos automotores, contribuindo para um ambiente mais tranquilo.</li> </ul> <p><b>Sem Poluição Sonora</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A localização afastada do centro resulta em um ambiente tranquilo, com baixo nível de poluição sonora.</li> </ul> <p><b>Conforto Acústico</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O espaço é propício para a convivência e atividades ao ar livre, mesmo com a presença de obras nas proximidades.</li> </ul> <p><b>Coleta de Lixo e Limpeza</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de lixeiras distribuídas em locais estratégicos o que ajuda na manutenção da ordem.</li> <li>• O ambiente é mantido limpo, facilitando a disposição adequada de resíduos.</li> </ul>	<p><b>Proteção Insuficiente contra Chuva e Sol</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Coqueiros em mudas pequenas oferecem proteção inadequada.</li> <li>• Ausência de cobertura limita o uso do espaço em dias chuvosos.</li> <li>• Falta de áreas sombreadas compromete o conforto térmico em dias quentes.</li> </ul> <p><b>Biodiversidade Limitada e a Inadequação do Projeto de Arborização</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apenas duas espécies de árvores predominam, limitando a biodiversidade.</li> <li>• Foco em uma única espécie (palmeira azul) que não oferece sombra adequada.</li> <li>• A presença da árvore <i>neem</i> pode prejudicar a fauna local.</li> </ul> <p><b>Planejamento do Paisagismo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto descuidado, com grama em pequenos trechos, comprometendo a estética e funcionalidade.</li> </ul> <p><b>Necessidade de Cuidados com as Árvores</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Árvores sem poda adequada representam riscos para os usuários.</li> </ul> <p><b>Falta de Identificação das Árvores</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de identificação dificulta a conscientização sobre a biodiversidade local.</li> </ul> <p><b>Ressalva sobre Limpeza</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apesar de limpo, a falta de lixeiras impacta a manutenção a longo prazo.</li> </ul> <p><b>Problemas nas Lixeiras</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lixeiras sem tampa acumulam água e atraem insetos.</li> </ul> <p><b>Acúmulo de Água</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Água acumulada pode criar condições para a proliferação de mosquitos.</li> </ul> <p><b>Presença de Lixo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Resíduos encontrados indicam falta de vigilância na manutenção.</li> <li>• Lixo no parquinho e na piscina sugere necessidade de maior cuidado.</li> </ul> <p><b>Ruído de Tráfego</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Localização próxima à rodovia gera poluição sonora.</li> </ul> <p><b>Dependência de Estruturas para Amenizar Ruído</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tapumes de alvenaria indicam necessidade de intervenções estruturais.</li> </ul> <p><b>Conforto Acústico</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os ruídos provenientes do tráfego e dos serviços de manutenção podem impactar a experiência dos usuários. É necessário isolar as áreas onde a manutenção está sendo realizada.</li> </ul> <p><b>Estrutura Inacabada</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concha acústica em estado de abandono, com ervas daninhas.</li> </ul>

Fonte: elaboração da autora (2025).

**Tabela 14 - Aspectos Positivos e Negativos Relacionados à Acessibilidade**

Pontos Positivos	Pontos Negativos
<b>Acessibilidade</b>	
<p><b>Espaço com Acessibilidade e Circulação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Caminhos amplos, piso nivelado, bem conservados e sem obstáculos.</li> <li>• As rampas em ótimo estado, facilitando o acesso para cuidadores com carrinhos de bebê.</li> <li>• Rotas que garantem deslocamento seguro para pessoas com mobilidade reduzida.</li> <li>• Lombofaixas com rampas adequadas, facilitando o acesso ao espaço público.</li> </ul> <p><b>Mobiliário com Conforto adequados</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bancos bem conservados em áreas estratégicas (sombreadas) para descanso.</li> <li>• Assentos confortáveis, com encosto e feitos de pedra para maior durabilidade.</li> <li>• Bancos largos, limpos e pintados, permitindo relaxamento.</li> </ul> <p><b>Boa Área Destinada a Recreação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço para crianças amplo e livre de obstáculos.</li> <li>• Parquinhos localizados longe de ruas movimentadas.</li> </ul>	<p><b>Caminhos Estreitos e Irregulares</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificultam a circulação, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida.</li> <li>• Calçadas quebradas e com alto-relevo dificultam o acesso seguro para cadeirantes e carrinhos de bebê.</li> <li>• Rachaduras e dilatações tornam rotas impraticáveis, aumentando o risco de tropeços e quedas.</li> </ul> <p><b>Falta de Rampas de Acesso</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência de rampas impede o acesso à praça e à orla para cadeirantes e carrinhos de bebê.</li> </ul> <p><b>Ausência de Banheiros e Bebedouros</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de infraestrutura básica para atender famílias, incluindo áreas para amamentação.</li> <li>• Apenas um banheiro público disponível, que está trancado.</li> </ul> <p><b>Espaço de Banheiros Inutilizável</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Área destinada a banheiros em situação inutilizável.</li> </ul> <p><b>Quiosque Abandonado</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado de abandono e mau cheiro, representando risco à saúde.</li> </ul> <p><b>Equipamentos Comunitários em Mau Estado</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bancos quebrados e assentos pequenos limitam o conforto.</li> <li>• Bancos expostos às intempéries, sem cobertura, limitam o uso.</li> <li>• Número de assentos insuficiente.</li> </ul> <p><b>Falta de Espaço para Brincadeiras</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de áreas específicas para brincadeiras, limitando opções de lazer.</li> <li>• Espaço carece de cobertura e cercas para segurança.</li> </ul> <p><b>Limitação nas Áreas de Lazer</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Embora existam dois bancos de areia e um parquinho, mais opções de brinquedos são necessárias.</li> <li>• Atividades recreativas têm custo elevado, excluindo famílias de menor renda.</li> </ul> <p><b>Risco à Integridade Física</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de delimitação de acostamento aumenta o risco de tropeços e atropelamentos.</li> <li>• Espaço entre a orla e o rio carece de proteção adequada (guarda-corpo).</li> <li>• Um túnel do parquinho está oxidado, representando risco de tétano.</li> </ul>

Fonte: elaboração da autora (2025).

Pontos Positivos	Pontos Negativos
<b>Ludicidade</b>	
<p><b>Possibilidade de Brincadeiras e Exploração</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O espaço permite brincadeiras não estruturadas, essenciais para o desenvolvimento infantil.</li> <li>• Observação de crianças brincando com pipas confeccionadas por elas, demonstrando estímulo à criatividade.</li> </ul> <p><b>Comprometimento com a Cultura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de feiras nos finais de semana que promovem a cultura local e a interação social entre os moradores.</li> </ul> <p><b>Potencial para Eventos Culturais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A grande dimensão do espaço que permite a realização de eventos culturais, como apresentações artísticas e festivais, que celebram a cultura local e fortalecem a identidade da comunidade.</li> </ul> <p><b>Banco Vermelho como Elemento de Conscientização</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O banco vermelho simboliza a luta contra a violência de gênero e o feminicídio, servindo como mobiliário urbano e ponto de reflexão sobre um problema social grave.</li> </ul> <p><b>Presença de Monumento Cultural</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A presença de um monumento no espaço que representa a cultura local, relacionado ao elemento decorativo de cristal de quartzo, à estátua do peixe elétrico e à estátua de São Domingues do Gusmão, pode servir como um ponto de interesse e um elemento que conecta as crianças e suas famílias à história e cultura da região.</li> </ul>	<p><b>Falta de Elementos Desafiadores</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de Estruturas de Escalada</li> <li>• Falta de elementos que estimulem o desenvolvimento de habilidades motoras e a criatividade.</li> </ul> <p><b>Limitações de Espaço</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço Pequeno e Estreito</li> </ul> <p><b>Ausência de Área para Brincadeiras</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há uma área específica para brincadeiras voltadas à primeira infância.</li> </ul> <p><b>Insegurança do Espaço</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A insegurança pode levar os pais a restringirem a liberdade de movimento das crianças, impedindo que andem ou corram livremente, o que é fundamental para seu desenvolvimento motor e social.</li> </ul> <p><b>Brincadeira Sob Vigilância</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As crianças só podem brincar sob vigilância constante, limitando sua autonomia e exploração.</li> </ul> <p><b>Falta de Comprometimento Cultural</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O espaço apresenta uma falta de elementos culturais e atividades diversificadas.</li> </ul> <p><b>Desafios Logísticos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A realização de eventos, como cinema, teatro e gincanas, requer planejamento cuidadoso, o que pode ser um desafio logístico.</li> </ul> <p><b>Falta de Estímulos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Embora amplo e silencioso, o espaço não oferece estímulos suficientes para promover a exploração e a criatividade.</li> </ul> <p><b>Limitação de Experiências de Brincadeira</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A falta de elementos lúdicos, como túneis e amarelinhas, limita a diversidade de experiências.</li> </ul>

Fonte: elaboração da autora (2025).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações positivas e negativas identificadas nos resultados secundários e primários foram possíveis graças à aplicação da Teoria do Desenvolvimento Desigual Geográfico e Combinado, que revelou as complexas interações entre os fatores sociais e econômicos nos municípios estudados. É importante ressaltar que a autora optou por não focar nas relações políticas, pois, neste momento, as interações sociais e econômicas eram relevantes foco para compreender as desigualdades presentes. Essa abordagem pode servir como um ponto de partida para futuras pesquisas que busquem aprofundar a análise no campo político.

Durante a pesquisa, foram realizadas visitas a 10 dos 21 municípios selecionados, que são: Pau D'Arco, Santa Fé do Araguaia, Muricilândia, Darcinópolis, Xambioá, Piraquê, Nova Olinda e Araguaã. Essas visitas incluíram reuniões nas prefeituras, permitindo o diálogo com representantes locais e a coleta de informações sobre praças e orlas frequentadas pelas famílias. Embora não tenha sido possível interagir com os representantes locais em Araguaína e Babaçulândia, a equipe obteve dados valiosos por meio de observações diretas. A pesquisa foi adaptada às particularidades do ano político e à dinâmica das cidades pequenas, que, entre junho e agosto, se concentram na administração das praias, atraindo muitos turistas.

Assim, a análise dos indicadores sociais relacionados à saúde, educação, saneamento básico e meio ambiente, juntamente com os dados coletados por meio de visitas *in loco* sobre a qualidade dos espaços de socialização em praças ou orlas, permitiu abordar a questão central da pesquisa: “Como é a condição e o planejamento urbano para a primeira infância na Região de Influência Imediata de Araguaína?”.

Primeiramente, observou-se que, embora Araguaína apresente índices de desenvolvimento social superiores em comparação com os municípios menores da região, essa vantagem não é suficiente para garantir uma qualidade de vida adequada para todos os seus residentes. A situação se torna ainda mais crítica para os visitantes e moradores dos municípios vizinhos, que enfrentam desafios ainda maiores, como um IDH-M de médio a baixo, o que priva as famílias de condições adequadas de renda, educação e longevidade. Além disso, altas taxas de mortalidade infantil e acesso limitado a serviços essenciais agravam a situação. Exemplos dessas dificuldades incluem a ausência de hospitais em municípios pequenos, a baixa qualidade da educação, o saneamento básico inadequado e a redução de espaços verdes no município.

De maneira geral, observou-se que o planejamento urbano na região não prioriza as necessidades da primeira infância. Embora existam espaços de socialização, como praças ou orlas, a infraestrutura frequentemente apresenta dificuldades, como equipamentos comunitários inadequados, inacessíveis ou inseguros, além da falta de elementos lúdicos. Essas questões

limitam as oportunidades de lazer e interação social para as crianças, o que é preocupante, pois ambientes de qualidade são fundamentais para o desenvolvimento saudável.

Entretanto, não se deve focar apenas nos pontos negativos; é igualmente importante destacar o cuidado com os espaços urbanos e os equipamentos públicos comunitários em alguns municípios pequenos. Apesar da falta de investimento em outros serviços essenciais (dos dados secundários), como já mencionado, alguns locais conseguiram criar ambientes exemplares para a primeira infância que merecem ser citados. Em Darcinópolis e Nova Olinda, por exemplo, foram implementadas áreas que priorizam aspectos como segurança, acessibilidade, ludicidade e preservação ambiental, proporcionando um espaço acolhedor e estimulante para as crianças. Esses locais se destacam pelo amplo espaço destinados a brincadeiras, pela arborização, pela segurança, além de uma decoração atrativa que capta a atenção dos pequenos. Essas iniciativas demonstram que, mesmo com recursos limitados, é possível promover o um espaço destinado para o desenvolvimento infantil, criando locais onde as crianças podem brincar e socializar.

A atenção aos detalhes reflete um compromisso das políticas municipais com a qualidade de vida das crianças e suas famílias. No entanto, mesmo que esses dois municípios apresentem resultados medianos e superiores aos de outros municípios visitados, é importante reconhecer que esses espaços também têm aspectos negativos. Assim, é necessário deixar claro que o parágrafo anterior foi estruturado com o intuito de reforçar a realidade do desenvolvimento desigual e combinado na RIIA, sendo fundamental contrastar os pontos positivos com os negativos.

Ademais, a ação intersetorial se faz imprescindível para a eficácia das políticas públicas voltadas para espaços públicos, como praças e orlas. A colaboração entre diferentes secretarias é essencial para garantir ambientes seguros, acessíveis e acolhedores. Por exemplo, a estética e o paisagismo de um espaço, por si só, não são suficientes; é necessário que a iluminação e a segurança sejam adequadas para atrair e manter os usuários. Portanto, as secretarias de meio ambiente, segurança e urbanismo, entre outras, devem dialogar e cooperar para resolver pendências e implementar soluções eficazes e sustentáveis. Um planejamento urbano integrado é fundamental para assegurar que os espaços públicos cumpram seu papel social, tornando-se verdadeiros centros de convivência e lazer para a comunidade.

Os resultados indicam que, embora alguns municípios, como Araguaína, Araguanã, Arapoema, Babaçulândia, Campos Lindos, Carmolândia, Darcinópolis, Muricilândia, Nova Olinda, Pau D'Arco, Piraquê, Riachinho, Santa Fé do Araguaia e Wanderlândia, tenham implementado políticas e estratégias para melhorar a qualidade de vida das crianças, como a participação no Selo UNICEF, todos os 21 municípios analisados enfrentam preocupações.

Essas preocupações sugerem que as políticas devem ser acompanhadas de uma compreensão das especificidades locais e das relações de poder que influenciam a eficácia das iniciativas. Essa perspectiva é apoiada por importantes intelectuais brasileiros, como Santos (2023; 1980; 1979), Fernandes (1968), Prado Jr (1966) e Theis (2013; 2016; 2009). Esses autores ajudam a entender que, apesar dos esforços para melhorar a qualidade de vida das crianças, muitas vezes se mostram insuficientes diante das estruturas de desigualdade econômicas, sociais e políticas que persistem na sociedade brasileira.

Dessa forma, como trabalhado na dissertação, foi observado que a região da Amazônia Legal é marcada por altos índices de pobreza e uma qualidade de vida inferior à média nacional. Nesse contexto, a expressão de que a Amazônia Legal pode ser uma "mantenedora de dados negativos" indica que não apenas apresenta esses indicadores desfavoráveis, mas também os perpetua. Essa perpetuação resulta em um ciclo de desigualdade que precisa ser rompido. Para isso, é fundamental a implementação de políticas públicas eficazes que abordem as especificidades da região, promovendo o acesso a serviços e oportunidades de desenvolvimento para sua população, especialmente para as crianças, que são as mais vulneráveis a essas condições adversas.

Além da relação entre o Brasil e a Amazônia Legal, é importante destacar a dinâmica específica entre a cidade média de Araguaína e as cidades pequenas da RIIA. Essa relação merece uma análise, especialmente considerando que Araguaína tem a capacidade de drenar recursos da região. E isso vem gerando um desequilíbrio nas dinâmicas regionais, prejudicando as cidades menores. Primeiramente, ocorre um desvio de investimentos: em vez de serem alocados para o desenvolvimento das cidades menores, os recursos são direcionados para Araguaína, resultando em menos verbas para infraestrutura, saúde e educação nas cidades pequenas. Além disso, a migração para Araguaína reduz a população das cidades pequenas, enfraquecendo sua base econômica. As cidades menores também enfrentam uma concorrência desigual, o que dificulta a competição com os serviços oferecidos em Araguaína, levando à perda de negócios locais. Por último, a concentração de recursos em Araguaína limita o acesso a serviços essenciais nas cidades menores, agravando as desigualdades entre os municípios e impactando negativamente a qualidade de vida da população. Isso é apenas um exemplo em cadeia de como essa dinâmica vem se manifestando na Região de Influência Imediata de Araguaína.

Esses fatores, portanto, contribuem para um ciclo de desenvolvimento desigual, onde as cidades médias se tornam cada vez mais prósperas, enquanto as cidades pequenas continuam a enfrentar desafios. Essa dinâmica ressalta a importância de um planejamento urbano para a

primeira infância que considere as especificidades de cada localidade.

No Brasil, um país periférico, o planejamento urbano é frequentemente mal resolvido, resultando em áreas ocupadas sem uma organização adequada. Muitas vezes, as necessidades de espaços públicos só são percebidas tardiamente, tornando difícil a implementação de soluções eficazes. Embora algumas cidades tenham esforços em planejamento, a prioridade dada à primeira infância é insuficiente, refletindo uma realidade em que as cidades não são acolhedoras nem para pessoas idosas nem para aqueles com dificuldades de mobilidade. Assim, é fundamental que o planejamento urbano atenda as necessidades da primeira infância e das populações vulneráveis.

Além disso, é importante ressaltar que, mesmo com esforços em planejamento, muitas vezes estes são tardios e insuficientes para enfrentar os problemas existentes. O Brasil, pressionado pelas forças produtivas, explora a Amazônia para exportar minérios e produtos primários da pecuária e agricultura. Esse urbanismo, moldado por interesse de grandes capitais, especialmente multinacionais, perpetua um desenvolvimento desigual, colocando a Amazônia em desvantagem em relação ao centro-sul do país. Essa dinâmica resulta em uma organização territorial que favorece o extrativismo predatório, prejudicando a qualidade de vida de seus habitantes, incluindo cuidadores e crianças.

Portanto, é urgente a necessidade de um planejamento urbano adequado que garanta uma vida digna para todos, priorizando as condições de vida na primeira infância e promovendo uma estrutura que suporte o desenvolvimento integral de cada criança.

Por fim, para efetivar o planejamento urbano voltado para a primeira infância, os cuidados devem começar em várias áreas. Na saúde, deve-se aumentar os recursos para serviços infantis, incluindo a construção e manutenção de unidades de saúde, programas de vacinação, atendimento pediátrico e serviços de saúde mental materno e infantil, além de campanhas de conscientização sobre saúde (pré-natal, monitoramento médico, gestação) e nutrição. Na educação infantil, os investimentos devem se concentrar na construção de novas creches e pré-escolas, na ampliação das existentes e na melhoria da infraestrutura, garantindo salas de aula adequadas, materiais pedagógicos e a formação de profissionais qualificados. Em relação ao saneamento básico, é fundamental investir em infraestrutura, como redes de esgoto, abastecimento de água potável e coleta de lixo, para assegurar um ambiente saudável para as crianças. Além disso, a criação de parques, praças e jardins é fundamental para proporcionar espaços de lazer e socialização, permitindo o contato com a natureza para as crianças e suas famílias. Essas categorias estão interligadas, e uma base sólida em saúde, educação, saneamento básico, meio ambiente e espaços de socialização é fundamental para o desenvolvimento infantil.

Assim, um planejamento urbano voltado para a primeira infância, conhecida como "janela de oportunidades", é fundamental para evitar a perpetuação do ciclo de pobreza, pois sem ações que melhorem as condições de vida das crianças em situação de vulnerabilidade, é provável que elas enfrentem as mesmas dificuldades que seus pais.

## REFERÊNCIAS

- AF Notícias. **Prefeitura desvia córrego para transferir área pública à iniciativa privada na Via Lago**. 2017. Disponível em: <https://afnoticias.com.br/cidades/prefeitura-desvia-corrego-para-transferir-area-publica-a-iniciativa-privada-na-via-lago>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- ALMEIDA, P. R. **A Amazônia legal e os desafios da política externa brasileira**, 2020. Disponível em: [https://www.academia.edu/42945592/A\\_Amazonia\\_legal\\_e\\_os\\_desafios\\_da\\_politica\\_externa\\_brasileira\\_2020](https://www.academia.edu/42945592/A_Amazonia_legal_e_os_desafios_da_politica_externa_brasileira_2020). Acesso em: 05 jun. 2024.
- ALMEIDA, E. C. **Investimentos em saneamento básico x redução da mortalidade infantil: o caso dos municípios do norte e nordeste de Minas gerais, beneficiados pelos programas "Proágua Semiárido" e "Vida no Vale"**. Dissertação (Mestre em Engenharia Ambiental) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.
- AMAZÔNIA LEGAL ALÉM DOS DADOS. **Perfil**. 2022. Disponível em: [https://amazonialegalemdados.info/dashboard/perfil.php?regiao=Amaz%C3%B4nia%20Legal&area=Sa%C3%BAde\\_67&indicador=TX\\_DATASUS\\_MORT\\_INFANTIL\\_UF\\_\\_67](https://amazonialegalemdados.info/dashboard/perfil.php?regiao=Amaz%C3%B4nia%20Legal&area=Sa%C3%BAde_67&indicador=TX_DATASUS_MORT_INFANTIL_UF__67). Acesso em: 13 nov. 2024.
- AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. *In*: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008. p. 1-34. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3081>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- AMORIM, F. L.; DE JESUS, A. Impactos socioambientais da construção da UHE-estrito na comunidade de Palmatuba em Babaçulândia-to. **Geoambiente**, n. 7, p.1-20, 2006.
- ANA. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Tocantins. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/sala-de-situacao/tocantins/saiba-mais-tocantins>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- AN Araguaína Notícias. **MPE investiga soterramento do córrego Neblina na Via Lago, após obras de desvio**. 2017. Disponível em: <https://araguainanoticias.com.br/noticia/mpe-investiga-soterramento-do-corrego-neblina-na-via-lago-apos-obras-de-desvio/10175>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- ASCOM - Assessoria de Comunicação Social. TCE quer alteração da Constituição Estadual para beneficiar a primeira infância. 2024. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/tce-quer-alteracao-da-constituicao-estadual-para-beneficiar-a-primeira-infancia/>. Acesso em: 09 fev. 2024.
- ASSAI, J. H. S. *et al.* **Filosofia política: emancipação e espaço público**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 94.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10152**: Níveis de ruído para conforto acústico. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações,

mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, ABNT, 2015.

ANTUNES, R.; FESTI, R.; QUERIDO, F. A obra polissêmica de Michael Löwy. **Caderno C R H**, Salvador, v. 31, n. 83, p. 215-219, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2016.

BAHIA, M. C. **O lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará**. Tese (doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2012.

BARRETO, P. A. Morar perto de áreas verdes é benéfico para a saúde mental? Resultados do Estudo Pró-Saúde. **Rev Saúde Pública**, p. 53-75, 2019.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. **As desigualdades de gênero nas cidades**. 2024. Acesso em: [https://publications.iadb.org/publications/portuguese/viewer/As\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_na\\_s\\_cidades.pdf](https://publications.iadb.org/publications/portuguese/viewer/As_desigualdades_de_genero_na_s_cidades.pdf). Disponível em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF. 2000.

BRASIL, Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF. 2001.

BRASIL. Lei Nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023. Brasília, DF. 2023.

BRUNO, D. J. R; SILVEIRA, A. A. D. A educação infantil em municípios com distintas capacidades orçamentárias: acesso, condições de oferta e financiamento. **Educação pesquisa**, São Paulo, v.48, 2023.

BENTO G.; DIAS, G. *The importance of outdoor play for young children's healthy development*. **Porto Biomed. J**, v.2, n. 5, p.157-16. 2017.

BORGHI, G. N. **Sobrepeso e obesidade, comportamento alimentar e biomarcadores salivares do apetite na primeira infância: um estudo longitudinal**. Tese (Doutora em Odontopediatria) - Universidade Estadual de Campina, Piracicaba, SP, 2022.

BORGES, T. P.; CRUZ, L. R. da. A importância do arranjo da cidade para a primeira infância. **ENANPUR**, Blumenau, SC, 2021.

BORGES, T. P.; RODRIGUES, W. Cidade para a Diversidade. *In: Borges, T. P. et al. Cartografia afetiva do município de Araguaína: o olhar das crianças da educação*

**municipal.** EDUFT. 2022. p. 103-137.

BOURSCHEIT, A. **rio Araguaia está contaminado por agrotóxicos.** 2024. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/rio-araguaia-esta-contaminado-por-agrotoxicos/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 4.294, de 6 de dezembro de 2023.** Acrescenta o art. 122-A à Constituição do Estado do Tocantins, e adota outras providências. 2024. Disponível em: [https://www.al.to.leg.br/arquivos/diario-oficial\\_3795\\_69907.PDF](https://www.al.to.leg.br/arquivos/diario-oficial_3795_69907.PDF). Acesso em: 21 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da cidade). 2023. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm). Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Marco Legal da Primeira Infância. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília, DF, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm). Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.** Dispõe sobre o parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Brasília, BF, em 19 de dezembro de 1979. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16766.htm). Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Secretaria Nacional de Transportes Terrestres. Departamento Nacional de Trânsito.** Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito - Volume I - Infrações de competência municipal e da Polícia Militar. 2. ed. Brasília: DNIT, 2019. Disponível em: [https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/educacao/publicacoes/manual\\_vol\\_i\\_2.pdf](https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/educacao/publicacoes/manual_vol_i_2.pdf). Acesso em: 29 abr. 2023.

CALIL, M. A. S.; LERSCH, I. M. A criança na cidade que educa: a infância nos estudos urbanos. **Revista intersaberes**, v. 19, 2024.

CARAVELA. **Uma nova forma de pesquisa de mercado.** 2024. Disponível em: <https://www.caravela.info/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

CARREIRA, N. V. **A criança e a cidade. Influência dos espaços verdes e áreas de jogo no desenvolvimento da criança.** Dissertação (Mestre em Arquitetura Paisagista) - Universidade de Lisboa, PT, 2016.

CARVALHO, G. de A. P.; SIEBEN, A. Da Ilha de São José ao reassentamento coletivo Baixão em Babaçulândia (TO): efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito na Amazônia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 28, n. 1, p. 175-191, 2019.

CIFUENTES, J. E. M. **Agronegócio e acumulação por espoliação: O enclave da soja em Campos Lindos -Tocantins.** Tese (Doutor em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CRUZ, L. R. da. **Planejamento urbano para a primeira infância e vulnerabilidade parental em Araguaína-TO, Amazônia Legal**. Dissertação (Mestre em Planejamento Urbano e Regional/Demografia) - Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, TO, 2022.

COE, H. *From Excuses to Encouragements: Confronting and Overcoming the Barriers to Early Childhood Outdoor Learning in Canadian Schools*. **Canadian children**, v.41, n.1, 2016.

CONCEIÇÃO, A C. Elementos Sociais De Parques Infantis Do Interior De São Paulo (1937-1978): *Elementos sociales de los parques infantiles del interior de São Paulo (1937-1978)*. In: **Colloquium Humanarum**. p. 249-272. 2023.

CONEXÃO. **Em Babaçulândia famílias assentadas pelo Ceste reclamam de falta de assistência**. 2012. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2012/03/19/em-babaculandia-familias-assentadas-pelo-ceste-reclamam-de-falta-de-assistencia>. Acesso em: 26 jul. 2024.

COOPER, A. *Nature and the Outdoor Learning Environment: The Forgotten Resource in Early Childhood Education*. **International Journal of Early Childhood Environmental Education**, v. 3, n.1, p. 85-98, 2015.

COSTA, D. A. da L.; SANTOS, J. C. dos. **Estratégia e planejamento: contradizendo o discurso dominante**. 1997. COPPE/UFRJ - Programa de Engenharia de Produção, Rio de Janeiro RJ, Brasil.

CARDOSO, F. H. **O modelo político brasileiro**. In: CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro e outros ensaios. 2ª edição. São Paulo: Difusão Européia, 1973.

CRAVEIRO et al., Ferramentas computacionais para geoprocessamento em projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo. **COBENGE**, Paraíba, 2012.

CRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall., 1966.

DATASUS. **Indicadores socioeconômicos**. 2024. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqb03.htm>. Acesso em: 2024.

DATA MPE BRASIL. **Campos Lindos, Angico e Darcinópolis**. 2022. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

DEL ROIO, M. Florestan Fernandes e o “capitalismo dependente”. **Acta sociológica**. n. 91, 2023, p. 11-36.

DEMIER, F. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. **Outubro**, v. 16, p. 75-107, 2007.

DE SOUZA, E. L. P. *et al.* Primeira infância na Amazônia Legal: uma análise do ambiente socioeconômico na região de influência imediata de Araguaína-TO. **Informe Gepec**, v. 28, n. 2, p. 29-52, 2024.

DIAS, L. C. ; PLEIN, C. Crescimento econômico, desenvolvimento econômico e desenvolvimento: afinal sobre o que tratam estes conceitos?. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 8, n. 2, 2023.

DIAS, M. S.; ESTEVES JÚNIOR, M. O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v.19, n.39, p. 635-663, 2017.

DIAS, M. S.; FERREIRA, B. R. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 17, n. 3, p. 118-133, 2015.

DINIZ, M. B. *et al.* A Amazônia (legal) brasileira: evidências de uma condição de armadilha da pobreza. **Encontro Nacional de Economia**, v. 35, n. 4, 2007.

ENGEMANN, K. *et al.* Residential green space in childhood is associated with lower risk of psychiatric disorders from adolescence into adulthood. **PNAS**, v. 116, p.1-6, 2019.

EXCEL. **Tarefas básicas no Excel**. 2013. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/tarefas-b%C3%AAsicas-no-excel-dc775dd1-fa52-430f-9c3c-d998d1735fca>. Acesso em: 17 mai. 2024.

FRANCO, L. **Investir em educação para a primeira infância é melhor 'estratégia anticrime', diz nobel de economia**. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48302274>. Acesso em: 10 mai. 2024.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p.13.

FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER. **Guias para o desenvolvimento de bairros amigáveis à primeira infância (BAPIs)**. 2023b. Disponível em: <https://bernardvanleer.org/pt-br/publications-reports/guias-para-o-desenvolvimento-de-bairros-amigaveis-a-primeira-infancia-bapis/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER. **Urban95: Criando cidades saudáveis, seguras e vibrantes onde bebês, crianças pequenas e suas famílias prosperam 2023**. 2023a. Disponível em: [bernardvanleer.org/u95-sk](https://bernardvanleer.org/u95-sk). Acesso em: 02 abr. 2023.

FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER. **Guia URBAN95 ideias para ação**. 2020. Disponível em: <https://urban95.org.br/pdfs/guia-urban95-ideias-para-acao.pdf>. Acesso em: 22 maio 2023.

FMCSV. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. **A fundação**. 2024a. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/a-fundacao/>. Acesso em: 08 mai. 2024.

FMCSV. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. **Qualificar a Educação Infantil**. 2024b. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/o-que-fazemos/qualificar-a-educacao-infantil/?s=educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 13 mai. 2024.

FMCSV. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. **Mães Saudáveis, Bebês Saudáveis**. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/maes-saudaveis-bebes-saudaveis/>. Acesso em: 12 mai. 2024.

FRANCA, J. S. da. **O lúdico urbano na Freguesia do Ó e Brasilândia: qualificando o espaço público para a primeira infância (1990-2020)**. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, 2022.

G1. **Pesquisas mostram bacia do Rio Araguaia com menos água e poluída de agrotóxicos**. 2024. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/rio-araguaia-esta-contaminado-por-agrotoxicos/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

GDCI. **Guia global de desenho de ruas**. 2018. Disponível em: <https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide-pt/>. Acesso em: 08 mai. 2024.

GEODA. **Apresentando GeoDa 1.22**. 2024. Disponível em: <https://geodacenter.github.io/>. Acesso em: 06 mai. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GUIMARÃES, L. **Desnutrição, abusos e mortes fazem da Amazônia o pior lugar do Brasil para ser criança**. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50215491>. Acesso em: 24 jan. 2024.

G1. **Obra inaugurada antes de ficar pronta pode ter causado dano ambiental**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/obra-inaugurada-antes-de-ficar-pronta-pode-ter-causado-dano-ambiental.ghtml>. Acesso em: 21 nov. 2024.

HAGE, R. dos S. **Análise epidemiológica da dengue na Amazônia Legal Brasileira 2001-2021**. 2023. Dissertação (Mestre em Ciências). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2023.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. **Desenvolvimento geográficos desiguais**. In: HARVEY, David. Espaços de esperanças. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2009, p. 37-105.

HARVEY, D. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, 2010.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HECKMAN, J. J. **Investir no desenvolvimento na primeira infância: reduzir déficits, fortalecer a economia**. 2012. Disponível em: [https://heckmanequation.org/www/assets/2017/01/D\\_Heckman\\_FMCSV\\_ReduceDeficit\\_012215.pdf](https://heckmanequation.org/www/assets/2017/01/D_Heckman_FMCSV_ReduceDeficit_012215.pdf). Acesso em: 20 jul. 2022.

HECKMAN, J. J. *Returno on Investment in Birth-to-Three Early Childhood Development Programs*. Heckman. *The economics of human potencial*. 2018.

HECKMAN, James J. **Princípios fundamentais para investir em Educação na Primeira Infância**. 2023. Disponível em: <https://heckmanequation.org/resource/principios-fundamentais-para-investir-em-educacao-na-primeira-infancia/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

HERRMANN-LUNECKE, M. G.; MORTÍNEZ; C. F.; SALGADO, P. V. *Caminata y vejez: explorando el espacio público peatonal de las personas mayores en los instrumentos de planificación urbana en Chile*. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.13, p. 1-17, 2017.

HULTGREN, F.; JOHANSSON, B. Including babies and toddlers: a new model of participation. **Children's geographies**, v. 17, n. 4, p. 375–387, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 21 jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/araguaina.html>. Acesso em: 28 mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil e Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. 2017. Disponível em: [http://www.usp.br/nereus/wp-content/uploads/IBGE\\_2017\\_REG\\_GEO.pdf](http://www.usp.br/nereus/wp-content/uploads/IBGE_2017_REG_GEO.pdf). Acesso em: 31 maio 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malhas Territoriais**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 16 maio 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal de Mapas do IBGE**. 2021. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>. Acesso em: 16 maio 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. REGIC. **Regiões de influência das cidades: 2018a** / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018a.

INFOSANBAS. **Informação e Educação para a Saúde**. 2022. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

ITDP. Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento. **Índice de Caminhabilidade 2.0**. Disponível em: [https://www.itdp.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Indice-de-Caminhabilidade-2.0\\_ITDP\\_Brasil.pdf](https://www.itdp.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Indice-de-Caminhabilidade-2.0_ITDP_Brasil.pdf). Acesso em: 21 abr. 2023.

JACOBI, P. A cidade e os cidadãos. **Lua Nova**, v. 2, n. 4, 1986.

JACOBI, P. **Causas recientes del crecimiento urbano actual de América Latina las tendencias de corto plazo**. In: CHORNET, A. P. (org). *Las ciudades de América Latina: problemas y oportunidades*. Valencia: Universitat de Valencia, 1994, p. 73-80.

JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades**. Martins Fontes, São Paulo; 13ªedição, 2011.

JURADO DA SILVA, P. F. Contextualização histórico-geográfica e apontamentos sobre o papel da cidade pequena de Dracena na Nova Alta Paulista. **Geoingá**, Maringá, v. 1, n. 1, p.49-58, 2009.

KALIL, R. M. L., GELPI, A. (org.). Planejamento urbano e regional – conceitos, processos e metodologias. Passo Fundo, RS, Ed. Universidade de Passo Fundo, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANSKY, S. ; GOUVEA, M. C. S de. Infância e espaços urbanos: perspectivas de pesquisa e intervenção. **Em Aberto**, Brasília, v. 36, n. 117, p.25-44, 2023.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. In: SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Campinas: Navegando, 2011. cap. V, o imperialismo, etapa superior do capitalismo: a exportação de capital. p.180-187. por que voltar a Lênin? imperialismo, barbárie e revolução: observações finais. p.95-101.

LIAO, J. *et al.* Residential exposure to green space and early childhood neurodevelopment. *Environment International*, v. 128, p. 70-76, 2019.

LIMA, M. L. V. de. *et al.* Grandes projetos urbanos na Amazônia: entre o portal da Amazônia e a porta do inferno? In: **Grandes Projetos na Amazônia: a ecologia política dos danos e conflitos socioambientais**. Científica Digital. 2023. p.136-149.

LINS, A. C. V. **Doenças infecciosas intestinais na primeira infância e serviços de saneamento básico nos municípios brasileiros entre 2010 e 2015: uma análise via regressão quantílica**. Dissertação (Mestre em Educação Aplicada) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2023.

LOBATO, F. H. S.; BAHIA, M. C. Espaços convencionais de lazer em Belém (PA), entre o centro e a periferia: de que lazer estamos falando e para quem?. **Revista Brasileira De Estudos Do Lazer**, v. 9, n. 2, p. 111-134, 2022.

LOBÃO, M. S. P;; LIMA, J. F. de; RAIHER, A. P. Região Norte do Brasil: uma análise do desenvolvimento humano municipal entre 2000 e 2010. **Acta Geográfica**, v. 13, n. 31, p. 1-18, 2019.

LOPES, A. P. A Cidade de Araguaína: porta de entrada e de saída dos trabalhadores aliciados. **Observatório Geográfico da América Latina, Araguaína**, p. 1-15, 2015.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**, n. 1, p.74-80. 1998.

MAP BIOMAS BRASIL. Cobertura. 2024. Disponível em:

<https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 1 nov. 2024.

MARICATO, E. A bomba relógio das cidades brasileiras. **Revista Democracia Viva**, v. 11, p. 1-3, 2018b.

MARICATO, E. **A ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. Planejamento urbano no Brasil. In: VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia, ARANTES, Otilia, Cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Rio de Janeiro, Vozes, 2013.

MARICATO, E. Direito à terra ou direito à cidade?. **Revista de Cultura Vozes**, v. 89, n. 6, 1985.

MARICATO, E. *et al.* Um projeto para as cidades brasileiras e o lugar da saúde pública. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 3, p. 199-211, 2018a.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, p. 21-33, 2000.

MARTHA JÚNIOR, G. B.; CONTINI, E; NAVARRO, Z. **Caracterização da Amazônia Legal e macrotendências do ambiente externo**, Brasília: Embrapa. 2011, p. 23.

MIATO, B. **Reforma do CadÚnico: veja o que muda no sistema em 2025**. 2025. Acesso em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/01/02/reforma-do-cadunico-veja-o-que-muda-no-sistema-em-2025.ghtml>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Primeira infância**. 2024. Acesso em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/primeira-infancia>. Acesso em: 08 mai. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de Vigilância, prevenção e controle de zoonoses**. Normas técnicas e operacionais. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/raiva/manual-de-vigilancia-prevencao-e-controle-de-zoonoses-normas-tecnicas-e-operacionais.pdf/view>. Acesso em: 07 mai. 2024.

MEYER, B.; ZIMMERMANN, S. **Cidades para brincar e sentar: uma mudança de perspectiva para o espaço público**. 1ª edição. 2020, São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

MOURA, C. S. *et al.* Estratégias de promoção da saúde na primeira infância: tecendo redes locais. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 5, p. 45-56, 2022.

MUSSI, R. F. de F. Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **SUSTINERE: Revista de Ciências da Sustentabilidade**, v. 7, n. 2, p. 415-430, 2019.

NASCIMENTO, P. H. dos S. **Direito ao lazer e primeira infância: uma análise sobre os COMPAZ do Recife**. Dissertação (Mestre em Serviço Social) -Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2022.

NATURAL EARTH DATA. **1:10m Terra Natural II**. 2021. Disponível em:

<https://www.naturalearthdata.com/downloads/10m-raster-data/10m-natural-earth-2/>. Acesso em: 16 maio 2023.

NETO, M. P.; RATTIS, A. Mobilidade espacial e cultural: romeiros negros do padre cícero no Ceará e no norte do Tocantins. **XV ENANPEGE**. 2022. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2023/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV187\\_MD6\\_ID1878\\_TB409\\_27112023123221.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV187_MD6_ID1878_TB409_27112023123221.pdf). Acesso em: 20 mai. 2024.

NOGUEIRA, P. R. **Famílias ameaçadas de despejo por hidrelétrica se organizam no Tocantins**. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/07/familias-ameacadas-de-despejo-por-hidreletrica-se-organizam-no-tocantins#:~:text=O%20CESTE%20no%20ano%20de,Baix%C3%A3o%2C%20Santo%20Estevo%20e%20Mirindiba..> Acesso em: 23 mai. 2024.

ODS. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 18 fev. 2025.

OLIVEIRA, C. M. B. Cadê as crianças? **Revista eletrônica de educação**, v. 9, n. 3, p. 77-92, 2015.

OLIVEIRA, F. de. **Economia brasileira: crítica à razão dualista**. Seleções CEBRAP, 1. São Paulo: Brasiliense, 1975.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica a razão dualista - o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, S. M. de; SANTOS, M. P. M. dos; SILVA, P. Crianças nos parques: segurança acima de tudo. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n.2, p. 1-23, 2018.

ONU- Organização das Nações Unidas. **Objetivos do desenvolvimento sustentável**. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 09 mai. 2024.

OOBRA. **Observatório da Região de Influência Imediata de Araguaína**. 2024. Disponível em: <https://oobra.com.br/>. Acesso em: 30 set. 2024.

O SENHOR DOS ANÉIS. **As Duas Torres**. Direção: Peter Jackson. Estados Unidos: New Line Cinema, v. 1, 2002.

PREFEITURA DE DARCINÓPOLIS. **Aspectos históricos**. 2024. Disponível em: [https://www.darcinopolis.to.gov.br/historia\\_cidade.php](https://www.darcinopolis.to.gov.br/historia_cidade.php). Acesso em: 06 ago. 2024.

PIMENTEL, A. P. N. da S.; SOUZA, R. T. de; VASCONCELLOS, V. M. R. de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1-12, 2020.

PACÍFICO FILHO, M. *et al*; Cidades Médias na Amazônia Legal: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v.25, Ed. Especial., p.1477 -1503, 2020. ISSN 1982-6745.

PACÍFICO FILHO, M. ; BORGES, T. P.; SIQUEIRA, M. T. Cidades pequenas no contexto

Amazônico: Colinas do Tocantins – TO e desigualdades intraurbanas. **Revista Cerrados**, Montes Claros – MG, v. 21, n. 01, p. 188-211, 2023.

PACÍFICO FILHO, M. P.; BORGES, T. P.; CANÇADO, A. C. Migrações internas no Brasil: dos centros de formação para a pesquisa à Amazônia Legal - os professores da Universidade Federal do Tocantins. **Bol. Geogr.**, Maringá, v. 38, n. 3, p. 1-18, 2020.

PAIXÃO, A. N; FERREIRA, T. Determinantes da Mortalidade Infantil no Brasil. **Informe Gepec**, Toledo, v. 16, n. 2, p. 6-20, jul./dez. 2012.

PAULO, G. S. *et al.* Estudo Sobre a Ferrovia Norte Sul na Atualidade. In: AGIAR, J. J. F. **Coletânea Logística**. UniEditoras: Jundiá, 2022. p.14-30. Cap. 1.

PAVÃO, E. *et al.* **Amazônia legal: propostas para um desenvolvimento agrícola sustentável**. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2017, p. 11-15.

PNUD. **IDHM Municípios 2010**. 2010. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-municipios-2010>. Acesso em: 06 ago. 2024.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é o IDH**. 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-e-o-idh>. Acesso em: 15 mai. 2024.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Quem somos**. 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil>. Acesso em: 15 mai. 2024.

PRADO Jr., Caio. A teoria da revolução brasileira. In: PRADO Jr., Caio. A revolução brasileira. São Paulo: companhia das letras, 1966, p. 240.

PREFEITURA DE ARAGUAÍNA. **Araguaína é a primeira cidade da região Norte do Brasil a receber selo do Instituto Banco Vermelho**. 2020. Disponível em: <https://www.araguaina.to.gov.br/araguaina-e-a-primeira-cidade-da-regiao-norte-do-brasil-a-receber-selo-do-instituto-banco-vermelho>. Acesso em: 21 nov. 2024.

PREFEITURA DE ARAGUAÍNA. **Banheiros móveis estão disponíveis para uso da população nos principais espaços públicos de Araguaína**. 2022. Disponível em: <https://araguaina.to.gov.br/noticias/2022/banheiros-m-oveis-est-ao-dispon-iveis-para-uso-da-populac-ao-nos-principais-espacos-p-ublicos-de-aragua-ina>. Acesso em: 21 nov. 2024.

PREFEITURA DE ARAGUAÍNA. **História**. 2023. Disponível em: <https://www.araguaina.to.gov.br/turismo-araguaina>. Acesso em: 20 mai. 2024.

PREFEITURA DE ARAGUAÍNA. **Liberado recursos de R\$ 12 milhões para construção da Via Lago em Araguaína**. 2014. Disponível em: <https://araguaina.to.gov.br/noticias/2014/liberado-recursos-de-r-12-milh-oes-para-construc-ao-da-via-lago-em-aragua-ina>. Acesso em: 21 nov. 2024.

PREFEITURA DE ARAGUAÍNA. **Lombofaixas são instaladas na Via Lago para acessibilidade e redução de velocidade**. 2020. Disponível em: <https://araguaina.to.gov.br/noticias/2020/lombofaixas-s-ao-instaladas-na-via-lago-para>

acessibilidade-e-reduc-ao-de-velocidade. Acesso em: 21 nov. 2024.

PREFEITURA DE ARAGUAÍNA. **Primeiro empreendimento da Via Lago será inaugurado neste semestre.** 2018. Disponível em:

<https://www.araguaina.to.gov.br/noticias/2018/primeiro-empreendimento-da-via-lago-ser-a-inaugurado-neste-semester>. Acesso em: 21 nov. 2024.

PREFEITURA DE ARAGUAÍNA. **Via lago democratiza acesso ao Lago Azul em Araguaína.** 2017. Disponível em: <https://araguaina.to.gov.br/noticias/2017/via-lago-democratiza-acesso-ao-lago-azul-em-aragua-ina>. Acesso em: 21 nov. 2024.

PEREIRA, F. C. **As mudanças na paisagem e os novos usos do espaço urbano com a implantação da via lago em Araguaína-Tocantins.** Monografia (Licenciatura em Geografia) -Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, 2021.

PESSONI, I. G. **Cidades acolhedoras para a primeira infância: caminhos para o desenvolvimento sustentável – a experiência do município de São Paulo.** Dissertação (Cidades inteligentes e sustentáveis) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP, 2023.

PRIMEIRA INFÂNCIA EM PAUTA. **O que são os ODS e o que eles têm a ver com as crianças.** 2024. Disponível em: <https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-os-objetivos-da-onu-o-que-sao-os-ods-e-o-que-eles-tem-a-ver-com-as-criancas.html>. Acesso em: 09 mai. 2024.

PRADO Jr., C. A teoria da revolução brasileira. In: PRADO Jr., Caio. **A revolução brasileira.** São Paulo: companhia das letras, 1966, p. 32-85.

PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO. **Brasil.** 2024. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/dados/brasil/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

PROADESS. Programa de Avaliação dos Serviços de Saúde. **Painel de indicadores por dimensão – município.** 2020. Disponível em: <https://www.proadess.icict.fiocruz.br/index.php?pag=painel3>. Acesso em: 16 maio 2023.

QGIS. **Baixar Qgis 3.36.** Disponível em: [https://www.qgis.org/pt\\_BR/site/forusers/download.html](https://www.qgis.org/pt_BR/site/forusers/download.html). Acesso em: 25 mar. 2024.

RAMOS, L. L. A.; JESUS, L. A. N.; SILVA, E. B. M. **Espaços públicos e qualidade ambiental: praças urbanas e sua relação com o microclima.** In: encontro nacional de conforto no ambiente construído, São Paulo, p. 1-10, 2023.

RIBEIRO, H. V.; COCCO, J. GALVANIN, E. A. dos S. Desmatamento e índice de desenvolvimento humano no estado de Mato Grosso – Brasil. **Revista de Estudos Sociais.** v. 17. n. 34. p. 153, 2015.

RICHARDSON, E. A. *et al.* *The role of public and private natural space in children's social, emotional and behavioural development in Scotland: A longitudinal study.* **Environmental Research,** v.158, p.729-736, 2017.

RNPI. Observatório da Primeira Infância. **Indicadores e seus desagregadores**. 2020. Disponível em: <https://rnpiobserva.org.br/city?id=1702109&area=4>. Acesso em: 16 maio 2023.

RODRIGUES, A. M. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. **Cadernos Metr pole**, n  12, p. 9-25, 2004.

RODRIGUES, D. L.; SILVA, D. N. Pobreza na Amazônia brasileira e os desafios para o desenvolvimento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 10, 2023.

RODRIGUES, W.; BORGES, T. P. Refletindo sobre as cidades brasileiras como constructos masculinos. **PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 7, n. 24, p. 278-293, 2023.

ROJO-RAMOS, J. *et al.* Early childhood education teachers' perception of outdoor learning activities in the Spanish region of Extremadura, **Sustainability**, v.13, p. 1-12, 2021.

ROLNIK, R. A constru o de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. **Cadernos ipea: Políticas Sociais-acompanhamento e análise**, v. 12, p. 199-210, 2006.

ROLNIK, R. **Morar, atuar e viver**. Teoria e Debate – Funda o Perseu Abramo, Edi o 09, 1990. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1990/03/06/planejamento-urbano-morar-atuar-e-viver/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

ROMANOWSKI, J. P. ENS. R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educa o. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, 2006.

ONU-habitat. **ONU-HABITAT lista 5 a es que promovem cidades mais inclusivas e seguras para mulheres**. 2024. Disponivel em: <https://brasil.un.org/pt-br/85431-onu-habitat-lista-5-a%C3%A7%C3%B5es-que-promovem-cidades-mais-inclusivas-e-seguras-para-mulheres>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SANTANA, N. P. **Urbanismo tático e direito   cidade: a transforma o da rela o da criança com o espaço público na vila Burity**. Disserta o (Mestra em Administra o) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2022.

SANTOS, M. **A urbaniza o Brasileira**. 5<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Edusp, 2023.

SANTOS, M. **A urbaniza o desigual: especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, R. M. dos.; FIORENTINI, D. Apontamentos e percursos metodológicos nas pesquisas do estado da arte em educa o matemática. **Boletim Cearense de Educa o e H stria da Matemática**, v. 8, n. 24, p. 1-18, 2021.

SCHUTTE, A. R. *et al.* Impact of Urban Nature on Executive Functioning in Early and Middle Childhood, **Faculty Publications, Department of Psychology**, v. 677, p.1-29, 2015.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SIEBEN, A.; CLEPS JUNIOR, J. Política energética na Amazônia: a UHE estreito e os camponeses tradicionais de Palmatuba/Babaçulândia (TO). **Sociedade & Natureza**, v. 24, p. 183-196, 2012.

SIEBEN, A.; JUNIOR, J. C. A usina hidrelétrica Estreito e a Amazônia na política energética brasileira: a desterritorialização dos camponeses ribeirinhos de Palmatuba (TO). **Revista de geografia agrária**, v. 11, n. 22, p. 433-463, 2016.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital da produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Documento apresentado para discussão**. II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. 2006. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/confest\\_e\\_confega/pesquisa\\_trabalhos/arquivosPDF/M593\\_01.pdf](https://www.ibge.gov.br/confest_e_confega/pesquisa_trabalhos/arquivosPDF/M593_01.pdf). Acesso em: 23 jan. 2024.

SOUSA, Á. M. C. *et al.* Grandes projetos e conflitos socioambientais na Amazônia o uso desigual dos recursos naturais como causa?. *In: Grandes Projetos na Amazônia: a ecologia política dos danos e conflitos socioambientais*. Científica Digital. 2023. p.94-106.

SOUZA, V. de. *et al.* A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 53–72, 2020.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, E. S. e JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí, Pacco Editorial, 2013.

TAVOLARI, B. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos estud.** 2016. p. 97-109.

TEEUWEN, R.; PSYLLIDIS, A. **Easy as Child's Play? Co-designing a Network-Based Metric for Children's Access to Play Space**. Proceedings of the 18th International Conference on Computational Urban Planning and Urban Management, CUPUM, 2023.

THEIS, I. M. A Sociedade do Conhecimento realmente existente na perspectiva do desenvolvimento desigual. **urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 5, n. 1, p.133-148, 2013.

THEIS, I. M. Desenvolvimento Desigual e Planejamento Regional no Brasil. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, v.37, n.131, p.79-97, 2016.

THEIS, I. M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 241-252, 2009.

TROTSKY, Leon. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. *In: A história da revolução russa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017a, p.31-43.

TROTSKY, Leon. O proletariado e os camponeses. *In: A história da revolução russa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017b, p.61-79.

THORNTON, R. L. J. *et al. Evaluating Strategies For Reducing Health Disparities By Addressing The Social Determinants Of Health. Health affairs*, v. 35, n. 8, p. 1416-1423, 2016.

UNICEF. **Água, Saneamento e Higiene**. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/agua-saneamento-e-higiene>. Acesso em: 13 de mai. 2024.

UNICEF. **Agenda pela infância e adolescência na Amazônia**. 2018. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/1131/file/Agenda\\_pela\\_infancia\\_e\\_adolescencia\\_na\\_Amazonia.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/1131/file/Agenda_pela_infancia_e_adolescencia_na_Amazonia.pdf). Acesso em: 21 jun. 2023.

UNICEF. **Dia da Amazônia – Conheça a situação da infância na Amazônia Legal**. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dia-da-amazonia-conheca-situacao-da-infancia-na-amazonia-legal>. Acesso em: 24 jan. 2024.

UNICEF. **O plano municipal pela primeira infância: um passo a passo para a elaboração**. Brasília, DF, 2021a. Disponível em: [https://www.selounicef.org.br/sites/default/files/2022-02/Guia\\_Plano%20Municipal%20Para%20a%20Primeira%20Inf%C3%A2ncia.pdf](https://www.selounicef.org.br/sites/default/files/2022-02/Guia_Plano%20Municipal%20Para%20a%20Primeira%20Inf%C3%A2ncia.pdf). Acesso em: 19 jul. 2022.

UNICEF. **Selo UNICEF Guia Metodológico – Edição 2021 -2024**. 2021b. Disponível em: <https://www.selounicef.org.br/Guia2021>. Acesso em: 05 mar. 2024.

UNICEF. **Sobre o UNICEF**. 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef>. Acesso em: 08 mai. 2024.

UNICEF. **Pobreza multidimensional na infância e adolescência 2022**. 2018. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/26726/file/unicef\\_pobreza-multidimensional-na-infancia-e-adolescencia\\_2022.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/26726/file/unicef_pobreza-multidimensional-na-infancia-e-adolescencia_2022.pdf). Acesso em: 09 mai. 2024.

UNICEF. **UNICEF: 6 em cada 10 crianças e adolescentes brasileiros vivem na pobreza**. 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/80766-unicef-6-em-cada-10-crian%C3%A7as-e-adolescentes-brasileiros-vivem-na-pobreza>. Acesso em: 09 mai. 2024.

URBAN95. **A importância da educação ao ar livre para crianças**. 2022b. Disponível em: <https://urban95.org.br/a-importancia-da-educacao-ao-ar-livre-para-criancas/#:~:text=%E2%80%9CFavorece%20os%20v%C3%ADnculos%20sociais%3A%20as,na%20inf%C3%A2ncia%20e%20o%20desenvolvimento>. Acesso em: 09 mai. 2024.

URBAN95. **Espaços públicos e mobilidade para primeira infância**. 2021k. Disponível em: <https://urban95.org.br/espacos-publicos-e-mobilidade-para-primeira-infancia/#:~:text=Os%20espa%C3%A7os%20p%C3%ABlicos%20exercem%20grande,cidade%20e%20entre%20a%20comunidade>. Acesso em: 25 set. 2024.

URBAN95. **Estruturação de políticas públicas.** 2023b. Disponível em: [https://bernardvanleer.org/app/uploads/2021/07/REPORT\\_Guia-1\\_Estruturacao-de-politicas-publicas\\_IAB\\_2021\\_PT\\_Single-pages.pdf](https://bernardvanleer.org/app/uploads/2021/07/REPORT_Guia-1_Estruturacao-de-politicas-publicas_IAB_2021_PT_Single-pages.pdf) . Acesso em: 26 maio 2023.

URBAN95. **FAQ da URBAN95.** 2024. Disponível em: <https://urban95.org.br/faq/#:~:text=Durante%20a%20primeira%20inf%C3%A2ncia%20seus,se%20relacionar%20com%20os%20outros>. Acesso em: 08 mai. 2024.

URBAN95. **Guia mês da primeira infância.** 2022. Disponível em: <https://urban95.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Guia-Mes-da-Primeira-Infancia.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2024.

URBAN95. **Ideias para parquinhos para crianças de 0 a 3 anos.** 2023a. Disponível em: [https://urban95.org.br/pdfs/playground\\_guidebook.pdf](https://urban95.org.br/pdfs/playground_guidebook.pdf) . Acesso em: 29 abr. 2023.

URBAN95. **Lugares seguros para crianças.** 2021j. Disponível em: <https://urban95.org.br/lugares-seguros-para-criancas/>. Acesso em: 09 mai. 2024.

URBAN95. **Mudando cidades com e para as crianças.** 2021f. Disponível em: <https://urban95.org.br/mudando-cidades-com-e-para-as-criancas/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

URBAN95. **Os marcos do desenvolvimento infantil.** 2021d. Disponível em: <https://urban95.org.br/os-marcos-do-desenvolvimento-infantil/> . Acesso em: 21 jun. 2023.

URBAN95. **Pensando cidades para crianças.** 2021c. Disponível em: <https://urban95.org.br/pensando-cidades-para-criancas/> . Acesso em: 26 maio 2023.

URBAN95. **Princípios e diretrizes do plano nacional da primeira infância.** 2021g. Disponível em: <https://urban95.org.br/principios-e-diretrizes-do-plano-nacional-da-primeira-infancia/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

URBAN95. **Planejando cidades sob as lentes da primeira infância.** 2021a. Disponível em: <https://urban95.org.br/blog/planejando-cidades-sob-as-lentes-da-primeira-infancia/> . Acesso em: 21 jun. 2023.

URBAN95. **Planejamento e design urbano *family-friendly*.** 2021b. Disponível em: <https://urban95.org.br/blog/planejando-cidades-sob-as-lentes-da-primeira-infancia/> . Acesso em: 21 jun. 2023.

URBAN95. **Primeira infância e os direitos das crianças.** 2021e. Disponível em: <https://urban95.org.br/primeira-infancia-e-os-direitos-das-criancas/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

URBAN95. **Por que é importante o desenvolvimento de um projeto pela primeira infância?** 2021h. Disponível em: <https://urban95.org.br/por-que-e-importante-o-desenvolvimento-de-um-projeto-pela-primeira-infancia/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

URBAN95. **Praças e parques para crianças na primeira infância.** 2021i. Disponível em: <https://urban95.org.br/pracas-e-parques-para-criancas-na-primeira-infancia/>. Acesso em: 13

mai. 2024.

VIEIRA, A. F. A importância da BR-153 para a logística e distribuição da produção do estado do Tocantins. Artigo (Tecnólogo em Logística) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína-TO, 2022.

VILELA, I. R. de O.; NASCIMENTO, D. T. F. Araguaia, natureza exuberante: conhecer para preservar. **XV ENANPEGE**. 2022. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2023/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV187\\_MD3\\_ID2297\\_TB708\\_30102023194504.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV187_MD3_ID2297_TB708_30102023194504.pdf). Acesso em: 20 mai. 2024.

VINCELOT, J. *Urban95: a global initiative linking early childhood development and the urban field*. **Cities & Health**, v. 3, n. 1-2, p. 40-45, 2019.

WOLFART, G.A. **Saneamento básico como fator de desenvolvimento: um estudo da mortalidade infantil e da infância no Estado do Paraná**. Dissertação (Mestre em Economia Regional) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, 2014.

### APÊNDICE 1 - ESTUDOS SELECIONADOS NO ESTADO DA ARTE

Tipo de publicação/ Repositório	Autores	Enfoque	Título/ Ano	Método
Dissertação/ BTDC	CRUZ, L. R.	Planejamento urbano; primeira infância; espaços urbanos	Planejamento urbano para a primeira infância e vulnerabilidade parental em Araguaína-TO, Amazônia Legal / 2022	<b>Estudos qualitativos</b> para <b>observar a presença de equipamentos públicos comunitários e espaços urbanos planejados para promover o desenvolvimento e o bem-estar de crianças de até 72 meses de idade.</b> Além disso, foram conduzidas análises estatísticas utilizando o <i>software SPSS</i> e <i>Qgis</i> para a análise espacial dos dados. A pesquisa também incluiu a <b>observação não participante dos equipamentos e espaços destinados à primeira infância</b> , com a utilização de um protocolo de análise elaborado pela pesquisadora e pela orientadora.
Dissertação/ BTDC	NASCIMENTO, P. H. dos S.	Lazer; primeira infância; espaço público	Direito ao lazer e primeira infância: uma análise sobre os COMPAZ do Recife/ 2022	No estudo, foram enfatizadas as categorias de políticas públicas, primeira infância e lazer. Além disso, outras categorias que contribuíram para a discussão da dissertação incluem cidade, espaço público e construção social da infância. O método utilizado nesta pesquisa foi o <b>materialismo histórico-dialético</b> . A autora adotou essa abordagem buscando observar a realidade para além do aparente, aproximando-se sucessivamente do real. O método dialético considera que a vivência não se explica por um único motivo, mas sim por vários determinantes que caracterizam a realidade. Ele busca o entendimento profundo e exaustivo da realidade, explorando ao máximo os prismas da realidade. Além disso, o estudo também utilizou a <b>pesquisa exploratória de caráter documental</b> , bem como a <b>pesquisa bibliográfica</b> para embasar a análise da construção social da infância, primeira infância, o Estado no sistema capitalista e as políticas públicas.
Dissertação/ BTDC	FRANCA, J. S. da	Espaço público; primeira infância; cuidadores	O lúdico urbano na Freguesia do Ó e Brasilândia: qualificando o espaço público para a primeira infância (1990-2020)/ 2023	Os métodos utilizados nessa pesquisa incluem a realização de <b>entrevistas</b> via Zoom, <b>a condução de processos participativos, a escuta de crianças e cuidadores, a análise de experiências práticas e a revisão de literatura relacionada ao tema.</b> Além disso, foram mencionadas a aplicação de metodologias específicas em projetos como o <i>Child Life Specialist</i> e a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância,

				bem como a realização de painéis e rodas de conversa para promover a participação e o diálogo com a comunidade.
Dissertação/ BTDC	PESSONI, I. G.	Primeira infância; planejamento urbano; lazer	Cidades acolhedoras para a primeira infância: caminhos para o desenvolvimento sustentável – a experiência do município de São Paulo/ 2023	O método utilizado nesta pesquisa foi baseado na identificação de leis, regulamentos, planos de ação e projetos relacionados ao desenvolvimento da primeira infância na cidade de São Paulo, especificamente as ações do poder executivo previstas no Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI). A autora utilizou uma <b>abordagem qualitativa</b> para analisar as políticas públicas relacionadas ao tema, considerando a temporalidade de execução do PMPI até 2030, alinhado com os compromissos internacionais da Agenda 2030.
Dissertação/ BTDC	LINS, A. C. V.	Primeira infância; saneamento básico	Doenças infecciosas intestinais na primeira infância e serviços de saneamento básico nos municípios brasileiros entre 2010 e 2015: uma análise via regressão quantílica/ 2023.	A utilização da <b>Regressão Quantílica</b> permitiu explorar de forma mais detalhada a relação entre as variáveis de interesse, contribuindo para a compreensão dos impactos do saneamento básico na saúde infantil e para a formulação de políticas mais eficazes nessa área. A Regressão Quantílica foi utilizada neste estudo para <b>investigar as relações entre as taxas de internação hospitalar por doenças infecciosas na primeira infância e a oferta de serviços de saneamento básico nos municípios brasileiros entre 2010 e 2015</b> . Esse método permitiu analisar como a qualidade e a disponibilidade de saneamento básico influenciaram as taxas de internação hospitalar nesse grupo etário durante esse período.
Dissertação/ BTDC	SANTANA, P. N. de	Crianças; espaços públicos; lazer	Urbanismo tático e direito à cidade: a transformação da relação da criança com o espaço público na vila Burity/ 2022	O método utilizado nesta pesquisa foi <b>qualitativo</b> , com uma abordagem <b>descritiva</b> . A pesquisadora adotou uma <b>perspectiva onto-epistemológica de orientação construtivista, entendendo que a realidade é construída historicamente e socialmente pela interação entre os sujeitos e o mundo em que vivem</b> . A pesquisadora busca compreender o fenômeno da relação da criança com o espaço público a partir da perspectiva dos próprios sujeitos envolvidos. Isso permite uma análise das percepções, experiências e necessidades das crianças em relação ao ambiente urbano, contribuindo para a promoção de políticas públicas inclusivas e adequadas às demandas infantis no contexto urbano.

Dissertação/ BTDC	WOLFART, G.A.	Saneamento básico; infância; mortalidade infantil	Saneamento básico como fator de desenvolvimento: um estudo da mortalidade infantil e da infância no Estado do Paraná/ 2014	O método utilizado nesta pesquisa foi a <b>análise de regressão de dados</b> em painel. Esse método permitiu <b>analisar a influência do saneamento e de outras variáveis de controle nas taxas de mortalidade infantil e de crianças menores de cinco anos no Estado do Paraná</b> . A análise de dados em painel é uma técnica estatística que considera tanto a variação entre as unidades individuais (neste caso, os municípios) quanto a variação ao longo do tempo, possibilitando uma análise aprofundada das políticas públicas e de seus efeitos.
Dissertação/ BTDC	ALMEIDA, E. C.	Saneamento básico; mortalidade infantil	Investimentos em saneamento básico x redução da mortalidade infantil: o caso dos municípios do norte e nordeste de Minas gerais, beneficiados pelos programas "Proágua Semiárido" e "Vida no Vale"/ 2016.	Envolveu a <b>análise de dados secundários provenientes de fontes como IBGE, FGV, DATASUS, CGIAE/SVS/MS</b> , bem como a seleção e análise de variáveis relevantes. Foram realizados testes de hipóteses para verificar o paralelismo e a existência de efeitos na redução da mortalidade. Além disso, foi empregada a <b>regressão para analisar a relação entre o investimento per capita em saneamento e a redução da mortalidade infantil</b> . A metodologia também incluiu a seleção de municípios, a utilização de dados primários e o uso do <i>software Statistica</i> para análise estatística.
Tese/ BTDC	BORGHI, G. N.	Primeira infância; saúde	Sobrepeso e obesidade, comportamento alimentar e biomarcadores salivares do apetite na primeira infância: um estudo longitudinal/ 2022.	O método utilizado nessa pesquisa foi um <b>estudo observacional longitudinal</b> . A pesquisa envolveu a avaliação do comportamento alimentar por meio dos questionários <i>Baby Eating Behavior</i> (BEBQ) e <i>Children Eating Behavior</i> (CEBQ). Essa abordagem permitiu acompanhar as crianças ao longo do tempo e investigar possíveis influências desses fatores no estado nutricional, especificamente sobrepeso e obesidade na primeira infância.
Capítulo de livro/ google acadêmico	TEEUWEN, R.PSYLLIDIS, A.	Espaço urbano; crianças, lazer.	Easy as Child's Play? Co-designing a Network-Based Metric for Children's Access to Play Space/ 2023.	O método utilizado nesta pesquisa foi o <b>processo de co-design</b> , que envolveu duas sessões presenciais estruturadas em três rodadas. O co-design é um processo colaborativo no qual diferentes partes interessadas, como pesquisadores, profissionais da área, e potenciais usuários, trabalham juntas para criar soluções. <b>As rodadas incluíram discussões sobre os fatores que promovem ou limitam o acesso das crianças aos espaços de brincadeira, como esses fatores podem ser</b>

				<p><b>reconhecidos no ambiente urbano e como os dados espaciais apresentados refletem esses fatores.</b> Além disso, o estudo implementou uma métrica de acessibilidade baseada em rede em três cidades de estudo usando dados abertos e <i>software</i> de código aberto. O método de co-design utilizado nessa pesquisa tem uma forte relação com o planejamento urbano para a primeira infância, pois envolve a colaboração de especialistas e profissionais para desenvolver uma métrica de acessibilidade de espaços de brincadeira para crianças. Ao integrar diferentes perspectivas e conhecimentos, o processo de co-design permite identificar fatores que promovem ou limitam o acesso das crianças a esses espaços, considerando aspectos físicos, sociais e ambientais.</p>
Artigo científico/ <i>google</i> acadêmico	DIAS, M. S.; FERREIRA, B. R.	Espaço urbano; infância, lazer	Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea/ 2015.	<p>O método utilizado nesta pesquisa sobre espaços públicos e infâncias urbanas é <b>interdisciplinar, envolvendo o cruzamento de campos do conhecimento relacionados à cultura urbana, planejamento urbano, sociologia urbana, sociologia da infância e pedagogia.</b> Essa abordagem transdisciplinar permite uma análise ampla e aprofundada do tema em questão, considerando diferentes perspectivas e contribuições de diversas áreas de estudo.</p>
Artigo científico/ <i>google</i> acadêmico	SCHUTTE, A. R. <i>et al.</i>	Meio ambiente; infância	Impact of Urban Nature on Executive Functioning in Early and Middle Childhood/ 2015.	<p>Os pesquisadores utilizaram um <b>método experimental que envolveu a realização de caminhadas de 20 minutos em ambientes naturais e urbanos, seguidas por tarefas cognitivas para avaliar a função executiva em crianças.</b> Antes das caminhadas, as crianças realizaram tarefas de fadiga de atenção, como quebra-cabeças, para padronizar o nível de atenção antes do início das avaliações. Após as caminhadas, as crianças completaram tarefas computadorizadas, incluindo testes de memória espacial, <i>Go/No go</i> e <i>Continuous Performance Task</i> (CPT), para medir diferentes aspectos da função executiva, ambas as tarefas são úteis para avaliar diferentes aspectos da função executiva, como controle inibitório, atenção seletiva e capacidade de manter o foco ao longo do tempo, são tarefas comumente utilizadas em pesquisas para investigar o desempenho</p>

				cognitivo em diversas populações, incluindo crianças de 4 a 6 anos de idade. Dessa forma, para analisar os dados coletados, os pesquisadores utilizaram a teoria da detecção de sinais. Essa abordagem permitiu calcular escores para os dados obtidos nos testes do Go/No go e CPT, fornecendo uma maneira objetiva de avaliar o desempenho das crianças nessas tarefas e comparar os resultados entre os grupos submetidos às caminhadas em ambientes naturais e urbanos.
Artigo científico/ <i>google</i> acadêmico	COE, H.	Meio ambiente; educação; primeira infância.	From Excuses to Encouragements: Confronting and Overcoming the Barriers to Early Childhood Outdoor Learning in Canadian Schools/ 2016.	O método utilizado nessa pesquisa foi a <b>revisão bibliográfica e análise de estudos de caso de programas de aprendizagem ao ar livre para crianças em idade pré-escolar no Canadá</b> . A autora examinou a literatura existente sobre o tema e também apresentou exemplos práticos de programas de educação ao ar livre em diferentes regiões do Canadá. A autora destaca a necessidade de proporcionar experiências de interação com a natureza para as crianças, mesmo em ambientes urbanos, e como isso pode ser benéfico para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças de 3 a 6 anos de idade que é uma parte do público do estudo.
Artigo científico/ <i>google</i> acadêmico	THORNTON, R. L. J. <i>et al.</i>	Saúde; primeira infância.	Evaluating Strategies For Reducing Health Disparities By Addressing The Social Determinants Of Health/ 2016.	O método utilizado nessa pesquisa é uma <b>revisão da literatura científica, que inclui evidências de intervenções e estratégias para reduzir disparidades de saúde ao abordar os determinantes sociais da saúde</b> . A autora analisa estudos e avaliações rigorosas de políticas e programas de saúde pública para identificar abordagens eficazes na redução das desigualdades em saúde.
Artigo científico/ <i>google</i> acadêmico	COOPER, A.	Meio ambiente; educação; primeira infância	Nature and the Outdoor Learning Environment: The Forgotten Resource in Early Childhood Education/ 2015.	O método utilizado nessa pesquisa foi <b>uma revisão da literatura, onde foram analisados e sintetizados diversos estudos e fontes de informação relacionados ao papel dos ambientes naturais e do ar livre no desenvolvimento e na educação na primeira infância</b> . Através dessa revisão, os autores puderam identificar as evidências e recomendações que apoiam a integração de elementos naturais nos ambientes de aprendizagem das crianças pequenas.

Artigo científico/ <i>google</i> acadêmico	LIAO, J. <i>et al.</i>	Meio ambiente; primeira infância	Residential exposure to green space and early childhood neurodevelopment/ 2019.	foi empregada a análise de <b>regressão linear para investigar as relações entre a exposição ao espaço verde residencial e o neurodesenvolvimento na primeira infância</b> . Isso significa que os pesquisadores utilizaram modelos estatísticos para examinar como a proximidade de áreas verdes influencia o desenvolvimento cognitivo das crianças pequenas. Além disso, foram <b>conduzidas análises de mediação causal para explorar o papel da poluição do ar relacionada ao tráfego e da atividade física materna na ligação entre a exposição ao espaço verde e o neurodesenvolvimento na primeira infância</b> . Essas análises de mediação ajudam a entender se a influência do espaço verde no desenvolvimento infantil é direta ou se é mediada por fatores como a poluição do ar e a atividade física materna.
Artigo científico/ <i>google</i> acadêmico	ENGEMANN, K. <i>et al.</i>	Meio ambiente; primeira infância	Residential green space in childhood is associated with lower risk of psychiatric disorders from adolescence into adulthood/ 2019.	O método utilizado nessa pesquisa foi uma <b>análise longitudinal que envolveu o uso de imagens de satélite para calcular o Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI) como medida de presença de áreas verdes</b> . Foram realizadas análises estatísticas, incluindo regressões de Cox para estimar o risco relativo de transtornos psiquiátricos, levando em consideração fatores de confusão como urbanização, <i>status</i> socioeconômico dos pais, e outros fatores de risco conhecidos. Além disso, foram ajustados modelos para diferentes níveis de urbanização e realizada uma análise de risco populacional atribuível para comparar a magnitude das associações com NDVI com outros fatores de risco conhecidos. A relação entre a presença de áreas verdes na infância e o risco reduzido de transtornos psiquiátricos na vida adulta tem implicações para o planejamento urbano voltado para a primeira infância.
Artigo científico/ <i>google</i> acadêmico	BENTO, G.; DIAS, G.	Meio ambiente; primeira infância	The importance of outdoor play for young children's healthy development/ 2017.	O método utilizado nessa pesquisa foi próximo ao da <b>pesquisa-ação. Isso envolveu o treinamento dos professores em brincadeiras ao ar livre, reuniões regulares da equipe e observações das brincadeiras das crianças</b> . Problemas que surgiram foram interpretados como marcos no processo de melhoria da prática educacional, e estratégias específicas foram

				experimentadas para encontrar soluções. A pesquisa mencionada aborda a importância de criar oportunidades de brincadeiras ao ar livre de qualidade para crianças pequenas em ambientes educacionais.
Artigo científico/ <i>google</i> acadêmico	RICHARDSON, E. A. <i>et al.</i>	Meio ambiente; primeira infância	The role of public and private natural space in children's social, emotional and behavioural development in Scotland: A longitudinal study/ 2017.	Nesta pesquisa, foi realizada uma <b>análise estatística utilizando métodos estatísticos avançados foram empregados para analisar a relação entre o acesso a espaços naturais e o desenvolvimento infantil.</b> Incluindo modelos lineares de medidas repetidas com interceptação aleatória, estimativa de Cadeia de Markov Monte Carlo e <i>software</i> especializado (MLwiN e Stata). Foram aplicados parâmetros no nível individual para analisar a relação entre o acesso a espaços naturais e o desenvolvimento infantil.
Artigo científico/ <i>google</i> acadêmico	ROJO-RAMOS, J. <i>et al.</i>	Meio ambiente; educação; primeira infância	Early childhood education teachers' perception of outdoor learning activities in the Spanish region of Extremadura / 2021.	O método utilizado nessa pesquisa foi a <b>coleta de dados por meio de questionários eletrônicos utilizando o Google Forms.</b> Os questionários foram desenvolvidos com base em um instrumento sobre a concepção de práticas educativas ao ar livre, composto por 12 perguntas 3. Os dados coletados foram posteriormente analisados estatisticamente utilizando o teste Qui-Quadrado de Pearson para avaliar as diferenças entre as variáveis estudadas, levando em consideração a localização da escola.
Artigo científico/ <i>google</i> acadêmico	HULTGREN, F.; JOHANSSONB, B.	Espaço urbano; bebês; crianças pequenas	Including babies and toddlers: a new model of participation/ 2018.	O método utilizado nessa pesquisa foi a <b>etnografia.</b> Os autores realizaram dois estudos etnográficos em bibliotecas infantis para investigar a participação de crianças pequenas em atividades culturais e o desenvolvimento de um centro cultural para pré-escolares. Eles utilizaram <b>observações participativas</b> , entrevistas individuais e em grupo, diálogos e oficinas com crianças, além de análises de campo, fotografias e sequências de vídeo para coletar dados e construir o modelo de participação proposto no artigo.
Artigo científico/ <i>google</i> acadêmico	VINCELOT, J.	Espaço urbano; primeira infância; saúde	URBAN95: a global initiative linking early childhood development and the urban field/ 2019.	O método utilizado nessa pesquisa envolveu a <b>análise de iniciativas e projetos em diversas cidades ao redor do mundo que buscam integrar o desenvolvimento da primeira infância com o planejamento urbano.</b> Foram examinadas práticas e intervenções específicas

				implementadas nessas cidades, como a criação de espaços públicos adequados para crianças, o desenvolvimento de mobiliário urbano voltado para famílias com crianças pequenas, e a realização de projetos piloto para promover atividades saudáveis e seguras para crianças e suas famílias. Além disso, a pesquisa também envolveu a <b>coleta e análise de dados sobre o impacto dessas iniciativas na interação entre cuidadores e crianças</b> , com foco no desenvolvimento saudável do cérebro de bebês e crianças pequenas. Os projetos foram avaliados quanto à sua eficácia e relevância para refinamento do conceito base da iniciativa URBAN95. Portanto, o método utilizado combinou análise de práticas existentes, implementação de projetos piloto, coleta de dados sobre o impacto das intervenções e avaliação dos resultados para aprimoramento contínuo da abordagem URBAN95.
Artigo científico/ <i>google</i> acadêmico	CALIL, M. A. S.; LERSCH, I. M.	Educação, espaços urbanos	A criança na cidade que educa: a infância nos estudos urbanos/ 2024.	O método utilizado nessa pesquisa foi a <b>Pesquisa Bibliográfica em fontes diversas, como livros, teses, dissertações, anais de eventos científicos e material disponibilizado pela internet</b> . A escolha desse método permitiu estabelecer conexões entre diferentes perspectivas acadêmicas e promover um diálogo interdisciplinar, conectando áreas como planejamento urbano, educação, pedagogia e sociologia.
Artigo científico/ <i>Scielo</i>	BRUNO, D. J. R.; SILVEIRA, A. A. D.	Educação infantil	A educação infantil em municípios com distintas capacidades orçamentárias: acesso, condições de oferta e financiamento/ 2023.	O método utilizado nesta pesquisa sobre a oferta da Educação Infantil em municípios com diferentes capacidades orçamentárias <b>envolveu a análise de dados empíricos e a utilização de indicadores específicos</b> . Foram selecionados indicadores com base na legislação brasileira relacionada ao financiamento, acesso e condições de oferta na Educação Infantil. Os dados foram coletados, tratados e analisados considerando a realidade dos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba. A análise dos dados empíricos foi realizada com base nos indicadores referentes ao ano de 2018, considerando a disponibilidade dos dados na época da pesquisa. As fontes de dados utilizadas incluíram projeções populacionais, <b>o Censo Escolar, Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO)</b> ,

				<b>Sistema de informações sobre Orçamentos Públicos em Educação, além de informações obtidas nas páginas oficiais e portais da transparência dos municípios.</b>
Artigo científico/ <i>Scielo</i>	MOURA, C. S. <i>et al.</i>	Saúde; primeira infância	Estratégias de promoção da saúde na primeira infância: tecendo redes locais/ 2023.	O método utilizado nessa pesquisa foi a <b>realização de um Grupo Focal (GF) com atores sociais atuantes na área da saúde, educação e assistência social</b> , com o intuito de investigar as principais estratégias relacionadas à primeira infância e analisá-las sob a perspectiva da promoção da saúde. Os participantes foram convidados a discutir e compartilhar suas experiências, percepções e conhecimentos sobre o tema, contribuindo para a identificação de demandas, desafios e possíveis soluções para promover a saúde na primeira infância. A análise dos dados coletados foi realizada com base na <b>metodologia de Bardin</b> .
Artigo científico/ <i>Scielo</i>	HERRMANN - LUNECKE, M. G.; MORTÍNEZ; C. F.; SALGADO, P. V.	Espaço público, cuidadores	Caminata y vejez: explorando el espacio público peatonal de las personas mayores en los instrumentos de planificación urbana en Chile / 2021.	O método utilizado nesta pesquisa foi uma <b>abordagem qualitativa</b> orientada ao descobrimento. Os pesquisadores revisaram quinze instrumentos normativos e indicativos relacionados à planificação urbana em Chile, isolaram fragmentos que faziam referência às pessoas idosas e outros grupos vulneráveis, analisaram o conteúdo desses fragmentos e caracterizaram as variáveis relacionadas às necessidades das pessoas idosas e dos peatones. Posteriormente, os fragmentos foram importados para o software de análise qualitativa atlas.ti, onde foram atribuídas etiquetas (códigos) e agrupados em categorias maiores, formando uma estrutura de "árvore".
Artigo científico/ <i>Scielo</i>	DIAS, M. S.; ESTEVES JÚNIOR, M.	Espaço público, cuidadores	O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba/ 2017.	O método utilizado nessa pesquisa envolve uma <b>abordagem analítica e propositiva, trazendo experiências de transformações urbanas bem-sucedidas em diferentes cidades</b> .

Fonte: elaboração da autora (2025)

## APÊNDICE 2 - A HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS PEQUENOS DA RIA

Município	História
Ananás	A povoação de Ananás teve origem por volta de 1890, quando fazendeiros escolheram as Campinas da região para criar gado. O primeiro registro histórico remonta à chegada da família José Honorato da Cruz, vinda do Maranhão por volta de 1903, estabelecendo a sede principal na região. José Honorato adquiriu uma fazenda na área, chamada de Fazenda Ananás devido à presença da planta nativa na região. Posteriormente, a fazenda foi vendida para Firmino, que deu início à povoação com a chegada de outras famílias como Lopes, Borges, Soares, Leão, Batista e Vieira. A povoação efetiva ocorreu entre 1953 e 1958, com a vinda de muitos habitantes, incluindo pessoas do norte fugindo de conflitos e maranhenses em busca de terras para cultivo de babaçu e roças. Em 1952, o pastor evangélico Tiburcio Vieira iniciou a demarcação de lotes para construção de residências para os adeptos de sua igreja, dando origem à rua dos crentes, atualmente conhecida como Avenida Betel.
Angico	Angico teve origem às margens do ribeirão de mesmo nome, graças aos tropeiros e garimpeiros que passavam pela região a caminho do garimpo de cristais em Xambioá, às margens do Rio Araguaia. Fundado por Zulmiro de Sousa Parente, o município recebeu seu nome devido às condições favoráveis para agricultura e pecuária. Inicialmente parte de Nazaré, Angico conquistou autonomia em 1991, tornando-se município pela Lei 251, trazendo alegria aos habitantes após a luta de líderes locais.
Aragominas	Aragominas é um município localizado no estado do Tocantins, no Brasil. Sua história remonta ao ano de 1954, quando grupos de romeiros negros, liderados pelo senhor Gregório Libânio, chegaram à região. Gregório Libânio, vindo da cidade de Caxias, no estado do Maranhão, estabeleceu residência no local onde hoje é o centro da cidade de Aragominas. Com o passar do tempo, mais famílias se juntaram a ele, construindo suas casas e formando um povoado. Em 1988, o povoado de Aragominas foi elevado à categoria de distrito de Araguaína. Posteriormente, em dezembro de 1992, Aragominas foi desmembrado do município de Araguaína e elevado à categoria de município, tornando-se uma cidade independente. A nomenclatura do município pode ser explicada pelo fato de que, após a abertura feita pelos romeiros, diversos fazendeiros chegaram à região, especialmente de Goiás e Minas Gerais, e a proximidade com o Rio Araguaia influenciou na escolha do nome Aragominas.
Araguanã	O município de Araguanã teve sua origem no ano de 1952, quando os primeiros moradores, garimpeiros, começaram a se estabelecer na região, principalmente no garimpo de Rebôjo. As famílias pioneiras incluíam José Costa de Araújo, João Duzentinhas, Orlando Cândido de Souza, Anízio Reis Costa, João Saraiva e Arthur Carvalho. O primeiro povoado surgiu na margem direita do Rio Araguaia, conhecido como Araguanã Velho. Após uma enchente em 1957 que destruiu as plantações, o prefeito de Araguaína na época, Anatólio Dias Carneiro, adquiriu uma área onde havia um cafezal e construiu uma escola e uma pequena igreja com a ajuda dos garimpeiros. Com o tempo, casas foram surgindo ao redor dessas construções, consolidando a sede municipal atual. A comunicação com Araguaína era desafiadora, sendo feita pelo Rio Lontra e levando até 5 dias. Nos anos 70, com o surgimento da Guerrilha do Araguaia, o governo militar acelerou a construção de uma estrada até Araguaína, tirando Araguanã do isolamento em que se encontrava.
Arapoema	A cidade de Arapoema, localizada na Mesorregião Ocidental do Tocantins e Microrregião de Araguaína, é um município com uma história marcada pela descoberta de uma grande jazida de cristal de rocha em 1956. Fundada por garimpeiros, o nome Arapoema foi criado a partir da junção das palavras Araguaia e Poema, inspirado no pôr-do-sol da região. Em 1962, foi reconhecida como município e, em 1963, elevada à categoria de município com o nome de Arapoema. A economia inicialmente baseada no garimpo de cristal de rocha entrou em declínio na década de 1960 com a expansão da fronteira agrícola, levando à implantação da Colônia Agrícola Bernardo Sayão. No entanto, a falta de apoio levou ao fracasso do projeto e à concentração fundiária na região. A década de 1970 marcou a formação de grandes fazendas de pecuária intensiva, resultando em uma estrutura fundiária concentrada em propriedades acima de 1.000 hectares. Ao longo dos anos, Arapoema passou por mudanças territoriais, perdendo parte de seu território com a criação de novos municípios como Pau D'Arco e Bandeirantes do Tocantins. A história de Arapoema reflete a transformação econômica e social da região, desde sua origem ligada ao garimpo até a consolidação da pecuária como atividade econômica predominante. A cidade enfrentou desafios como a concentração fundiária e a perda de população, mas mantém sua identidade e desenvolvimento ao longo dos anos.

Babaçulândia	Localizado às margens do rio Tocantins, teve sua origem em junho de 1926, quando Henrique Brito estabeleceu um pequeno comércio na região. Influenciado pela presença abundante e nativa do babaçu, uma fonte inesgotável, o povoamento teve início e foi inicialmente denominado de "Nova Aurora do Coco", refletindo a importância dessa riqueza natural no extremo norte. Em 1933, durante uma divisão administrativa, o povoado já era reconhecido como distrito de Boa Vista do Tocantins, atualmente conhecido como Tocantinópolis. Posteriormente, em 1938, adotou o novo nome de "Babaçulândia", em referência à abundância de babaçu na região. O desenvolvimento de Babaçulândia foi gradual, inicialmente centrado na exploração rudimentar do babaçu, pequenas plantações e criação de gado. O progresso da região foi impulsionado com a inauguração da rodovia GO-388, que proporcionou acesso à BR-153, contribuindo para o avanço econômico e social da localidade.
Barra do Ouro	Em 1926, o Sr. Impotência, conhecido como Pé de Voga, foi o primeiro morador de Barra do Ouro. Em 1940, o garimpeiro Sr. Sandes Carvalho descobriu o Rio Ouro, originando a Vila Barra do Ouro. Em 1980, devido a uma enchente, surgiu a ideia de construir uma sede mais distante do rio. Em 1990, outra enchente levou à criação do povoado da Cidade Nova, a três quilômetros da margem do rio. Com cerca de 300 habitantes em 1992, surgiu a ideia de emancipação do município.
Campos Lindos	Campos Lindos, no Tocantins, foi fundada pelo governador José Wilson Siqueira Campos, que escolheu o local, elaborou a planta da cidade, abriu suas ruas e instalou redes de água e energia elétrica. A decisão de fundar a cidade foi motivada pela potencialidade econômica dos solos da região e sua beleza paisagística.
Carmolândia	Em junho de 1960, sete famílias se deslocaram de Minas Gerais para Goiás, estabelecendo-se na região de Araguaína. Entre eles, o Sr. Marcondes Vaz da Costa formou o povoado de Marima, com o Sr. Pedro Alexandrino de Oliveira e sua esposa Ambrosina Maria de Jesus como administradores. Quatro anos depois, José Pedro de Oliveira e Carmo Pedro de Oliveira adquiriram terras do Estado de Goiás. José Pedro desmatou sua propriedade, a Fazenda Bom Despacho, e doou 12 alqueires para a formação do povoado. Carmo Pedro doou 5 alqueires de sua Fazenda Alto Boa Vista, dando origem ao povoado de Carmolândia. A primeira casa foi construída em 13 de janeiro de 1965 por José Pedro de Oliveira. Carmolândia foi emancipada em 20 de fevereiro de 1991.
Darcinópolis	Darcinópolis, no Tocantins, foi fundada por Eleotério Ferreira de Carvalho, atraído pelas oportunidades econômicas proporcionadas pela rodovia Belém-Brasília e pela fertilidade das terras locais. Seu crescimento como município foi lento devido à proximidade com Araguaína. A elevação de Distrito Municipal a município ocorreu em 1989, conforme a primeira Constituição do Estado do Tocantins, sendo formalmente instalado em 1993.
Filadélfia	Filadélfia fundada em 1951 e emancipada politicamente em 1959, é uma cidade fronteiriça com Carolina (MA), separada pelo rio Tocantins, e fazia parte da rota fluvial que ligava o sul de Goiás com a região Norte do país. O nome da cidade é uma homenagem ao primeiro fazendeiro a se estabelecer no local, Filadélfio Antônio de Noronha. Filadélfia é uma cidade turística com a Reserva Estadual das Árvores Fossilizadas, que possui o maior número de árvores petrificadas do planeta, sendo um patrimônio científico mundial. A praia do Coqueiro também atrai turistas, aumentando a população com visitantes de diversas regiões do Brasil. A pecuária, agricultura e produção mineral, especialmente de gesso e calcário, são as atividades predominantes na economia local. Nos últimos anos, a cidade tem visto um desenvolvimento significativo, com aumento de empregos formais e abertura de novos empreendimentos industriais e comerciais.
Goiatins	No início do século XX, existia o Porto do Jaboti no rio Manoel Alves Pequeno, onde vivia o barqueiro Manoel Leite. Em 1919, Segundo a lenda local, uma enorme pirarara sempre ameaçava as embarcações, tropas e tropeiros na região, assim Manoel Leite mudou para o Porto do Sítio, 1 km abaixo. Em 1920, o comerciante Montano Araripe Nunes chegou de Balsas-MA, estabelecendo o comércio de sal e fundando a povoação. Nos últimos anos, com a abertura das rodovias GO-388 e GO-134, além da ligação com Carolina-MA, Goiatins viu um novo desenvolvimento na comercialização e exportação de produtos agrícolas. O povoado de Porto do Sítio foi renomeado para Santanópolis e posteriormente tornou-se um distrito, subordinado ao Município de Pedro Afonso. Em 12 de novembro de 1953, por meio da Lei Estadual nº 891 de Goiás, o distrito foi elevado à categoria de município, passando a se chamar Goiatins.
Muricilândia	Muricilândia teve seu início em 1952, quando famílias nordestinas buscando uma vida melhor se estabeleceram às margens do rio Muricizal. Desbravaram a floresta para cultivar roças, e o vilarejo cresceu até se tornar um distrito em 1988. Em fevereiro de 1991, tornou-se município,

	elegendo seu primeiro prefeito, o empresário Rubens Gonçalves de Aguiar, no ano seguinte. O nome da cidade se deve à abundância de árvores frutíferas chamadas Murici na região.
Nova Olinda	Nova Olinda teve sua origem em 1958, com a formação da fazenda "Solta" por Raimundo Alves Bento e Antônio da Costa Lima, conhecido como Caçula, que foram os pioneiros da localidade. Em 1960, com a passagem do traçado da BR-153 (Belém/Brasília), o local se transformou em um povoado. A construção da rodovia facilitou o transporte da produção e a presença de terras férteis atraiu muitas famílias de agricultores e comerciantes. Um guarda de segurança da Companhia Construtora colocou uma placa com o nome "Nova Olinda" no centro do povoado, em homenagem à histórica cidade de Olinda em Pernambuco. Devido à sua localização privilegiada às margens da BR-153, Nova Olinda cresceu rapidamente e se tornou um importante centro urbano, o que levou à sua emancipação política e administrativa em 10 de junho de 1980.
Pau-d'Arco	A história do município de Pau D'arco, localizado à margem direita do rio Araguaia, remonta ao ciclo da borracha no final do século XIX, quando uma árvore conhecida como Pau D'arco proporcionava um local propício para atracar embarcações que seguiam em direção a Belém do Pará. Com o tempo, o local se tornou um importante porto de embarque da borracha, atraindo famílias e dando origem ao povoado de Pau D'arco. Durante o movimento do ciclo da borracha, surgiram conflitos entre brancos e índios Gaiapós, sendo necessário a intervenção do exército para restabelecer a ordem na região. Enquanto isso, na margem direita do rio Araguaia, começaram a surgir as primeiras construções de casas e uma igreja, dando início ao povoado que mais tarde se tornaria conhecido como Pau D'arco. Após o declínio do ciclo da borracha, a economia local passou a se basear na exploração madeireira, na atividade agropecuária e no garimpo de cristal. Em 1991, através de um plebiscito, o município de Pau D'arco foi criado, desmembrando-se de Arapoema e tornando-se autônomo. A instalação do município ocorreu em 1993, com a posse do primeiro prefeito eleito. Datas marcantes na cidade de Pau D'arco incluem o Festejo de São Domingos de Gusmão, o aniversário da cidade, a Romaria da Ressurreição e a temporada de praia no mês de julho, que atrai grande concentração de pessoas à praia da fofoca.
Piraquê	A história de Piraquê, município localizado no estado do Tocantins, teve início no final da década de 1950 com a chegada de diversas famílias, como os Modesto, Madeira, Barbosa e Ribeiro Lima, provenientes de diferentes regiões do Brasil, como o sul de Goiás, norte de Minas Gerais e estados nordestinos como Maranhão, Piauí e Ceará. A atração para os novos moradores na época era a grande quantidade de madeira disponível na região, juntamente com extensas áreas de terras devolutas. Em 1966, o Sr. Zeca Batista e sua família chegaram ao então povoado, e posteriormente ele se tornou o primeiro prefeito eleito, exercendo o cargo de 1993 a 1996. O nome "Piraquê" tem origem na palavra "poraquê", que se refere a um peixe encontrado nos rios amazônicos capaz de produzir eletricidade, conhecido como peixe elétrico. A cidade recebeu esse nome devido à abundância desse animal nos córregos da região. Assim, a história de Piraquê está marcada pela chegada e estabelecimento de diversas famílias de diferentes origens, a exploração da madeira e a presença do peixe elétrico nos córregos locais, que influenciaram na escolha do nome do município.
Riachinho	A história de Riachinho, município localizado na região norte do estado do Tocantins, na região do Bico do Papagaio, teve início com a chegada das primeiras famílias à região. Estevão Guedeia Soares, Teodoro Pereira de Sá e Alderico Pereira de Sá foram alguns dos primeiros moradores que chegaram à localidade em junho de 1952, conduzindo tropas vindas da cidade de Boa Vista do Padre João, atualmente Tocantinópolis. Após uma longa jornada, essas famílias se estabeleceram nas proximidades do córrego Riachinho, o que deu origem ao nome da cidade, que também é atravessada por esse pequeno córrego. O município de Riachinho foi criado em 5 de outubro de 1989 e instalado oficialmente em 1º de janeiro de 1993. Assim, a história de Riachinho está ligada à chegada e estabelecimento das primeiras famílias na região, que deram origem ao nome da cidade em função do córrego Riachinho que a corta.
Santa Fé do Araguaia	A história de Santa Fé do Araguaia, município localizado no estado do Tocantins, teve início com a chegada de caçadores à região, que perceberam o potencial da área para a agricultura e a criação de animais devido à fertilidade do solo e à presença de rios. A notícia se espalhou e despertou o interesse deromeiros em se estabelecer na região promissora. Por volta de 1960, o Sr. Manoel Borges e outros pioneiros adentraram a região, inicialmente acessível apenas por embarcações nos rios Muricizal e Pacas. Encantados com a beleza natural, começaram a construir suas moradias e posteriormente instalaram suas famílias, originando o "Centro do Manoel Borges", que mais tarde passou a ser chamado de "Povoado de São José" devido à presença do Córrego São José. Com o tempo, em torno de 1966, alguns americanos adquiriram uma fazenda chamada Novo Horizonte, o

	que levou à abertura de estradas para acesso à região. Em 1968, o povoado passou a ser visitado por padres, que perceberam a devoção religiosa da comunidade e sugeriram que o local fosse chamado de Santa Fé. Assim, o povoado evoluiu com a abertura de novas estradas para fazendas e a chegada de famílias de diversas origens, como goianas, mineiras, maranhenses, piauienses e cearenses, contribuindo para o crescimento de Santa Fé do Araguaia.
Wanderlândia	A história de Wanderlândia, município localizado no estado do Tocantins, remonta ao ano de 1958, durante a construção da BR-226, conhecida como Belém-Brasília. Nesse período, o povoado que mais tarde seria chamado de Wanderlândia era denominado "Entroncamento do Velame" e abrigava algumas famílias, como as de Pedro Coelho, Ana Isabel Wanderley, José Gomes, Amâncio Rodrigues Ribeiro, Julia, Estanislau Pereira e Maria Salomé Wanderley. Em 1962, José Maria mudou-se para o Entroncamento do Velame, vindo de Cafelândia, e trouxe consigo outros habitantes, impulsionando o crescimento do povoado. Ele transferiu a Escola de Cafelândia para Wanderlândia, que passou a se chamar Escola Municipal Dom Pedro II, sendo a primeira professora Dionísia Araújo Ferreira. As famílias Ferreira e Wanderley solicitaram a construção de um templo católico dedicado a Nossa Senhora da Conceição, e as pregações eram realizadas por padres de outras localidades. Em 1966, José Maria, reeleito vereador de Babaçulândia, obteve uma área de terra que doou à prefeitura de Babaçulândia para o povoado em destaque. Para acelerar o progresso, José Maria impôs a condição de que os adquirentes de lotes construíssem em um prazo determinado, caso contrário, o lote seria repassado a outro interessado. O loteamento urbano foi planejado por um topógrafo prático e um estudante de engenharia civil. Com o advento da BR 153 na década de 1960, Wanderlândia experimentou um rápido desenvolvimento, tornando-se um centro próspero de povoação devido à sua localização estratégica e à infraestrutura viária.
Xambioá	A história de Xambioá, município do Tocantins, teve início com a descoberta de uma jazida de cristal de rocha quartzo na chapada do Chiqueirão em junho de 1952 por José Coelho da Silva, conhecido como Zé Grande. Registros históricos também mencionam a presença de ruínas do antigo Presídio de Chambioás, fundado em 1868. Entre 1910 e 1917, o Coronel João Crisóstomo Moreira e sua família residiram na região, seguidos por José Gomes Leitão, conhecido como Zé Toco, de 1930 a 1952. Em dezembro de 1952, Francisco Souza Oliveira adquiriu o local conhecido como Chambioazinho de Zé Toco e, em 26 de janeiro de 1953, doou 100 lotes para a construção de 66 barracos de palha de babaçu, marcando a fundação de Xambioá.

Fonte: IBGE (2023) Neto e Ratts (2022). Quadro adaptado pela autora (2025).

**APÊNDICE 3 - PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO EM EQUIPAMENTOS  
COMUNITÁRIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS PARA CADA MUNICÍPIO  
INCLUÍDO NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA IMEDIATA DE ARAGUAÍNA**

Região imediata de Araguaína/TO visitada:		
Data:		
Condições climáticas <sup>25</sup> :		
<b>A) Segurança</b>		
<b>1. Seguro para explorar por meio do caminhar, andar de bicicleta e carrinho de bebê distraidamente<sup>26</sup></b>		
Pontuação	Critério de avaliação	Aferição
Ótimo	Vias exclusivas para pedestres (calçadas)	
Bom	Vias compartilhadas entre os modos de transporte Velocidade regulamentada $\leq 20$ km/h	
	Vias com calçadas segregadas e circulação de veículos motorizados Velocidade regulamentada $\leq 30$ km/h	
Suficiente	Vias compartilhadas entre os modos de transporte Velocidade regulamentada $\leq 30$ km/h	
	Vias com calçadas segregadas e circulação de veículos motorizados Velocidade regulamentada $\leq 50$ km/h	
insuficiente	Vias compartilhadas entre os modos de transporte Velocidade regulamentada $> 30$ km/h	
	Vias com calçadas segregadas e circulação de veículos motorizados Velocidade regulamentada $> 50$ km/h	
<b>2. As demarcações das ruas próximas</b>		
Ótimo	Atende aos critérios de padronização, visibilidade, legibilidade, posicionamento e conservação	
Bom	$\geq 75\%$ das demarcações apresenta critérios de padronização, visibilidade, legibilidade, posicionamento e conservação	
Suficiente	$\geq 50\%$ das demarcações apresenta critérios de padronização, visibilidade, legibilidade, posicionamento e conservação	
Insuficiente	Insuficientes para o fluxo de veículos e pedestres na Região	
<b>3. Há olhos para a rua</b>		
Ótimo	Residências com frente aberta e comércios abertos	
Bom	Residências com frente aberta ou comércios abertos	
Suficiente	Transeuntes permanentes	
Insuficiente	Sem residências com frente aberta, sem comércios abertos e com baixa presença de pedestres	
<b>4. Controle de animais soltos nas ruas</b>		
Ótimo	Não apresenta animais soltos	
Bom	A presença de animais soltos é eventual <sup>27</sup> e não representa riscos à segurança das crianças	
Suficiente	A presença de animais soltos na praça é constante e representa riscos à segurança das crianças, mas há medidas de segurança adotadas para minimizar os riscos aos usuários	
Insuficiente	A presença de animais soltos na praça é constante e representa riscos à segurança das crianças, não havendo medidas de segurança efetivas adotadas para minimizar os riscos aos usuários	

<sup>25</sup> Pode ser ensolarado, chuvoso, nublado e/ou ventoso.

<sup>26</sup> Para essa variável será considerada os segmentos de calçada pertencentes: S1 (seguimento número 1); S2 (seguimento número 2); S3 (seguimento número 3); S4 (seguimento número 4).

<sup>27</sup> Que acontece de vez em quando ou em certas ocasiões, mas não com frequência.

5. Possuem boa iluminação projetada para os pedestres		
Pontuação	Critério de avaliação	Aferição
Ótimo	Iluminação atende totalmente os requisitos mínimos para o pedestre. (Resultado da avaliação = 100)	
Bom	Resultado da avaliação = 90	
Suficiente	Resultado da avaliação = 60	
Insuficiente	Inexistência de iluminação noturna em determinados pontos. (Resultado da avaliação < 60)	
Notas	Critério (subcategoria)	Aferição observacional por seguimento <sup>28</sup>
+20	Há pontos de iluminação voltados à rua (faixas de circulação de veículos)	
+40	Há pontos de iluminação dedicados ao pedestre, iluminando exclusivamente a calçada	
+40	Há pontos de iluminação nas extremidades do seguimento, iluminando a travessia. (nota +20 se houver em somente uma extremidade)	
-10	Há obstruções de iluminação ocasionadas por árvores ou lâmpadas quebradas	
B) Ambiente		
1. Proteção de chuva e sol (áreas com coberturas e sombreadas)		
Ótimo	≥ 75% da extensão do segmento da calçada apresenta elementos adequados de sombra/abrigo	
Bom	≥ 50% da extensão do segmento da calçada apresenta elementos adequados de sombra/abrigo	
Suficiente	≥ 25% da extensão do segmento da calçada apresenta elementos adequados de sombra/abrigo	
Insuficiente	< 25% da extensão do segmento da calçada apresenta elementos adequados de sombra/abrigo	
2. Biodiverso		
Ótimo	Diversidade de flora nativas da Região, devidamente identificadas <sup>29</sup>	
Bom	Presença de flora nativas da Região, mas não identificadas	
Suficiente	Presença de áreas verdes sem manutenção adequada (plantas mortas ou secas, mato alto, sem poda de árvores e arbustos)	
Insuficiente	Presença de água estagnada <sup>30</sup> Presença de animais peçonhentos ou venenosos	
3. Conforto acústico		
Pontuação	Critério de avaliação	Aferição
Ótimo	≤ 55 dB(A) de nível de ruído Conversa suave entre pessoas	
Bom	≤ 70 dB(A) de nível de ruído Conversa normal entre pessoas; ruído de tráfego em vias próximas	
Suficiente	≤ 80 dB(A) de nível de ruído Conversa elevada entre pessoas; ruído de equipamentos de manutenção e limpeza	
Insuficiente	> 80 dB(A) de nível de ruído Música alta em eventos; ruído de obras e construções próximas	

<sup>28</sup> Para essa variável será considerada os segmentos de calçada pertencentes: S1 (seguimento número 1); S2 (seguimento número 2); S3 (seguimento número 3); S4 (seguimento número 4).

<sup>29</sup> A identificação de espécies pode ser útil para a preservação da biodiversidade e para o conhecimento sobre a ecologia local. A identificação pode ser feita por meio de placas informativas.

<sup>30</sup> Pode se tornar um ambiente propício para a proliferação de mosquitos transmissores de doenças, como o mosquito da dengue, zika vírus e febre *chikungunya*, além de outras bactérias e parasitas.

4. Coleta de lixo e limpeza		
Ótimo	A limpeza urbana está adequada ao pedestre (Resultado da avaliação = 100)	
Bom	Resultado da avaliação = 90	
Suficiente	Resultado da avaliação = 80	
Insuficiente	A limpeza urbana está inadequada ao pedestre (Resultado da avaliação < 80)	
Notas	Critério (subcategoria)	Aferição observacional por seguimento
+100	A limpeza urbana está adequada ao pedestre	
-10	Presença de 3 ou mais sacos de lixo espalhados ou concentrados ao longo da calçada	
-20	Há visivelmente mais de 1 detrito (sujeira, lixo ou resíduo) a cada metro de extensão na calçada	
-40	Presença de lixo crítico (seringas, materiais tóxicos, preservativos, fezes, vidro, materiais perfurocortantes) ou presença de animal morto no ambiente de circulação de pedestres	
-30	Presença de bens irreversíveis (por exemplo, um sofá); entulho no trecho; presença de galhadas ou pneus no ambiente de circulação de pedestres	
C) Acessibilidade		
1. Acesso a todas as partes de maneira fácil e conveniente		
Ótimo	Rota acessível, caminhos amplos e bem conservados com piso adequado e sem obstáculos que impeçam ou dificultem a passagem	
Bom	Caminhos parcialmente conservados, apresentando apenas problemas pontuais de manutenção, como buracos ou rachaduras no piso	
Suficiente	Caminhos estreitos, irregulares e mal conservados, que apresentam riscos de tropeços e quedas, e dificultam a manobra	
Insuficiente	Caminhos inacessíveis ou impraticáveis, impossibilitando a circulação	
2. Mobiliário para descanso		
Ótimo	Adequado para descanso, em quantidade suficiente e distribuídos de forma estratégica para permitir o descanso e a contemplação do ambiente, em bom estado de conservação, com encostos confortáveis	
Bom	Adequado para descanso, porém em quantidade limitada e/ou mal distribuído, apresentando sinais de desgaste e/ou falta de manutenção adequada	
Suficiente	Insuficiente, em mau estado de conservação e/ou localizado em áreas pouco acessíveis ou sem vista para o ambiente	
Insuficiente	Ausência de mobiliário para descanso ou em péssimo estado de conservação, oferecendo riscos à segurança dos usuários	
3. Bebedouros		
Ótimo	Torneiras de fácil acionamento para crianças e adultos, altura adequada para crianças, água fresca e potável, superfície antiderrapante em volta do bebedouro, sombreamento próximo. (Resultado da avaliação = 100)	
Bom	Resultado da avaliação $\geq 95$	
Suficiente	Resultado da avaliação $\geq 55$	
Insuficiente	Ausência de bebedouros infantis ou bebedouros impraticáveis (Resultado da avaliação $\leq 75$ )	

Notas	Critério (subcategoria)	Aferição observacional do ambiente
+40	Presença de bebedouro infantil	
+35	Presença de bebedouro	
-20	Torneiras difíceis de acionar por crianças	
+20	Água fresca e potável (nota -10 se água estiver com gosto <sup>31</sup> )	
-10	Temperaturas desagradáveis	
-5	Superfície escorregadia em volta do bebedouro	
+5	Presença de sombreamento próximo	
<b>4. Banheiros</b>		
Ótimo	O espaço para higiene pessoal está adequado ao pedestre. (Resultado da avaliação = 100)	
Bom	Resultado da avaliação $\geq 90$	
Suficiente	Resultado da avaliação $\geq 85$	
Insuficiente	Inexistência de banheiros. (Resultado da avaliação = 0)	
Notas	Critério (subcategoria)	Aferição observacional do ambiente
+25	Presença de vaso sanitário adequado para crianças	
+25	Presença de vaso sanitário	
+20	Banheiros públicos com espaço apropriado para trocar crianças <sup>32</sup>	
+10	Lavatório <sup>33</sup> torneiras e água corrente funcionando	
+10	-2,5 ambientes não higienizado <sup>34</sup> -2,5 sem sistema de ventilação adequado ou com mau funcionamento -2,5 sem sabão líquido disponível para lavagem das mãos -2,5 sem papel higiênico ou toalhas descartáveis disponíveis	
+10	Banheiros familiares com livre acesso a homens e a mulheres	
<b>5. Espaço para amamentação e alimentação</b>		
Ótimo	O ambiente destinado à amamentação e alimentação está adequado para uso pelos pedestres. (Resultado da avaliação = 100)	
Bom	Resultado da avaliação $\geq 90$	
Suficiente	Resultado da avaliação $\geq 80$	
Insuficiente	Inexistência de espaços para a amamentação e alimentação. (Resultado da avaliação = 0)	
Notas	Critério (subcategoria)	Aferição observacional do ambiente
+30	Espaço adequado para lavar frutas, mamadeiras, bicos	
+30	espaço com micro-ondas para aquecer mamadeiras e papinhas	
+20	Disponibilidade de mesas e cadeiras	
+10	Disponibilidade de um assento confortável	
+10	Espaço privado	
<b>6. Espaço para brincar<sup>35</sup></b>		
Ótimo	Diversificado e amplo, com equipamentos modernos em bom estado de conservação, devidamente instalados em piso adequado <sup>36</sup> , faixas etárias indicadas, com áreas de	

<sup>31</sup> Associado a problemas de manutenção, que pode modificar o sabor.

<sup>32</sup> Bancada com trocador, lixeira para fraldas e acesso fácil aos suprimentos.

<sup>33</sup> Peça sanitária utilizada para lavar as mãos e o rosto.

<sup>34</sup> Sujos, malcheirosos ou com acúmulo de lixo.

<sup>35</sup> Atividades como levantar/conseguir ficar de pé, engatilhar, andar, escalar, pular, equilibrar-se, que tem interação com som, peças soltas, água, pequenos espaços, areia.

<sup>36</sup> Capaz de absorver impactos de quedas e ser antiderrapante para evitar escorregões (piso emborrachado, areia fofa, grama, cascalho lavado).

	sombra, limpeza e manutenção diárias. (Resultado da avaliação = 100)	
Bom	Resultado da avaliação $\geq 90$	
Suficiente	Resultado da avaliação $\geq 80$	
Insuficiente	Espaço inadequado, com equipamentos em estado precário ou inseguros, instalados em piso inadequado, sem faixas etárias indicadas, sem áreas de sombra, limpeza ou manutenção (Resultado da avaliação $\leq 50$ )	
Notas	Critério <sup>37</sup> (subcategoria)	Aferição observacional do ambiente
+5	Tuneis curtos e/ou pequenas elevações	
+5	Balanços baixos presos ao chão	
+5	Pneus fixados ao solo <sup>38</sup>	
+5	Trilhas sinuosas	
+5	Superfície para escalar <sup>39</sup>	
+5	Camas elásticas e/ou desenhos no chão que incentivem dar pulos ou saltar sobre algo	
+5	Tanques de areia	
+5	Atividade com água	
+5	Atividades com som	
+5	Espaços pequenos (casinhas)	
+15	Abertura temporária de ruas	
+15	Presença de faixas etárias indicadas	
+20	Presença de sombra	
-5	Há visivelmente mais de 1 detrito (sujeira, lixo ou resíduo) a cada metro de extensão no <i>playground</i>	
<b>7. Rampas</b>		
Ótimo	As rampas estão adequadas ao pedestre (Resultado da avaliação = 100)	
Bom	Resultado da avaliação $\geq 90$	
Suficiente	Resultado da avaliação $\geq 85$	
Insuficiente	As rampas estão inadequadas ao pedestre (Resultado da avaliação = 100)	
Notas	Critério (subcategoria)	Aferição observacional do ambiente
+20	Acesso suaves	
+20	Sem obstáculos	
+20	Inclinação adequada. (Nota -5 se a inclinação for ligeiramente maior que a ideal)	
+10	Largura suficiente para permitir a passagem sem dificuldades	
+10	Superfície antiderrapante. (Nota -5 se tiver somente em uma parte)	
+10	Guarda-corpo e corrimão. (Nota -5 se tiver somente em uma parte)	
+10	Sinalização tátil. (Nota -5 se tiver somente em uma parte)	
<b>D) Ludicidade</b>		
<b>1. Brincadeira não estruturada</b>		
Ótimo	Crianças brincando espontaneamente, sem intervenção de adultos, utilizando materiais naturais ou objetos simples, como sementes, pedras, gravetos e folhas, com liberdade para explorar o espaço em sua totalidade	
Bom	Crianças brincando espontaneamente com materiais e brinquedos padronizados (bolas, cordas, jogos de tabuleiro,	

<sup>37</sup> Considerar -2,5 para cada um dos equipamentos que não estiverem em bom estado de conservação.

<sup>38</sup> “Podem fornecer o suporte de que precisam para ficar em pé” (URBAN95, 2023a, p.25)

<sup>39</sup> “Um monte de areia, uma grande pedra ou troncos de árvores também são atraentes desafios de escalada” (URBAN95, 2023a, p.28).

	pipas), mas sem supervisão ou controle excessivo dos adultos, permitindo a exploração e a experimentação livre e criativa do espaço em sua totalidade	
Suficiente	Crianças brincando em áreas específicas de lazer, como parquinhos, com supervisão dos adultos, permitindo a exploração livre e criativa somente naquele local	
Insuficiente	Ausência de áreas específicas para brincadeiras ou atividades lúdicas, com áreas destinadas a brincadeiras subutilizadas ou em más condições, ou com supervisão excessiva dos adultos que inibe a criatividade e a exploração livre	
<b>2. Envolve e protege de distrações</b>		
Ótimo	Áreas abertas sem delimitações, mas que estejam localizadas a uma distância segura de fontes de distração, como ruas movimentadas ou áreas ruidosas	
Bom	Existência de áreas totalmente delimitadas <sup>40</sup> e protegidas de distrações externas, como ruídos de tráfego e poluição visual, para que as crianças possam brincar livremente	
Suficiente	Existência de áreas parcialmente delimitadas ou com elementos de proteção que ajudem a reduzir a exposição a estímulos distrativos externos	
Insuficiente	Ausência de áreas delimitadas ou protegidas e/ou presença de fontes de distração	
<b>3. Desafiador</b>		
Ótimo	Presença de elementos desafiadores na praça que estimulem as habilidades motoras, cognitivas e sociais das crianças <sup>41</sup>	
Bom	Presença de elementos que ofereçam um certo grau de desafio, mas de forma mais limitada	
Suficiente	Presença de elementos que não oferecem desafio, mas ainda proporcionam alguma diversão <sup>42</sup>	
Insuficiente	Ausência de elementos desafiadores ou de brinquedos	
<b>4. Comprometimento com a cultura</b>		
Ótimo	Presença de elementos culturais locais Brinquedos que fazem referência a tradições locais, músicas típicas ou apresentações artísticas	
Bom	Incorporação de elementos culturais mais amplos Brinquedos inspirados em manifestações culturais de outros lugares ou atividades que incentivam a diversidade cultural	
Suficiente	Ausência de elementos culturais específicos, mas com potencial para serem incorporados Identificação de possibilidades de incorporar elementos culturais locais ou regionais na praça, como espaços para apresentações artísticas ou exibições de filmes relacionados à cultura local	
Insuficiente	Ausência total de elementos culturais	

Fonte: ITDP (2020), Fundação Bernard Van Leer (2023b), Borges e Cruz (2022), URBAN95 (2023a). Quadro adaptado pela autora (2025).

<sup>40</sup> Uso de elementos como muros, arbustos ou outras barreiras físicas que protejam a área de ruídos excessivos.

<sup>41</sup> Balanços baixos presos ao chão, pneus ou suporte com cerca de 40cm de altura, caminhos e trilhas sinuosas, amarelinha, paredes de escalada, redes ou obstáculos para se equilibrar.

<sup>42</sup> Balanços simples, escorregadores e brinquedos em que a criança não precisa se esforçar muito para usá-los.

## APÊNDICE 4 - TRATAMENTO DOS DADOS SECUNDÁRIOS

Equações contendo dados sobre economia:

$$\text{índ.}_{PIB} = \frac{\text{PIB per capita (2021) de um município}}{\text{Soma do PIB per capita (2021) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100 \quad \text{Equação 2}$$

$$\text{índ.}_{IDH} = \frac{\text{IDH-M (2010) de um município}}{\text{Soma do IDH-M(2010) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100 \quad \text{Equação 3}$$

Equações contendo dados sobre saúde:

$$\text{índ.}_{diar} = \frac{\text{Internações por diarreia (2016) de um município}}{\text{Soma das internações por diarreia (2010) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100 \quad \text{Equação 4}$$

$$\text{índ.}_{mort\_inf} = \frac{\text{Taxa de mortalidade infantil}}{\text{Soma da taxa de mortalidade infantil dos 21 municípios da RIIA}} \times 100 \quad \text{Equação 5}$$

$$\text{índ.}_{gasto\_saúd} = \frac{\text{gasto público total em saúde por habitante (2022)}}{\text{Soma do gasto público total em saúde por habitante (2022) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100 \quad \text{Equação 6}$$

$$\text{índ.}_{imun\_tetra/penta/hexa} = \frac{\text{Imunização(tetra/penta/hexa) (2022)}}{\text{Soma da Imunização (tetra/penta/hexa)(2022) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100 \quad \text{Equação 7}$$

$$\text{índ.}_{cob\_vac} = \frac{\text{Cobertura vacinal (2022)}}{\text{Soma da cobertura vacinal (BCG/penta/tríplice 1ª e 2ª doses/hep_B) (2022) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100 \quad \text{Equação 8}$$

$$\text{índ.}_{\text{peso\_baix\_ou\_muit\_abaix}} = \frac{\text{Percentual de peso baixo ou muito abaixo (2022)}}{\text{Soma do percentual de peso baixo ou muito abaixo (2022) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100$$

Equação 9

$$\text{índ.}_{\text{peso\_elev}} = \frac{\text{Percentual de peso elevado (2022)}}{\text{Soma do percentual de peso elevado (2022) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100$$

Equação 10

Equações contendo dados sobre educação:

$$\text{índ.}_{\text{INC}} = \frac{\text{Índice de necessidade por creche (2019)}}{\text{Soma do índice de necessidade por creche (2019) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100$$

Equação 11

$$\text{índ.}_{\text{perc\_atend\_creches}} = \frac{\text{Percentual de atendimento em creches (2020)}}{\text{Soma do percentual de atendimento em creches (2020) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100$$

Equação 12

$$\text{índ.}_{\text{perc\_atend\_pré\_esc}} = \frac{\text{Percentual de atendimento em pré escolas (2020)}}{\text{Soma do percentual de atendimento em pré escolas (2020) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100$$

Equação 13

$$\text{índ.}_{\text{núm\_mat\_creche}} = \frac{\text{Número de matrícula em creches (2022)}}{\text{Soma do número de matrícula em creches (2022) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100$$

Equação 14

$$\text{índ.}_{\text{núm\_mat\_pré\_escola}} = \frac{\text{Número de matrícula em pré escolas (2022)}}{\text{Soma do número de matrícula em pré escolas (2022) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100$$

Equação 15

Equações contendo dados sobre saneamento básico:

$$\text{índ.}_{\text{fam\_sem\_água}} = \frac{\text{Número de famílias sem canalização de água (2010)}}{\text{Soma do número de famílias sem canalização de água (2010) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100$$

Equação 16

$$\text{índ.}_{fam\_com\_col\_lixo} = \frac{\text{Número de famílias sem coleta de lixo (2020)}}{\text{Soma do número de famílias sem coleta de lixo (2020) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100$$

Equação 17

$$\text{índ.}_{fam\_com\_esgoto} = \frac{\text{Número de famílias sem esgoto (2020)}}{\text{Soma do número de famílias sem esgoto (2020) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100$$

Equação 18

Equação contendo dados sobre meio ambiente:

$$\text{índ.}_{arbor} = \frac{\text{Percentual de arborização (2010)}}{\text{Soma do percentual de arborização (2010) dos 21 municípios da RIIA}} \times 100$$

Equação 19

$\text{índ.}_{PIB}$ : índice do produto interno bruto *per capita* em 2021

$\text{índ.}_{IDH}$ : índice do índice de desenvolvimento humano em 2010

$\text{índ.}_{diar}$ : índice de internações por diarreia em 2016

$\text{índ.}_{mort\_inf}$ : índice da taxa de mortalidade infantil em 2022 ou 2021 ou 2020 ou 2013 ou 2010

$\text{índ.}_{gasto\_saúd}$ : índice do gasto público total em saúde por habitante em 2022

$\text{índ.}_{imun\_t/p/h}$ : índice da imunização de menores de 1 anos por tetra/penta/hexavalente em 2022

$\text{índ.}_{cob\_vac}$ : índice da proporção de cobertura vacinal por BCG, penta, tríplice – 1ª e 2ª doses – e hepatite B em 2022

$\text{índ.}_{peso\_baix}$ : índice de percentual de peso baixo ou muito abaixo em 2022

$\text{índ.}_{peso\_elev}$ : índice de percentual de peso elevado em 2022

$\text{índ.}_{INC}$ : índice do índice de necessidade por creche em 2019

$\text{índ.}_{perc\_atend\_crec}$ : índice do percentual de atendimento em creches em 2020

$\text{índ.}_{perc\_atend\_pré\_esc}$ : índice do percentual de atendimento em pré escolas em 2020

$\text{índ.}_{núm\_mat\_creche}$ : índice do número de matrícula em creches em 2022

$\text{índ.núm\_mat\_pré\_escola}$ : índice do número de matrícula em creches em 2022

$\text{índ.fam\_sem\_água}$ : índice do número de famílias sem canalização de água no domicílio 2010

$\text{índ.fam\_com\_col\_lixo}$ : índice do número de famílias sem manejo de resíduo sólido em 2020

$\text{índ.fam\_com\_esgoto}$ : índice do número de famílias com esgotamento sanitário adequado em 2020

$\text{índ.arbor}$ : índice do percentual de arborização em vias públicas em 2010

$\text{índ.NPU2}$  = índice de necessidade de planejamento urbano para os BCCs dos dados secundários

Logo da Equação final (Equação 20) para o cálculo do índice de necessidade de planejamento urbano para os BCCs para dados secundários

é:

Equação 20

$$\begin{aligned} \text{índ.NPU2} = & (\text{índ.PIB} + \text{índ.IDH} + \text{índ.gasto\_saú} + \text{índ.imun}_{(t/p/h)} + \text{índ.cob\_vac} + \text{índ.perc\_atend\_crec} + \text{índ.perc\_atend\_pré\_esc} + \text{índ.núm\_mat\_crec} + \\ & \text{índ.núm\_mat\_pré\_esc} + \text{índ.arbor} + \text{índ.fam\_com\_col\_lixo} + \text{índ.fam\_com\_esgoto}) - (\text{índ.diar} + \text{índ.mort\_inf} + \text{índ.peso\_baix} + \text{índ.peso\_elev} + \\ & \text{índ.INC} + \text{índ.fam\_sem\_água}) \end{aligned}$$

## APÊNDICE 5 - TRATAMENTO DOS DADOS PRIMÁRIOS

Equação 21

$$\begin{aligned} \text{índ.}_{NPU1} = & (\text{índ.}_{seg\_exp} + \text{índ.}_{dem\_rua} + \text{índ.}_{seg\_exp} + \text{índ.}_{ani} + \text{índ.}_{elu} + \text{índ.}_{prot\_sol\_ch} + \\ & \text{índ.}_{bio} + \text{índ.}_{pol\_son} + \text{índ.}_{col\_lix} + \text{índ.}_{acesso} + \text{índ.}_{mob\_des} + \text{índ.}_{beb} + \text{índ.}_{ban} + \\ & \text{índ.}_{esp\_ama} + \text{índ.}_{esp\_brinc} + \text{índ.}_{ramp} + \text{índ.}_{brinc\_não\_estr} + \text{índ.}_{env\_prot} + \text{índ.}_{des} + \\ & \text{índ.}_{comp\_cult} ) \end{aligned}$$

Onde:

$\text{índ.}_{NPU1}$  = índice de necessidade de planejamento urbano para os BCCs dados primários

$\text{índ.}_{seg\_exp}$  = seguro para explorar

$\text{índ.}_{dem\_rua}$  = demarcações das ruas próximas

$\text{índ.}_{seg\_exp}$  = há olhos para a rua (segurança dos vizinhos)

$\text{índ.}_{ani}$  = controle de animais soltos nas ruas

$\text{índ.}_{elu}$  = iluminação projetada para os pedestres

$\text{índ.}_{prot\_sol\_ch}$  = proteção de chuva e sol

$\text{índ.}_{bio}$  = biodiverso

$\text{índ.}_{con\_acust}$  = conforto acústico

$\text{índ.}_{col\_lix}$  = coleta de lixo e limpeza

$\text{índ.}_{acesso}$  = acesso a todas as partes

$\text{índ.}_{mob\_des}$  = mobiliário para descanso

$\text{índ.}_{beb}$  = bebedouros

$\text{índ.}_{banh}$  = banheiros

$\text{índ.}_{esp\_ama\_alim}$  = espaço para amamentação e alimentação

$\text{índ.}_{esp\_brinc}$  = espaço para brincar

$\text{índ.}_{ramp}$  = rampas

$\text{índ.}_{brinc}$  = brincadeira não estruturada

$\text{índ.}_{env\_prot}$  = envolve e protege as crianças de distrações

$\text{índ.}_{des}$  = desafiador

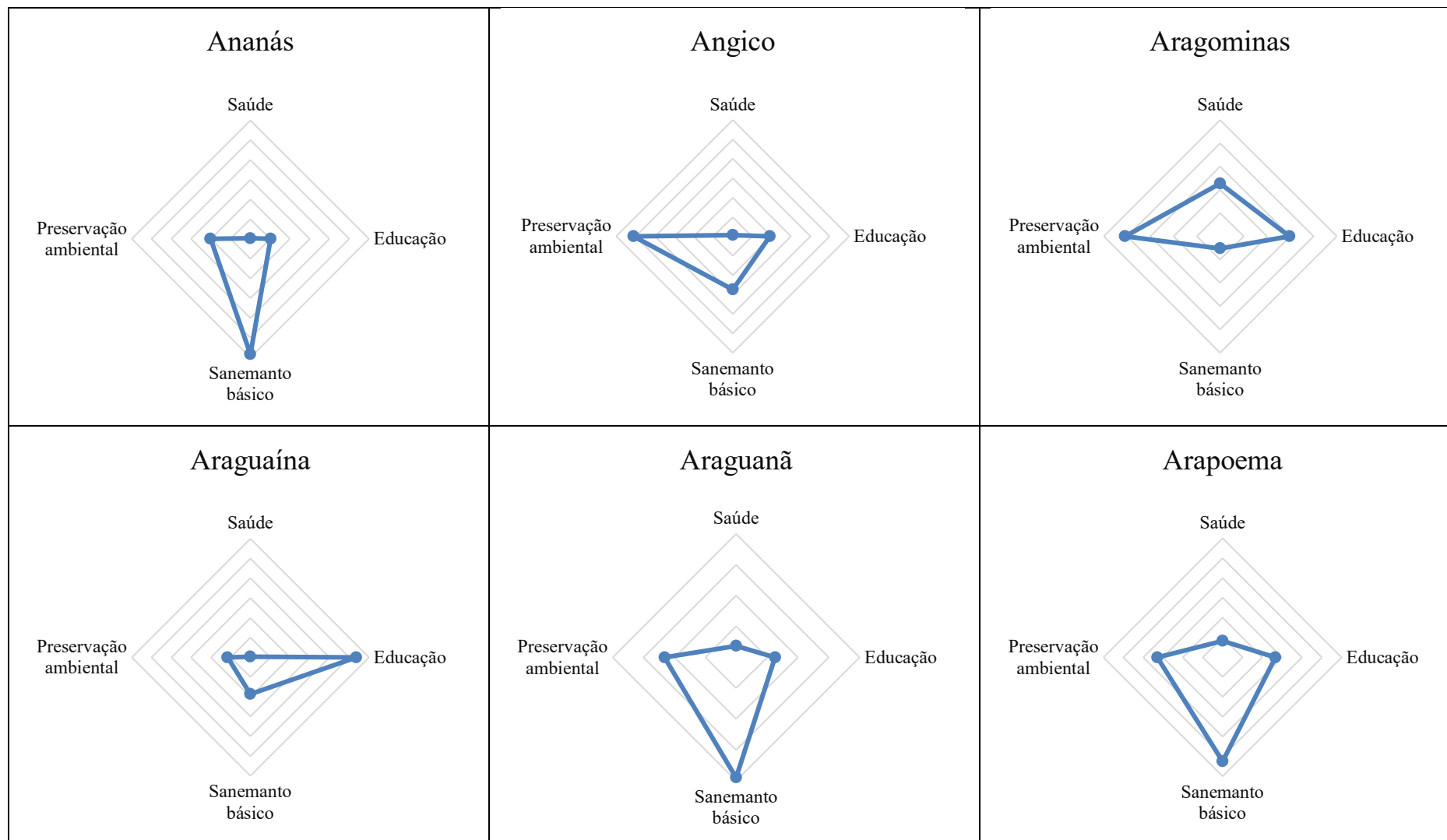
$\text{índ.}_{comp\_cult}$  = comprometimento com a cultura

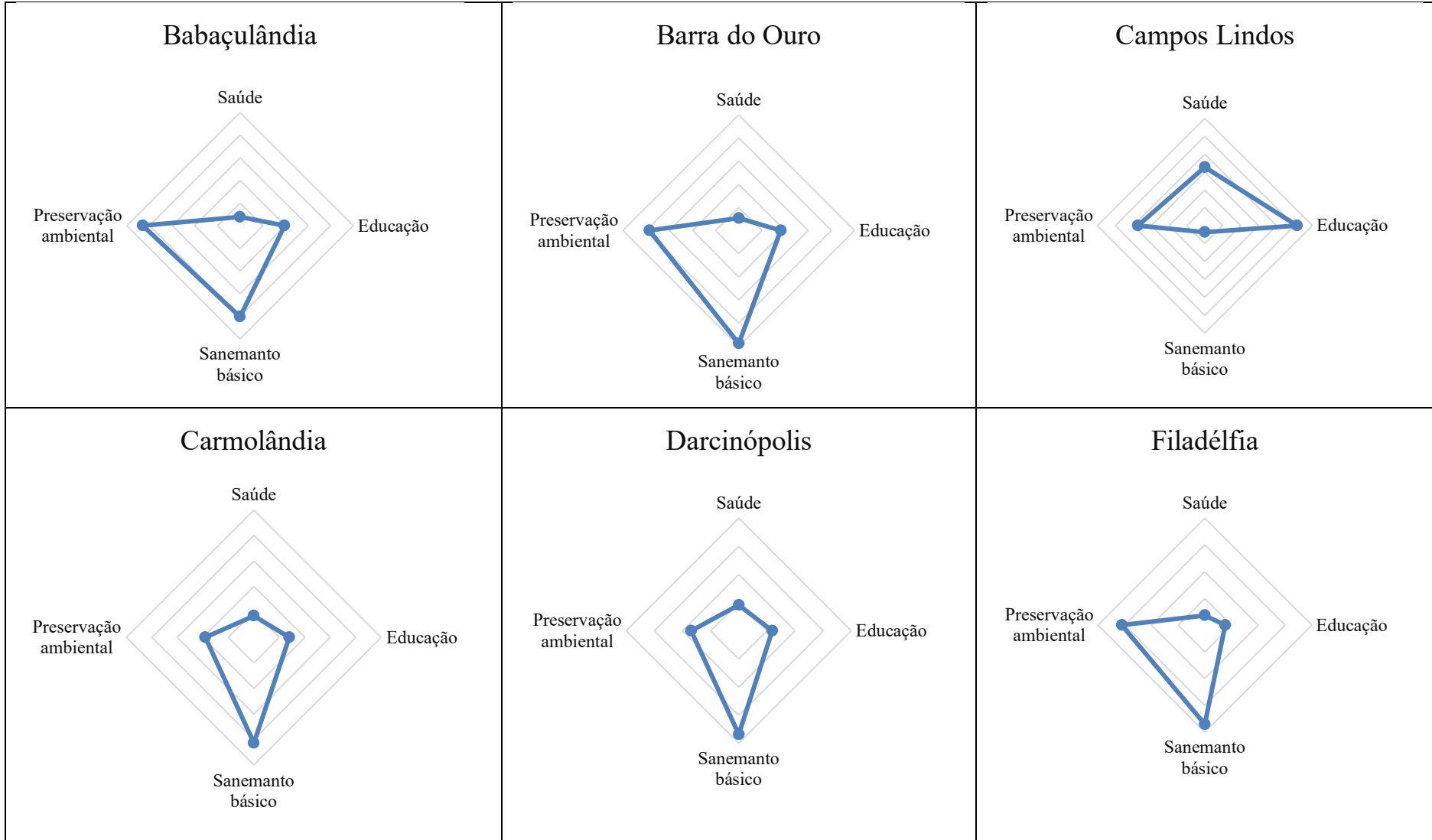
**APÊNDICE 6 - SÍNTESE DA MÉDIA DOS RESULTADOS DOS DADOS  
SECUNDÁRIOS POR CATEGORIAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SANEAMENTO  
BÁSICO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**

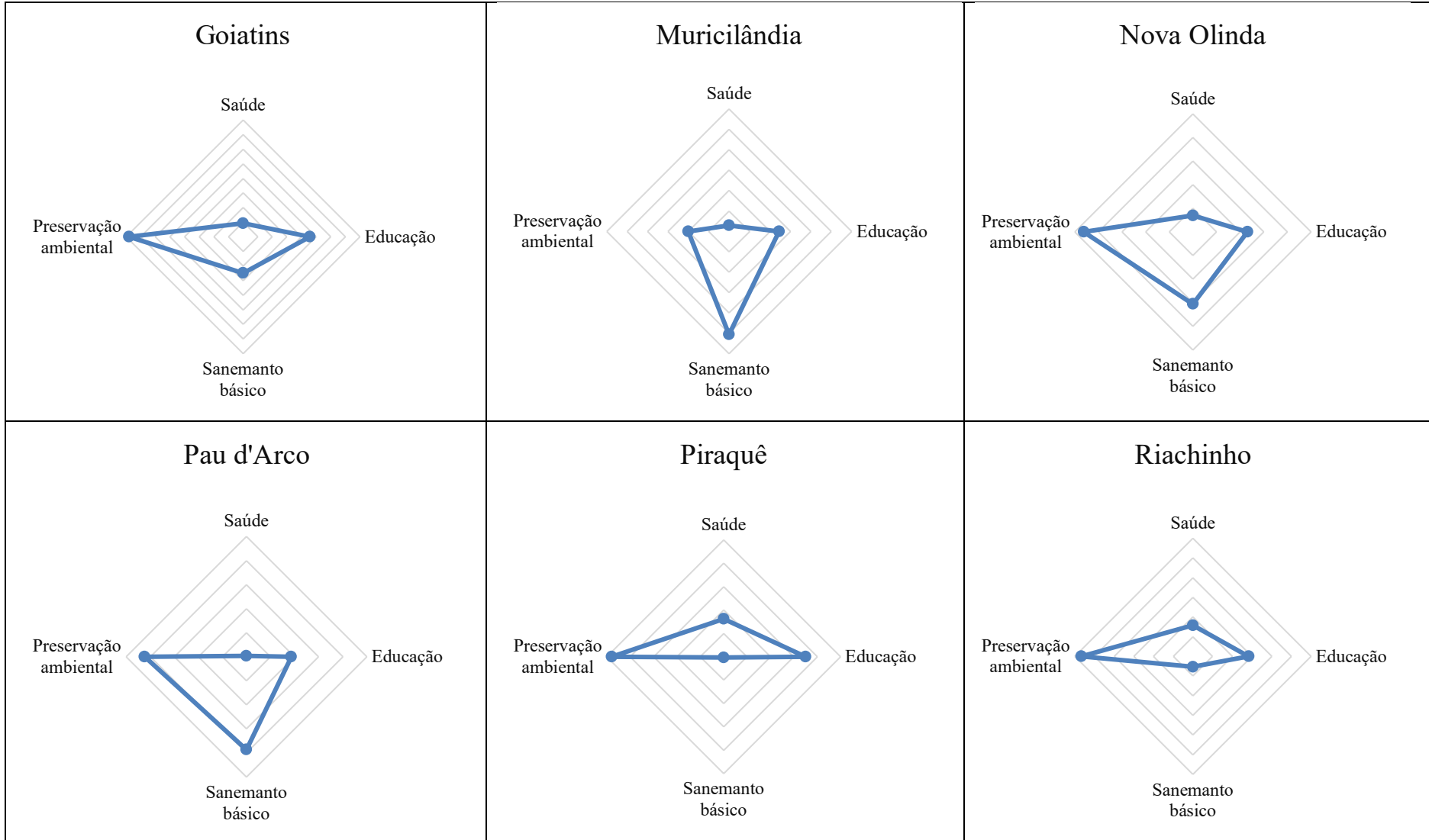
Municípios	Saúde	Educação	Saneamento básico	Preservação ambiental
Ananás	0,073	2,042	11,680	4,020
Angico	0,067	1,916	2,740	5,110
Aragominas	0,549	1,926	-2,960	4,170
Araguaína	0,147	26,808	9,320	5,750
Araguanã	-3,159	1,284	14,500	6,610
Arapoema	-2,349	1,330	6,500	2,570
Babaçulândia	-1,219	1,936	6,040	6,600
Barra do Ouro	0,270	0,906	2,440	1,930
Campos Lindos	0,636	1,574	-0,820	0,870
Carmolândia	-0,774	1,972	15,700	4,520
Darcinópolis	-0,437	0,952	13,410	3,450
Filadélfia	0,361	0,760	3,700	3,110
Goiatins	-1,071	2,574	0,490	5,800
Muricilândia	-0,710	1,440	4,060	1,010
Nova Olinda	-0,599	2,612	4,110	7,250
Pau d'Arco	-1,926	1,732	5,730	6,450
Piraquê	-0,761	3,020	-3,940	5,590
Riachinho	-0,843	1,642	-2,940	7,330
Santa Fé do Araguaia	0,583	1,164	11,180	3,480
Wanderlândia	-0,521	1,666	0,940	7,360
Xambioá	-2,601	2,762	3,080	7,000

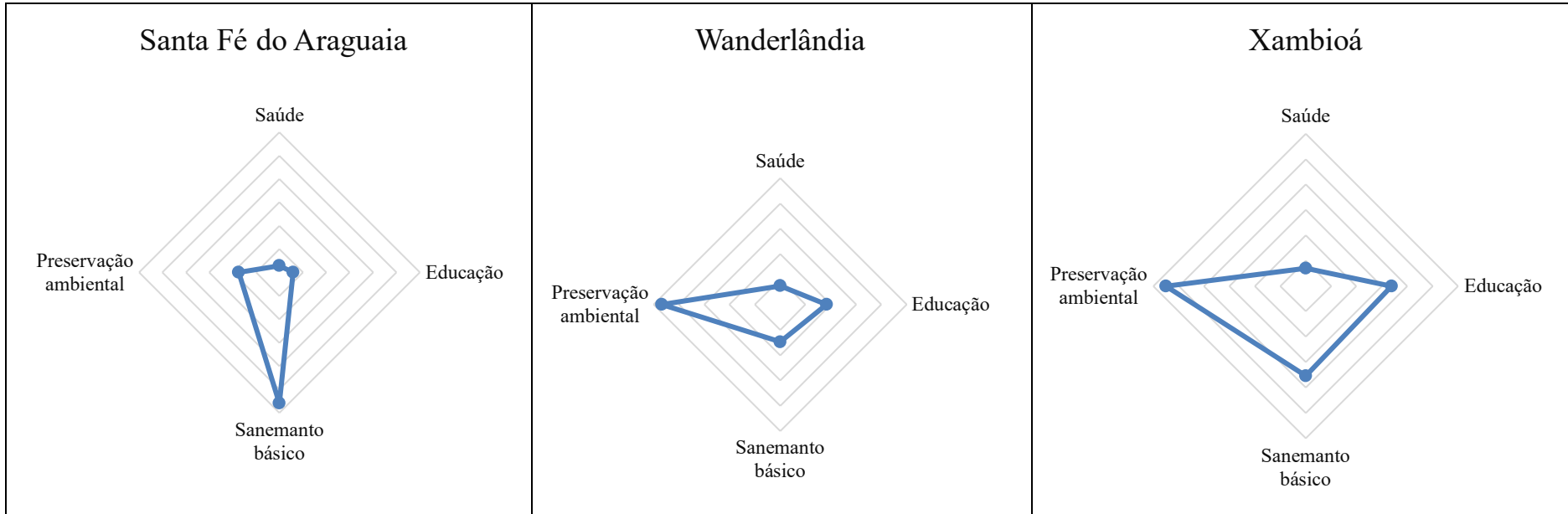
Fonte: elaboração da autora (2025).

**APÊNDICE 7 - GRÁFICO RADAR PARA A SÍNTESE DA MÉDIA DOS RESULTADOS DOS DADOS SECUNDÁRIOS POR CATEGORIAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SANEAMENTO BÁSICO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**





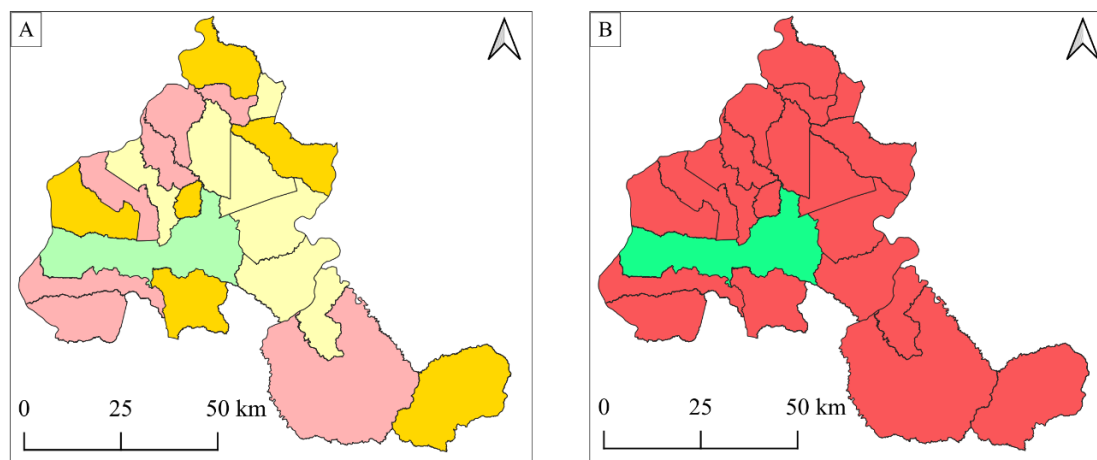




Fonte: elaboração da autora (2025).

## APÊNDICE 8 - NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO URBANO PARA OS BCCS DADOS SECUNDÁRIOS

MAPA DO ÍNDICE DE NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO URBANO PARA OS BCCS DADOS SECUNDÁRIOS

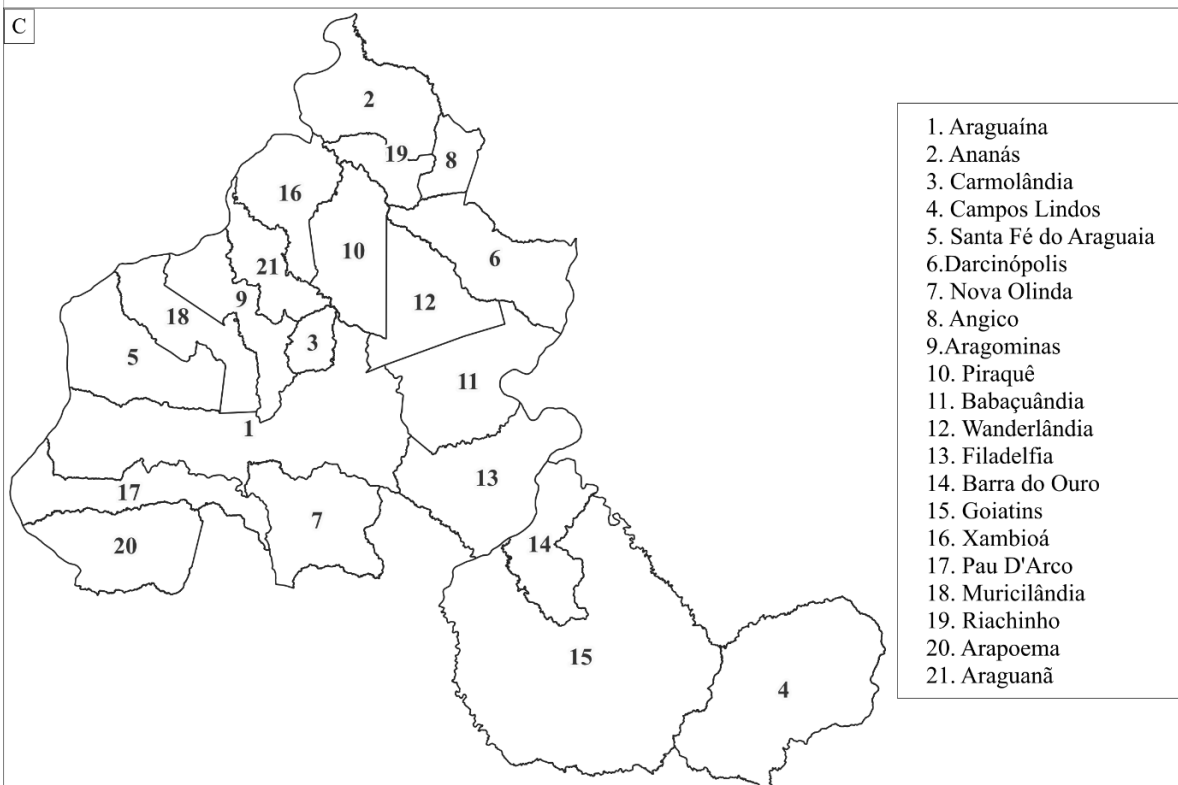


NPU2

- 13 a 19, 15 - Nível 1
- 19,68 a 25,29 - Nível 2
- 29,76 a 34,53 - Nível 3
- 76 a 170 - Nível 4

NPU2

- <35 - Inferior
- >75 - Superior



1. Araguaína
2. Ananás
3. Carmolândia
4. Campos Lindos
5. Santa Fé do Araguaia
6. Darcinópolis
7. Nova Olinda
8. Angico
9. Aragominas
10. Piraquê
11. Babaçuândia
12. Wanderlândia
13. Filadelfia
14. Barra do Ouro
15. Goiatins
16. Xambioá
17. Pau D'Arco
18. Muricilândia
19. Riachinho
20. Arapoema
21. Araguaã

Sistema de Coordenadas Geográficas.  
Datum: SIRGAS 2000.  
Bases Cartográficas: IBGE, 2023; Datasus, 2024.  
Elaboração: Mariana Coelho Lima



**UFNT**  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO NORTE DO TOCANTINS

Fonte: elaboração da autora (2025).

## APÊNDICE 9 - MATÉRIA NA ÍNTEGRA DOS MUNICÍPIOS VISITADOS DA RIIA

Município	<i>Link</i> da matéria disponível no site do Observatório da RIIA
Pau D'arco	<a href="https://oobra.com.br/pesquisadores-da-ufnt-visitam-pau-darco-to/">https://oobra.com.br/pesquisadores-da-ufnt-visitam-pau-darco-to/</a>
Santa Fé do Araguaia	<a href="https://oobra.com.br/visita-tecnica-a-muricilandia-e-santa-fe-do-araguaia/">https://oobra.com.br/visita-tecnica-a-muricilandia-e-santa-fe-do-araguaia/</a>
Muricilândia	<a href="https://oobra.com.br/visita-tecnica-a-muricilandia-e-santa-fe-do-araguaia/">https://oobra.com.br/visita-tecnica-a-muricilandia-e-santa-fe-do-araguaia/</a>
Darcinópolis	<a href="https://oobra.com.br/equipe-do-observatorio-realiza-visita-tecnica-em-darcinopolis/">https://oobra.com.br/equipe-do-observatorio-realiza-visita-tecnica-em-darcinopolis/</a>
Xambioá	<a href="https://oobra.com.br/pesquisadores-da-ufnt-fazem-visitam-tecnica-em-xambioa/">https://oobra.com.br/pesquisadores-da-ufnt-fazem-visitam-tecnica-em-xambioa/</a>
Piraquê	<a href="https://oobra.com.br/explorando-piraque-pesquisadores-do-observatorio-da-ufnt-ampliam-conhecimento-regional/">https://oobra.com.br/explorando-piraque-pesquisadores-do-observatorio-da-ufnt-ampliam-conhecimento-regional/</a>
Nova Olinda	<a href="https://oobra.com.br/pesquisadores-da-ufnt-realizam-visita-tecnica-em-nova-olinda/">https://oobra.com.br/pesquisadores-da-ufnt-realizam-visita-tecnica-em-nova-olinda/</a>
Araguanã	<a href="https://oobra.com.br/explorando-araguana-pesquisadores-da-ufnt-realizam-visita-tecnica-em-araguana/">https://oobra.com.br/explorando-araguana-pesquisadores-da-ufnt-realizam-visita-tecnica-em-araguana/</a>

Fonte: elaboração da autora (2025).

**APÊNDICE 10 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE  
OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO**

<b>Segurança</b>				
Categoria	3. Ótimo (5 pontos)	2. Bom (4 pontos)	1. Suficiente (3 pontos)	0. Insuficiente (1 ponto)
Seguro para explorar				x
As demarcações das ruas próximas				x
Há olhos para a rua (segurança dos vizinhos)	x			
Controle de animais soltos nas ruas	x			
Possui boa iluminação projetada para os pedestres				x
<b>Ambiente</b>				
Proteção de chuva e sol	x			
Biodiverso		x		
Poluição sonora	x			
Coleta de lixo e limpeza	x			
<b>Acessibilidade</b>				
Acesso a todas as partes			x	
Mobiliário para descanso			x	
Bebedouros				x
Banheiros				x
Espaço para amamentação e alimentação				x
Espaço para brincar				x
Rampas				x
<b>Ludicidade</b>				
Brincadeira não estruturada				x
Envolve e protege as crianças de distrações	x			
Desafiador				x
Comprometimento com a cultura			x	

Fonte: elaboração da autora (2025).

**APÊNDICE 11 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE  
OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA**

<b>Segurança</b>				
Categoria	3. Ótimo (5 pontos)	2. Bom (4 pontos)	1. Suficiente (3 pontos)	0. Insuficiente (1 ponto)
Seguro para explorar				x
As demarcações das ruas próximas				x
Há olhos para a rua (segurança dos vizinhos)				x
Controle de animais soltos nas ruas	x			
Possui boa iluminação projetada para os pedestres	x			
<b>Ambiente</b>				
Proteção de chuva e sol				x
Biodiverso		x		
Poluição sonora		x		
Coleta de lixo e limpeza	x			
<b>Acessibilidade</b>				
Acesso a todas as partes	x			
Mobiliário para descanso		x		
Bebedouros				x
Banheiros				x
Espaço para amamentação e alimentação				x
Espaço para brincar		x		
Rampas	x			
<b>Ludicidade</b>				
Brincadeira não estruturada			x	
Envolve e protege as crianças de distrações	x			
Desafiador		x		
Comprometimento com a cultura				x

Fonte: elaboração da autora (2025).

**APÊNDICE 12 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE  
OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE MURICILÂNDIA**

Categoria	Segurança			
	3. Ótimo (5 pontos)	2. Bom (4 pontos)	1. Suficiente (3 pontos)	0. Insuficiente (1 ponto)
Seguro para explorar				x
As demarcações das ruas próximas				x
Há olhos para a rua (segurança dos vizinhos)	x			
Controle de animais soltos nas ruas				x
Possui boa iluminação projetada para os pedestres	x			
<b>Ambiente</b>				
Proteção de chuva e sol			x	
Biodiverso		x		
Conforto acústico	x			
Coleta de lixo e limpeza			x	
<b>Acessibilidade</b>				
Acesso a todas as partes				x
Mobiliário para descanso		x		
Bebedouros				x
Banheiros				x
Espaço para amamentação e alimentação				x
Espaço para brincar				x
Rampas		x		
<b>Ludicidade</b>				
Brincadeira não estruturada	x			
Envolve e protege as crianças de distrações	x			
Desafiador				x
Comprometimento com a cultura				x

Fonte: elaboração da autora (2025).

**APÊNDICE 13 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE  
OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE DARCIÓPOLIS**

<b>Segurança</b>				
Categoria	3. Ótimo (5 pontos)	2. Bom (4 pontos)	1. Suficiente (3 pontos)	0. Insuficiente (1 ponto)
Seguro para explorar		x		
As demarcações das ruas próximas				x
Há olhos para a rua (segurança dos vizinhos)	x			
Controle de animais soltos nas ruas	x			
Possui boa iluminação projetada para os pedestres	x			
<b>Ambiente</b>				
Proteção de chuva e sol	x			
Biodiverso		x		
Conforto acústico	x			
Coleta de lixo e limpeza		x		
<b>Acessibilidade</b>				
Acesso a todas as partes		x		
Mobiliário para descanso	x			
Bebedouros				x
Banheiros				x
Espaço para amamentação e alimentação				x
Espaço para brincar		x		
Rampas		x		
<b>Ludicidade</b>				
Brincadeira não estruturada	x			
Envolve e protege as crianças de distrações	x			
Desafiador	x			
Comprometimento com a cultura				x

Fonte: elaboração da autora (2025).

**APÊNDICE 14 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE  
OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE XAMBIOÁ**

<b>Segurança</b>				
Categoria	3. Ótimo (5 pontos)	2. Bom (4 pontos)	1. Suficiente (3 pontos)	0. Insuficiente (1 ponto)
Seguro para explorar				x
As demarcações das ruas próximas				x
Há olhos para a rua (segurança dos vizinhos)				x
Controle de animais soltos nas ruas	x			
Possui boa iluminação projetada para os pedestres	x			
<b>Ambiente</b>				
Proteção de chuva e sol		x		
Biodiverso			x	
Conforto acústico				x
Coleta de lixo e limpeza				x
<b>Acessibilidade</b>				
Acesso a todas as partes				x
Mobiliário para descanso	x			
Bebedouros				x
Banheiros				x
Espaço para amamentação e alimentação				x
Espaço para brincar				x
Rampas				x
<b>Ludicidade</b>				
Brincadeira não estruturada				x
Envolve e protege as crianças de distrações				x
Desafiador				x
Comprometimento com a cultura				x

Fonte: elaboração da autora (2025).

**APÊNDICE 15 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE  
OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE PIRAQUÊ**

<b>Segurança</b>				
Categoria	3. Ótimo (5 pontos)	2. Bom (4 pontos)	1. Suficiente (3 pontos)	0. Insuficiente (1 ponto)
Seguro para explorar			x	
As demarcações das ruas próximas			x	
Há olhos para a rua (segurança dos vizinhos)	x			
Controle de animais soltos nas ruas	x			
Possui boa iluminação projetada para os pedestres		x		
<b>Ambiente</b>				
Proteção de chuva e sol				x
Biodiverso			x	
Conforto acústico	x			
Coleta de lixo e limpeza	x			
<b>Acessibilidade</b>				
Acesso a todas as partes		x		
Mobiliário para descanso	x			
Bebedouros				x
Banheiros				x
Espaço para amamentação e alimentação				x
Espaço para brincar				x
Rampas	x			
<b>Ludicidade</b>				
Brincadeira não estruturada				x
Envolve e protege as crianças de distrações			x	
Desafiador				x
Comprometimento com a cultura			x	

Fonte: elaboração da autora (2025).

**APÊNDICE 16 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE  
OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA**

<b>Segurança</b>				
Categoria	3. Ótimo (5 pontos)	2. Bom (4 pontos)	1. Suficiente (3 pontos)	0. Insuficiente (1 ponto)
Seguro para explorar		x		
As demarcações das ruas próximas	x			
Há olhos para a rua (segurança dos vizinhos)	x			
Controle de animais soltos nas ruas		x		
Possui boa iluminação projetada para os pedestres		x		
<b>Ambiente</b>				
Proteção de chuva e sol				x
Biodiverso		x		
Conforto acústico	x			
Coleta de lixo e limpeza			x	
<b>Acessibilidade</b>				
Acesso a todas as partes	x			
Mobiliário para descanso			x	
Bebedouros				x
Banheiros				x
Espaço para amamentação e alimentação				x
Espaço para brincar		x		
Rampas	x			
<b>Ludicidade</b>				
Brincadeira não estruturada	x			
Envolve e protege as crianças de distrações	x			
Desafiador		x		
Comprometimento com a cultura			x	

Fonte: elaboração da autora (2025).

**APÊNDICE 17 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE  
OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE ARAGUANÃ**

<b>Segurança</b>				
Categoria	3. Ótimo (5 pontos)	2. Bom (4 pontos)	1. Suficiente (3 pontos)	0. Insuficiente (1 ponto)
Seguro para explorar				x
As demarcações das ruas próximas				x
Há olhos para a rua (segurança dos vizinhos)			x	
Controle de animais soltos nas ruas	x			
Possui boa iluminação projetada para os pedestres	x			
<b>Ambiente</b>				
Proteção de chuva e sol			x	
Biodiverso				x
Conforto acústico	x			
Coleta de lixo e limpeza			x	
<b>Acessibilidade</b>				
Acesso a todas as partes			x	
Mobiliário para descanso	x			
Bebedouros				x
Banheiros				x
Espaço para amamentação e alimentação				x
Espaço para brincar				x
Rampas				x
<b>Ludicidade</b>				
Brincadeira não estruturada				x
Envolve e protege as crianças de distrações				x
Desafiador				x
Comprometimento com a cultura				x

Fonte: elaboração da autora (2025).

**APÊNDICE 18 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE  
OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA**

<b>Segurança</b>				
Categoria	3. Ótimo (5 pontos)	2. Bom (4 pontos)	1. Suficiente (3 pontos)	0. Insuficiente (1 ponto)
Seguro para explorar			x	
As demarcações das ruas próximas			x	
Há olhos para a rua (segurança dos vizinhos)	x			
Controle de animais soltos nas ruas	x			
Possui boa iluminação projetada para os pedestres	x			
<b>Ambiente</b>				
Proteção de chuva e sol				x
Biodiverso			x	
Conforto acústico		x		
Coleta de lixo e limpeza	x			
<b>Acessibilidade</b>				
Acesso a todas as partes	x			
Mobiliário para descanso			x	
Bebedouros				x
Banheiros				x
Espaço para amamentação e alimentação				x
Espaço para brincar				x
Rampas			x	
<b>Ludicidade</b>				
Brincadeira não estruturada				x
Envolve e protege as crianças de distrações				x
Desafiador				x
Comprometimento com a cultura				x

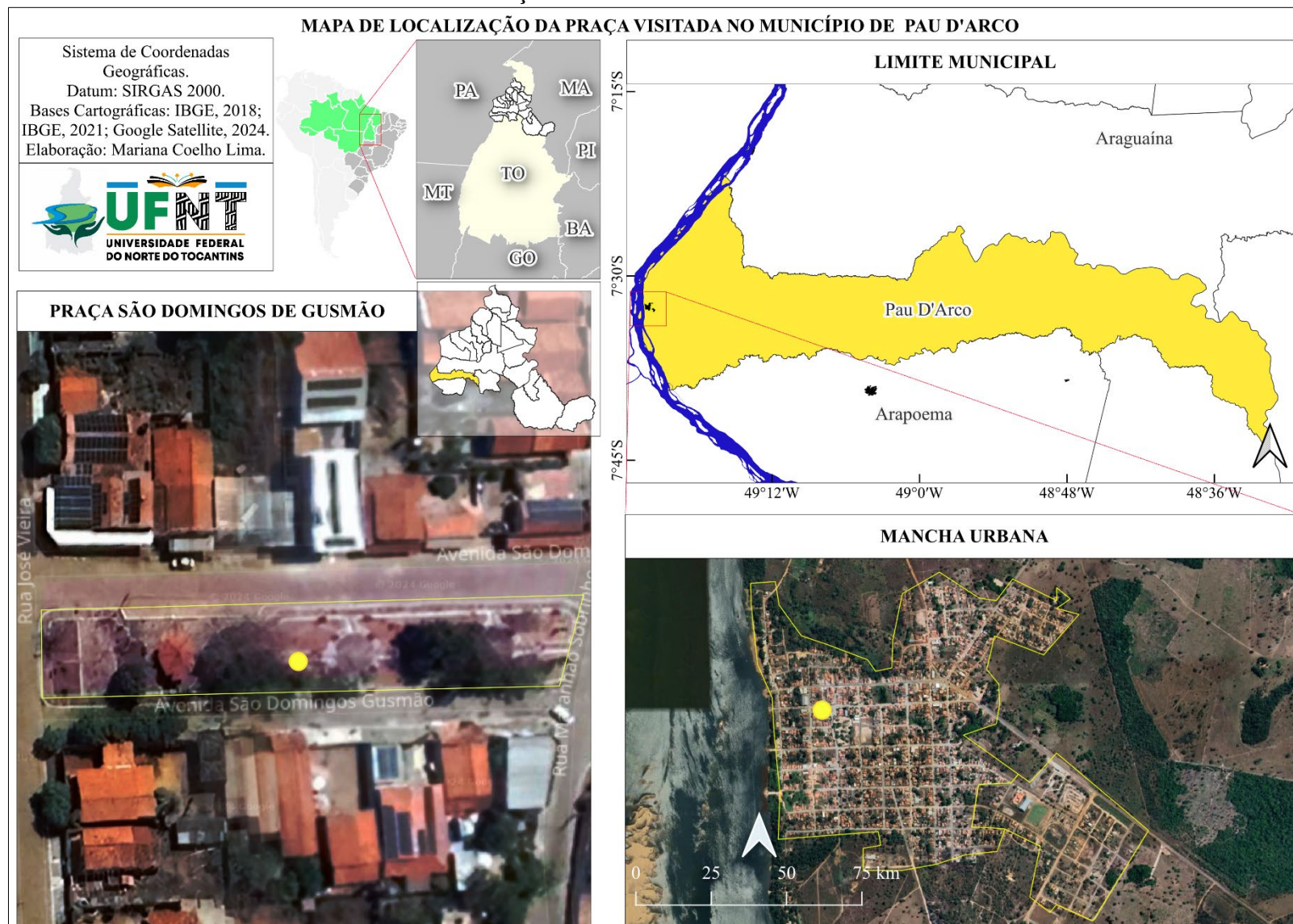
Fonte: elaboração da autora (2025).

**APÊNDICE 19 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROTOCOLO DE  
OBSERVAÇÃO REFERENTE AO MUNICÍPIO DE BABAÇULÂNDIA**

<b>Segurança</b>				
Categoria	3. Ótimo (5 pontos)	2. Bom (4 pontos)	1. Suficiente (3 pontos)	0. Insuficiente (1 ponto)
Seguro para explorar		x		
As demarcações das ruas próximas				x
Há olhos para a rua (segurança dos vizinhos)	x			
Controle de animais soltos nas ruas	x			
Possui boa iluminação projetada para os pedestres	x			
<b>Ambiente</b>				
Proteção de chuva e sol				x
Biodiverso				x
Conforto acústico	x			
Coleta de lixo e limpeza				x
<b>Acessibilidade</b>				
Acesso a todas as partes			x	
Mobiliário para descanso				x
Bebedouros				x
Banheiros				x
Espaço para amamentação e alimentação				x
Espaço para brincar				x
Rampas			x	
<b>Ludicidade</b>				
Brincadeira não estruturada				x
Envolve e protege as crianças de distrações				x
Desafiador				x
Comprometimento com a cultura				x

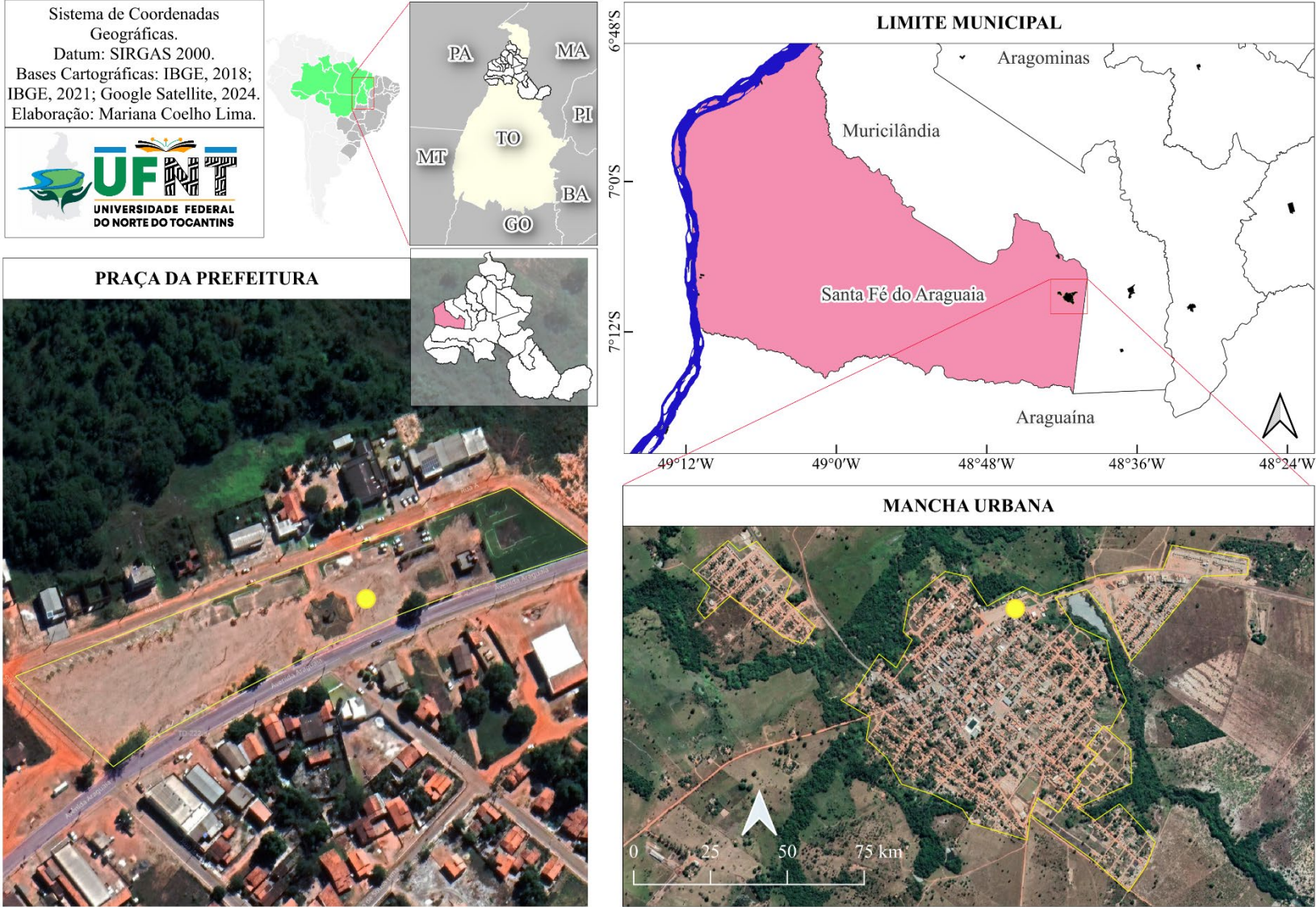
Fonte: elaboração da autora (2025).

## APÊNDICE 20 - PRAÇA VISITADA NO MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO

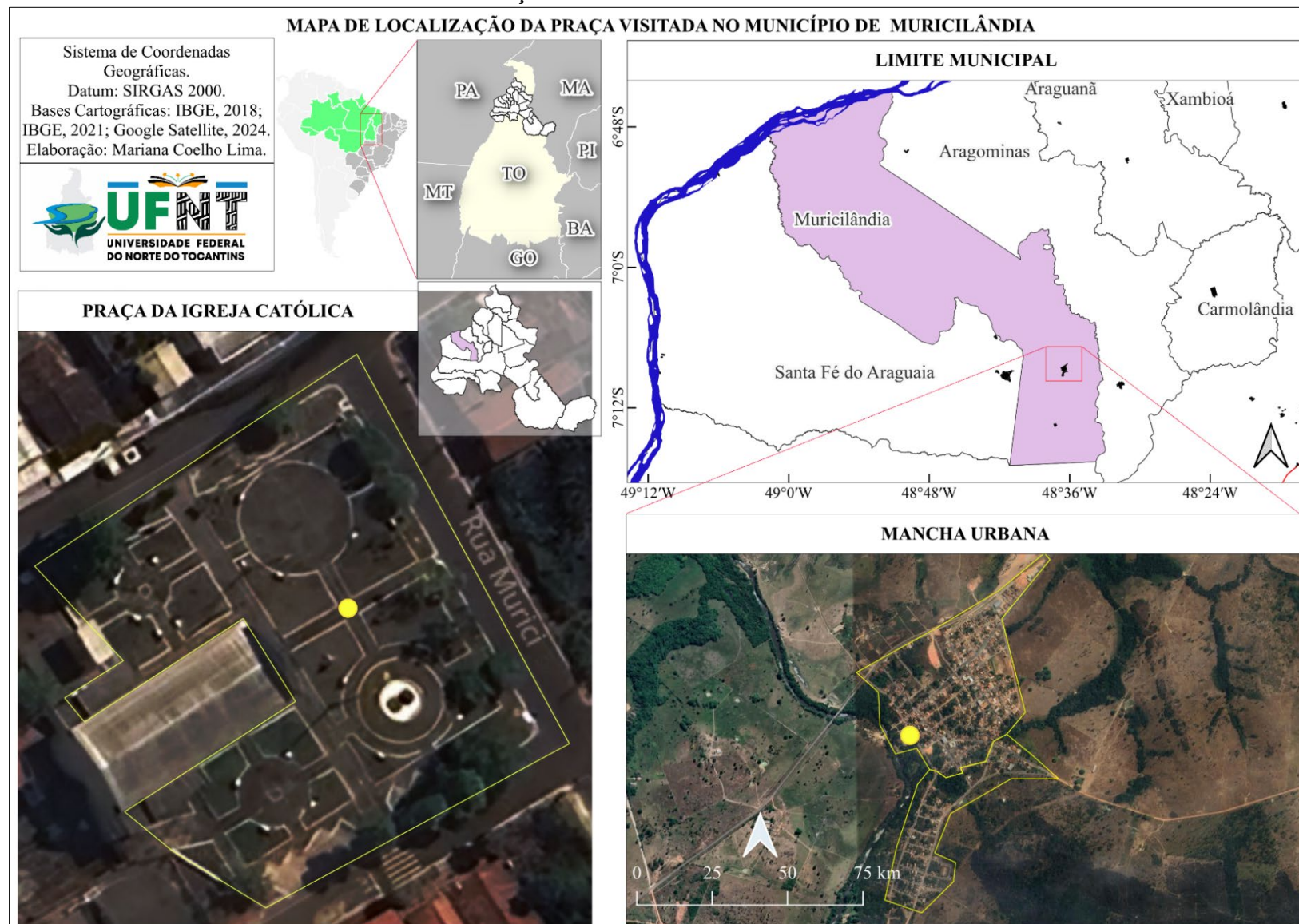


### APÊNDICE 21 - PRAÇA VISITADA NO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA

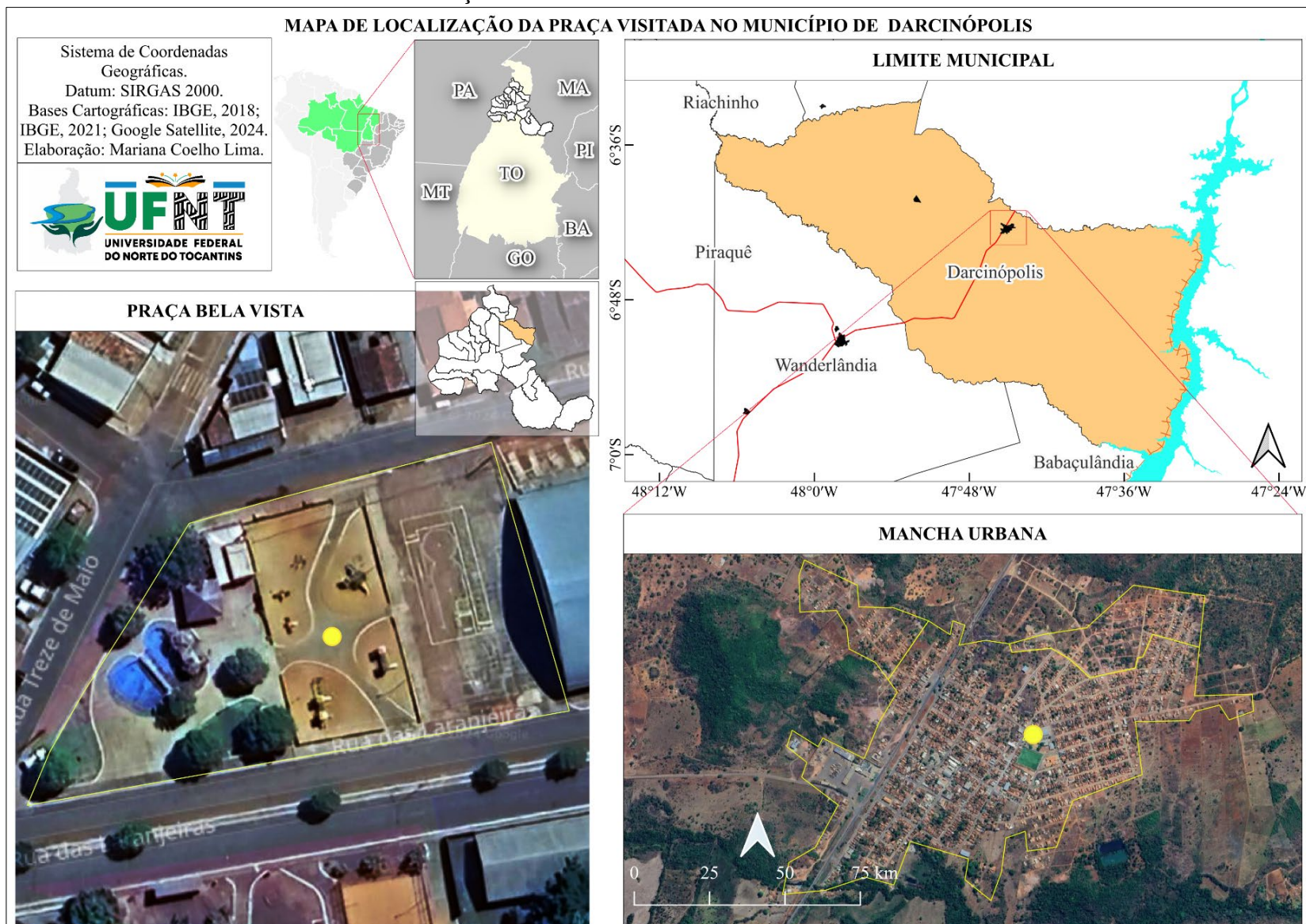
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA PRAÇA VISITADA NO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA



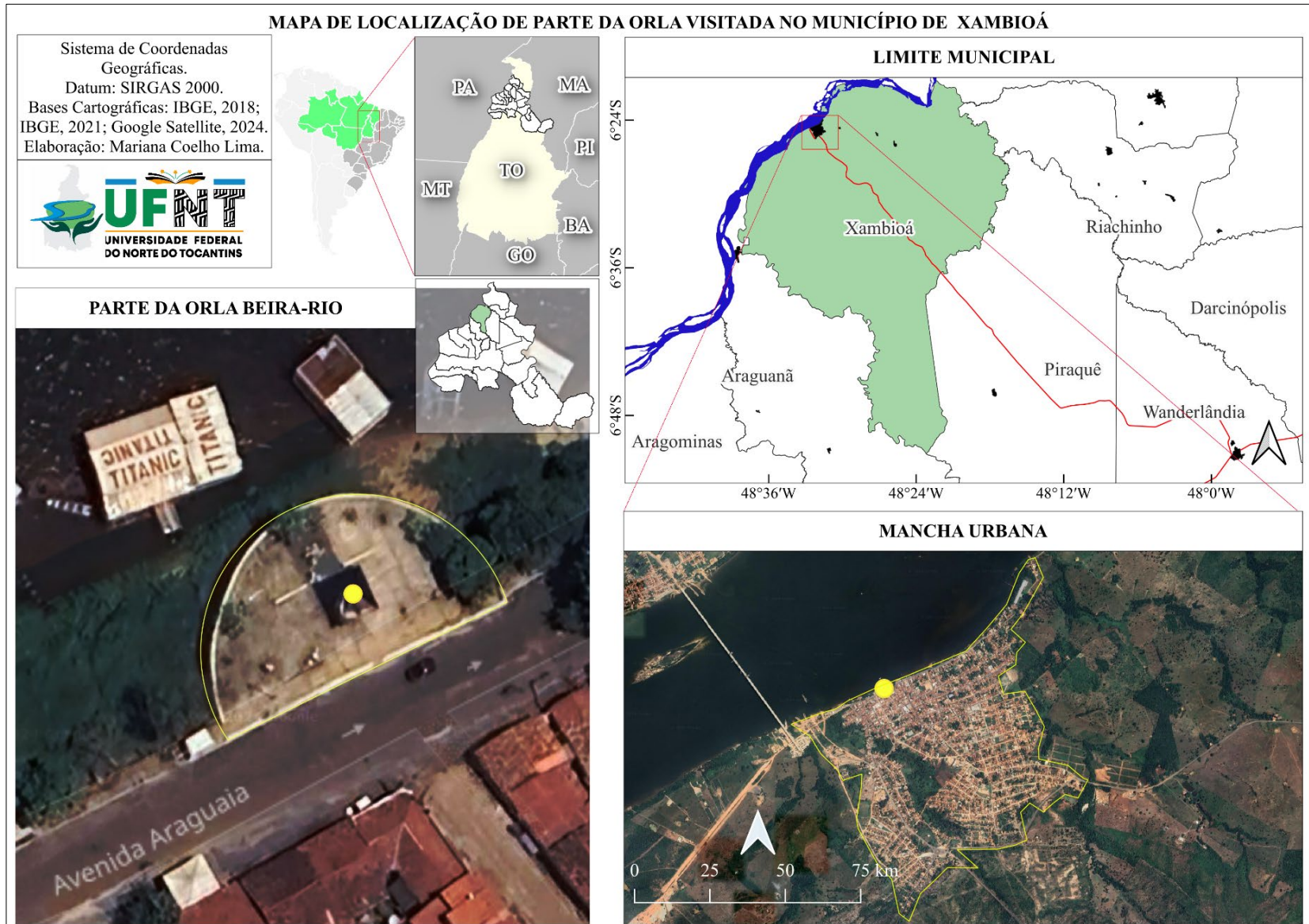
## APÊNDICE 22 - PRAÇA VISITADA NO MUNICÍPIO DE MURICILÂNDIA



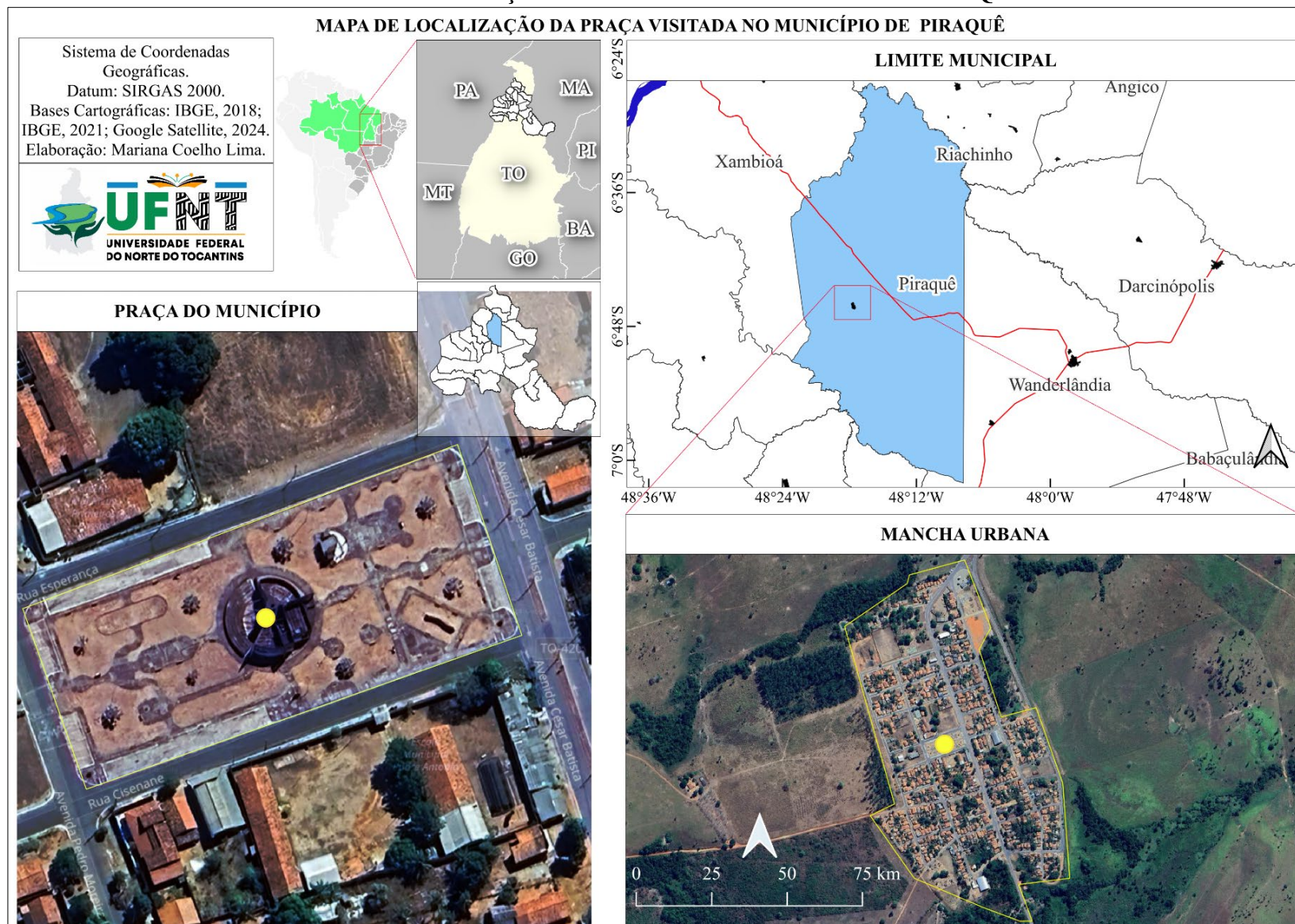
## APÊNDICE 22 - PRAÇA VISITADA NO MUNICÍPIO DE DARCIÓPOLIS



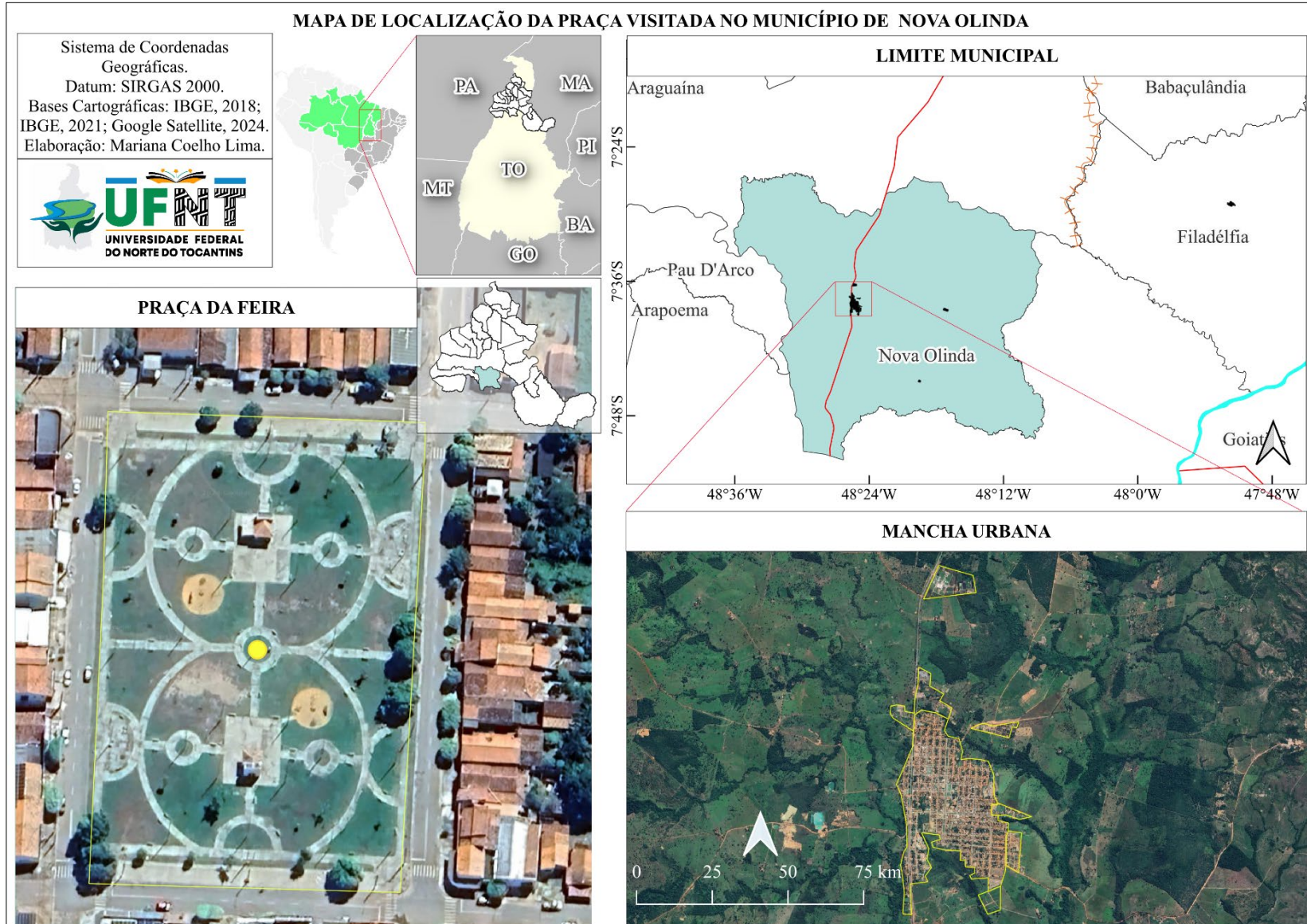
### APÊNDICE 23 - PARTE DA ORLA VISITADA NO MUNICÍPIO DE XAMBIOÁ



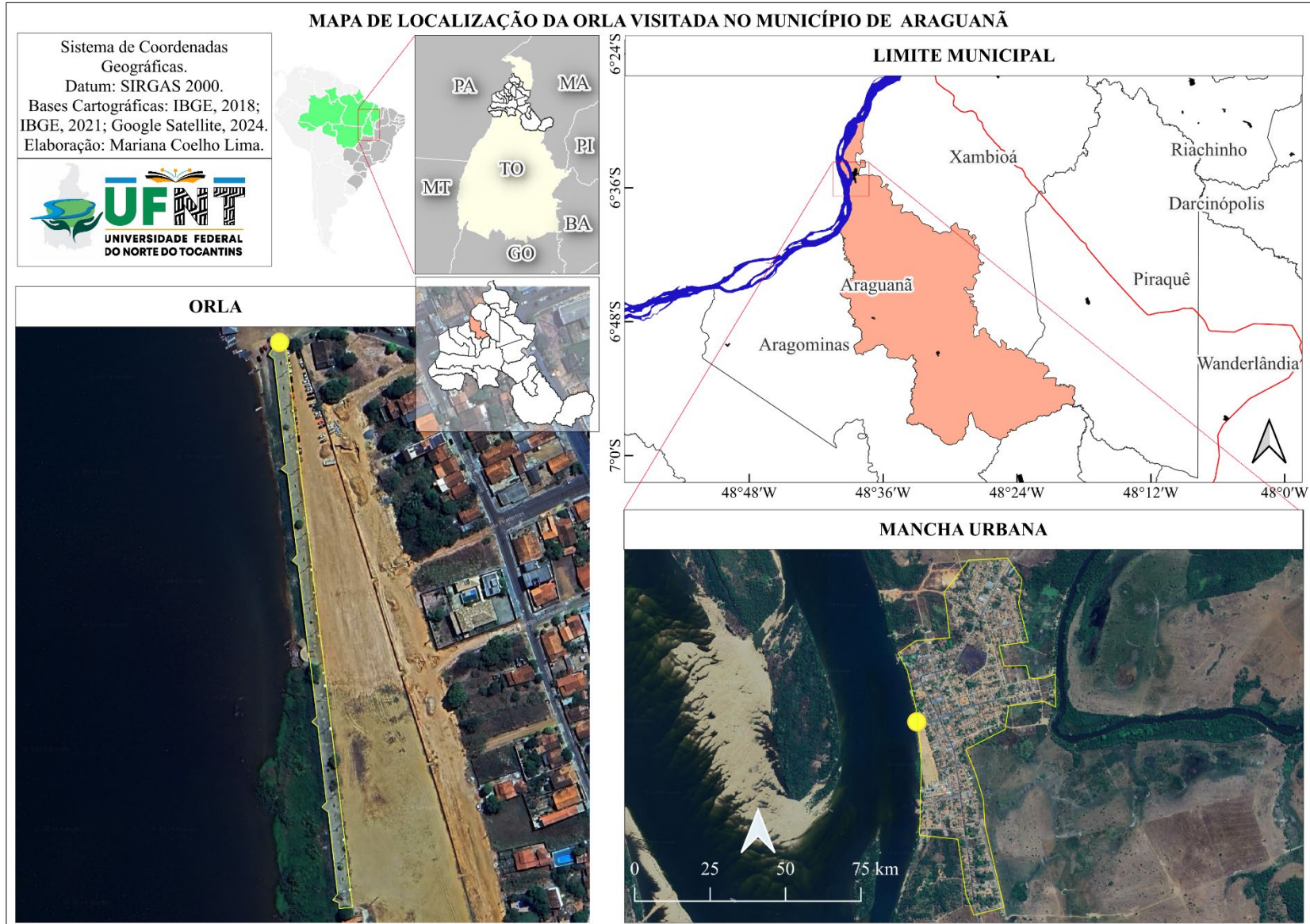
## APÊNDICE 24 – PRAÇA VISITADA NO MUNICÍPIO DE PIRAQUÊ



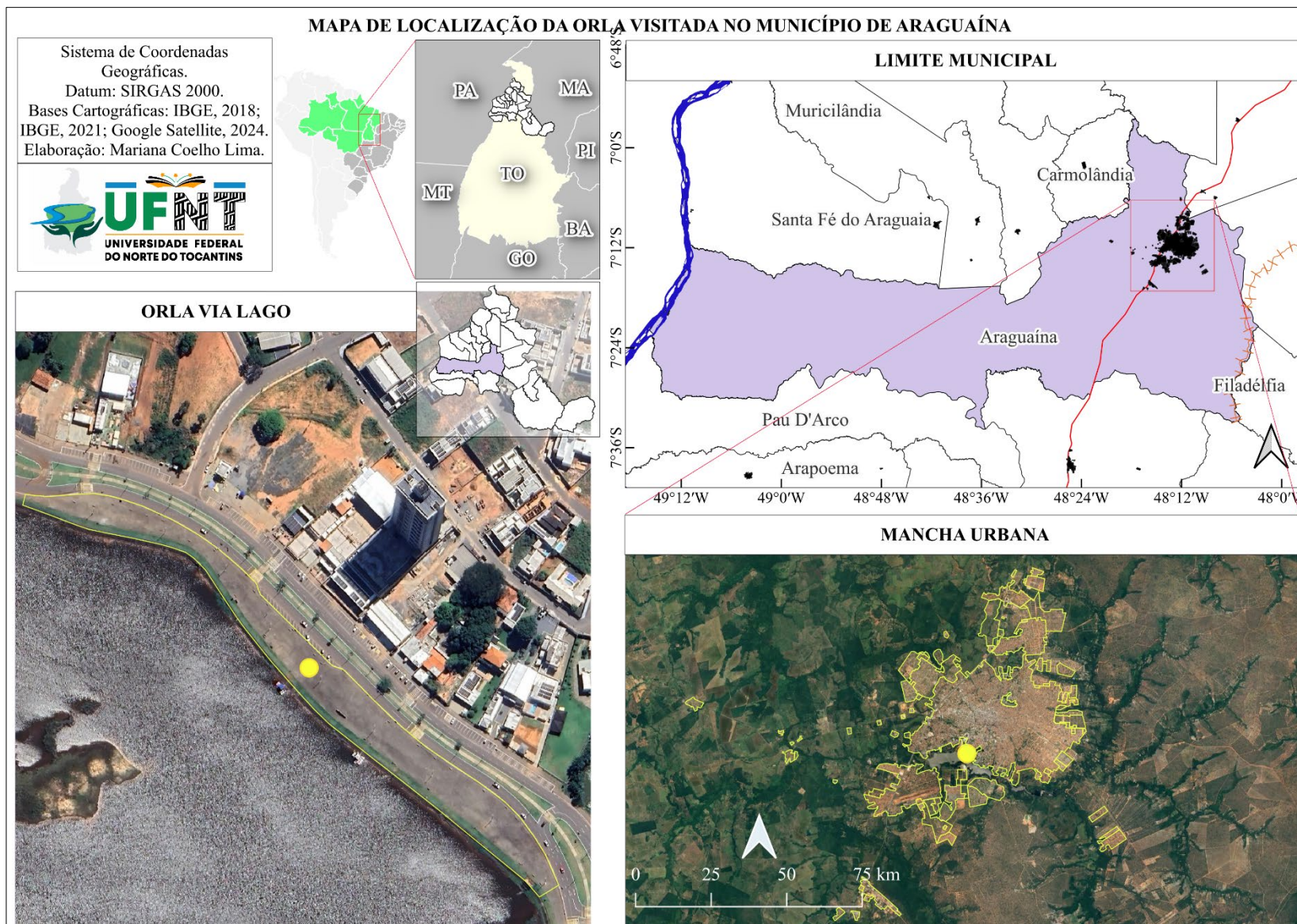
### APÊNDICE 25 - PRAÇA VISITADA NO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA



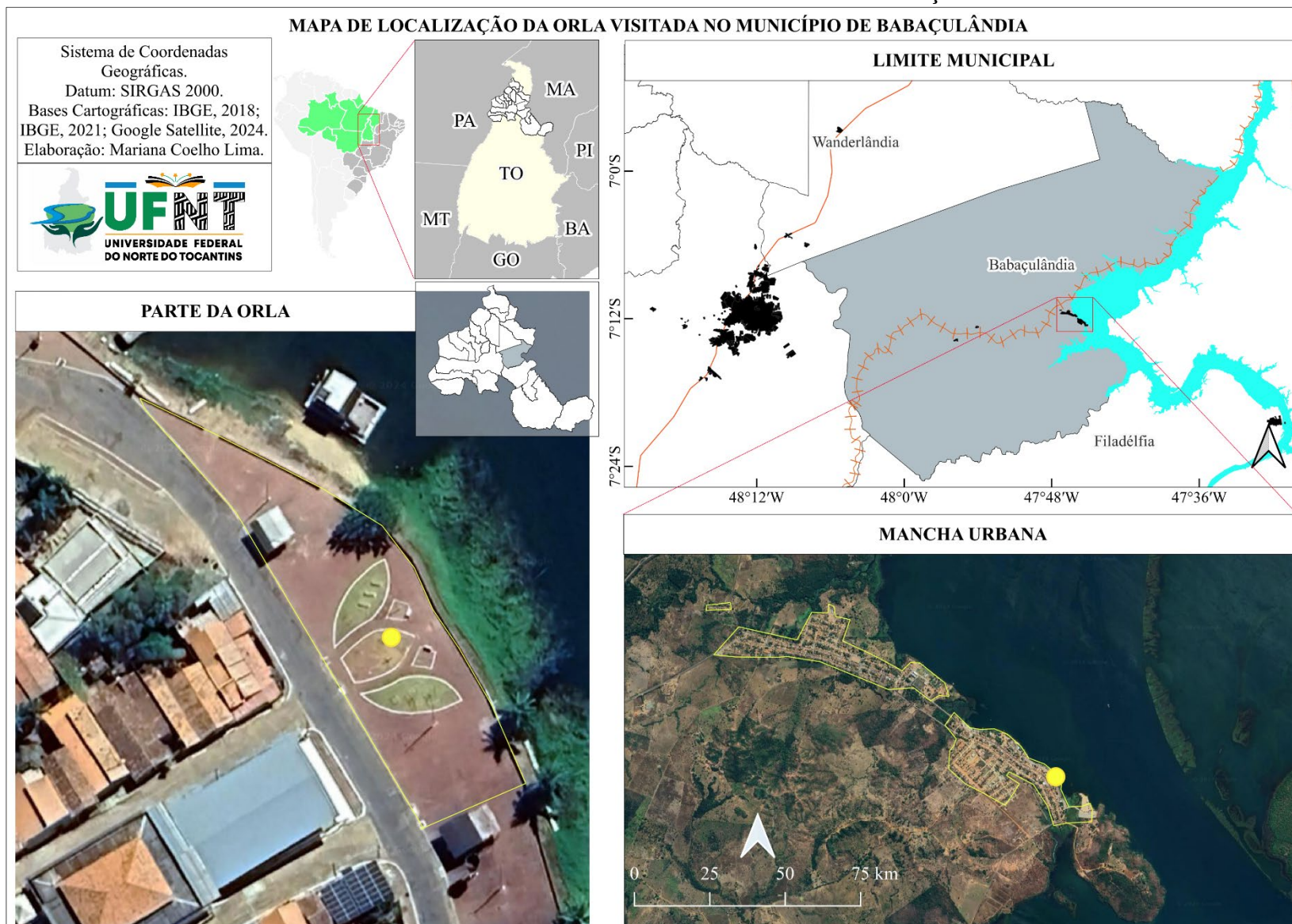
### APÊNDICE 26 - ORLA VISITADA NO MUNICÍPIO DE ARAGUANÃ



## APÊNDICE 27 - ORLA VISITADA NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA



## APÊNDICE 28 - ORLA VISITADA NO MUNICÍPIO DE BABAÇULÂNDIA

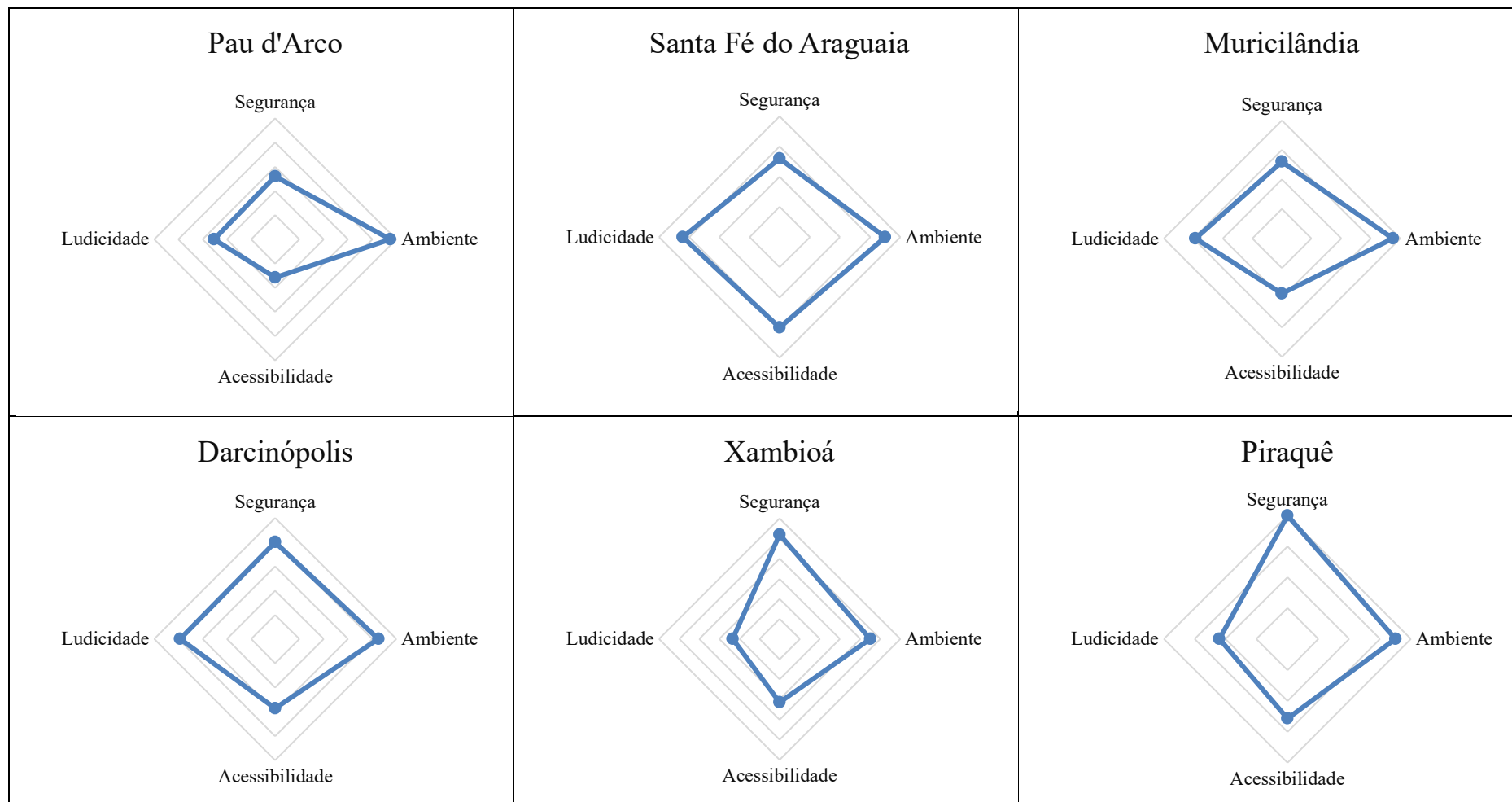


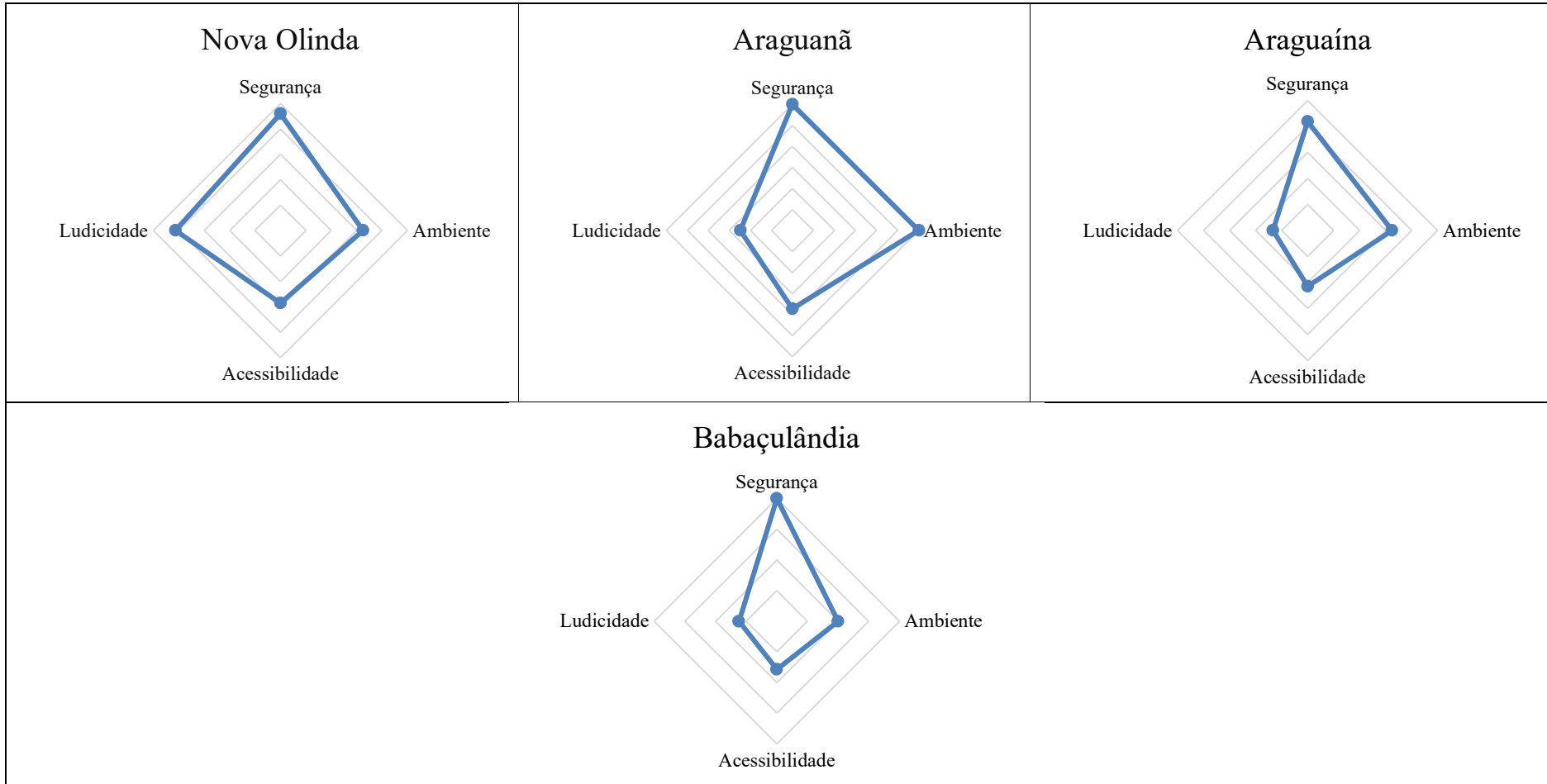
**APÊNDICE 29 - SÍNTESE DA MÉDIA DOS RESULTADOS DOS DADOS  
PRIMÁRIOS POR CATEGORIAS DE SEGURANÇA, AMBIENTE,  
ACESSIBILIDADE E LUDICIDADE**

Municípios	Segurança	Ambiente	Acessibilidade	Ludicidade
Ananás	0,00	0,00	0,00	0,00
Angico	0,00	0,00	0,00	0,00
Aragominas	0,00	0,00	0,00	0,00
Araguaína	4,20	3,25	2,14	1,33
Araguanã	3,00	3,00	1,86	1,24
Arapoema	0,00	0,00	0,00	0,00
Babaçulândia	4,00	2,00	1,57	1,23
Barra do Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Campos Lindos	0,00	0,00	0,00	0,00
Carmolândia	0,00	0,00	0,00	0,00
Darcinópolis	4,00	4,25	2,86	3,93
Filadélfia	0,00	0,00	0,00	0,00
Goiatins	0,00	0,00	0,00	0,00
Muricilândia	2,60	3,75	1,86	2,93
Nova Olinda	4,60	3,25	2,86	4,13
Pau d'Arco	2,60	4,75	1,57	2,53
Piraquê	4,00	3,50	2,57	2,20
Riachinho	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Fé do Araguaia	2,60	3,50	3,00	3,21
Wanderlândia	0,00	0,00	0,00	0,00
Xambioá	2,60	2,25	1,57	1,17

Fonte: elaboração da autora (2025).

**APÊNDICE 30 - GRÁFICO RADAR PARA A SÍNTESE DA MÉDIA DOS RESULTADOS DOS DADOS PRIMÁRIOS POR CATEGORIAS DE SEGURANÇA, LUDICIDADE, ACESIBILIDADE E AMBIENTE DAS PRAÇAS OU ORLAS VISITADAS**





Fonte: elaboração da autora (2025)

